

HISTÓRIA

Falada

memória, rede e mudança social

Conselho Editorial

5 Elementos - Instituto de Educação e Pesquisa Ambiental
Abrinq - Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente
Ação Educativa - Assessoria Pesquisa e Informação
ANDI - Agência de Notícias dos Direitos da Infância
Ashoka - Empreendedores Sociais
Cedac - Centro de Educação e Documentação para Ação Comunitária
CENPEC - Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária
Conectas - Direitos Humanos
Imprensa Oficial do Estado de São Paulo
Instituto Kuanza
ISA - Instituto Sócio Ambiental
Midiativa - Centro Brasileiro de Mídia para Crianças e Adolescentes

Comitê Editorial

Âmbar de Barros - ANDI/Midiativa - Presidente
Antonio Eleilson Leite - Ação Educativa
Cristina Murachco - Fundação Abrinq
Emerson Bento Pereira - Imprensa Oficial
Hubert Alquéres - Imprensa Oficial
Isa Maria F. da Rosa Guará - CENPEC
Júlia Mello Neiva - Conectas
Liegen Clemmyl Rodrigues - Imprensa Oficial
Luiz Alvaro Salles Aguiar de Menezes - Imprensa Oficial
Maria de Fátima Assumpção - Cedac
Maria Inês Zanchetta - ISA
Mônica Pilz Borba - 5 Elementos
Rosane da Silva Borges - Instituto Kuanza
Silvio Barone - Ashoka
Vera Lucia Wey - Imprensa Oficial

Esta publicação foi possível graças
a um programa de ação social da

HISTÓRIA *Falada*

memória, rede e mudança social

**GOVERNO DO ESTADO
DE SÃO PAULO**

Governador José Serra



IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Diretor-presidente Hubert Alquéres



SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO - SÃO PAULO

Presidente do Conselho Regional	Abram Szajman
Diretor do Departamento Regional	Danilo Santos de Miranda
Superintendente Técnico Social	Joel Naimayer Padula
Superintendente de Comunicação Social	Ivan Giannini



MUSEU DA PESSOA

Diretoria	José Santos Matos Karen Worcman Márcia Ruiz
Grupo Gestor	Claudia Fonseca Erick Krulikowski Rosali Henriques Sônia Dória London

HISTÓRIA Falada

memória, rede e mudança social

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Biblioteca da Imprensa Oficial**

História falada: memória, rede e mudança social / Coordenadores Karen Worcman e Jesus Vasquez Pereira.- São Paulo : SESC SP : Museu da Pessoa : Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.
280p.

Vários autores.

Bibliografia.

Inclui Guia "Como fazer um projeto de memória oral".

ISBN 85-98112-21-6.

ISBN 85-7060-418-1.

1. História 2. História oral 3. Histórias de vida 4. Memória
5. Desenvolvimento social 6. Relatos de experiências 7. Museu da Pessoa 8. SESC SP I. Worcman, Karen. II. Pereira, Jesus Vasquez

CDD 907.2

Índice para catálogo sistemático:

1. Memória : História oral 907

Foi feito o depósito legal na Biblioteca Nacional
(Lei nº 1.825, de 20/12/1907)

SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO - SÃO PAULO

Rua Álvaro Ramos 991
CEP 03331-000
São Paulo Brasil
www.sescsp.org.br

MUSEU DA PESSOA

Rua Natingui 1100
CEP 05443-002
São Paulo Brasil
www.museudapessoa.net

IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Rua da Mooca, 1.921- Mooca
CEP 03103-902 São Paulo Brasil
Tel.:(11) 6099-9800 / Fax: (11) 6099-9674
www.imprensaoficial.com.br/lojavirtual
livros@imprensaoficial.com.br
SAC
Grande São Paulo (11) 5013-5108 / 5109
Demais localidades 0800-0123401

Apresentações

Hubert Alquéres

Diretor-presidente da Imprensa Oficial do Estado de São Paulo

Nossas Histórias

“Nunca se deve subestimar o poder do compartilhamento da experiência humana.” O comentário foi feito pelo professor britânico Paul Thompson no seminário *Memória, rede e mudança social*, promovido pelo Museu da Pessoa de 12 a 14 de agosto de 2003, com a colaboração do SESC local. O apelo do professor Thompson salienta a importância das histórias orais de vida e de sua divulgação por meios modernos de comunicação, como a internet, para a construção de uma maneira mais democrática de pensar e fazer a história humana.

Não se trata, evidentemente, de opor a história das pessoas à das sociedades, nem os depoimentos orais aos registros escritos, nem os relatos factuais a suas interpretações forçosamente subjetivas. Como demonstram as experiências relatadas no seminário, essas diferentes abordagens se complementam no esforço de reconstituir o passado da humanidade de modo mais profundo e multilateral, favorecendo uma compreensão mais diversificada do presente e a mobilização de novos protagonistas na construção de um futuro mais justo.

A Imprensa Oficial do Estado de São Paulo se associa com satisfação ao Museu da Pessoa e ao SESC paulista para levar a um público mais amplo, por meio da impressão em livro, as conferências e comunicações apresentadas no seminário, bem como o guia metodológico desenvolvido pelo Museu da Pessoa para registro e difusão de narrativas de vidas baseadas nas técnicas de história oral.

Que esta coletânea valiosa de análises e experimentações estimule iniciativas semelhantes às relatadas, ampliando as visões alternativas de nosso percurso passado, fomentando a revisão de nossos valores presentes e incorporando marginalizados atores de transformação na modelagem de nosso futuro.

Uma parceria produtiva

Este livro é fruto de uma parceria entre o SESC São Paulo e o Museu da Pessoa, responsável igualmente por projetos como *Memórias do Comércio* (1995), *Memórias do Comércio: Os Caminhos do Interior: Araraquara, São Carlos e Região* (2000) e *Memórias do Comércio da Baixada Santista* (2002).

Também é o registro de um debate intenso em torno da integração entre a história e o uso de novas tecnologias, em especial a internet, ocorrido por ocasião do Seminário Internacional *Memória, Rede e Mudança Social*, realizado em 2003, uma iniciativa que teve o propósito de apontar novos caminhos para o trabalho de preservação da memória social em que o indivíduo é protagonista da história.

Longe de desprezar as fontes tradicionais de registro e de pesquisa como livros e documentos, procurou-se valorizar a história viva, contada por pessoas comuns, em grande parte negligenciada, apagada, esquecida, mal compreendida ou mal interpretada, já que muitas vezes estabelecida segundo interesses alheios aos do narrador.

Assim, temas como vida social e afetiva, trabalho, formas de organização e sociabilidade, crenças e religiões, festas, transformações urbanas, limites superados ou não ao longo do tempo são abordados pelo sujeito da ação, por quem a presenciou ou foi atingido por ela.

Em *História Falada - Memória, Rede e Mudança Social*, esses temas se organizam a partir da relação entre memória, educação e tecnologias digitais, abrindo espaço para um debate não hierarquizado e aberto ao público via internet, entendida, aqui, como ferramenta essencial para a fixação de novos vínculos, assim como para a divulgação de saberes e conhecimentos construídos a partir dessas relações.

Para o SESC São Paulo, além da reflexão que o tema possibilita, a riqueza dessas vozes e a atenção para ouvi-las podem ser observadas nos constantes cuidados com uma programação artística e cultural que tem na ruptura e na busca pela diversidade um valor a ser cotidianamente contemplado. A publicação de *História Falada - Memória, Rede e Mudança Social* insere-se nessa perspectiva.

Sumário:

APRESENTAÇÕES

INTRODUÇÃO

1. MEMÓRIA, REDE E MUDANÇA SOCIAL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

HISTÓRIAS DE VIDA COMO PATRIMÔNIO DA HUMANIDADE

Paul Thompson17

TRADIÇÃO ORAL NO MUNDO DIGITAL

Nicolau Sevcenko45

Ailton Krenak49

Heloísa Pires57

Gaspar de Oliveira65

HISTÓRIAS DIGITAIS

Thom Gillespie73

Carlos Seabra83

MEMÓRIA E EDUCAÇÃO

Zeila de B. F. Demartini99

Zilda Kessel111

Laura Pasquali121

Edmir Perrotti127

TECNOLOGIAS E HISTÓRIAS DE VIDA

Mauro Malin139

Pedro Rangel Henriques143

Fernando Guarnieri153

Maurita Holland165

EM BUSCA DO OUTRO: BIOGRAFIAS E HISTÓRIAS DE VIDA

Alberto Dines175

Ruy Castro181

Eduardo Coutinho191

2. COMO FAZER UM PROJETO DE MEMÓRIA ORAL

O MUSEU DA PESSOA199

MEMÓRIA, HISTÓRIA E HISTÓRIA DE VIDA201

DESENHANDO UM PROJETO DE MEMÓRIA ORAL205

DESENVOLVIMENTO DO PROJETO209

Coleta209

Processamento212

Integração, difusão e uso214

COMO PRODUZIR E CONDUZIR A ENTREVISTA219

Elaboração de roteiro219

Exemplo de roteiro221

Os 10 Mandamentos do Entrevistador224

Gravação da entrevista225

Transcrição da entrevista226
Edição da entrevista227
Exemplo transcrição/edição228
Digitalização de imagens231
Fichas de catalogação232
Modelo de cessão de direitos237
PARA SABER MAIS	
Bibliografia sobre história Oral239
Bibliografia sobre Temas Relacionados240
Filmes241
Sites241
3. PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA E PATRIMÔNIO: RELATOS DE EXPERIÊNCIAS	
Aracruz Celulose — <i>Projeto Memória</i>247
Biblioteca Infanto-Juvenil Álvaro Guerra — <i>Estação Memória</i>248
Centro de Referência em Educação Mário Covas (CRE) — <i>Memorial da Educação Paulista</i>249
Centro Pró-Memória Hans Nobiling do Esporte Clube Pinheiros — <i>Museu Oral</i>250
Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (CEASM) — <i>Rede Memória da Maré</i>251
Colégio Loyola — <i>Espaço Loyola Casa de Memória e Cultura</i>252
Fazenda Capoava — <i>Espaço Cultural da Fazenda Capoava</i>253
Fundação Bunge — <i>Centro de Memória Bunge</i>254
Fundação Fé e Alegria do Brasil — <i>Memória da Comunidade</i>255
Fundação Municipal de Cultura de Belo Horizonte — <i>Projeto Afromineiridades</i>256
Fundação Telefônica — <i>Núcleo Memória Telefônica</i>257
Grupo Votorantim — <i>Projeto Memória Votorantim</i>258
Instituto Algar de Responsabilidade Social — <i>Projeto Histórias da Nossa Terra</i>259
Instituto Avisa Lá e Museu da Pessoa — <i>Programa Memória Local</i>260
Musée de la Personne — Montreal261
Museu da Pessoa — Portugal262
Museum of the Person — Indiana263
Núcleo de Cultura e Educação Indígena da ABL — <i>Memória Oral, Pesquisa Documental e Educação com o Povo Kaingang</i>264
Núcleo de Estudos de História Oral da USP — <i>Projeto Vozes da Marcha pela Terra: Histórias de Vida de Trabalhadores Rurais do MST</i>265
Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo — Centro de Ref. de Idosos de São Miguel Paulista <i>Projeto Conversas e Memórias</i>266
Senac São Paulo — <i>Memória Institucional</i>267
Sesc Rio de Janeiro — <i>Um Balcão na Capital: Memórias do Comércio na Cidade do Rio de Janeiro</i>268
UNIFEBE, Centro Universitário de Brusque — <i>Centro de Documentação Oral e Memória</i>269
Universidade de Fortaleza — <i>História e Memória da Radiodifusão Cearense</i>270
Universidade Federal Fluminense — <i>Pelos caminhos da História local</i>271
4. ÍNDICE REMISSIVO273

Introdução

Karen Worcman
Diretora do Museu da Pessoa

"O que é história oral? É um método? Uma disciplina? Um tema novo? Na minha opinião, é uma abordagem muito mais ampla: é a interpretação da história, das sociedades e das culturas por meio da escuta e do registro da história de vida das pessoas. É a habilidade fundamental na história oral é aprender a escutar"

Paul Thompson

Para que a memória?

O intenso fluxo de informações do mundo globalizado nos dá a ilusão de que conhecemos a riqueza de nossa sociedade. Mas qual é a real diferença entre o mundo de hoje e aquele em que culturas inteiras viam o fim do mundo após o horizonte e demoravam a entender que uma pessoa de outra cultura era também um ser humano? Hoje as culturas se tocam, os indivíduos convivem, mas ainda não conseguimos construir histórias e visões que considerem essa diversidade.

Como mudar e conquistar uma história múltipla, na qual cada um tenha a palavra? Talvez esse desafio passe pelo simples entendimento de que toda pessoa tem uma história e de que essa história tem valor. Num mundo entrelaçado pela tecnologia, todos podemos gerar e acessar informações. Se pudéssemos fazer circular as nossas histórias, de forma não centralizada, talvez traríamos de volta a memória ao nosso

cotidiano, recuperando o papel dos *griots* – os antigos guardiões e contadores de história nos povos africanos. Já disseram que cada ser humano é uma biblioteca, fonte singular de conhecimento. Saber ouvir cada um, compondo as diferentes visões, revela-se assim um exercício básico de cidadania – parte essencial da aprendizagem e desenvolvimento humano.

As novas tecnologias, em especial a Internet, apresentam-se como oportunidade inédita de tecer essas memórias. Esse é o objetivo do Museu da Pessoa: um mundo onde a tecnologia possa ser utilizada para articular as narrativas e incentivar cada pessoa, grupo ou comunidade a ser autor de sua história – própria e coletiva. Podemos vislumbrar um futuro em que a narrativa histórica da sociedade possa conter múltiplas “vozes”, incluindo, sem hierarquia, histórias de vida de indivíduos de todos os segmentos da sociedade e onde a história de cada um será um ponto de nossa teia social. Mas como transformar o *contar-e-ouvir histórias* em um instrumento que leve a criar responsabilidade e prazer? Como fazer dos relatos de vida um meio para construção de um mundo baseado no respeito pelo outro?

Essas inquietações inspiraram a realização do seminário “Memória, Rede e Mudança Social” pelo Museu da Pessoa e SESC-SP e o lançamento do portal (www.museudapessoa.net) — o início de uma rede mundial de histórias de vida. De 12 a 14 de agosto de 2003, reuniram-se na cidade de São Paulo estudantes, profissionais, pesquisadores e líderes comunitários para discutir como os temas MEMÓRIA, REDE E MUDANÇA SOCIAL se somam nos dias atuais.

MEMÓRIA, entendida no sentido original do termo, ou seja, tudo aquilo que uma pessoa retém na mente como resultado de suas experiências. Ela é seletiva, seja um procedimento consciente ou não. Portanto, não é um depósito de tudo que nos acontece, mas um acervo de situações marcantes. Diante disso, então, o que seria a história? É a narrativa que articulamos a partir dos registros da memória. Toda história é uma articulação de passagens que ficaram marcadas. Numa sociedade sempre há quem tenha o poder de registrá-la em jornais, livros, arquivos etc.

Mas, na medida em que se multiplica o número das vozes e se ouvem mais pessoas, novos testemunhos passam a fazer parte desse grande arquivo. Com isso ganha a história: em diversidade, riqueza e representatividade.

REDE, percebida como espaço necessário para que todos os relatos se conectem. Para que essa memória seja múltipla é necessário que exista um espaço, um ponto onde todos os relatos se conectem, um lugar em que estejam organizados e ordenados, de maneira que essa memória se torne disponível e possa ser utilizada como fonte em educação, em políticas públicas. É preciso pensar a sociedade como uma grande teia onde cada um de nós tem a possibilidade de registrar sua visão. Essa é a idéia de rede. A Internet está proporcionando um poderoso canal para conectar as memórias possibilitando constituir, sem hierarquia, o complexo conjunto de histórias disseminadas por toda a sociedade.

MUDANÇA SOCIAL, colocada como impacto desejado pelos projetos de memória. Articular pessoas por meio da produção e conhecimento de suas experiências é fundamental para romper o isolamento de alguns grupos sociais e impulsionar processos de mudança das relações sociais, políticas e econômicas. Ouvir o outro é o primeiro passo para respeitá-lo. Além disso, acreditamos que a pessoa, a comunidade, o grupo que conta sua história, percebe a dimensão do que realizou e reafirma sua capacidade de decidir e participar. O objetivo desse trabalho é devolver a cada um o papel de protagonista, criando um acervo múltiplo de memória comum a todos, que ajude a perceber o mundo não só do nosso ponto de vista, mas também a partir da visão dos outros membros da sociedade.

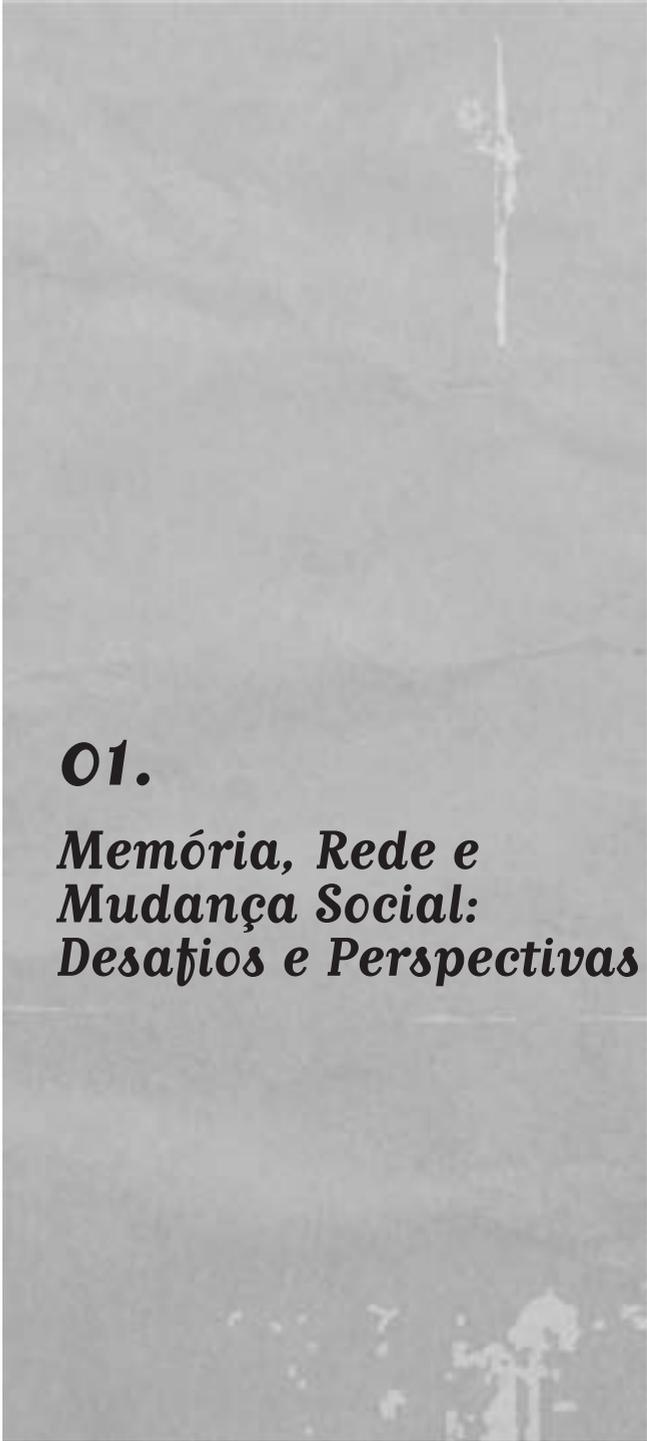
Da tradição oral à cultura digital, do repente ao rap, da escola à empresa, do jornalismo ao cinema, os palestrantes e conferencistas do Seminário refletiram sobre os três temas. Essas apresentações compõem a parte inicial deste livro. O primeiro texto traz a conferência do historiador inglês Paul Thompson, reconhecido como um dos principais pensadores contemporâneos da História Oral. A partir daí, os artigos estão

organizados segundo os eixos temáticos do evento: Tradição Oral no Mundo Digital; Histórias Digitais; Memória e Educação; Tecnologias e Histórias de Vida; Em Busca do Outro: Biografias e Histórias de Vida.

Na segunda parte do livro, o Museu da Pessoa compartilha a sua experiência no desenvolvimento de projetos de memória oral. Apresenta um guia inédito com os conceitos e as premissas que orientam seu trabalho, os passos essenciais de sua metodologia de registro e preservação de histórias de vida, além de dicas, exemplos e indicações de leitura. A elaboração deste guia parte da certeza de que todo grupo, comunidade ou instituição pode e deve, por si próprio, ser produtor, guardião e difusor da sua história. Indica um caminho para quem deseja preservar e difundir sua história por meio das pessoas, sabendo que ela diz respeito a todos e ganha nova dimensão ao ser conectada em rede.

Assim, a ação do Museu da Pessoa se soma a dezenas de iniciativas, com metodologias e abordagens próprias, que buscam preservar a memória no país. Uma variada mostra desse trabalho é trazida na última parte do livro com relatos de projetos e ações de memória ligadas a empresas, fundações, universidades e organizações sociais. Durante o Seminário, representantes desses projetos participaram de grupos de trabalho e relatos de experiências.

Das idéias, reflexões e práticas apresentadas nas próximas páginas, emerge um mapa de caminhos entrelaçados que leva a uma nova maneira de fazer e pensar a história. Um tesouro valioso, que desejamos conquistar.



01.

***Memória, Rede e
Mudança Social:
Desafios e Perspectivas***

Paul Thompson;
*professor de pesquisa em
sociologia na
Universidade de Essex e
Research Fellow
na Fundação Young, em
Londres. Autor de “A Voz
do Passado”, Editor-
fundador de Oral History
e fundador
da National Life Story
Collection na British
Library, em Londres.
Outros livros publicados:
“The Edwardians”;
“Living the Fishing”; “The
Myths We Live By”,
e “Growing Up in
Stepfamilies”. Mais recen-
temente, tem feito
gravações com famílias
transnacionais jamaicanas
para seu próximo livro,
“Jamaican Hands Across
the Atlantic”.*

Histórias de Vida como Patrimônio da Humanidade

História oral: patrimônio do passado e espírito do futuro

Paul Thompson

Em primeiro lugar, permitam-me dizer algumas palavras sobre como a história oral assumiu um papel diferente em etapas distintas do desenvolvimento humano. Isso porque, se voltarmos às sociedades muito antigas, aquelas anteriores à escrita e à imprensa, é claro que todo o conhecimento era transmitido de forma oral, incluindo habilidades cotidianas, trabalho, culinárias, bem como genealogia, história familiar, história oficial e literatura. Apenas como exemplo, vejamos Homero: antes de serem escritos, seus famosos poemas foram transmitidos durante 600 anos somente no “boca-a-boca”.

Depois disso veio a era da imprensa e da palavra escrita, que passaram a ser dominantes. Mas acho realmente importante lembrarmos que as formas de comunicação oral sobreviveram durante aquela época. Sobreviveram e ainda sobrevivem porque existem muitos papéis sociais importantes a serem cumpridos pelo oral.

Por exemplo, em cerimônias: nelas a parte oral geralmente é a mais importante. Quando nos casamos, o mais importante é quando dizemos para nosso futuro cônjuge que o estamos aceitando como marido ou mulher, e não quando assinamos os papéis. A parte mais importante é o oral. E o mesmo se aplica a ritos religiosos: à missa, à coroação de um rei ou uma rainha, por

exemplo. Ainda consideramos necessário falar em voz alta para fazer uma transição tão importante. Acho que isso também se aplica à expressão dos sentimentos de forma mais geral. Na verdade, a expressão dos sentimentos sempre foi mais poderosa quando falada do que quando escrita.

Certas áreas do conhecimento permaneceram basicamente orais, mesmo nas sociedades avançadas. Um exemplo disso seriam as histórias de família. Embora algumas famílias possam ter uma história escrita, especialmente as mais abastadas, na maioria das vezes ela é transmitida entre gerações por meio da linguagem oral.

Outro exemplo seriam as habilidades profissionais. Quando se assume um novo ofício, pode-se até fazer um curso, mas o mais importante é aprender fazendo. Vamos lá e tentamos; praticamos o trabalho e imitamos o que outras pessoas estão fazendo. Toda essa área de conhecimento não está nos livros, temos que aprendê-la observando, escutando e imitando.

E, finalmente, não podemos nos esquecer do papel da memória individual, a memória daquilo que aconteceu a nós mesmos, quem somos, como foi nossa vida, quem são nossos amigos, nossas memórias com relação a nossos filhos, o que eles fizeram e o que nos disseram. Não se pode operar na vida sem essa memória; ela é a parte mais central da consciência humana ativa, e é essencialmente oral. Para nos lembrarmos dela, podemos ser auxiliados por documentos escritos, mas grande parte depende só de nossa memória oral. Sem a memória pessoal não podemos viver, não podemos ser seres humanos.

Novas possibilidades

Estamos vivendo uma nova era, e este encontro é um símbolo disso. É uma era na qual, em função da chegada dos meios audiovisuais e eletrônicos, surge um novo potencial para a comunicação oral. E há muitos aspectos a serem considerados, entre os quais o poder de persuasão do audiovisual, do oral. A política foi totalmente transformada pela televisão e pela comunicação oral.

Eleições são vencidas, mais do que qualquer outra coisa, pela aparência dos candidatos e pela forma como falam e conseguem se apresentar efetivamente na televisão. É um mundo diferente da política do passado, baseada em discursos para reuniões de massa e matérias impressas de jornal. Um político do velho estilo precisava de eloquência erudita e uma voz alta, em lugar de uma cara bonita e um sorriso atrativo.

Em termos de uso do testemunho oral como evidência por parte da história e das ciências sociais, a reavaliação da comunicação oral trouxe um alcance e uma visão completamente novos. Isso também está vinculado à valorização social do testemunho e do patrimônio oral. Assim, na Grã-Bretanha, temos agora um grande fundo governamental, o *Heritage Lottery Fund*, que está estimulando pessoas de comunidades locais ou bairros, ou de grupos étnicos, a gravar seu patrimônio oral e transmiti-lo às crianças; a compartilhá-lo com outras pessoas através de livros e vídeos; transmiti-lo às crianças de escolas locais e arquivá-lo para o futuro. A história oral é considerada atualmente parte essencial de nosso patrimônio cultural. Essa é uma situação muito nova e, olhando para o futuro, acho que há possibilidades imensas, por exemplo, para criar novas conexões entre as pessoas em mundos sociais e geográficos diferentes; através do oral, criando novas solidariedades e novos entendimentos.

Esse novo entendimento pode ir desde, por um lado, o terapêutico e a solução de problemas – voltarei a esse assunto – até, por outro, o exploratório e o descritivo. Um exemplo desse novo mundo é o tema que estou pesquisando atualmente (com Elaine Bauer): as famílias jamaicanas transnacionais. No passado já havia famílias transnacionais, como as famílias britânicas de classes mais elevadas, que viajaram como soldados, almirantes ou funcionários públicos para diferentes partes do império. Mas o único contato que podiam ter com suas famílias era por meio de cartas, e cada carta podia levar seis semanas para chegar, e depois outras seis semanas antes que se recebesse uma resposta.

Um exemplo que ilustra bem esse fato é a história de uma mulher chamada Mary Douglas, que hoje é uma antropóloga inglesa famosa. Ela contou como seus pais eram funcionários públicos na Península Malaia. Um dia ela teve que ser mandada de volta para a Inglaterra para estudar, e o que aconteceu foi que ela perdeu o contato emocional com seus pais; seus avós, então, passaram a ser sua família emocional.

Hoje em dia isso já não ocorre. No caso das famílias jamaicanas, pode-se perfeitamente manter uma comunicação por telefone, e aquela proximidade emocional é mantida mesmo a milhas de distância. Desse modo, a nova família transnacional, ligada através de oceanos, é mais uma consequência do novo mundo dos meios audiovisuais e eletrônicos em que entramos. Este seminário é parte desse novo mundo.

As características da história oral

Gostaria de falar um pouco agora sobre como vejo as características da história oral. Permitam-me começar apresentando uma definição ampla, pois muitas vezes me perguntam: “o que é história oral? É um método? É uma disciplina? É um tema novo?” Bem, na minha opinião é uma abordagem ampla, é a interpretação da história e das sociedades e culturas em processo de transformação, por intermédio da escuta às pessoas e do registro das histórias de suas vidas. A habilidade fundamental na história oral é aprender a escutar. Gostaria de enfatizar que considero a história oral como um campo interdisciplinar. Ela não é simplesmente histórica, mas também sociológica – eu mesmo trabalho num departamento de sociologia, na Universidade de Essex –, antropológica e é parte dos estudos culturais em geral, pois ela se baseia nessa forma fundamental de interação humana, que transcende as disciplinas.

Nas minhas atividades, avancei do trabalho básico de historiador cada vez mais em direção à sociologia. Meu primeiro livro, *The Edwardians*, era sobre a Grã-Bretanha no início do século XX. Fiz uma grande pesquisa de história oral para ele,

com mais de 450 pessoas. Uma razão para mudar meu enfoque foi que me dei conta de que havia cometido um erro grave ao gravar somente as memórias dos entrevistados até 1920 – que era o que bastava para o projeto original. Isso fez com que ficássemos sem saber o que aconteceu com eles depois disso, limitando outros possíveis usos para as entrevistas.

Mais tarde passei a considerar as histórias de vida como a forma principal de entrevista, e meus livros mais recentes têm se concentrado muito mais nas vidas das pessoas até o presente. Por exemplo, escrevi um livro sobre a experiência do envelhecimento, *I Don't Feel Old*. Outro se chama *Growing up in Stepfamilies*, sobre famílias reconstituídas, nas quais os pais voltaram a se casar, e que se baseou em entrevistas com jovens entre 30 e 40 anos. Vemos, então, que se pode utilizar essa abordagem em diferentes disciplinas.

Devo enfatizar que há uma conexão íntima entre a história oral e a antropologia, em parte porque o uso de histórias de vida sempre foi importante na antropologia da América do Norte e da América Latina. Oscar Lewis é, talvez, o mais famoso de todos os antropólogos que trabalham com histórias de vida, e alguns de seus livros acabaram por se tornar clássicos. Falo de obras como *Pedro Martinez*, que conta a história de um camponês mexicano nos anos da revolução, e *The Children of Sanchez*, que retrata a vida de uma família mexicana pobre numa favela da Cidade do México. A mais lida de todas as histórias de vida da história oral, *Me Llamo Rigoberta Menchu, y así me Nació la Conciencia* – a dramática descrição dos sofrimentos e lutas de uma camponesa guatemalteca – também foi registrada por uma antropóloga. O Brasil mesmo possui uma excelente tradição antropológica desse tipo.

De forma menos intensa, em meu próprio trabalho, utilizo algumas das técnicas antropológicas, como tipos não invasivos de observação participante, mantendo um caderno de campo para registrar o que noto. Por exemplo, quando estava trabalhando com comunidades pesqueiras na Escócia para meu livro *Living the Fishing*, eu costumava sentar no bar onde os velhos

pescadores estavam, na enseada. Observávamos os barcos chegando e eles me contavam quem estava em cada um deles; falavam do caráter do capitão do barco e também um pouco de suas próprias vidas. Pode-se aprender muito dessa maneira.

Mais recentemente, com o projeto jamaicano, tenho estado em vilas da Jamaica com as famílias, observando essa sociedade de dentro. Acho que se ganha muito ao misturar os métodos de pesquisa social, em lugar de ficar preso a um único método.

Nesse espírito, também gostaria de dizer que não acho uma boa idéia simplesmente praticar história oral como forma de pesquisa qualitativa, pesquisa em profundidade, sem qualquer conexão com o trabalho quantitativo. Se quisermos utilizá-la com eficácia, nas ciências históricas e sociais, precisamos nos valer dos dois recursos, porque eles têm necessidade um do outro.

No trabalho que estou desenvolvendo atualmente sobre migração, tenho acesso aos números oficiais, mas, por outro lado, sei que as estatísticas não são confiáveis. Ninguém sabe quantos jamaicanos há em Nova Iorque. Pode-se ter acesso aos dados oficiais do censo, mas alguns especialistas acreditam que eles chegam apenas à metade do número de jamaicanos na cidade, porque muita gente chegou ilegalmente (na verdade, nas nossas entrevistas, a grande maioria). Com certeza só se pode começar a entender os processos sociais que estão por trás da migração por meio de um método como a história oral, entrevistando pessoas. Depois será possível voltar aos números e talvez aí eles comecem a fazer algum sentido. Mas se não dermos esse segundo passo, conectando os dois processos, nunca saberemos se as entrevistas são ou não representativas, e é preciso saber disso se queremos ser historiadores ou cientistas sociais sérios.

No meu trabalho, sempre tentei combinar os dois aspectos. No meu primeiro livro, *The Edwardians*, construí uma amostra, de forma que tínhamos 450 entrevistas, e elas refletiam a população da Grã-Bretanha no início do século XX em termos de categorias profissionais, moradores da cidade ou do campo, e assim por diante. No trabalho mais recente, com as famílias adotivas, tiramos a amostra de um outro levantamento social

mais amplo, ficando com uma subamostra, de maneira a ter certeza que não estávamos diante de um grupo arbitrário. Isso foi muito estimulante para mim, muito importante quando, mais tarde, apresentamos e defendemos as conclusões da pesquisa.

Outro bom exemplo seria o livro de Diana Gittins *Fair Sex: Family Size and Structure* sobre a limitação da família, porque essa é uma área absolutamente crucial para entender o passado, nossa história e o futuro – para compreender por que as pessoas decidem ter mais ou menos filhos. De certa forma, pode-se dizer que existem dois processos fundamentais na sociedade: um deles é a produção de coisas, que acontece nas oficinas e nas fábricas, e o outro é a geração e a socialização de seres humanos, que acontece nas famílias. Temos muita documentação sobre a produção de coisas, mas pouca sobre a produção de pessoas, e esse é o tipo de questão no qual a história oral pode ajudar bastante.

Historiadores e sociólogos costumavam considerar que a razão pela qual as pessoas começaram a ter menos filhos nas sociedades mais avançadas era a influência da classe média. Muitos livros afirmam isso. Mas Diana Gittens, quando fazia mestrado na Universidade de Essex, realizou uma série de entrevistas com mulheres locais e descobriu que as que tinham maior contato com a classe média, como as que eram empregadas domésticas de famílias de classe média, tinham menos informações sobre contracepção. As que conheciam anticoncepcionais eram as que trabalhavam em fábricas ou escritórios e conversavam entre si no trabalho, trocando informações.

Contrariando os livros, não havia um canal de comunicação da classe média com a classe operária. Na verdade ficou claro que, muitas vezes, os profissionais de classe média, mesmo os médicos, deliberadamente enganavam as mulheres da classe operária com relação a anticoncepcionais. Por outro lado, as operárias tinham seu próprio canal de comunicação, e o estímulo para ter menos filhos vinha de seus desejos e de seu conhecimento, em lugar de lhes ser imposto de cima. Elas eram

protagonistas esquecidas. Diana chegou a essa interpretação por meio de um pequeno grupo local de vinte entrevistas iniciais.

Depois disso ela passou a comparar o que tinha descoberto com os números do censo sobre fertilidade. Até aquele ponto os demógrafos só haviam questionado as ocupações dos homens em relação à fertilidade; eles nunca investigaram se as ocupações das mulheres tinham importância. Diana, porém, conseguiu demonstrar que o lugar onde as mulheres trabalhavam fazia uma enorme diferença. As que trabalhavam em fábricas, especialmente as casadas, estiveram à frente da redução no tamanho da família a partir do final do século XIX.

O livro de Diana é, na minha opinião, uma das contribuições mais originais que a história oral já deu à história social e à sociologia. É importante não apenas porque mudou nossas idéias sobre os processos sociais na difusão da limitação da família, mas também porque mostrou de que forma os atores na história podem ser pessoas completamente desconhecidas, como essas mulheres de classe trabalhadora.

Quais são os temas fundamentais, os temas mais importantes para se fazer um trabalho original em história oral? Um deles, na verdade, é o das vozes ocultas. Não estou dizendo que vocês só deveriam estudar os atores ocultos e os pobres, porque já se fez história oral muito importante também sobre os poderosos, os políticos, os artistas, os empresários, os empreendedores e assim por diante.

Um exemplo muito bom de trabalho de pequeno porte nesse campo empresarial vem a ser um dos primeiros trabalhos do Museu da Pessoa. Eu me lembro, com satisfação, de ir um dia com sua diretora ao Mercado Municipal de São Paulo, e dar de presente um livro com suas entrevistas a alguns dos pequenos comerciantes que lá estavam. Mas isso já é uma digressão. Em geral, as pesquisas mais fecundas são claramente aquelas onde se estudam as pessoas menos documentadas nos registros históricos convencionais. Isso significa, em geral, trabalhadores não-especializados com relação aos especializados ou aos profissionais liberais, as

mulheres mais do que homens, os destituídos, os analfabetos, as minorias étnicas, os imigrantes de lugares diversos – todos esses são mal documentados e, assim, constituem campos ótimos para a história oral.

Temas centrais para a história oral: esferas ocultas

Já fiz algumas menções à importância de estudar não só os relacionamentos familiares em termos de demografia, mas de forma a cobrir toda a área do casamento, assim como a da infância e da velhice nas famílias. Nada disso é possível sem a história oral, porque as únicas outras fontes que temos são discussões políticas e leis sobre aquilo que as famílias deveriam estar fazendo, ou a discussão religiosa do mesmo tipo – o tipo de trabalho que Foucault utilizava. Os registros de violação de leis de família, os registros de divórcio, os registros da Igreja sobre mau comportamento, e assim por diante, são muito importantes, mas não nos dizem nada sobre o que era normal; a única coisa que podemos fazer é deduzir, a partir do anormal, como o normal poderia ter sido, mas isso não é suficiente.

Precisamos de estudos sobre o normal, e para isso precisamos ter a história oral. Na minha opinião só é possível fazer história familiar de boa qualidade sobre o século XX. Antes disso, pode-se ter a história familiar dos ricos, dos privilegiados, mas não uma história familiar genuína das pessoas comuns e dos pobres. Há um risco muito grande de se fantasiar a história mais antiga, e já houve mesmo uma grande quantidade de fantasia por parte dos historiadores, alguns até conhecidos, que escreveram coisas como: no passado, os casais mais pobres não se amavam, ou que não compreendiam o amor, ou que os pais não amavam seus filhos. Essas afirmações, em minha opinião, são fantasias completas, não são baseadas em evidências, mas na crença absurda de que os seres humanos se tornaram melhores com o passar dos séculos.

Há outras esferas ocultas: crime, desvios de comportamento, violência, por exemplo, as drogas. Alguns trabalhos da

Escola de Chicago como os de Clifford Shaw e os de Becker são exemplos disso. Há uma tradição sociológica forte nessa área, e também há algum trabalho desse tipo no Brasil. Há também a migração ilegal, que já mencionei, e outros aspectos ilegais da migração, como o turismo sexual (outra área interessante) e a cultura informal do trabalho. Existem muitos registros sobre o mundo do trabalho feitos por empresas, como os registros dos sindicatos, mas nenhum deles fala sobre a cultura informal do local de trabalho, o que realmente acontece lá.

Realizei um projeto sobre trabalhadores da indústria automobilística na Grã-Bretanha e descobri que as descrições da experiência cotidiana no local de trabalho e todas as coisas que as pessoas estavam fazendo eram impressionantes. Muitos deles estavam jogando de várias maneiras; jogavam cartas, é claro, jogavam xadrez. E cozinhavam também: caçavam coelhos fora da fábrica e os cozinhavam ali. Alguns deles estavam até mesmo escrevendo teses.

Em épocas festivas eles criavam decorações impressionantes na fábrica, feitas com pedaços de carros, produzindo luzes que piscavam e giravam no teto. Parecia que elas eram feitas, em parte, para mostrar suas habilidades, porque aqueles trabalhadores eram de linha de montagem, semi-especializados. As entrevistas mostraram isso: eles queriam ser considerados pessoas qualificadas e tinham várias formas de demonstrar isso. Além dessa expressão por meio do lúdico, criando essas decorações, também tinham vários dispositivos, maneiras de se alternar em diferentes tarefas na linha de montagem, de forma que, no final, todos soubessem como fazer um carro inteiro. Eles nunca produziam um carro, mas sabiam como produzir todas as partes, e isso fazia com que se sentissem qualificados.

Também fiquei impressionado com o quanto de inovação acontecia no local de trabalho, mesmo na fábrica de carros, às vezes simplesmente adaptando um equipamento, tornando-o mais fácil ou mais rápido de trabalhar. Uma das tragédias na situação britânica é o fato de os empregadores não notarem essas invenções por achar que os trabalhadores não deveriam

estar fazendo esse tipo de coisa. Eles produziam invenções, por exemplo, para economizar material, ou reutilizar as coisas, mas suas obras eram simplesmente ignoradas.

A última área das esferas ocultas que quero mencionar é a recepção da cultura, que considero muito interessante. Nos estudos culturais tem havido uma tendência a observar a produção da cultura, dos filmes e da televisão, mas não a sua recepção. Considero muito importante compreender como as pessoas utilizam a cultura, o que elas trazem para suas vidas, e posso lhes apresentar exemplos disso.

O primeiro é um exemplo relacionado ao mundo do trabalho. Um aluno meu, Junko Sakai, fez um estudo maravilhoso sobre bancos japoneses na cidade de Londres. Como os japoneses e os ingleses têm culturas diferentes, os homens com origens diferentes nos bancos simplesmente não conseguiam se comunicar. Com o tempo o banco teve que funcionar num sistema duplo, havendo um sistema japonês, com reuniões em japonês, e também o sistema inglês, paralelamente. A única conexão eficaz entre as duas partes eram as mulheres que se casaram com ingleses, e que eram o canal de comunicação que fazia com que o sistema como um todo funcionasse. Não há absolutamente menção sobre isso nos documentos – tudo veio simplesmente da história oral.

A recepção da cultura nos lares é igualmente interessante. Dá para saber tudo sobre a televisão, mas o que as pessoas estão fazendo quando assistem à TV? O que isso significa para elas? Qual a sua compreensão? Houve uma exposição muito boa na Inglaterra, sobre um quadro famoso, chamado *The Cornfield*, de John Constable, que está em nossa *National Gallery*. A exposição reuniu muitos exemplos de reproduções do quadro, de muitas formas: em pratos, em tapeçarias, em quadros. Aí entrevistaram uma série de pessoas que possuíam essas reproduções para perguntar o que o quadro de Constable significava para elas. Foi fascinante ver as interpretações que as pessoas faziam!

Esse quadro mostra um menino deitado, e algumas pessoas tinham uma visão sombria, dizendo: “ah, ele está

morto”. Outras diziam: “não, ele é um pastor e tem um cachorro ali; ele está apenas descansando um pouco e em seguida vai sair correndo por aí novamente com suas ovelhas”. Ou então, com relação à paisagem como um todo, alguns diziam: “ah, é uma típica paisagem inglesa, isso me lembra da beleza do interior da Inglaterra”. Mas uma mulher da Jamaica disse: “isso me lembra a paisagem jamaicana”. Foi um exemplo extremo de como as pessoas podem projetar suas próprias visões em um objeto cultural. Acho que precisamos conhecer muito essa vida que está acontecendo na cultura.

Mitos e tradições orais

Outro tema fundamental é o do mito e da tradição oral. Já foram feitos trabalhos maravilhosos com índios na América do Norte sobre o direito à terra, usando história oral. Hugh Brody escreveu um livro chamado *Maps and Dreams*, sobre um território indígena de caça que foi utilizado para sustentar os argumentos para a manutenção da terra deles, de modo que esse é um papel fundamental cumprido pela história oral. Nos tribunais canadenses, aceita-se um documento de história oral como forma válida de testemunho, e não era assim no passado. Você têm uma situação parecida, muito interessante, com os quilombos aqui no Brasil, em que o testemunho oral está sendo usado para estabelecer os direitos das pessoas à sua terra.

Escrevi sobre esse tipo de mito na vida cotidiana, em *The Myths We Live By*, um livro que escrevi com Raphael Samuel. Ali, há exemplos muito interessantes. Um deles era sobre uma greve numa escola e a forma como se criaram mitos em apenas algumas horas. Mitos sobre heróis, como de outros garotos que pularam de alturas enormes, do prédio da escola, e sobreviveram – uma completa fantasia. A disputa era em parte relacionada ao sistema de calefação, que não estava funcionando naquela escola italiana, no inverno. Um tema muito específico, talvez, para um inverno em São Paulo! As crianças entraram em greve porque a escola estava fria demais. Elas

diziam que havia oito aquecedores na escola e todos eles estavam na sala da diretora, que se mantinha aquecida enquanto elas congelavam – o que, mais uma vez, não era verdade. Tudo resultou num projeto de história oral muito interessante sobre a dinâmica real da greve, e também sobre qual a importância desses mitos na sua manutenção.

Há também as histórias de família que, mais uma vez, são muito importantes para motivar as pessoas, para transmitir modelos de comportamento, por vezes negativos, para ajudá-las a entender sua identidade e, muitas vezes, realmente transmitir modelos. Um dos exemplos mais fascinantes com que me deparei é a família de um londrino chamado John Byng Hall, que é descendente do almirante Byng, que perdeu a ilha de Minorca para os franceses em meados do século XVIII, e foi morto a tiros pelos britânicos, acusado de covardia. Desde então, John me disse, os homens da sua família têm sido assombrados por essa história, e assim, repetidas vezes, em cada geração, um deles realiza atos exagerados de bravura. Por exemplo, cerca de cem anos atrás um deles era governador na Nigéria, e, quando houve uma rebelião dos africanos, ao invés de convocar as tropas, ele vestiu uma grande sotaina branca, uma espécie de vestido, subiu numa colina e ficou lá em cima. Acabou funcionando, porque os rebeldes ficaram muito assustados, pensando que fosse algum fantasma. Ele conseguiu, mas isso é uma coisa muito louca de se fazer.

Da mesma forma, o pai de John insistiu em ficar na selva, durante o conflito Mao-Mao, no Quênia, e em dormir com uma arma entre ele e sua mãe, na cama. Ele mantinha essa arma na cama, entre eles, o tempo todo, uma bravura um tanto exagerada – ele poderia muito bem ter se refugiado durante esse período.

O próprio John tinha uma memória especialmente vívida de quando era criança. Seus pais estavam no Quênia, mas ele estudava na Inglaterra, e foi enviado de navio de casa para a escola. Quando a viagem começou, ele não sabia que já tinha pólio. Em seguida, no navio, começou a delirar e teve uma dor horrível, e sonhou que uma bala de canhão tinha lhe atingido

nas costas. É claro que era a dor da doença, mas ele sonhou que era um tiro de canhão nas costas, assim como seu ancestral. Então esse mito de família está ali, no subconsciente; parece que isso acontece com muita gente.

Temos entrevistado jamaicanos, como eu disse, e eles também têm mitos de família que podem ser interessantes. Eles nunca falam sobre mitos dos escravos, eles falam sobre dois tipos de pessoas: seus ancestrais negros livres, os marrons, como o povo dos quilombos, e os ancestrais europeus – porque a maioria dos jamaicanos tem algum ancestral europeu, a quem eles se referem de forma muito ambivalente. Por um lado, são visivelmente felizes por terem sangue misto, pois acreditam na mistura. Por outro, retratam essas pessoas como sendo homens devassos que saem por aí fazendo filhos por toda parte, irresponsavelmente. No entanto, esse tipo de masculinidade européia provou ser, acho eu, um verdadeiro modelo para a masculinidade jamaicana posterior.

Conexões através das vidas

O último tema fundamental é o das conexões através das vidas, porque por meio desse tipo de evidência se podem conectar áreas que os documentos separam. Mais uma vez a migração é um exemplo disso. Um dos primeiros exemplos de uma história de vida utilizada para a pesquisa social foi a autobiografia escrita de Wladek, um polonês que emigrou para América do Norte e foi contratado para escrever sua história pelos sociólogos Thomas e Znaniecki, de Chicago. Ela ocupa todo um volume chamado *The Polish Peasant in Europe and América*. Por intermédio desse tipo de trabalho obtem-se informações sobre a vida antes e depois da migração, e se pode estudar, em uma única vida, a transição de uma cultura para outra. Não há outra forma satisfatória de fazê-lo.

Além disso, há o relacionamento entre família e trabalho, que tem sido uma área importante para mim. Para escrever *Living the Fishing*, fiz entrevistas nas comunidades pesqueiras

no norte da Escócia, buscando entender como formas diferentes de criar os filhos resultaram em atitudes diferenciadas na idade adulta, diante do trabalho. Descobri que, em algumas áreas das Ilhas Hébridas, as crianças foram criadas de forma rígida. Nessas áreas a pesca permaneceu tradicional e as pessoas não conseguiram se adaptar à necessidade de novos mercados, novas tecnologias, novas formas de pesca. Em outras partes da Escócia, ao contrário, particularmente no nordeste e nas Ilhas Shetland, as crianças foram encorajadas a ter suas opiniões, a participar das discussões dos adultos e a pensar por conta própria. Quando adultas, tornam-se pescadores inventivos e empreendedores. Havia uma conexão direta entre família e trabalho, mas não foi possível identificá-la a partir dos documentos, porque os documentos oficiais tratavam apenas da economia, nada dizendo sobre os tipos diferentes de vida familiar, o que tivemos que construir totalmente por meio da evidência oral. Antes de irmos até lá conhecíamos a economia, mas nada sabíamos dos tipos diferentes de estrutura familiar e seus relacionamentos.

Outra conexão interessante é a forma como a criatividade individual se desenvolve. Recentemente, tenho observado pesquisadores das áreas sociais, e estou muito interessado na forma como sua infância se relaciona com o que vêm a fazer mais tarde na vida. Um dos meus entrevistados foi o sociólogo Peter Townsend, que trabalhou toda a vida com pobreza e sua relação com a família. Atualmente ele tem trabalhado com pobreza no mundo e tem enfatizado a importância das famílias ampliadas como sistemas de apoio. Acontece que o pai de Peter desapareceu, e ele foi criado como filho único de uma mulher que era cantora e costumava ficar fora por longos períodos, em vários locais de veraneio no litoral, cantando para viver. Peter ficava aos cuidados de sua avó, de modo que ele veio de uma família reduzida, e acho que sempre sentiu falta de uma família maior. Grande parte do trabalho de sua vida foi sobre isso.

Na *National Life Story Collection*, em Londres, registramos um grande número de histórias semelhantes com pintores e escul-

tores. No Brasil há enormes oportunidades para desenvolver esse tipo de projeto. Uma idéia que eu tive, que, infelizmente não deu certo, foi resultado de uma visita à cidadezinha ceramista de Alto do Moura, onde conheci Manuel Galdino, que não era só ceramista, mas também repentista. Ele fazia uma cerâmica muito individual, era um artista de verdade. Hoje seu trabalho é reconhecido nacionalmente, mas ele levava uma vida muito simples ali. Tive a idéia de fazer sua história de vida e combiná-la com fotografias do seu trabalho e, também, com gravações das histórias que ele contava e da poesia que recitava. Eu e uma de minhas ex-alunas brasileiras, Ana Dourado, chegamos a dar início ao trabalho, mas ele morreu pouco depois da primeira gravação; e de forma muito desnecessária: simplesmente porque sua família não tinha dinheiro para levá-lo ao hospital. Mas certamente há outros artistas locais que poderiam ser tema desse tipo de projeto no Brasil.

A dupla força da história oral

Não vou falar muito sobre o próximo ponto, que está relacionado à força dupla da história oral. Vocês podem levantar isso na discussão, ou na oficina, se quiserem. Escrevi bastante sobre isso em *A Voz do Passado*. A questão que se coloca é: podemos acreditar nessa evidência? Acho que a resposta para essa pergunta é que a história oral contém um mistura do subjetivo e do objetivo, e parte do interesse está em entender como as experiências do passado são reinterpretadas na memória.

Olhar os elementos subjetivos e objetivos lado a lado é a forma mais eficaz de análise. Isso porque toda entrevista tem informações objetivas, que as pessoas não inventam, ou raramente inventam, como sua data de nascimento, com quem se casaram, quantos filhos tiveram, que tipos de trabalho fizeram e assim por diante. Há algumas exceções, mas essas questões geralmente são contadas de forma precisa. Tem toda essa informação factual, mas, ao mesmo tempo, há uma reformatação da história passada, da qual já falei, por exemplo, com as histórias de famílias jamaicanas. Por que eles se lembravam

dos ancestrais mestiços, ou dos negros livres, e não dos ancestrais escravos? Principalmente porque é parte da cultura jamaicana como um todo olhar para frente, “caminhar firme”, e não se deixar ficar na memória da escravidão como uma coisa negativa – olhar para o futuro e produzir algo para o futuro, em parte, por meio de uma habilidade de se misturar.

Mobilizando indivíduos e comunidades

Gostaria, agora, de comentar o impacto social da história oral e citar alguns casos. A mobilização de indivíduos idosos, por exemplo. Existem trabalhos na Grã-Bretanha e em alguns outros países – na Itália, por exemplo – utilizando a história oral como forma de terapia. É a chamada de terapia da reminiscência, desenvolvida por assistentes sociais e profissionais da saúde. Basicamente o que acontece é que, num hospital ou centro para idosos, faz-se uma apresentação misturando velhas fotografias, gravações de música de quando eram jovens e gravações de entrevistas sobre as memórias. O efeito é maravilhoso para fazer com que falem uns com os outros e, no caso de pessoas que quase pararam de falar porque estão deprimidas, isso pode realmente fazê-las voltar a falar. Esse método tem-se mostrado muito eficaz.

Da mesma forma pode-se ver a história oral como um reforço cultural para alguns grupos de pessoas: bairros, aldeias, grupos étnicos e coisas do tipo. Na Grã-Bretanha, como já mencionei, temos muitos projetos sobre patrimônio financiados pelo governo, nos quais geralmente se produz um vídeo que é apresentado em público, um folheto, algum material para crianças das escolas locais. Essa é outra forma. Nesse caso também pode haver uma vinculação das pessoas mais velhas com as crianças, um aspecto especial desse tipo de projeto, que tem um valor social em si. Os mais velhos são levados às escolas para falar às crianças sobre suas experiências, criando um vínculo humano entre as gerações que não é muito fácil hoje em dia, em algumas cidades grandes. Há organizações que têm feito

campanhas na Grã-Bretanha para promover um papel mais ativo dos avós na criação das crianças, não apenas em relação a seus próprios netos, mas também em termos mais gerais.

Além disso, há o papel potencial da história oral na mobilização da comunidade. Na verdade, embora eu tenha visto exemplos disso em muitos países, alguns dos melhores eu encontrei no Brasil. Em Recife, há duas favelas, Brasília Teimosa e Casa Amarela, onde há um trabalho da Ana Dourado e do Antônio Montenegro. Eles criaram projetos de história oral que foram utilizados para proporcionar material para as crianças nas escolas, mas que tiveram um efeito dinâmico sobre a comunidade, tornando-se, de certa forma, parte da galvanização política dessas áreas. O resultado foi que ambas as favelas foram reconhecidas pelo prefeito, e eles conquistaram o direito à terra e serviços básicos, água e luz, etc. Se vocês um dia forem a essa cidade, vale a pena visitar esses dois bairros, porque a transformação que ocorreu desde então é simplesmente impressionante. As habitações eram barracos de madeira ou zinco, ou barracos de lata; eram realmente favelas. Hoje são bairros bastante atrativos, com casas bem construídas, de alvenaria, e foram plantadas árvores. São lugares muito agradáveis, e mostram um processo de transformação por meio da autoconfiança, no qual a história oral pôde cumprir um papel vital.

Trabalho de desenvolvimento

Poderia falar também do trabalho de desenvolvimento, sobre o qual já escrevi, com Hugo Slim, um livro chamado *Listening for a Change*. Há muitos exemplos desse tipo de trabalho, mas vou citar apenas um: na Índia, em Karala, existe um programa de desenvolvimento sendo realizado com as comunidades pesqueiras. Numa fase inicial, todo o dinheiro foi investido em novos barcos para os pescadores.

Assim que se começou a fazer o trabalho de história oral, no entanto, as agências de desenvolvimento perceberam que os pescadores eram apenas metade do processo; perceberam que

o trabalho das mulheres no processamento do peixe e em sua colocação no mercado era igualmente essencial. Portanto elas também necessitavam de equipamentos melhores, instalações melhores, etc.

Há diversos exemplos disso e, a propósito, a própria história oral das ONGs pode ser interessante. Quando estava na Inglaterra, uma aluna minha, Andréa Zurri, que agora é professora de antropologia em Belo Horizonte, fez entrevistas do tipo da história oral com britânicos que estavam trabalhando na Amazônia. Eles ficaram surpresos ao ver que uma antropóloga brasileira os estava entrevistando. Eles diziam: “você não deveria estar nos entrevistando, aqui na Grã-Bretanha; você deveria estar na Amazônia, entrevistando os índios”.

Uma vez finalizado o trabalho, eles perceberam que o resultado era uma visão interessante do interior das ONGs; uma análise da dinâmica dessas organizações e de suas dificuldades para ajudar a transformar a realidade concreta na floresta. Voltamos à velha questão: é preciso trabalhar em ambas as pontas.

Trazendo à tona antigas feridas: reconciliação

A escuta pode exercer um importante papel como forma de tornar públicas certas feridas do passado. Um caso interessante foi o de um programa realizado para a TV britânica por Steve Humphrey, um velho amigo e colega meu, chamado *Sex in a Cold Climate*. Tratava das *Magdalen Homes*, na Irlanda, instituições dirigidas por freiras, nas quais jovens eram colocadas quando se pensava que haviam cometido alguma transgressão sexual. Por vezes, na verdade, o que havia acontecido é que os padres tinham tentado abusar das jovens, e estas, quando se queixavam, eram mandadas para essas instituições. Uma vez lá, sofriam mais abusos físicos e sexuais por parte das freiras que dirigiam o lugar; o fato era conhecido por algumas pessoas, mas não muitas.

Quando Humphrey e sua equipe começaram a tentar registrar a história oral dessas mulheres – embora tenham

encontrado muito poucas com histórias na Irlanda – as irlandesas não estavam realmente dispostas, no final das contas, a falar em público, de forma que o programa teve que ser realizado por meio de quatro irlandesas que moravam na Inglaterra.

Felizmente Steve cuidou de providenciar uma linha telefônica de ajuda e, assim que o programa foi transmitido, mais de 400 telefonemas foram feitos da República da Irlanda, telefonemas de mulheres que haviam sofrido agressões semelhantes. A questão toda veio à tona, deixando de ser segredo, e surgiu, enfim, a possibilidade de se lidar com ela.

O programa para a televisão recebeu prêmios e deu origem a um filme, feito por outro diretor, com novas entrevistas dos mesmos grupos de mulheres, tornando-se um sucesso internacional chamado *The Magdalen Sisters*.

O último exemplo do potencial de reconciliação por meio da história oral é o caso da Comissão da Verdade da África do Sul. Ela foi quase um tribunal de história oral, exceto pelo fato de que teve um caráter mais de confissão do que de punição. Foi transmitida ao vivo na televisão sul-africana, semana após semana, e acho que o objetivo subjacente foi o de ajudar as pessoas a se compreenderem, a sentir alguma solidariedade, a ver como cada lado impôs sofrimento ao outro. Foi uma idéia brilhante, um passo no sentido de trazer reconciliação àquela sociedade que ainda permanece tão dividida por suas memórias dolorosas.

Acho que existem possibilidades de fazer esse tipo de coisa em outros lugares do mundo, por exemplo, no processo de paz do Oriente Médio. Para que ele chegue a algum lugar, israelenses e palestinos têm que começar a trocar suas histórias.

É muito interessante que esse processo esteja agora acontecendo entre Grécia e Turquia. Há um intercâmbio de debates históricos agora, mas até cinco anos atrás historiadores turcos e historiadores gregos simplesmente não se encontravam. Nos dois países eles estavam registrando histórias de pessoas que haviam sido desalojadas, que haviam perdido suas aldeias, que tinham o tipo de ressentimento de quem é expulso de sua casa de infância, mas não prestavam atenção no sofri-

mento do país vizinho. Agora que estão se encontrando, estão começando a entender que o sofrimento aconteceu dos dois lados. Esse é o caminho rumo ao perdão e à reconciliação.

História oral na globalização multimídia

A última questão que quero comentar é a possibilidade de se compartilhar a história oral por meio do trabalho multimídia globalizado. Devo começar com uma advertência: apóio totalmente o que está acontecendo aqui, no Museu da Pessoa; na verdade, acho uma conquista maravilhosa, mas não vamos imaginar que vai resolver todos os problemas. Isso porque, infelizmente, mesmo nos países avançados, apenas metade da população está utilizando a Internet. Acho que para grande parte do trabalho de história oral com pessoas e comunidades mais pobres, vamos ter que continuar utilizando técnicas mais primitivas, como apresentações em vídeo, teatro, livros e coisas do tipo.

Isso se torna um problema muito mais extremo quando se considera a situação de países mais pobres da África. Eu me lembro de estar numa conferência desse tipo em Paris, onde conheci um homem da República Mali. Ele nos contou que estava aprendendo técnicas avançadas para museus, usando a Internet, mas achava que o seu computador era o único existente no país. Não sei se era verdade, mas isso mostra que a situação de comunicação pode ser muito diferente em países distintos, dependendo de seus recursos, e temos que estar abertos a usar uma gama de técnicas diferentes, dependendo da situação. Feita essa ressalva, examinemos o que se pode realizar por meio dos novos métodos.

Para concretizar essas possibilidades, antes de qualquer coisa, precisamos nos certificar de que o trabalho de história oral seja arquivado e fique disponível como recurso público. No Reino Unido, até o final da década de 80, apenas 10% de todo o material de história oral chegava a qualquer tipo de arquivo, e a maioria desses arquivos era extremamente ruim, sem as condições adequadas para preservação ou acesso por parte de outras

peças. Essa é uma questão em que eu tenho trabalhado muito nos últimos quinze anos. Temos agora, na Grã-Bretanha, por meio do *Economic and Social Research Council*, uma organização chamada *Qualidata*, que tem buscado materiais importantes de história oral; não apenas de historiadores dessa área, mas também de antropólogos e sociólogos. Ela os coloca em arquivos e disponibiliza a pesquisadores, escritores e comunicadores. Mais recentemente a *Qualidata* passou a fazer parte do *UK Data Archive*, que tem sede na Universidade de Essex, e muitos dos acervos anteriores – incluindo nossas próprias primeiras entrevistas de história oral nos anos 70 para *The Edwardians* – estão sendo digitalizadas.

Também organizei a *National Life Story Collection*, com sede no *National Sound Archive* e na *British Library*, onde temos uma série de programas de registro muito parecidos com o trabalho que o Museu da Pessoa tem feito. Temos entrevistado, por exemplo, pintores e escultores da *Tate Gallery*, ou os financistas na City de Londres; temos entrevistado petroleiros de todos os tipos, trabalhadores da siderurgia, da alimentação.

Um projeto muito grande foi feito pela BBC para a virada do milênio, no qual mais de seis mil pessoas tiveram seus depoimentos gravados em toda a Grã-Bretanha – foram escolhidas em uma base de amostragem bruta. Essas histórias de vida estão todas disponíveis ao público, resumidas, de forma que se pode pesquisar digitalmente, por tópicos, temas e assim por diante. Isso criou um novo recurso público.

Esses são exemplos do que se pode fazer no sentido de compartilhar materiais; pode-se avançar mais e colocá-los na Internet, ou seja, estamos planejando fazer isso com muitos de nossos projetos. Pode-se pensar em conectar isso com todo um conjunto de pessoas, um material que possa ser adaptado a públicos distintos. Por exemplo, na Suécia existe um concurso anual de autobiografias. A primeira etapa é escrita, e eles estabelecem um tema diferente todos os anos: às vezes histórico, às vezes contemporâneo. Num estágio posterior uma minoria de autores é entrevistada, e esse material fica disponível na Internet para escolas e bibliotecas.

Questões práticas

Existem muitos problemas que precisamos discutir, e talvez venhamos a falar disso nas oficinas. O primeiro deles é o que guardar, entre todo o material de história oral que é registrado. Há uma enorme quantidade de material sendo produzida e não se deve sobrecarregar as pessoas com excesso de informações.

A partir de minha experiência, eu diria que o material mais utilizado é, em primeiro lugar, aquele que tem caráter nacional em termos de cobertura. Em segundo, registros completos de histórias de vida, ao invés de apenas pequenas entrevistas temáticas. Em terceiro, o que tem algum tipo de base de amostra, uma tentativa de fazer disso um grupo representativo, de alguma forma.

A seguir, temos que decidir como organizar o material que estamos divulgando. Tenho absoluta certeza de que é preciso transcrever, independentemente do custo. Um dos erros que têm sido cometidos em alguns museus e arquivos é simplesmente indexar e resumir as entrevistas, e conectar apenas com o som. Isso toma muito tempo da maioria dos usuários para ser utilizado. Outra pergunta é: como se coloca isso nas referências temáticas? É preciso encontrar a forma.

Outro problema muito difícil é a questão da confidencialidade e dos direitos autorais — talvez alguns de vocês queiram falar sobre isso. Precisamos de uma mudança na prática dos pesquisadores, em minha opinião. No momento, as pessoas tendem a produzir projetos maravilhosos, e depois pensam: “bom, como possibilitar que outras pessoas compartilhem disso? Eu não disse às pessoas que eu estava gravando”. A prática que temos defendido é a seguinte: sempre que se fizer uma entrevista, o entrevistado tomará a decisão crucial. Deve haver um formulário de consentimento que traz uma descrição do projeto, apenas umas cinco linhas, onde se lê a pergunta: “você autoriza que se utilize esta entrevista junto com o projeto?” Essa é a primeira pergunta. A segunda é: “você permite que seja arquivada para que outras pessoas a utilizem?” E a terceira: “você gostaria que seu nome fosse utilizado ou

não?” Se o entrevistado assinar um formulário como este, o problema estará resolvido.

Outra dificuldade é a necessidade de desenvolver uma cultura de reutilização na pesquisa qualitativa, inclusive entre historiadores orais, mas ainda mais entre antropólogos e sociólogos. Eles tendem a pensar que têm de criar seu próprio material e só estudar aquilo. Acho que é fundamental ter a experiência de criar seu próprio material; não acho que jamais se entenda o que é história oral a não ser fazendo entrevistas, mas não é necessário fazê-las, todas, por conta própria.

Creio que é perfeitamente possível estabelecer a relação de seu estudo com um grupo mais amplo de entrevistas, e assim ganhar força. Quando estiver no começo, você pode ganhar muito através da escuta de entrevistas feitas por outras pessoas que trabalharam com um tema semelhante; pode obter idéias sobre o tipo de coisas que as pessoas fariam e encurtar, assim, o seu período-piloto. Além disso, existe a possibilidade de ir fazer um novo estudo.

Um exemplo disso seria o trabalho de Oscar Lewis no reestudo de Tepoztlán, a cidade de Pedro Martinez, que já havia sido estudada por um antropólogo e folclorista anterior, Robert Redfield: a Cidade no México. É um caso famoso de reestudo, porque eles viram a cidade de formas diferentes: Redfield, como uma comunidade estática, com hábitos arraigados; Lewis como uma comunidade dinâmica e em movimento. Mas se podem imaginar muitos outros reestudos, e eles se tornam mais interessantes se o material original tiver sobrevivido e estiver disponível. Essa é uma das coisas que temos tentado garantir atualmente na Inglaterra.

Considerações finais

Tenho falado até agora mais em termos nacionais, mas acho que esses acervos de histórias de vida poderiam ser um recurso imenso em termos internacionais. Precisamos acrescentar a

dimensão da tradução, talvez através da evolução da tradução computadorizada, o que pode ser mais fácil, pelo menos de forma elementar, com os resumos de entrevistas. Uma vez superada essa barreira, haveria possibilidades extraordinárias.

Supondo que tenhamos um tema, como mineiros de carvão ou turistas sexuais, para citar dois extremos, seria possível descobrir onde há histórias de vida com essas pessoas em todas as partes do mundo, e se poderia começar a observar as diferenças e as semelhanças entre suas experiências. Isso enriqueceria imensamente toda a experiência de pesquisa e o trabalho poderia ser valioso socialmente. Se você estiver interessado no sertão e nas dificuldades da agricultura em uma região seca, e estiver observando técnicas agrícolas tradicionais nesse tipo de situação, também poderia descobrir como eles conseguiram dar conta disso no Sahel, na África. Já há um livro, um livro de história oral, chamado *At The Desert's Edge*, que tem exatamente esse tipo de material.

Como último exemplo, temos um projeto na área da medicina, na Grã-Bretanha, no qual fazemos gravações com pessoas que sofrem de um determinado tipo de doença; digamos, um tipo relativamente raro, como as doenças do neurônio motor. Você foi diagnosticado com essa doença e quer conhecer as experiências de outros pacientes, que tipo de dor e sofrimento os atinge e o que se pode fazer a respeito; você quer compartilhar e quer receber aconselhamento, mas não pode sentar durante uma hora diante do médico – ele não tem tempo. Então, em lugar disso, você se conecta à Internet e obtém histórias de pessoas sobre essa doença. Seria um ganho enorme, tanto do ponto de vista social quanto do médico.

Esses são apenas alguns exemplos de como nossos arquivos de história oral poderiam funcionar como recurso internacional e podem até ajudar a resolver conflitos, como vimos no caso da Comissão da Verdade da África do Sul. Talvez, em breve, esse tipo de trabalho aconteça na Irlanda do Norte, e entre a Grécia e a Turquia. Pode-se ter esperanças até mesmo em relação ao Oriente Médio. Nunca se deve subestimar o poder do compartilhamento da experiência humana.

Para concluir, desejo a este projeto do Museu da Pessoa a sorte que merece em seu programa ambicioso e original. Acho que ele pode contribuir muito para a história oral, pode fazer muito pelo seu país e também contribuir para o mundo, pois considero que aprender a escutar é uma habilidade humana fundamental. Para quem desejar, está aí para nos ajudar a entender nosso passado de forma mais completa, a criar memórias nacionais mais ricas e também nos ajudar a construir um futuro melhor, mais generoso, mais democrático – dentro de cada país e entre países diferentes.

BIBLIOGRAFIA

BARNES, Gill G., THOMPSON, Paul, DANIEL, Gwyn e BURCHARDT, Natasha. *Growing Up in Stepfamilies*. Oxford University Press, 1997.

BRODY, Hugh, *Maps and Dreams: Indians and the British Columbia Frontier*. Vancouver, Douglas and McIntyre, 1981.

GITTINS, Diana. *Fair Sex: Family Size and Structure. 1890-1939*. Londres, Hutchinson, 1982.

HUGHES, Helen, (org.). *The Fantastic Lodge: The Autobiography of a Girl Drug Addict*. Boston, Houghton Mifflin, 1961 (a partir de registros de Howard Becker).

LEWIS, Oscar. *Pedro Martínez: a Mexican Peasant and his Family*. Nova Iorque, Random House, 1964.

LEWIS, Oscar. *The Children of Sanchez*. Random House. Nova Iorque, 1961.

MENCHU, Rigoberta & BURGOS, Elizabeth. *Me llamo Rigoberta Menchu, y así me Nació la Conciencia*. Barcelona, Argos Vergara, 1983.

SAKAI, Junko. *Japanese Bankers in the City of London: Language, Culture and Identity in the Japanese Diaspora*. Routledge, 2000.

SAMUEL, Raphael & THOMPSON, Paul, (eds.). *The Myths We Live By*. Routledge, Londres, 1990.

SHAW, Clifford. *The Jack Roller: A Delinquent Boy's Own Story*. University of Chicago Press, 1930.

SLIM, Hugo & THOMPSON, Paul. *Listening for a Change: Oral Testimony and Development*. Londres, Panos, 1993.

THOMAS, William I. & ZNANIECKI, Florian. *The Polish Peasant in Europe and America*. University of Chicago Press, 1918-20.

THOMPSON, Paul. *The Edwardians: The Remaking of British Society*. Weidenfeld e Nicolson, Londres, 1977; Segunda edição, Routledge, Londres, 1992.

THOMPSON, Paul. *A Voz do Passado*. São Paulo, Paz e Terra, 1992.

THOMPSON, Paul. *Living the Fishing*. Londres, Routledge and Kegan Paul, 1983.

THOMPSON, Paul. *I Don't Feel Old: The Experience of Later Life*. Oxford University Press, 1990.

TOWNSEND, Peter. *The Family Life of Old People*. Londres, Routledge and Kegan Paul, 1957.

Nicolau Sevcenko;
*professor de História da
Cultura da Universidade
de São Paulo (USP) e
membro do Centre for
Latin American Cultural
Studies do King's College
(Universidade de
Londres). Autor de, entre
outros, "Orfeu Extático na
Metrópole - São Paulo nos
Frementes Anos 20",
"Literatura como Missão –
Tensões Sociais e Criação
Cultural na Primeira
República", "A Corrida
para o Século XXI" e
organizador do terceiro
volume da "História da
Vida Privada no Brasil -
República: da Belle
Époque à Era do Rádio".*

Tradição Oral no Mundo Digital

A palavra e o reencantamento do mundo

Nicolau Sevcenko

Discutir memória, rede e mudança social é estar afinado com a rearticulação dos movimentos sociais em função das novas tecnologias de comunicação e como isso está revolucionando a conectividade, o envolvimento, o agenciamento e a participação política desses grupos, agora em âmbito planetário, que é a nossa resposta à globalização. Quanto mais conscientes e conhecedores desses mecanismos e possibilidades, mais vamos nos sentir dotados de recursos para levar adiante nossa resposta ao processo de concentração de riquezas, de poder de decisão e também de exclusão, que tem sido a norma da globalização.

O tema *Tradição Oral no Mundo Digital* coloca em evidência algo que esteve longamente fora de questão. Sabemos que a consolidação do sistema capitalista, base da cultura burguesa de raiz européia, centrou-se na imprensa a partir de Guttenberg. Conhecemos o seu efeito como agenciadora de conhecimentos que possibilitou a evolução tecnológica, que deu ao Ocidente o poder de domínio em escala global. Isso criou um preconceito de origem contra quem, como pessoa, comunidade ou cultura, não se organiza pela palavra escrita, mas pela comunicação oral; aqueles que, por essa razão, são classificados como analfabetos, com conotações de ignorantes e primitivos, conotações sempre negativas e excludentes.

Só muito recentemente é que pesquisadores, adotando perspectivas radicalmente inovadoras, tentaram reverter esse quadro. Estudaram as características da cultura oral tentando compreender sua enorme riqueza e como ela foi brutalmente sufocada pelo poder da escrita, causando a perda desse patrimônio para a cultura de toda a humanidade.

É a partir desse ponto, nos anos 60/70, com teóricos como Marshall McLuhan e muitos outros, que teve início o levantamento das características e conteúdos das culturas orais e da sua exuberante riqueza mítico-poética, assim como de sua ampla difusão em escala mundial. Temos nessa mesma linha, estudos de pesquisadores brasileiros, como os da professora Jerusa Pires Ferreira, demonstrando por exemplo que um dos mitos centrais da nossa cultura, o do Pavão Misterioso, na verdade é um mito de origem siberiana que chegou ao nordeste do Brasil via Península Ibérica, via Portugal. Essa é a magnitude da cultura oral, que já era global antes de a cultura escrita assumir esse papel. O que se faz hoje é exatamente o inverso do enfoque tradicional. Tenta-se resgatar esse valor, esse patrimônio, e dele usufruir em benefício do alargamento dos nossos tesouros culturais.

O que há em comum entre todos os temas desse bloco, é a ênfase na questão da fragmentação, dos cacos a que foi reduzida a cultura popular, seja pela dimensão negra, pela dimensão indígena ou ainda pela dimensão ampla e difusa do povo de todo o Brasil. E o que é essa redução a cacos, a fragmentos? É o desencantamento do mundo. E do que essas criaturas vieram falar aqui, senão de uma busca do reencontro dessa comunhão entre todas as partes e gentes, e de nós com todas elas? Acho que a mensagem é dita aqui de forma, alta e clara, curta e grossa, em ritmo e em prosa, mostrando a força da palavra como o cimento que incorpora a nossa disposição afetiva de recompor os cacos, de reencontrar o mundo, de reencontrar o alumbramento de todas as coisas e de tentar, assim, construir uma nova oralidade que substitua essa globalização que é abstrata, que acentua desigualdades, que acentua a

exploração, por uma nova solidariedade orgânica. Como diz Ailton Krenak (página 49), a cultura é um ser vivo. E assim é a linguagem também, e assim é a humanidade.

O que essa nova oralidade deve exprimir é exatamente o primado da terra, do ser humano, da vida. Uma das poucas vantagens que temos em ser subdesenvolvidos é que, por conta do desleixo da elite com o povo deste país, apenas a minoria se ateve ao universo da língua escrita, enquanto a grande massa da população permaneceu na cultura oral. Passou direto para o rádio e a televisão, para a comunicação de massa, mantendo viva a comunicação oral, sendo agora capaz de retransmitir essa mesma cultura oral para as novas tecnologias. Se esse é o tesouro que hoje em dia a humanidade quer resgatar, ninguém tem uma porção maior desse tesouro e, portanto, uma missão maior do que a nossa.

Ailton Krenak;

Fundador do Núcleo de Cultura Indígena (1983); criou e dirigiu o Centro de Pesquisa Indígena e o Núcleo de Direitos Indígenas. Esteve à frente da Embaixada dos Povos da Floresta, sediada em São Paulo (1989-1995), e agora da recém-lançada Rede dos Povos da Floresta. Recebeu o prêmio de "Direitos Humanos Lettelier-Moffit" em Washington EUA, em 1989 e o prêmio "Homem e Sociedade", da Fundação Onassis, em 1990. Desde 2003 é assessor para Assuntos Indígenas do Governo do Estado de Minas Gerais.

O resgate do mundo mágico

Ailton Krenak

Meu povo é uma etnia que vive na região do médio Rio Doce, em Minas Gerais, divisa com Espírito Santo, um território importante nesta breve narrativa. Para compreender a importância deste lugar na história da minha tribo, é preciso ter alguma informação sobre a chegada dos estrangeiros aqui na América e a colonização dessa parte do continente que hoje identificamos no mapa como Brasil. Antes disso acontecer, era possível desenhar aqui outros mapas, outras paisagens, onde populações antigas já faziam história. Minha família, minha tribo, são parte dessa população. Fomos chamados de botocudos nos séculos XVI-XVII, e depois de aimorés. No começo do século XX, foi adotado o etnônimo Krenak, uma expressão que no nosso idioma que significa “cabeça da terra”.

Quando o governo colonial começou a ocupar nosso território no séc. XIX, nós resistimos porque tínhamos um vínculo forte com os sítios onde nossos antepassados viveram. Uma grande região natural, com rios e montanhas sagradas para nós, se estendendo por toda área que hoje é identificada como “Vale do rio Doce”, desde a foz do rio, no litoral do Espírito Santo, seguindo para o centro do Brasil até as regiões de serras mineiras, em Diamantina. As gerações da época desse contato prolongado, de conflito mortal com os brancos, de 1820-1840 até quase chegar ao século XX, nossos antepas-

sados, enfrentaram situações de guerra para permanecer no seu território de origem. A população dos botocudos foi muito reduzida ao longo desse período. Foi um genocídio. Ficaram só alguns acampamentos em que nossas famílias se juntavam, vivendo um nomadismo intenso - estimulado ainda mais pela situação de guerra. Quando elas conseguiam se fixar num sítio, numa cabeceira de rio, no pé de uma serra, o tempo que permaneciam no local era de cerca de dois anos. Já na virada do século XIX para o século XX, um desses acampamentos recebeu a visita de uma expedição daquelas que vinham da Europa trazendo especialistas e pesquisadores de várias áreas de conhecimento. Eram os tais naturalistas, que além de buscar identificar, classificar, coletar material e reunir um acervo de conhecimento sobre os povos e sobre o ambiente onde viviam, retornavam para a Europa levando amostras de plantas, de seres e, eventualmente, de gente também.

Viagem de um baú

Quero apresentar um caso que se refere talvez àquela que tenha sido a última expedição naquele modelo antigo, colonial, dos naturalistas. Quem chefiava essa expedição era um cientista russo, que também trazia um botânico e um retratista. Era um grupo, acho que com seis a oito membros, e três deles viveram durante mais de um ano num acampamento da nossa tribo, quando testaram um método que desenvolviam na época, o registro fonético de uma fala que não conheciam. Eles estavam aprendendo a ouvir e a grafar a fala do nosso povo. Hoje temos o registro escrito de uma língua que até 1914-1916, nunca havia sido representada graficamente e, portanto, só subsistiu através da transmissão oral dentro das práticas de narrativas, dos rituais, dos cantos e dos cerimoniais.

Tenho uma idéia sobre tradição oral e sobre memória, que não são exatamente a mesma coisa. A memória pode ser alguma coisa além da tradição oral. Talvez a memória possa, em alguns casos, até prescindir da oralidade. Em algumas tradições a

memória pode estar ligada também ao sonho. Na tradição do meu povo, sabemos que o sonho é um veículo de transmissão de memória. Nós podemos receber um canto no sonho e aquele canto é reconhecido como a continuidade do canto de um bisavô, de um tataravô que não está mais vivo e, portanto, não está falando conosco. Ele está se comunicando, está transmitindo para nós a continuidade de uma memória através de um recurso que não é a fala, não é a tradição oral, é o sonho. É um exemplo que busquei para ilustrar a idéia de memória, pois acho que memória e tradição oral em alguns momentos se confundem, e em outros, dependendo da tradição e do povo a que você está se referindo, não são a mesma coisa.

A escrita que naquela época se fez da nossa fala ficou em pranchas e em alguns outros suportes do naturalista H.H. Manizer, mas na época que ele esteve no nosso acampamento, além da experiência de escrever palavras, juntou histórias, um conjunto de contos, que chamou de fábulas quando finalmente foram reunidas e publicadas. São as narrativas que na nossa tradição ensinam sobre valores, no sentido da ética, da moral, da cultura. A história do jacaré, do gavião, da onça, da lontra, do tatu, do macaco, do sapo. Esses personagens viajaram de volta no baú desses naturalistas, mais de um ano depois, junto com amostras de materiais botânicos e artefatos como cocar, adornos, lanças, arcos, flechas, bordunas. Eles montaram um acervo, um pequeno museu, que levaram para a Rússia, para São Petersburgo. No caminho, quando esse homem estava voltando para casa, foi surpreendido pela Primeira Guerra Mundial e não chegou à Rússia, parou na França. Como ele era médico, ficou trabalhando no front e perdeu o baú no meio da confusão causada pela guerra. O baú ficou perdido até o final da década de 1960-70, quando a União Soviética desmanchou seu consórcio de repúblicas socialistas, mas o conteúdo do baú continuou sendo ignorado. Que importância poderia ter no meio da complexidade das relações da guerra fria? Nenhuma. Quando finalmente despertaram para a importância do que estava no baú, aconteceu uma coincidência que veio a acrescentar mais elementos na aventura desse russo que veio

ao Brasil e ficou no acampamento dos krenak – botocudos.

Uma família de húngaros russos teria vindo ao Brasil, no final da década de 60, porque o pai era funcionário do serviço diplomático. Uma moça desta família estudou na UNB (Universidade de Brasília), aprendeu o português, e, quando seu pai desligou-se de sua função, voltou para a Hungria. Ela foi convidada para organizar o acervo da expedição, e, quando começou a explorá-lo, reconheceu ali objetos e referências aos krenak, aos antigos botocudos do Rio Doce. Naquela época, final da década de 80, fez uma correspondência com o Brasil, perguntando se aquelas pessoas, que foram visitadas pelo russo no começo do século XX, eram os mesmos krenak que ela sabia estarem vivos ainda e retomamos o contato.

Essa pesquisadora voltou ao Brasil em duas ocasiões. Em uma delas para visitar a nossa aldeia para apresentar para os atuais krenak alguns daqueles contos que teriam sido grafados pela primeira vez, fixando a escrita da nossa fala. Manizer se preocupou também em montar um pequeno vocabulário, uma lista com mais de mil expressões, de falas da língua krenak, traduzindo e fazendo uma escrita em russo. Era uma espécie de dicionário krenak/russo. A utilidade de um dicionário krenak/russo para nós hoje, é uma coisa fantástica!

Conversa com o rio

Estive muito envolvido na pesquisa da arqueologia da minha tribo. Uma atitude que tenho é a de eleger como prioridade para o meu trabalho a junção do que nós poderíamos chamar de “cacos”, no sentido de fragmentos da história e da memória de uma pequena tribo que, por um tempo, foi total no sentido de auto-conhecimento, de saber tudo sobre si mesma, de viver em comunidade e de compartilhar de uma mesma visão do mundo. Depois que os brancos chegaram, foi quebrada essa unidade que a nossa memória nos possibilitava. Quebraram o vínculo com o nosso passado, a conexão com os ancestrais, com o mundo mágico, com o espírito da montanha, com o espírito das

águas, com o espírito do vento, o grau de parentesco que cada uma das montanhas guardava com a nossa família. Ou o jeito de chamarmos o rio, que para nós não é só um acidente geográfico, é um ser que tem humor: ele fica bravo, ele batiza nossos filhos; ele dá remédio, ele cura. Quando meu filho, ainda pequeno, estava na idade dos ritos de iniciação, fui apresentar ele para o Rio. Apresentar o menino para o Watú, pedindo saúde e luz para o caminho do menino, colocá-lo dentro d'água, cantar, dançar, conversar com o rio.

Esse território continha as representações desses seres que para nós são fundadores da nossa herança cultural, da nossa tradição, o nosso sentimento de suficiência como povo, diante de um mundo desconhecido, que para nós não tinha a menor importância. Não nos preocupava se a Europa existia, ou o resto do mundo, porque deles nem sentíamos a pressão. Só que quando ela chegou sobre nós, foi suficiente para romper o equilíbrio e a unidade com a nossa herança ancestral e nos deixar em cacos, fragmentos. Nossas famílias foram dispersas, nossas mulheres violadas, os homens dizimados. E os poucos que sobreviveram guardavam pedaços de histórias, fragmentos.

Eu sou da terceira geração de pessoas que baixaram as armas e fizeram amizade com o governo brasileiro. Aceitamos os limites da reserva imposta para nós e passamos a admitir que nossa história de autonomia tinha se encerrado em 1916-1922. De lá para cá, tínhamos que buscar essa globalização, que de certa maneira para nós chegou antes do que para o resto do mundo. Agora nós sentíamos a pressão do mundo todo, sim, e estávamos sujeitos a perder a nossa língua, as nossas tradições, o nosso vínculo com o mundo do sonho, com os nossos antepassados. Esse vínculo com nossos ancestrais pressupõe condições ambientais, ecológicas, políticas e históricas para que possamos experimentar essa conexão.

Arqueologia da cultura

Hoje temos a possibilidade atuar em redes, tanto por meios virtuais como físicos, e penso nestes sistemas de rede como uma das maneiras que nossos antepassados se relacionaram durante muito tempo, talvez séculos.

A rede relaciona gente em vários lugares do mundo e é condicionada a circunstâncias - sejam da economia, da capacidade de tolerância entre os povos, ou da disposição para cooperação. Da mesma maneira podemos pensar que nossa rede também é assim: aquela rede imaginária que o meu povo experimentou e integrou durante um tempo que não sabemos nem medir, foi gravemente afetada pelas mudanças trazidas pelo desencontro destas civilizações tão distintas entre si; nós mudamos; o mundo inteiro mudou. Nós temos hoje a possibilidade de continuar reconhecendo os valores fundamentais da nossa herança ancestral mesmo após todas essas mudanças pelas quais o mundo passou. Esse trabalho é o que eu chamo de esforço da arqueologia da cultura do meu povo: trabalhar junto com a nossa família, com os sobreviventes, a arqueologia da nossa história, da nossa cultura. Juntar os fragmentos da nossa memória cultural, da nossa memória ligada ao universo religioso, ao nosso território.

O professor Paul Thompson (página 17) falou sobre os mapas da memória, e que alguém teria buscado esse recurso para assegurar territórios e o seu reconhecimento legal. No Brasil já nos utilizamos também desse recurso, mesmo porque os territórios tradicionais das nossas tribos, das nossas antigas aldeias, foram muito modificados. Muitos deles estão sob as calçadas das cidades e temos uma reconstituição desses territórios a partir das narrativas, dos contos e da nossa memória sobre esses sítios. Existe um mapa da região do Brasil onde vivemos, um mapa bem visível da territorialidade de cada um desses antigos povoamentos. Esse acervo, que foi para a Europa, não foi reintegrado até hoje ao povo krenak, sempre interessado na recuperação da sua história. Ele ainda faz parte do acervo do museu em São Petersburgo. Quando, em 95-96, eu estava em

correspondência adiantada com amigos que inventariavam esse acervo, fizemos contato com dois documentaristas que decidiram fazer um intercâmbio no Brasil usando recursos de vídeo e cinema, como uma forma de repatriar parte desse acervo, restabelecendo a nossa comunicação com quem está hoje responsável por ele.

Atualmente estou trabalhando para, a médio ou longo prazo, trazer esse acervo para o Brasil. Não sei se vamos poder reproduzir parte dele para ficar aqui, ou se virá só a passeio. De qualquer maneira, me lembro o quanto foi importante aquela expedição Langsdorf e como ela resgatou para os brasileiros um importante período da nossa história, apoiando-se nos recursos e no acervo reunido por uma expedição muito parecida com a russa. Já existe um roteiro para que essa história vire um documentário. Ele relaciona esse evento com um outro, muito importante para todos, que atesta que o século XX assistiu ao desaparecimento de mais de novecentas falas, dialetos ou idiomas, mostrando que as línguas são vivas.

Assim como a memória é viva, as línguas também são; são organismos vivos que interagem, que lutam, conflitam, que se sobrepõem uns aos outros e que se exterminam. Como línguas vivas o inglês, o português, o francês, as línguas asiáticas sobreviveram e hoje estão escritas, estão na mídia, nos meios de comunicação. Elas engoliram as outras. Quanto à língua do meu povo, se conseguirmos manter algum registro dela além do oral, vai servir só para o trabalho de algum pesquisador, mas para a minha família e o meu povo, ela é a possibilidade de nós continuarmos sendo nós mesmos num mundo cheio de diversidades, sobretudo culturais. Se essas línguas tivessem sido preservadas, certamente estaríamos num planeta mais rico e muito mais generoso, pois atestariam o direito de um povo, independente das armas que possui, o direito de um povo existir falando sua própria língua.

Heloísa Pires;

antropóloga, doutora em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo (USP). É consultora do Ministério da Educação e Cultura para o projeto Vida e História das Comunidades Remanescentes de Quilombos no Brasil. Autora de livros infanto-juvenis, escreveu “Histórias da Preta” e “O Pescador de Histórias”. Também foi fundadora e editora da Selo Negro Edições.

A vista que se abre

Heloísa Pires

A roda era de capoeira. As tranças enfeitadas com bolinhas coloridas se lançavam no ar. Gente virava estrela: baixinhos, grandões, senhores, mocinhos, todos vibravam no mesmo tom do berimbau. O mestre vestia uma camisa da MTV, e parecia ter códigos no olhar. Nos pequenos gestos de qualquer um de seus grandes músicos, ele era uma antena que recebia e emitia mensagens, como a parabólica aberta para o universo que havia na beira do morro, instalada na ponta da casa.

O vale, cercado de morros por todos os lados, é o lugar onde vive o jovem professor. Ele queria estudar na cidade. É filho de seu Bento, muito respeitado por fazer travessias de canoa de uma banda a outra naquelas barragens. Quantas vezes ele acompanhou o pai na feitura do barco, transformado a partir do tronco de árvore? Ele recorda a chegada da canoa de metal, que esquentava muito ao sol, além de trazer a poluição sonora que afugentava os passarinhos, as pacas e até os peixes. Isso sem falar da fortuna para o combustível. Logo a novidade ficou desprezada num canto.

A embarcação de madeira deslizava segura por entre a correnteza. O pai tocava com altivez o comando sobre a natureza. Primeiro usava uma vara esguia que se apoiava no fundo do rio, dando as primeiras direções da nave; e ia assim por um bom tempo, administrando a relação com as águas, que tinham

vontade própria. Quando sentava, guardava o primeiro e expunha o segundo remo de pontas achatadas, que virava uma braçadeira da embarcação. Assim ia longe pelas estradas de águas, bem diferentes das ruas entupidas de carros da metrópole.

Desse jeito conheceu a mãe, que agora assistia à cantoria. Aconchegada debaixo de uma enorme sombra de figueira brava, ela ria de algum comentário matreiro junto de algumas mulheres sentadas em cadeiras de plástico. O irmãozinho pequeno trocava de colo. Palmas e gritos, no salto dado pelo capoeirista, sugeriram uma pausa para o refresco, preparado com as frutas e o mel colhidos por ali mesmo.

“Quando me perguntaram se a comunidade queria receber cesta básica, eu disse que não”, comentou seu Ditão. Essa história era repetida mil vezes. A comunidade não queria esmola. Era a avó de cabelos branquinhos, pele negra e vestido de flores graúdas quem mais ficava brava com a história das cestas. Não gostava de virar dependente de porcaria de político. Ir embora para estudar tinha também um pouco de sua condenação. Reclamava de quem virava doutor para depois ir embora dali. Ninguém ia para a cidade aprender coisas que ajudassem a vida no vale. Ela nascera e crescera ali. Sabia o valor daquele chão. Quem não lembra dela quando contou sobre a caverna?

Certa vez a menina arriscou entrar por uma abertura na rocha. Descobriu que o buraco era grande; foi ficando enorme, maior que uma casa. Era uma caverna, bem atrás da ribeira, que dá de cara para o seu quintal. Virou um lugar para brincar. Guardada na memória eram as suas histórias, por entre caminhos de cristais que brotavam da terra. Porém houve um tempo em que a infância tinha seus perigos, que não eram só tocar fogo na toca da cobra, para vê-la sair e dar o bote do qual era preciso aprender a desviar. Terrível mesmo era ser apanhado e passar a vida escravizado, trabalhando de graça para alguém que se achava seu dono. Nesse tempo tinham que aprender a cuidar da liberdade. Esse era o tesouro mais precioso que seus antepassados conseguiram guardar. Agora a comunidade conta suas histórias pela Internet, a partir do site de uma ONG ambiental que protege o lugar.

Eram bons vizinhos. O mestre de capoeira olhava cada uma das pessoas que rodavam a vida à sua volta, e teria que decidir partir ou ficar. Gira o tempo, gira a roda, agora ele estudava engenharia. Continuava capoeirando, porém os seus alunos assumiram o ensino do jogo. O mestre agora conversava com a comunidade sobre um teleférico, idéia que os velhos tiveram para resolver o problema de passar por cima do rio as bananas orgânicas, únicas no lugar, direto para um caminhão que vinha da cidade buscar o produto para vender em supermercado. Reunir em volta da mesa, sobre ela toalhinhas feitas no tear, os fios de fibra de folhas de bananeira, e sobre elas a paçoca, cocada branca, preta, cuscuz de mandioca, biscoitinho de limão, que iam se acabando como aquela tarde na terra dos remanescentes de quilombo. Na beira daquele mundo ia o rio Ribeira, que corria solto até quebrar e fazer um barulhão de cachoeira. E as histórias continuavam emendadas no tempo.

História negada

Essa história se chama “O jogo”. Quis começar com ela, contando um pouco da minha memória sobre um trabalho que venho desenvolvendo dentro do projeto “Vida e História das Comunidades Remanescentes de Quilombo”, feito pelo Ministério da Educação. É um trabalho com memória que envolve a história brasileira que inclui a presença negra. A pesquisa com remanescentes de quilombo é um processo longo, que basicamente trabalha com educadores de escolas em regiões de fronteira com essas comunidades, com essas aldeias. Esses educadores não estavam preparados para receber essas crianças, pois havia um desconhecimento enorme entre escola e comunidade. Eram crianças que viviam a sua vida com um valor altamente positivado, mas quando chegavam na escola aprendiam que a sua história não tinha valor nenhum. A música, a festa, a cor, os costumes, as referências eram muito desvalorizadas. Sobre esse diagnóstico foi montado o projeto de trabalho com os educadores e com as secretarias municipais. Coordenei algumas dessas atividades,

tentando conhecer um pouco a memória regional sobre os quilombos e suas áreas remanescentes.

O que acabei descobrindo é meio óbvio, mas é parte da tragédia brasileira. Os educadores tinham poucas informações e as que tinham eram carregadas de preconceitos. Esse foi um diagnóstico básico. Esse trabalho me deu a oportunidade de entrar em contato com algumas dessas comunidades que ficam em áreas isoladas, de difícil acesso.

A história que relatei no início, essa pequena memória, foi feita numa tarde, debaixo de uma árvore. É um registro de uma pessoa negra que vive nesse país e que aprendeu sobre a sua história, que é também a minha história, de maneira muito fragmentada e, principalmente, desvalorizada. Meu impulso é tentar sempre conversar, dialogar sobre a visibilidade que os referenciais negros têm no espaço público. Isso não quer dizer que eles não existam. Estão presentes, mas de maneira desqualificada, principalmente pela falta de conhecimento, de espaço de reflexão ou espaço de troca para se conhecer as referências sobre a história negra, particularmente no Brasil. E é algo que não tem a ver só com o Brasil. Outra parte importante é o referencial sobre a África, da qual temos uma informação fragmentada, muito negativa e pouco fundamentada.

Dentro desse panorama fui conhecer essas comunidades e, ao chegar nessa da qual contei a história, havia um grupo de crianças bem pequenas e, em volta delas, muitas senhoras; e realmente existia um jogo de capoeira, comidas e bebidas esperando pelas autoridades de Brasília. Depois de toda aquela fase festiva, aquele ufanismo, expectativas, comecei a conversar com algumas pessoas. Essa conversa começou a embaralhar tanto a minha história quanto a história do Brasil, e ainda mais a história à qual eles estavam tentando dar alguma visibilidade. Nessa altura, o Dito, uma das pessoas de Eldorado, sul de São Paulo, a região da qual estou falando, abre a conversa falando: “Nós temos uma igreja que é de 1700...”, e conta um pouco dessa história, sobre o valor da terra no lugar de sua fundamentação histórica. Estamos colocando essas informações na Internet.

Pontes entre comunidades

Quis saber um pouco mais e passei a trabalhar diretamente com a comunidade – não mais com a secretaria da educação, nem apenas com os professores. Descobri que as informações que essa comunidade tinha a respeito da cidade eram bem maiores do que os professores ou todo sistema de educação tinha; e o contato com a África, via Internet, também.

A preocupação com a visibilidade negra no espaço público deveria aparecer como qualquer outra referência. Existe um direito, uma equidade no sentido de se fazer representar. Ao pensarmos na escrita, nos registros já grafados, é importante a inclusão da parte negra. Quando falamos de livros, de um modo geral, há essa ausência. Dos livros que você já leu na vida, poucos são de autores negros ou indígenas. Como todos os livros que lemos são pontos de vista, o ponto de vista negro ou indígena ainda não está presente na estrutura formal, na literatura escrita. Já na literatura oral, talvez tenhamos mais tecnologia, enquanto negro ou indígena, quanto às formas de comunicar e guardar uma memória.

Eu mesma, quando pensei em uma comunidade remanescente de quilombo, tive uma série de preconceitos. Imaginava um padrão do que é negro e do que seria uma comunidade isolada. Lá, vi que a informação sobre o mundo, tanto em Eldorado, no Sul de São Paulo, quanto em Goiás, com os kalungas, é um conhecimento mais rápido, mais ágil e politicamente mais organizado através de associações, em que a comunicação via Internet acontece com eficácia. A utilização da Internet ultrapassa o patamar da visibilidade negra estar no espaço público. A Internet é um instrumento. A visibilidade negra nela só tem sentido se você juntar uma segunda equação, que é uma visibilidade negra para alguém.

Há um caso no Mali, por exemplo, que é dos dogons, uma associação sobre a qual foram feitos muitos vídeos, um outro instrumento específico, como agora nós nos dedicamos à Internet. A produção desses vídeos, feita pelos próprios dogons, nunca aconteceu, mas é uma tecnologia que eles querem

dominar. Se essa comunidade do Mali entrar em contato com uma comunidade indígena que tem essa tecnologia, é possível quebrar a triangulação Europa, América e África, falando de África como uma das referências. Entram em contato, diretamente, a população indígena e a população negra de outras partes do mundo. No Brasil, o contato entre as aldeias indígenas e as comunidades remanescentes de quilombo poderia ser uma vanguarda muito grande para solucionar vários dos nossos problemas.

O que coloco, quando se fala de memória, é que não há muita distinção entre experiências pessoais, coletivas e sociais. O que é importante é a comunicação entre elas. É preciso procurar e encontrar mecanismos em que o direito à informação e à comunicação esteja assegurado. Fecho com uma fala de Antonio Benedito, que é dessa comunidade remanescente de quilombos de Eldorado. Ele diz: “A gente tem uma vista, mas, quando aprende um pouquinho, a vista abre um pouco mais.”

Gaspar de Oliveira;
*compositor e rapper do grupo "Z'África Brasil".
Ligado a diversos projetos sociais, governamentais e não governamentais, desenvolve oficinas culturais de composição e rima, trabalhando com os quatro elementos da cultura hip hop: grafitti, rap, break e MC (mestre de cerimônia).*

Antigos quilombos, periferia de hoje

Gaspar de Oliveira

Estou chapado. É a maior “resposta” estar aqui, falando desses dois universos que a gente herdou, e dos quais a gente continua excluído. Agora temos que dar continuidade, eu estou falando de periferia mesmo; e periferia, querendo ou não, é um grande caldeirão. A maior concentração africana, sim; e indígena também, que se misturaram, pois perdemos os verdadeiros herdeiros dessa terra. E há os brancos excluídos da sociedade, renegados que nem eu, que também fazem parte dessa realidade. Tenho orgulho de ser marginal, porque a gente vive à margem da tal sociedade capitalista, que mantém muitos irmãozinhos que nem eu excluídos, independente da cor da pele clara e dos olhos verdes.

Eu nasci na Liberdade, mas fui para a periferia. Meu pai chegou em São Paulo na década de 50, vindo do Rio Grande do Norte. Minha mãe é filha de italianos, veio de Minas Gerais. Meu pai é filho de africanos. Eu não gosto da igreja católica, mas fui batizado por africanos na igreja católica; minha religião é ligação direta com o Altíssimo. Moleque periférico vive naquele universo: é bala, é tiro, é repressão policial, é exclusão digital. Os moleques não sabem apertar o enter, mas sabem apertar o gatilho de uma arma. A gente queria entender o que nós somos, onde a gente está, o que é aquilo ali e ao mesmo tempo entender o mundo lá fora, onde está o dinheiro, onde

está a sobrevivência. Tem que atravessar a ponte para conseguir um “quarquê”. E no meio dessas mudanças a gente tem que virar homem, porque independente de ser moleque, a atitude de ser homem é uma só. Moleque também caça, arruma assunto e faz criar. Eu falo isso por experiência própria, porque trabalho com moleques que estão em liberdade assistida; e eles vivem esse universo, tanto da desestrutura familiar, quanto de estar na rua, tendo que sobreviver ao caos.

Comecei a fazer música rap, essas coisas de canto falado que vem da África antiga, que são os contadores de histórias. Hoje são os MC's, que são os mestres de cerimônias. Passaram mil anos e as histórias são contadas de várias formas, e cada um na sua evolução. É como se a gente fosse pensar também nos tambores, que hoje são os toca-discos. A gente de alguma forma celebra e dá continuidade. Eu faço isso através do rap, que herdamos agora. Veio da América do Norte, mas nasceu no Brasil, pois temos o repente, a embolada, a música caipira. Disso que comecei a fazer uma coisa brasileira, com mistura de etnias, mas também assimilando o que vem de fora. hip hop, MC, DJ. Hoje a gente vai abrir uma loja, e não coloca “Maria e José”, mas “*Mary and John*”. E vamos vivendo com todos esses universos.

Os quilombos do Brasil existem e continuam espalhados. Agora é o trabalho, mais do que nunca, de dar continuidade e resgatar o que se perdeu. Os acampamentos de quilombos antigos são o crescimento da periferia hoje. Eu vejo dessa forma. Assim como a gente vê que os mocambos antigos são as favelas de hoje, só que numa involução muito grande, em que foi se perdendo a tradição, o espaço, a gente está lá à margem da sociedade.

O hip hop

Quero falar um pouco do que é hip hop. É mexer os quadris, é sambar. Hip hop é uma cultura que começou na Jamaica, com essa coisa dos DJ's que tocavam os toca-discos, que na verdade eram os caras que agitavam as festas. Eles se juntaram com outros caras que dançavam nas ruas, com mais outros caras que

pintavam os muros, que demarcavam os territórios. Quando houve uma recessão política na Jamaica, o governo conseguiu que alguns estudantes fossem trabalhar nos Estados Unidos; um deles foi o DJ Buran, que levou essa cultura para lá. E aí começaram fazer aquelas festas chamadas Arrasa Quarteirão. Juntaram a dança, a música, as artes plásticas e fizeram muito barulho junto e para a comunidade. Levaram a arte para lá, de uma nova forma. O hip hop se constitui desses elementos: dança de rua, break pit, pop e rock. O grafiteiro que usa as artes plásticas, as cores, o aerosol. O DJ e o MC, que são dois elementos que, na verdade, se juntam. O DJ é o ritmo e o MC é a poesia, que juntos fazem o rap, que significa ritmo e poesia, *rhythm and poetry*. Estou aprendendo a falar inglês com esse barato aí! No meu rap, as métricas, a levada, a oração, a prosa, a poesia, a rima, a concepção, vem toda do repente mesmo, dessa coisa da embolada, de fazer versos de improviso.

O rap hoje movimenta muitos jovens na periferia e tem esse teor cultural, de não apenas resgatar as origens. Por exemplo, citamos um pedacinho de uma música do Luiz Gonzaga em uma rima de uma letra nossa, damos continuidade em cima das coisas que foram feitas no passado. O hip hop é mais ou menos isso: pegar uma coisa esquecida e trazer à tona novamente com a nossa roupagem, do jeito atual. Querendo ou não, tudo que aprendemos veio das referências que nossos pais passaram. É o que foi dito, nós vivemos hoje de fragmentos. Os livros foram escritos pelos brancos e quando abro um livro do Debret, tem algo assim racista: Maurício de Nassau e uma negra carregando água. A gente percebe que o Maurício de Nassau tem nome, a negra não. São essas coisas que já estão plantadas na nossa cultura. É aquilo: o que é do homem o bicho não come. Fizeram feijoada.

Pode parecer engraçado, mas para quem está excluído da sociedade não é fácil. Vivemos nesse universo, temos que brilhar o olho, levar esse sentimento para tocar o coração de vocês e trabalhar para que a nossa origem não se perca. O rap tem esse poder hoje na periferia, o poder de resgatar tudo isso.

O mais importante para se fazer rap de qualidade são os elementos que falei, da cultura hip hop, trabalhados na prática. Todo guerreiro quilombola tem que provar na prática e na teoria que é eficaz, senão não sobrevive. Dessa prática estamos ensinando os moleques a dançar, a fazerem rimas, a cantar, a conhecer um pouco desse universo que a gente respira e que está plantado nessa grande etnia que é o Brasil, esse caldeirão. Faço um trabalho que se chama “CEDECA-Casa 10” (Centro de Defesa da Criança e do Adolescente Casa 10), que fica no bairro do Ipiranga, zona Sul de São Paulo, e trabalha com garotos em liberdade assistida. Estou lá há cinco anos e desenvolvo esse trabalho de rap e rima; já levei repentistas lá também.

Também há um trabalho na Secretaria da Cultura do Estado, que é o projeto “Arquimedes, parceiros do futuro”, com escolas. Em vinte e três delas faço um trabalho de supervisão cultural, todas na zona sul de São Paulo, entre Campo Limpo e Capão Redondo. E temos vários outros núcleos em que fazemos hip hop na prática.

White e black out

Quero falar também sobre a inclusão digital. Sobre o moleque que está incluído, mas sem senso social. O *white out* e o *black out*. O moleque da elite, que está lá no prédio e pode dar um enter, ele tem todo acesso, tem clareza, tem livro; tem tudo o que precisa para fazer parte da sociedade, se dar bem e ter qualidade de vida. Ao mesmo tempo, outro moleque que está lá na favela, que aprende a cantar um rap, depois de um ano, ele já melhorou; mas ele ainda está propício ao crime, na favela, fumando o baseadinho dele, regredindo, se destruindo. E ele está distante, não sabe apertar o enter, está longe do que é informação. A informação dele é a rua. Ao mesmo tempo em que ele está no meio da escuridão, lá no black out em que não enxerga muita coisa, é malandro o suficiente para sair pela rua e bater de frente com muitas coisas. E o burguesinho que está no alto do prédio, com toda a clareza e acesso, o white out, ficou

cego, clareou demais. Quando sai na rua, parece um perdido que não sabe atravessar um farol, perdido do mundo.

Precisamos fazer a ligação desses dois: os moleques da quebrada precisam apertar o enter; ao mesmo tempo, o garoto burguês limitado tem que aprender, na periferia, a fazer um trabalho social. As coisas só mudam assim. As pessoas vivem hoje numa redoma de vidro e não têm noção do que acontece do lado de lá da ponte. A única forma de fazer essa ligação é ter pessoas como nós, como eu, que atravesso a ponte todo dia para a região nobre da cidade para fazer as pessoas sentirem no coração o trabalho que estamos fazendo.

Em todos os prédios de São Paulo, quem pegou pesado no trabalho mesmo foi o nordestino e o africano, incluindo este em que estamos nos reunindo. É por isso que precisa ser feita essa ponte, porque precisamos de melhores condições de vida. Às vezes eu fico pensando que democracia, no Brasil, é coisa do cão, e eu tenho medo disso. Eu mesmo vivo num mundo marginal, tomo três ou quatro enquadros por dia, porque sou diferente da sociedade. Sou antimanicomial, porque se fosse há trinta anos atrás, eu estaria lá.

O que a gente fala na nossa quebrada lá, é um dialeto. Era para a gente falar tupi-guarani, tupi, orubá, novecentos dialetos diferentes, e o português. Aí o Governo manda fazer lá uma biblioteca, uma sala para a língua portuguesa. Na mesma calçada onde o pessoal fuma crack. Faz o local de cultura, mas isso, do jeito que é feito, não faz ninguém parar de fumar pedra lá. Ao que me parece é mais um projeto de frustração. Isso, as pessoas têm medo de falar, só que eu já estou nesse mundão, então tenho é que falar mesmo. “Nós capota, mas não breca. Tempo ruim para nós é festa”. Uma outra coisa que guerreiro fala é o seguinte: “Eu nasci no bagulho, eu não vou perder para entulho”. E eu vivo da coisa na prática, eu preciso de tato para passar a mão nos cabelos, essas coisas.

O lance é justamente esse, de causar choque, fazer as pessoas pensarem. Ao ver um maloqueiro de calça larga na rua,

que nem eu, pense duas vezes. Ele está numa missão que talvez seja diferente da de vocês, mas, se estiver falando de vida, de paz, de amor, de união, o objetivo é o mesmo. Firmeza total.

Thom Gillespie;
diretor do curso de pós-graduação em mídia - Masters in Immersive Mediated Environments — no Departamento de Telecomunicações da Universidade Indiana, nos EUA. Integra o grupo que desenvolve um festival de novas mídias “Interactive Digital Environments, Arts and Storytelling”. Seu interesse pelo entretenimento é a base para diversos projetos sobre a memória, entre eles “Mylu to ZoneComics to Esquire in the 60’s” (com o Museu da Pessoa de Indiana, em Bloomington) e “Shirts and Skins”, nos EUA e Reino Unido.

Histórias Digitais

O caminho do entretenimento

Thom Gillespie

Gostaria de apresentar alguns trabalhos de meus alunos, falar sobre as possibilidades que representam e, em seguida, falar de outros projetos direcionados mais para o âmbito social do que para o entretenimento. Devo dizer que a força motriz de quase tudo que faço é o entretenimento. Não sou pesquisador, nem historiador; acho que, na sociedade em que vivemos, saturada pela mídia, ou você entretém, ou não será notado. Isso pode não ser bom, mas é a realidade.

Leciono atualmente na Universidade de Indiana (www.indiana.edu), num programa chamado *MIME*, *The Masters in Immersive Mediated Environments* (Mestrado em Ambientes de Mídia de Imersão). Esse programa envolve o relato interativo de histórias e a criação de jogos de computador.

Nathan, um de meus alunos, elaborou um trabalho sobre como produzir uma história: fazer o seu esboço seqüencial, elaborar os modelos necessários, animá-los, definir os modelos, colocar as informações em algum formato digital, editar e criar o projeto final. Não é incomum uma pessoa gastar oito horas de trabalho quase ininterrupto num projeto como esse. Eu recebia e-mails de Nathan dizendo: “estou acordado há 48 horas e ainda não vou dormir”, ou: “tenho uma prova amanhã, mas não vou desistir”. Ele fez então alguns vídeos que foram veiculados para o público e agora está envolvido num projeto de consciên-

tização em relação a terremotos. Não tenho idéia de quais caminhos ele vai seguir, mas com as ferramentas que detém poderá criar mídia realmente significativa. Estou citando esse exemplo porque muitas vezes vejo mídia de má qualidade no design educativo; até consistente em termos educacionais, mas desinteressante, incapaz de prender a atenção.

Vou falar agora de outro trabalho, que é parte de outra atividade que estou desenvolvendo, definitivamente influenciado pelo Museu da Pessoa.

Três vezes por semana, jogo basquete na Universidade de Indiana. Essas partidas já são realizadas há uns 25 anos; eu devo jogar há uns dez. Alguns dos jogadores já têm quase sessenta anos e provavelmente só irão parar quando morrerem. Uma dessas pessoas é o sociólogo Jason Jimmensen, que agora leciona no Franklin College. Ele estava instigado em saber o que manteria unido um grupo que joga há 25 anos, um grupo que recebe novas pessoas, que tem negros e brancos, homens e mulheres, diferentes gerações. Resolvemos então fazer um trabalho completo sobre isso.

Eu já conhecia o trabalho do Museu da Pessoa, então pensei: “Bom, só temos que criar um site em que as pessoas que jogaram no ginásio possam contar as suas histórias e experiências sobre a Universidade de Indiana”. Os 25 anos de partidas são apenas um pequeno aspecto da história desse ginásio.

A Universidade de Indiana tem um dos principais times de basquete na América do Norte. Há muito destaque para os jogadores que vão para as finais profissionais. Mas e os jogadores não profissionais? Recebem alguma atenção? Não. Pois foi para eles que criamos esse site inspirado no Museu da Pessoa. O resultado foi tão bom que a universidade interessou-se em utilizá-lo para se relacionar com os alunos.

Tudo que faço está apoiado no seguinte conceito: toda ficção contém verdade e toda verdade contém ficção. Não acredito que se possa chegar à verdade completa, mas ela deve estar em algum lugar entre o que realmente é verdade e aquilo que imaginamos que ela seja. Seja como for, é o ponto impor-

tante para se chegar. A narração e o jogo existem juntos, de modo que é preciso atentar para o fato de que jogamos quando contamos histórias.

No caso dos Estados Unidos, a história verdadeira é a da CNN, da Fox ou da Al Jazeera? Todos falam sobre a mesma coisa, mas suas versões são diferentes. Nos Estados Unidos a história da Al Jazeera não é a que o governo quer que seja contada, porque ela revela uma má imagem do país. Em um mundo ideal todas as histórias seriam contadas ao mesmo tempo, mas, infelizmente, não é assim que funciona. A questão é quem é o autor da história contada e como ela é contada. Poderíamos examinar histórias também de Israel e Palestina e teríamos a mesma questão. Tenho certeza de que no Brasil também existe a pergunta: de que lado da história estamos? Pode-se dizer, então, que sempre existe um jogo político, econômico, religioso em andamento.

Histórias que mudam

Pode-se contar uma história de diversas formas. Pode-se contá-la no papel, no palco, na música, num filme, na televisão, pela Internet ou também se pode contá-la em um jogo. O que me chama a atenção, em todo caso, é a questão do entretenimento. Paul Thompson (página 17) enfocou os relatos de vida como historiador e pesquisador, que tem como objetivo a verdade na história. Meu objetivo não é necessariamente esse, mas o do entretenimento contido na história.

Quando pensamos que uma história pode ser contada em diferentes meios, temos que levar em consideração um fato: ela pode mudar. Cito o exemplo do escritor Alexandre Dumas, autor de *Os Três Mosqueteiros*. Perguntei em uma palestra se alguém havia lido o livro, visto o filme ou assistido aos programas de TV. Muitas pessoas tinham conhecimento da obra. Então perguntei: o que os homens usam num romance de Dumas? Alguns disseram “chapéus”, outros disseram “calças”, até que chegássemos ao que eu queria: “espadas”. Todos

possuem uma espada na história de Dumas, há sempre muita luta. As pessoas que leram o livro não disseram “espada”, porque no livro isto está implícito, mas se pensarmos num filme, certamente a espada se torna um elemento importante.

Compreendi melhor essa realidade quando assisti a um DVD com o making of de *O Conde de Monte Cristo*, e o roteirista falava sobre o problema de transpor Dumas para a tela. A mesma coisa acontece se pensarmos Hamlet. Repare como essa história deve ter sido mudada ao longo do tempo. Muita gente lê Hamlet, que Shakespeare não criou para ser lido, mas para ser visto no palco. Quando se tira Hamlet do palco e a história é transposta para um filme, as coisas mudam de novo. E na televisão mudam ainda mais, porque os filmes tendem a ter blocos de duas horas e, na televisão, essa mesma história pode se estender por toda uma temporada.

Temos um seriado inspirado em Hamlet nos Estados Unidos, chamado *The Sopranos*. Tony Soprano é o filho de um líder que foi morto. Ele pode ter sido morto pelo tio Junior, não sabemos. O que sabemos é que está pressionando a mãe, que decide tentar fazer com que ele seja morto. Tony está preocupado com a sua vida e conversa com uma psiquiatra, meio do jeito como Hamlet fala com a platéia.

Janet Murray, que leciona na Georgia Tech, escreveu um livro chamado *Hamlet in the Hollodeck*. Sua pergunta era: o que acontece quando Hamlet é colocado no *Hollodeck*? *Hollodeck* é o conceito de ficção científica de um programa de televisão chamado *Voyager*, que se originou da série *Jornada nas Estrelas*. É a idéia de que existe um espaço, um ambiente imersivo de mídia, no qual Joane Wayne, a capitã, pode pedir orientação a um personagem fictício. Então, por exemplo, ela tem Leonardo da Vinci à sua disposição. Está sendo atacada por outra nave espacial e pode perguntar a Da Vinci o que fazer. Ele não saberia responder em termos técnicos, mas poderia usar termos metafóricos e míticos. Um dia, quem sabe, teremos algo semelhante ao *Hollodeck*.

A vez dos jogos

Na Universidade de Indiana, temos uma tecnologia chamada *The Cave*, que é um computador ambulante. Você não se senta na frente de uma tela para utilizar o *The Cave*, mas literalmente entra nele. É um projeto de pesquisa e significa que, em algum momento, todos nós, gostemos ou não, estaremos dentro de nossos computadores.

A Nintendo criou, há alguns, anos um produto para game boy que tinha um dispositivo em que você colocava o rosto para jogar. Não fez sucesso. Não porque as crianças não tivessem gostado, e sim porque os pais não gostaram. Eles não aprovaram a idéia de as pessoas irem tão fundo na mídia. O argumento é válido, mas creio que em algum momento acabaremos entrando de verdade nos nossos meios.

Quando falo de entretenimento, falo basicamente de atrair a atenção. Vamos aos Multiplex, onde às vezes há vinte salas de cinema. Estamos na Internet e podemos acessar bilhões de sites. Se você tem uma mensagem verdadeira que não traz entretenimento, será ignorado, com certeza.

Uma das coisas interessantes que notei no lançamento do Museu da Pessoa é como o site tem entretenimento, como é lúdico e colorido. Um dos possíveis problemas das histórias orais é associá-las às pessoas mais idosas, julgando que contar histórias seja algo típico do fim da vida, muito embora todos as contemos. De todo modo achei o site convidativo, interessante.

Hoje em dia podem ser criados tantos tipos diferentes de jogos e brinquedos imersivos quanto de livros ou filmes. E eles também têm gêneros: romance, ação, policial... Tudo o que se pode colocar num livro pode se colocar num filme, na televisão, no rádio e, em última análise, pode estar também nessa coisa chamada jogo, que está surgindo agora.

Percebo que a maioria das pessoas com mais de quarenta anos não pensa muito no conceito de jogos. Assim como havia muita gente com essa idade, na década de 50, que também não pensava muito na televisão e nem em cinema, nos anos 20. E

mesmo os livros, como devem ter causado estranheza quando surgiram, manuscritos, ornados de iluminuras! Creio que com os jogos vai acontecer a mesma coisa: eles serão finalmente aceitos.

Um dos primeiros jogos de grande sucesso foi *Sin City*, uma simulação científica de gerenciamento urbano, com terremotos e problemas de trânsito. Chris Crawford foi um dos designers que criou o jogo *Balance of the Planet*, sobre a Guerra Fria. A tarefa do jogador era se certificar de que os Estados Unidos e a ex-União Soviética não lançariam todos os seus mísseis nucleares no mundo. Ele também criou outro jogo político, o *Balance of Power*, e o jogo ecológico intitulado *The Global Dilemma: Guns or Butter*. Este último já tem muitos anos, mas nunca foi tão atual como agora. Se quisermos ensinar ecologia ou meio-ambiente para as crianças, a melhor maneira de fazê-lo é com um jogo que lhes possibilite ver, por exemplo, as conseqüências do desmatamento, da mineração, da pesca predatória. Quando o aluno pode manipular as variáveis, ele tem maior facilidade de compreensão.

Marshall McLuhan demonstrou que os meios antigos não desaparecem, apenas são substituídos por outros novos. Ou seja, quando a fotografia surgiu, a pintura não desapareceu. Quando a Internet surgiu, os livros não desapareceram. Ao surgirem os jogos também nada irá desaparecer, apenas mergulha-se em um novo meio.

Particpei uma vez de uma oficina chamada *Designing with Existence*, na qual pedi que todo mundo escrevesse numa folha de papel 25 palavras que descrevessem um jogo que eles gostariam de desenvolver. Expliquei que todo mundo ficaria incógnito e que a maior parte do que iriam fazer ia virar lixo, que é realmente o acontece com a maior parte do que fazemos. A diferença entre nós e os “einsteins” é que eles produziram mais lixo do que nós. No fim da oficina, ficaram algumas boas idéias.

Surgiu, por exemplo, a proposta de um jogo sobre políticos, que nos permitiria determinar se eles estavam mentindo. Poderíamos ter cinco políticos na tela e, enquanto eles faziam seus discursos, receberiam ou não nossos votos. Se

estivessem mentindo, seus narizes cresceriam como o de Pinóquio. Outro jogo tratava de uma pessoa trancada num museu. Ela tinha de descobrir o segredo para sair e, enquanto isso, ia apreciando as obras de arte. Outra idéia baseava-se em um mundo absurdo, onde a única forma de comunicação seria visual. Esse acabou mudando um pouco: seria um mundo sem idiomas, mas não absurdo, de forma que pudéssemos ter música, provavelmente a única linguagem universal. Poderíamos ouvir a “Ode à Alegria”, de Beethoven, e entender o que está acontecendo. Eram idéias interessantes, embora ainda iniciais. Para desenvolvê-las seria preciso cerca de dois anos, vinte pessoas e talvez dois milhões de dólares.

Cidade de Deus

Novos jogos surgem a cada momento, e é cada vez mais comum o lançamento de um jogo associado a um filme. Dou como exemplo o filme *Golden Eye*, de James Bond. Quando o filme foi lançado nos Estados Unidos, recebeu cerca de 120 milhões de dólares, e havia custado 60 milhões. Foi muito bom, as pessoas gostam desse tipo de investimento. Já o jogo de computador desse filme custou quatro milhões de dólares e rendeu 240! E não foi um caso isolado: nos Estados Unidos, esse é o terceiro ano seguido em que a receita de jogos de computador superara a da bilheteria do cinema. Mais cedo ou mais tarde, o jogo vai acabar ultrapassando a televisão e se tornando o principal meio de comunicação, de obtenção de informações e notícias.

Não seria impossível, nesse sentido, pensar-se num jogo chamado *Cidade de Deus*. Até onde eu sei, a história é sobre uma favela na periferia do Rio de Janeiro onde as pessoas são pobres e há muitos traficantes. Isso é muito semelhante a um jogo muito popular nos dias de hoje, chamado *Grand Theft Auto*, que trata de matar, estuprar, assaltar e roubar.

O jogo *Cidade de Deus* poderia conter três níveis. No primeiro, você é um traficante de drogas, um cara mau e

tem que sobreviver. Daí, você pode passar para outro nível, onde você avança, faz alguma avaliação crítica de sua vida e pensa sobre os efeitos que está causando sobre a sociedade. E tem o terceiro nível, onde você se torna jornalista.

O que seria preciso para poder criar esse jogo? Alguns artistas 2D (duas dimensões), alguns artistas 3D (três dimensões), redatores, coreógrafos, atores, programadores e muita pesquisa. Imagine um projeto no qual pesquisadores iriam à favela onde a história foi filmada e treinariam as pessoas da comunidade para fazer o que fosse necessário para criar o jogo. Tenho certeza de que lá mesmo encontraríamos os artistas, os músicos, as histórias e talvez até mesmo os programadores. Com histórias reais, um jogo sobre justiça social poderia ser criado, um jogo sobre transformação social, com apelo popular. Não poderia ser um jogo educacional, sem graça, chato, mas sim algo estimulante.

Acho que esse projeto teria sucesso em termos morais e econômicos, porque atualmente jogos e filmes parecem estar interagindo como nunca. Assim, acho que é uma idéia lucrativa e viável. Acho que a única coisa que nos falta é alguém que conheça o Fernando Meireles!

Caso isso fosse possível, você criaria esse jogo com o risco de se tornar uma variação de *Grand Theft Auto* ou tentaria utilizar histórias reais para criar um ambiente real para ajudar as pessoas a examinarem, entenderem o ambiente em que vivem de uma nova maneira? Creio que a transformação social mais simples seria feita permitindo a um grupo de pessoas ver como o outro grupo vive. Possivelmente de uma forma mais direta do que em filme, que tende a reduzir os guetos às pessoas más. Só que na realidade, pessoas em guetos ou favelas são, em sua maioria, apenas pessoas pobres e idôneas.

Outra coisa a se pensar é quem se encarregaria da encenação. Uma empresa de fora criaria a representação da favela ou pessoas da favela representariam a si próprias, contariam suas histórias? Esse é o ponto onde eu queria chegar.

Acho que uma das esperanças em relação à Internet era que as pessoas que estão fora da mídia pudessem contar as suas histórias. Nos Estados Unidos, temos America Online e MSN Online, mas a realidade concreta é a forma como a Internet funciona: se você coloca algo lá que atrai atenção, eu posso olhar, chamo a atenção de um amigo, e alguém mais olha. Pode ser algo em que a Fox, a CNN ou a mídia de massa não se interessaria, mas vai se tornar tão popular como se estivesse exposta na mídia de massa. A coisa funciona dessa forma agora apenas por conta do algoritmo no Google. De forma que existe potencial para que alguém controle nossos olhos, da mesma forma que a TV ou o rádio controlam hoje nossos olhos e ouvidos.

Carlos Seabra;
*pesquisador, editor e
consultor, atua com redes
tecnológicas e sociais,
tecnologia educacional,
jogos de entretenimento,
produção de sites culturais
e corporativos. É diretor
da Sight Educação e
Comunicação
(www.sight.com.br),
diretor de tecnologia do
IPSO – Instituto de
Pesquisas e Projetos
Sociais e Tecnológicos
(www.ipsa.org.br) e
diretor de acervo e difusão
do CNC – Conselho
Nacional de Cineclubes
(www.cineclubes.org.br).*

O prazer do jogo

Carlos Seabra

Sou criador de vários jogos e trabalho com educação. A abordagem em que sempre penso, ao elaborar projetos educacionais, culturais e outros – e muitas vezes não revelo isso para não assustar as pessoas – é a lúdica. Digo isso porque, na verdade, acho que vivemos num jogo, que é a vida; um jogo não no sentido de manipulação do outro, embora muita gente jogue assim.

Podemos pensar no planeta como um tabuleiro. Ele é todo cheio de casinhas, latitudes, longitudes e nós somos peças. Em parte, herdamos da nossa cultura as regras do jogo. Em parte, as inventamos, reinventamos, tentamos descobrir que regras são essas. Nesse sentido, recomendo um livro muito interessante, o *Homo Ludens*, de Huizinga. Neste livro (de 1938), o autor aborda o jogo na história da humanidade, nas relações entre as pessoas; ele mostra como em tudo existe algo de jogo; e não só entre os seres humanos, mas também entre os animais. Quando um cachorrinho está brigando com outro, não é de verdade. Estão brincando de brigar e se preparando para futuras disputas pela fêmea. O jogo existe em tudo, até na relação amorosa: esta é um jogo em que o tabuleiro são os corpos de um e de outro, e onde as regras também precisam ser descobertas, criadas.

Vivemos com a Internet, que é um grande jogo do encontro das pessoas. No fundo, o jogo é também um pretexto para as pessoas se encontrarem e interagirem. O pessoal que fica jogando durante horas uma partida de buraco, está também batendo papo, comendo amendoins, tomando um chope: é uma forma de sociabilidade. O jogo tem essa função também. Um grande jogo frequentado pela maioria dos internautas, que não se apercebem que é um jogo, é o chat. A sala de bate-papo é um grande passatempo. Sobre ele ouço as mais diferentes manifestações. Há pessoas que são viciadas: ficam lá horas por dia, mas não admitem isso. Dizem que usam Internet para navegar, para pesquisar, trocar e-mails, e que chat é muito chato, que só entraram uma vez. Existe aí uma dose de mentira muito grande, isso voltando à questão da verdade e da mentira, que também é um jogo.

Escola sem prazer

Há atividades que dão prazer e são mais ou menos censuradas. Tem origem na nossa educação escolar, e é isso que temos que mudar. E aqui uma curiosidade: o significado grego da palavra escola é local de prazer. Isso é que a escola deveria ser. Um local para se ter prazer intelectual. Não precisa de outros, porque o mundo está cheio deles, mas o prazer intelectual a escola não estimula. A criança que está curiosa para saber o que são essas letrinhas aqui, entra na escola e sai dela odiando Machado de Assis. É um jogo que não está dando certo, pois nasceu da construção de competências de outra sociedade, a da mão de obra fabril. Hoje a escola ainda é taylorista, fordista, as pessoas aprendem mais a ter disciplina e a respeitar o professor do que a ter a prazer na aprendizagem. A isso se juntam alguns traços da nossa cultura judaico-cristã, que associa o erro ao pecado. Se o fulano errou, quer dizer que ele pecou. Mas nunca que ele formulou uma hipótese que não obteve sucesso. Errar é parte intrínseca do jogo.

Master Mind é um jogo internacionalmente conhecido, lançado no Brasil como “Senha”. Você coloca uns pininhos coloridos, e o adversário tem que adivinhar a ordem deles. Conforme ele põe pinos coloridos, você responde colocando pininhos pretos ou brancos indicando se é a cor certa no lugar certo ou no lugar errado. Nesse sentido, a melhor resposta que você pode ter, quando você formula a sua hipótese é o outro dizer que você errou tudo, pois assim você já descarta de cara aquela cor. É a melhor coisa, a melhor informação que poderia haver, porque do erro advém informação. É na escola que se forma uma série de conceitos, e acabamos carregando isso; por exemplo, do errar como sendo um sinônimo de pecar. Isso também tem a ver com a cultura industrial, porque o operário que está na linha de montagem, como Charles Chaplin em *Tempos Modernos*, não pode errar porque um erro vai parar a esteira de montagem. Errar é um luxo impensável na sociedade industrial. Mas, na sociedade da informação e da comunicação, o erro deve ser estimulado.

O jogo na escola deve mudar também. A prova é o único lugar onde é usada a linguagem escrita. A escola deveria ensinar a ler e a escrever, mas ensina a odiar Machado de Assis e outros autores e pune os alunos quando escrevem espontaneamente. Na escola só é permitida a escrita no ritual sado-masoquista da prova. Quando o aluno escreve para armazenar informações, visando posterior recuperação no contexto adequado de utilizá-las, isso é chamado de cola e é punido. Deveria ser estimulado. É a atividade mais útil, armazenar dados para transformar em informação e construção de conhecimento.

A verdadeira prova deveria ser assim. O Joãozinho traz a prova para a professora, que diz: “Joãozinho, a primeira questão está certa, mas você foi muito lacônico, peça que você reconsidere e aprofunde um pouco mais a resposta. A segunda está totalmente errada, você deve pesquisar melhor. A terceira está muito boa, até peça licença para usá-la em minhas aulas futuras”. Você devolve a prova ao Joãozinho e quando ele a trouxer pela segunda vez, após os comentários da professora, aí

sim a prova deveria ser merecedora de nota. Isso é mudar as regras do jogo. Nesse sentido, o raciocínio lúdico é muito importante para entender o mundo. É que às vezes o jogo é usado no sentido pejorativo, como sinônimo de manipulação. No entanto, a consciência lúdica é mais uma ferramenta para entender a realidade.

O jogo do chat

Mas, voltando ao chat, ele é um grande jogo em que as pessoas são personagens. Nesse sentido tem tudo a ver com história oral, com história digital, com ficção, e tem tudo a ver com a verdade também. Mesmo quando o sujeito pretende ser o que não é, no fundo ele é. Aquilo que você quer ser é parte daquilo que você é. Então, quem afirma que quer ser médico, de alguma forma já é um pouquinho médico. Só pelo fato de querer ser, ele já passa a ser. Quando o sujeito diz que quer ser assassino, matar um montão de gente, no fundo já é um pouco assassino, se você permitir. Fernando Pessoa já dizia isso, que “o poeta é um fingidor, finge tão completamente, que chega a fingir que é dor a dor que deveras sente”. O sujeito que entra no chat e diz sou uma loira de olhos azuis, no fundo talvez queria experimentar isso. Não quer dizer que queira ser isso de verdade. Ou seja, no chat você pode vivenciar coisas que não é.

Um jogo que o Thom Gillespie (página 71) mencionou, de um sujeito que mija no elevador ou o sujeito que atropela cachorros, não acho que isso seja necessariamente negativo, porque faz parte de um experimentar. Quem, ao jogar *War*, já não foi um grande general que arrasou continentes? No fundo aquele sujeito é o maior pacifista do mundo, incapaz de matar uma mosca. Faz parte do processo civilizatório viver coisas que você não é, até para que saiba mesmo que não quer ser. Quando você lê um romance passado na Bessarábia, pode achar que foi ótimo ler o livro, mas não pretende ir passar suas férias lá. Quando joga um joguinho em que você é um grande assassino nas catacumbas do planeta tal, você descarrega toda uma

energia. Isso não é barbárie. Barbárie é um sujeito no boteco da esquina, na favela da periferia, quebrar uma garrafa e espetar a garganta do outro, assassiná-lo porque estava um pouco alto e o alvo falou que torcia para o time que ele odeia. Processo civilizatório é o sujeito dar vazão a toda essa carga primitiva e agressiva em processos criativos, seja na arte, na música. Beethoven era um dos maiores loucos do mundo. Só que usou essa loucura para produzir sinfonias fantásticas. Van Gogh era outro louco que utilizou sua insanidade na pintura.

Quando alguém está jogando xadrez, acha que isso é civilizado e não percebe que representa uma agressão recíproca porque é o simulacro de uma batalha. Mas o xadrez muda também, ao longo do tempo. Por exemplo, o xadrez que acabei de mencionar, nasceu como *chaturanga* na Índia; ele era um jogo para quatro pessoas, característica dos jogos indianos. Quando foi para os países árabes o xadrez virou *shatranj*, e, de quatro pessoas, reduziu-se o número a duas. Ao invés de ter dois reis no exército, passou-se a ter um vice-rei. Só quando o xadrez veio para o ocidente é que o vice-rei passou a ser chamado de rainha. E do mesmo jeito o elefante: quando o jogo veio para o ocidente, a estilização das duas orelhas do animal fazia lembrar a mitra do bispo. Então, ele passou a ser chamado de bispo. E, quando no xadrez ocidental o peão chegava na última fileira, ele ficava lá parado esperando ser comido. Foi preciso vir a Revolução Francesa para mudar o papel do peão no xadrez. Só depois disso é que o peão foi promovido a uma peça nobre. Há poucos anos atrás, um professor norte-americano da *New Left* – lá também há gente de esquerda –, inventou uma variação do xadrez chamada *Luta de Classes*, em que você coloca de um lado os dezesseis peões e do outro as oito peças nobres. A estratégia entre ambos é completamente diferente.

Voltando mais uma vez à questão do chat, ele possui uma outra coisa também: é um jogo em que as pessoas entram, inventam o seu personagem e como em todo jogo, é necessário um mínimo de respeito às regras. O estraga-prazeres não é

aquele que rouba no jogo, é aquele que se recusa a jogar. O sujeito que procura jogar uma carta que não tem está de algum modo fazendo parte do jogo. O que pega a sua parte no baralho, põe no bolso e vai embora, esse é o verdadeiro estraga-prazeres, porque está se recusando a jogar.

Uma experiência interessante para se fazer numa sala de chat é sobre aquelas tradicionais perguntas. A primeira coisa que as pessoas querem saber é se você é homem ou mulher. Experimente entrar com um nick name dúbio, que não informa isso. Você vai ser bombardeado. Em seguida querem saber o local geográfico onde você está, depois a idade. Se você conseguir fazer um jogo sutil de não passar nenhuma dessas informações, as pessoas entram em paroxismo. As pessoas precisam disso até para inventar quem você é. A invenção está dos dois lados. Você diz: Eu tenho tanto de altura, peso tanto. Aí ele começa imaginar o que quiser. Ou seja, você é responsável por aquilo que você diz, mas não por aquilo que o outro imagina. Se você não der os elementos mínimos, e esse anti-jogo é muito divertido também enquanto experiência, você vai ver que a pessoa fica irritada. Elas preferem que você invente, mas que forneça a elas o mínimo para que possam inventar o resto.

Caverna de Platão

Não sei se alguém já leu sobre a alegoria da caverna, de Platão. Ele diz que, na verdade, o mundo existe num local virtual que é a caverna. É nesse mundo ilusório que existe a verdade. E nós, aqui, somos uma mera projeção. Então, de certa forma, entramos nesse novo mundo virtual que nos traz grandes desafios, pois parece que não existe, que é uma dimensão paralela. Só quem está no mundo virtual transita e vem ao mundo real. Cada vez mais o valor do arroz e do feijão, da saca de cimento, é ditado por esse mundo virtual. Quem joga o grande jogo da Bolsa de Valores, da manipulação desses meios virtuais, tem cada vez mais controle sobre o mundo real. E

quem só está no mundo real, como o morador lá da favela, analfabeto, está cada vez mais alienado do mundo em que vive.

Sempre uso um exemplo nas minhas palestras sobre inclusão digital: lá está o seu Zé no campo cavando a terra. Aí passa o patrão dele a cavalo e fala para o seu Zé: “Oi? Tudo bem?” Ele saúda o patrão, conversam um pouquinho, um vai embora e o outro continua cavando a terra. Passam-se os anos, e está lá o seu José, ou o filho dele, ou o neto, o tataraneto, porque sempre existe um seu Zé cavando a terra. Cresceu a tecnologia. Passa o patrão, que pode ser o neto ou o bisneto do patrão do início desta história, só que agora cresceu a tecnologia e ele não passa mais a cavalo. Passa num BMW, na estrada, em alta velocidade, abaixa o vidro fumê de seu carro (que estava fechado por causa do ar condicionado), e dá um tchauzinho para o seu Zé lá embaixo do sol. Eles já não conversam mais, mas ele dá tchau para o patrão que passa nessa nova tecnologia chamada automóvel. Passam-se os anos e está lá o seu Zé, ou um descendente dele, e passa o patrão dele agora de avião, num jatinho no céu. Então, o seu Zé ainda dá um tchau para aquele jatinho sem saber se o patrão está a bordo ou não. O patrão olha para baixo e vê um pontinho preto; não sabe se é um seu Zé qualquer ou um boi lá no meio da propriedade. A tecnologia está então aumentando ainda mais à distância da possível comunicação. E hoje o patrão desse seu Zé passa pela Internet. O seu Zé nem sabe se ele está passando ou não, o patrão dele é virtual. Ele nem sabe se o patrão está no Brasil ou na Bélgica. O patrão dele agora se desloca na forma de bits e não mais de átomos.

Temos, então, esse novo mundo virtual que interage com o nosso mundo real, esse novo *Topos nu etos* que temos traz novas percepções da realidade. É muito interessante o caso de Timothy Leary, aquele louco que usava LSD para expandir as fronteiras da mente e que em seus últimos anos se dedicou à pesquisa de software. Ele dizia: se existisse software quando comecei fazer as pesquisas com LSD, eu nem teria precisado daquilo, porque o software dá muito mais barato. Mexe muito mais com a percepção.

A nova escrita

O que o chat nos traz de novo? Fazendo uma conexão com a questão das histórias digitais, é um jogo no qual estamos contando histórias, inventando, sendo protagonistas. Todo mundo sempre contou histórias ao longo dos tempos, só que a história oral não fica. Já diziam os romanos: *verba volant scripta manent*. Quer dizer: as palavras voam, a escrita fica. Temos historinhas da Mesopotâmia até hoje em tabuinhas e já não sabemos com certeza se o que diziam na época chegou até nós. Já a Internet nos traz um ambiente onde a pessoa, ao falar com o outro, nem que seja uma bobagem, está escrevendo. Isso muda também nossa relação com a escrita, que deixou de ficar circunscrita a poucas palavras trocadas pelas pessoas. Antigamente, quando não existia telefone, televisão, não existia rádio, a pessoa vinha para o Brasil e deixava a amada em Portugal. Aí mandava uma missiva pela caravela d'El Rei, que demorava seis meses para chegar, se não afundasse. Se ao chegar, a amada dele ainda o amasse e lhe respondesse, outros seis meses decorreriam até chegar uma possível resposta. Era um processo longo, que nos deu belas histórias da humanidade, como as cartas de Van Gogh ao seu irmão. Existem hoje belíssimos acervos na forma de cartas, de correspondências entre intelectuais, material de anônimos, etc. Quando Graham Bell teve a genial idéia de inventar o segundo telefone – a grande idéia do Graham Bell não foi inventar o primeiro, que não serve para nada, mas foi inventar o segundo, que permite a comunicação com o outro (aliás, pequena curiosidade, esse segundo aparelho foi comprado por Dom Pedro II) –, a comunicação por escrito deixou de ser tão importante. Ficou mais fácil ligar: “Oi querida! Você ainda gosta de mim? Desligue. Amanhã ligo de novo”.

A escrita perdeu o papel que tinha antes, mas a Internet veio resgatar isso. Ela faz com que todo mundo escreva e colocou na educação um potencial fantástico. Tenho desenvolvido vários projetos sobre isso em escolas, públicas

principalmente. Usando a comunicação pela Internet, notamos um salto de qualidade na capacidade das pessoas colocarem suas idéias no papel, nem que seja esse papel virtual e a projeção da sua auto-imagem na escrita. Aquela menina paulista que está trocando correspondência com um rapaz de Pernambuco, por exemplo, diz: “estou conversando com um gatinho lá de Recife”. Como você sabe que ele é um gatinho? Ele te mandou foto? “Não, mas ele me escreve tudo bonitinho”. Porque nós somos aquilo que escrevemos. E como é essa menina? Pela Internet, ela não pode seduzir com uma roupa bonita, com a maquiagem, com corte de cabelo, aqueles truques femininos, um jogo tão delicioso de jogar. Eu particularmente adoro isso, o jogo de sedução que caracteriza a relação entre os sexos, mesmo que o objetivo não seja sexo. Só um mero flerte já é um grande jogo, que passa através daquilo que escrevemos. Então, se escrevemos com erros de português, o outro já faz uma imagem sua como um sujeito desdentado, que não tomou banho, que usa roupas feias. Isso nos traz um contexto, um tabuleiro de jogo fantástico, se pensarmos em novos tipos de relações na rede social e na possibilidade de uso disso na educação.

Outra coisa que as novas tecnologias de comunicação, principalmente a Internet, nos trazem é a possibilidade de mais facilmente sermos autores, protagonistas. Sempre digo para o pessoal nas escolas que mais importante do que surfar na Internet é aprender a fazer onda; ou seja, compor uma musiquinha, fazer um rap, fazer o seu MP3 e mandar para a rede. Todas essas ferramentas *peer to peer*, não existem somente para que baixemos músicas, mas para que sejamos autores. Gravar a música da sua banda, codificá-la em MP3 e colocá-la no ar na Rede. Nos nossos trabalhos de inclusão digital na periferia de São Paulo, procuramos trazer a terceira idade, pois a juventude não precisa. Na periferia ou na escola, parece que essa juventude já nasceu com mouse na mão. O pessoal vê o computador e já sabe o que fazer. A minha neta tem quatro anos e a primeira vez que ela se

sentou na frente do computador eu não precisei ensinar nada; ela já sabia abrir, fechar, clicar duas vezes no ícone. Já virou algo intuitivo para a nova geração.

Bolo de fubá

Lidar com terceira idade é um processo mais complicado. Aliás, houve um evento no Itaú Cultural sobre jogos. Fui até lá dar uma palestra e depois me mostraram uma simulação que o pessoal do ItaúLab desenvolveu, uma versão nossa do MediaLab. É uma visita virtual à Avenida Paulista no começo do século passado (1920-1930), com todos aqueles casarões. Um jogo só para fazer uma simulação histórica. E levaram uma velhinha lá, de noventa e tantos anos. Quem fez isso foi um jornalista. Ele ficava mostrando para ela, que ia comentando. Ao se deparar em um determinado casarão, o operador do computador dava um zoom, e a velhinha se entusiasmou: “aqui as pessoas usavam roupas melhores do que essas”. “Nessa casa está faltando um detalhe”. Ao fim, ela disse: “gostei muito desse filme”. Para ela aquilo não era uma realidade virtual. Disse ainda: “achei engraçado, toda a vez que eu olhava para um detalhe, o filme parava e mostrava mais, parecia que ele estava acompanhando o que eu pensava”. As pessoas até tentaram explicar, mas ela saiu convencida de que tinha assistido a um filme. De fato, a terceira idade tem uma dificuldade maior em entender o novo paradigma.

Há algumas estratégias novas quando trabalhamos com inclusão digital da terceira idade, que no fundo é também colocar as pessoas para serem autores e protagonistas. Por exemplo: uma senhora que passou toda a sua vida sendo dona de casa, não vai querer olhar o Museu do Louvre, nem jogar um joguinho interativo. Mas provavelmente gostará de entrar em um site de receitas culinárias. “Olha! Essa receita de bolo de fubá é parecida com a minha”. Aí a receita é impressa. Ela leva a receita em papel – melhor que seja em corpo catorze, para enxergar melhor – e mostra a suas amigas, conquistando certo

upgrade social, inclusive. Pois as outras vão dizer: “mas, Clotilde, onde você pegou essa receita? Na Internet? Não acredito! Aquela coisa da novela? Aquela coisa que o meu neto usa?” A partir desse momento, ela está fazendo parte da rede também. É importante pensarmos nas novas tecnologias, usando também as velhas tecnologias, ou seja, a impressão em papel do exemplo, ou lápis e caderno, ainda hoje as melhores tecnologias que existem.

Aquela senhora vai fazer sua rede social levando a receita para as amigas. Isso vai gerar comentários, mas, normalmente, o que ocorre posteriormente? Duas ou três semanas depois ela já não quer mais ver receitas na Internet, e começa a criticar. É muito engraçado. No início: “O que é isso?” Um computador. Um mouse. Duas semanas depois, já se pode ouvir: “a conexão está lenta, não é?” É impressionante. As pessoas se habituariam com muita rapidez, e começam a questionar. “Ah, mas eu tenho uma receita muito melhor do que essa, quero colocá-la na Internet”. Esse é o passo seguinte.

A Internet é por excelência o espaço para sermos autores, protagonistas. Claro que não é o caso da senhora dona-de-casa aprender a programar HTML para fazer uma página. Aí começamos também a quebrar um conflito de gerações. Chamamos um rapaz que está lá, louco para aprender HTML, para fazer sites que não tenham tanto conteúdo. Ele pode ajudar a velhinha a colocar sua receita na Internet ou, o que está cada vez mais freqüente, usar ferramentas disponíveis para editoração automática. Não é preciso entender de HTML, de flash, etc. É só entrar na Rede, os blogs estão explodindo, porque é um instrumento fácil e existem diversos outros softwares para construir histórias coletivas, uma ficção coletiva. Aquilo que o Ramalho Ortigão e o Eça de Queirós fizeram com o romance *O Mistério da Estrada de Sintra*, em que cada um escrevia uma parte. Passava para o outro o pepino, uma parte mais difícil, o outro continuava a história e isso resultou em um excelente romance. Você pode fazer isso hoje na Internet, um trabalho de ficção coletiva em que cada um vai escrevendo um

parágrafo, que vai sendo agregado. Isso é um jogo e ao mesmo tempo as pessoas colocam, às vezes, uma história de vida. Esses ambientes estão cada vez mais ricos.

Outra coisa fantástica é o *Wiki*, desenvolvido por um norte-americano, Ward Cunningham. O *Wiki*, segundo o autor, vem do idioma que se fala no Havaí. *Wiki wiki* significa rápido, e é uma série de telas, ligadas umas às outras, onde se pode escrever o que quiser e uma palavra pode ser um link para outra tela que outro escreveu, mesmo se a pessoa não entender nada de produção de páginas. Tem até uma experiência internacional chamada *Wikipedia* (www.wikipedia.org em inglês e www.pt.wikipedia.org em português), uma enciclopédia em *Wiki* em que cada um vai colocando seus verbetes. Claro, há muita porcaria misturada a coisas geniais. Como o Thom Gillespie disse, a diferença entre nós, pessoas comuns, e um Leonardo da Vinci, um Einstein, é que eles fizeram muito mais lixo do que nós. Não tiveram medo de errar, de ousar. E todo mundo sabe que um processo de *brain storming*, um “toró de palpites”, em português, é falar muita besteira. No meio disso surge uma idéia legal. Assim esses ambientes de criação coletiva são novos desafios para nossa criatividade, e um grande instrumento em que aparece de tudo.

O Saci Pererê

Acho importante também, nessas novas ferramentas, ter mais conteúdos de língua portuguesa, que representam hoje apenas 2% dos conteúdos da Internet mundial, segundo cálculos do Comitê Gestor da Internet no Brasil. Quando fazemos um trabalho de inclusão digital, o grande objetivo é fazer inclusão social, e não viabilizar acesso às contas no banco ou fazer compras no supermercado. Até porque essa população excluída nem tem cartão de crédito. Nada contra, até porque é uma forma de democratização. Mas isso é tarefa para as empresas que lucrarão com isso. Projeto de inclusão digital com dinheiro do Estado e envolvimento de empresa de responsabilidade social deve visar um conteúdo de inclusão da pessoa, de forma

que ela seja autora e protagonista. Porém, quando esse pessoal entra na Internet, a imensa maioria dos conteúdos é em outros idiomas. É um belíssimo desafio aprender a se comunicar em outros idiomas, através da tentativa e erro – e há casos fantásticos de pessoas que começaram a dominar inglês sem nunca ter feito um curso porque, como já disse a Rita Lee, o inglês é o esperanto que deu certo. As pessoas aprendem essa língua de um jeito ou de outro e o idioma acaba sendo uma linha de comunicação. Mas também é preciso falar e encontrar conteúdos em seu próprio idioma.

Aí reside nosso desafio, o nosso Saci Pererê. Colocar as histórias que o nosso povo conta, as tradições e as histórias pessoais de cada um. Esse belíssimo trabalho que o Museu da Pessoa faz é uma das formas de ocuparmos a Internet com o conteúdo de quem nós somos. Se não está no virtual você não existe, a sociedade virtual se caracteriza por isso. Então nós, de língua portuguesa, deveríamos ter como meta dobrar nossa participação. Em espanhol, os conteúdos somam cerca de 5%. Essa é outra dimensão interessante de considerar quando estamos inserindo novos conteúdos, não só populares, mas dos nossos intelectuais, que também são excluídos digitais. Por exemplo, Fábio Lucas, que foi cinco vezes presidente da União Brasileira de Escritores, não usa e-mail. Ele ainda escreve usando máquina datilográfica. Como ele, há uma quantidade enorme de pintores, de escritores, que ainda não estão incluídos digitalmente. Com isso passamos a ter menos conteúdos na Internet.

Para concluir volto à questão da verdade que o Thom Gillespie mencionou anteriormente. Creio que a verdade é uma procura e há uma espécie de jogo nisso. Quando é divulgada uma notícia, não sabemos mais em quem acreditar. Thom Gillespie mencionou a CNN, nós temos aqui a Globo, o SBT, uma profusão de canais, e quanto mais a história é igual, mais desconfiamos que não estamos tendo acesso total a ela. Thom Gillespie mencionou a CNN, Al Jazeera, e talvez sejam dois lados de uma mesma moeda, que ajudam a enxergar o mundo

um pouco mais tridimensionalmente. Possivelmente tanto a Al Jazeera quanto a CNN não estão contando a história como talvez a víssemos olhando por um outro lado, pois dois envolvidos num mesmo conflito têm sempre uma visão unilateral. É por isso mesmo que há o conflito. Quem está fora vê tudo de outra forma, o que é um jogo também; talvez o principal, que vivemos no dia-a-dia.

De vez em quando somos convocados a jogar nesse grande tabuleiro em que brincamos com urnas eletrônicas – nisso o Brasil tem uma experiência ímpar, mas que também deixa dúvidas. Será que existe algum algoritmo por trás disso que pode fazer com que o voto que depositamos vá para outro? Essas dúvidas serão esclarecidas apenas quando tentarmos entender qual é a regra que está por trás disso. Qual é o funcionamento desse tabuleiro, desse mecanismo.

Conexões inéditas

Para finalizar, quero falar de uma experiência muito interessante, que mostra como a rede é próxima. Todos nós estamos muito perto. As pessoas sempre dizem: “como o mundo é pequeno”. E a Universidade Columbia fez um experimento para provar isso. Parece que estamos separados de outra pessoa em qualquer parte do planeta por cinco, seis ou sete pessoas. Qualquer um pode participar desse experimento através da (www.smallworld.columbia.edu). Ao se cadastrar, recebe-se um target, que é uma pessoa. Eu me cadastrei e recebi uma moça, com nome que não vou citar. Ela é judia, mora em Nova Iorque e tem vinte e nove anos de idade. Meu objetivo é mandar um e-mail para outra pessoa porque imagino que possa chegar nela. Essa outra pessoa vai mandar para outra. Essa experiência é monitorada, eles vão tabulando e tecendo as redes. É muito interessante porque às vezes encontramos outra pessoa depois de duas ou três etapas, assim como pode também demorar quinze, mas a média no planeta é de cinco a sete pessoas. É a distância que cada um de nós está separado

de qualquer outro, através de uma rede de desconhecidos. Essa rede é interessantíssima de ser utilizada para um grande jogo, em que é possível fazer uma rede de histórias pessoais, que talvez seja o que nos dá a visão mais multilateral da história do mundo. É como cada um de nós enxerga o negócio.

Nesse sentido é bom lembrar o livro *1984*, de George Orwell, em que o *Big Brother* observava a todos, tudo o que todo mundo fazia. Usando as tecnologias através da rede de histórias pessoais, cada um de nós sendo autor, protagonista, todos seremos os olhos que vigiam o *Big Brother*. Quando pudermos entrar no sistema do Senado, da Receita Federal e cruzar aquela verba que foi liberada para um determinado prefeito com o CIC, o RG dos proprietários daquela empreiteira que ganhou a concorrência, começaremos a perceber como os recursos são aplicados e onde e que interesses estão por trás disso.

A partir desse momento nós estaríamos construindo o tabuleiro dessa democracia eletrônica que é a expressão, a caverna de Platão da democracia real do dia-a-dia, do nosso arroz, do nosso feijão, dessa vida de átomos. Só essa é a diferença do conceito entre bits e átomos, e aí eu concluo por agora, lembrando o professor Nicholas Negroponte do MIT (Instituto de Tecnologia de Massachussets), quando veio ao Brasil. Na alfândega, ele trazia um notebook e o fiscal perguntou: “você tem alguma coisa a declarar?” Ele disse: “não, só este notebook”. O fiscal quis saber quanto ele valia, e então retrucou: “você quer saber o valor em bits ou em átomos? Porque em átomos vale quatro mil dólares, mas em bits tem aqui uns quarenta mil dólares”. Cada vez mais estamos nesse mundo virtual, lidando com novos valores e agregando uma série de possibilidades para novos e interessantes jogos, conexão de rede e histórias digitais que é o que todos nós fazemos no dia-a-dia.

Zeila de B. F. Demartini;
*doutora em sociologia pela
Universidade de São Paulo
(USP), onde é diretora de
pesquisa do Centro de
Estudos Rurais e Urbanos.
Pesquisadora do CNPq.
Professora da graduação e
pós-graduação em
Educação da Universidade
Metodista, pesquisadora-
colaboradora do programa
de Pós-Graduação da
Universidade Estadual de
Campinas (Unicamp).
Membro do Conselho
Editorial da Revista da
Faculdade de Educação da
USP e da Revista Brasileira
de História Oral.*

Memória e Educação

Caminho para a reflexão e a diversidade

Zeila de B. F. Demartini

Abordarei, em primeiro lugar, os dois elementos envolvidos: a memória e a educação. Em relação à primeira, muitas discussões surgiram nas últimas décadas, por autores diversos, mas a maioria delas aponta para a necessidade de incorporá-la tanto na análise de questões do passado, como em questões atuais. Michael Pollak, discutindo alguns dos autores clássicos, mostra como a memória é um fenômeno construído social e individualmente. Deste modo cria-se a ligação com o sentimento de identidade.

Pollak destaca como elementos constitutivos da memória, individual ou coletiva: 1) os acontecimentos, vividos pessoalmente ou por associação; 2) as pessoas/personagens e 3) os lugares da memória, isto é, lugares ligados a uma lembrança. O autor chama a atenção para os fenômenos de projeção e transferência que podem ocorrer dentro da organização da memória individual ou coletiva e, principalmente, para o fato de que a memória é seletiva. O que seria, então, a memória da educação?

Depende do que entendemos por educação. Se nos pautarmos por um conceito amplo, a educação pode ser compreendida tanto como a ação educativa elaborada e exercida por diferentes instituições orientadas para este fim, como o processo de socialização que se realiza ao longo de toda a vida, em casa, no trabalho e no lazer. Teríamos, então, três

dimensões: a da educação escolar, a educação extra-escolar e a educação infantil ou difusa.

Como costumamos definir em nossos trabalhos, educação formal ou escolar é aquela que se realiza através de agências tecnicamente orientadas para este fim: as escolas.

Educação não-formal ou extra-escolar, por sua vez, é qualquer atividade educacional organizada e sistemática, fora do sistema formal de ensino, voltada para clientela mais ampla que a dos jovens, e visando fornecer tipos selecionados de conhecimentos a grupos particulares da população.

A educação informal ou difusa corresponde ao processo de socialização que se realiza ao longo de toda a vida, em casa, no trabalho, no lazer ou por outras vias, e que não é especificamente organizado para propósitos de aprendizado.

Memórias da educação poderiam ser as memórias que acompanham toda a aprendizagem dos indivíduos, realizadas ao longo de sua vida, seja em casa, no trabalho, na escola, pelos meios de comunicação de massa ou em associações. Haveria memórias sobre as mais diversas situações de aprendizagem, como a educação escolar, educação informal e não-formal, envolvendo também personagens variados - professores, administradores, pais, treinadores, colegas, amigos - em lugares distintos - casas, escolas, fábricas, movimentos sociais ou mesmo simples brincadeiras. Abordar ou refletir sobre essas memórias é importante para que se possa compreender a complexidade das questões educacionais nos dias atuais, e como estes diferentes tipos de educação foram se interligando ao longo do tempo.

A memória social também pode se identificar com a educação, entendida em seu sentido mais amplo. Citamos aqui a interessante reflexão de Cecília Souza a este respeito, baseada nos escritos de Antonio Nóvoa sobre a história da profissão docente. Segundo ela: "Nóvoa, baseando-se em Edgar Morin, contrapõe a conhecida idéia de Erasmo - a de que o indivíduo não se torna homem a não ser pela cultura - à idéia menos lembrada de que cultura também não é, em si mesma, um

sistema auto-suficiente, uma vez que depende, para se perpetuar, da aprendizagem da criança. Nessa linha de raciocínio, Nóvoa sublinha que a sociedade é, portanto, um sistema fenomenal dotado de uma memória geradora e regeneradora: a educação. Assim, esses termos, num sentido amplo, se confundem: a educação é a memória social.”

Como educadores, não podemos ignorar o fato de que a educação escolar é uma das facetas da educação. Há, assim, muitas discussões a serem compreendidas quando pensamos em memórias na educação, um campo ainda aberto à pesquisa e à reflexão por parte dos educadores. Podemos afirmar que este caminho vem sendo trilhado já há vários anos, acompanhando o movimento de retomada da temática da memória por disciplinas variadas, e especialmente pela adoção de metodologias de pesquisa qualitativa nas ciências sociais e na educação.

Redescoberta das pessoas

As metodologias qualitativas, por romperem com as formas tradicionais de pesquisa, aproximaram os pesquisadores das pessoas, dos sujeitos, isto é, dos participantes das situações de aprendizagem. Nesse processo, como analisa Maria Isaura Pereira de Queiroz, ocorreu a valorização do singular, dos relatos pessoais, das testemunhas confiáveis. No âmbito da história, alguns autores discutem as mudanças epistemológicas dessa nova abordagem, em que o historiador vai se dirigindo para a questão da memória da história cultural, conversando com as pessoas em um diálogo que transforma o entrevistador e o entrevistado, fazendo nascer uma nova síntese. Ferrarotti fala do processo dialógico que se estabelece na produção do conhecimento entre o entrevistado e o entrevistador. Os sujeitos ganham vida, suas memórias ganham força.

A memória social que se identifica com a educação, em seu sentido mais amplo, vai sendo retomada e discutida. Os educadores, quando pensam em memória da educação, estão voltados mais para a educação escolar. É sobre ela que a maior

parte dos estudos e dos escritos são elaborados. Cada vez mais professores, alunos e diretores começaram a ser ouvidos, a contar suas experiências, suas memórias. Mas até mesmo a memória da educação escolar ainda é pouco conhecida e, principalmente, discutida, embora a escola, como instituição, esteja presente na memória de todos os brasileiros.

A escola, como instituição assumida pelo Estado, tem no Brasil uma história diferenciada: além do lento processo de criação e expansão, as escolas que se instituem não são para todos. É uma longa história de seleção e exclusão por parte do sistema educacional e, por outro lado, de luta pela inclusão e permanência no mesmo, de acesso à cultura escolar. Esta vivência, de uma escolarização difícil, parece explicar a presença marcante da escola na memória dos brasileiros. A escola parece configurar-se como um cenário privilegiado de lembranças nas histórias de vida de diferentes sujeitos: 1) os que nela não conseguiram ingressar, ou na qual permanecem por pouco tempo; as lembranças da exclusão, a memória pautada na ausência; 2) os que passaram por um processo de escolarização mais prolongado; as lembranças do processo de aprendizagem, do mundo dos livros, dos professores, dos prédios escolares, das trocas interculturais, dos processos de inclusão e exclusão, dos preconceitos, dos projetos e ideais vigentes etc.

As lembranças não remetem a uma escola comum e única. As memórias registram os diferentes tipos de escola a que as pessoas tiveram acesso ou conhecimento. As escolas “oficiais”, mantidas pelo Estado, para atender igualmente a todos, mas que nas lembranças surgem como extremamente diversas e excludentes de alguns grupos sociais, como, por exemplo, os grupos escolares de grandes centros urbanos, pequenas escolas reunidas, escolas isoladas de pequenas vilas e propriedades rurais, escolas noturnas. As escolas particulares, mantidas por ordens religiosas ou por leigos, para atendimento a clientelas e interesses variados, como escolas de grupos imigrantes, escolas religiosas, escolas para negros, escolas indígenas, escolas para crianças órfãs etc.

Desvendar as marcas e os significados da inclusão e exclusão, neste cenário escolar privilegiado pela memória, é tarefa instigante e necessária para a escrita da história da escola e para a atuação dos educadores nos dias atuais. O que conhecemos sobre nossos alunos e suas famílias? Nossa atuação é pautada pelos discursos e propostas que chegam às escolas ou pelo que as memórias desses sujeitos nos permitem conhecer? Como pensamos nossa experiência e nossa prática pedagógica? Para justificar porque considero fundamental na formação e na atuação de educadores a reflexão sobre as memórias - próprias e dos envolvidos na prática pedagógica -, recorro à minha trajetória.

Relatos de professores

Sempre trabalhei com pesquisas sobre questões educacionais, sobre as relações entre os diferentes grupos da população rural e urbana e a educação escolar. Realizei pesquisas quantitativas e qualitativas, mas foi através da indagação sobre questões mais atuais que cheguei às memórias de professores e alunos sobre suas experiências educacionais. Procurei aprofundar questões ainda pouco esclarecidas nas relações que se estabeleceram ao longo do tempo entre diferentes segmentos da população e o processo de escolarização, utilizando para tanto não apenas as fontes escritas mais usuais, mas especialmente as informações dos que de alguma maneira vivenciaram as situações analisadas. Privilegiei, portanto, os relatos orais de professores, como agentes dos sistemas educacionais, isto é, fontes diferenciadas, que poderiam colocar novas indagações ao conhecimento.

Para exemplificar, apresentarei algumas das pesquisas que denomino histórico-sociológicas, em que trabalhei com as memórias de professores que lecionaram antes de 1937 no Estado de São Paulo, em fazendas, vilas, cidades do interior e na capital.

Nestes estudos, abordei: a) as questões educacionais vivenciadas pela população rural e a expansão do sistema

educacional no interior; b) as condições de expansão da rede educacional na metrópole de São Paulo, que entrava em processo de rápido crescimento, considerando a diversidade étnica que caracterizava sua população e sua diversificada rede de escolas; c) a origem sócio-econômica, a formação e carreira de professores primários no início do processo de expansão do sistema educacional no estado.

Sobre tais estudos é preciso reafirmar que o fato de recorreremos às memórias através dos relatos orais, e com eles trabalharmos intensamente, nunca eliminou a utilização de outras fontes, escritas e iconográficas, fundamentais durante o trabalho de campo de cada pesquisa. Intensificou-se o relacionamento e complementaridade entre essas fontes tão diversas. O documento escrito ou uma foto levava aos professores e aos problemas pesquisados, mas os professores nos levavam a novos documentos escritos e imagéticos, dos quais muitas vezes eram os únicos possuidores.

Não nos deteremos aqui nas discussões que têm sido tão freqüentes na sociologia e, atualmente, na história, sobre a memória e a subjetividade que envolve este tipo de trabalho, pois julgamos que alguns pontos fundamentais já foram explorados por vários outros autores. Porém existem aspectos que o trabalho com histórias de vida de velhos professores nos tem levado a perceber: se há críticas ao trabalho do historiador com memórias, é preciso levá-las em conta e lidar com os relatos que são parciais, elaborados a posteriori dos fatos em estudo, subjetivos. Ao mesmo tempo é preciso reconhecer que são justamente tais aspectos que permitem chegar a uma nova elaboração de questões e discussões das mesmas com os envolvidos, que não poderiam ser percebidas apenas através de outra documentação. Não foram poucos os casos, durante as dezenas de entrevistas por nós realizadas, de professores que fizeram críticas às suas próprias atuações, de outros ou do sistema educacional, assim como conseguiram relatar fatos importantes sobre os quais não se havia escrito ou falado antes. Se o tempo pode alterar as memórias e introduzir novas interpretações aos fatos vividos,

pode permitir também o trato pelos professores de temas que seriam proibidos no momento em que os vivenciaram. Se o relato oral, obtido através da presença do pesquisador, aumenta a subjetividade do documento por ele construído nessa relação que estabelece com o entrevistado, por outro lado permite desvendar as subjetividades nem sempre explícitas contidas em outros documentos datados. Deve-se descobrir nestes últimos o que não foi anotado, discutido, o que ficou oculto.

Reverendo a História

É preciso lembrar que a análise de várias questões educacionais só foi possível com a utilização de relatos orais oriundos de uma grande diversidade de entrevistados que estiveram em contextos diferentes, em posições distintas, mesmo quando atuando todos como agentes ou sujeitos em uma mesma instituição. Não podemos esquecer que há múltiplas memórias.

Também se nota nos relatos dos professores a presença de ideologias existentes nos períodos em que trabalharam, assim como ideologias atuais, que se mesclam à descrição das reais condições vivenciadas. Trabalhar com estes vários níveis é difícil, e, nesse caso, é o relato oral em sua forma escrita que permite as análises por temas e várias leituras, quando necessário, para que comparações possam ser estabelecidas. A análise minuciosa dos relatos que coletei permitiu não só verificar as concordâncias e as discordâncias, mas descobrir elementos necessários ao entendimento de determinadas situações, elementos estes que surgiram não só do que foi dito no conjunto dos relatos, mas também, e especialmente, do que não foi dito.

Assim, por exemplo, uma análise cuidadosa do conjunto de 41 histórias de vidas de homens e mulheres que se formaram ainda durante a Primeira República, permitiu constatar como a questão da carreira e ascensão a postos administrativos está presente em todos os relatos de homens e ausente no das mulheres, levando não só à análise do magistério primário como profissão feminina, como usualmente é tratado, mas como

profissão de carreira masculina, controlada por homens nas escolas de formação e na rede de ensino. Através das memórias dos professores, chegamos a revisões ou detalhamento de colocações tradicionalmente aceitas na área educacional.

Em relação aos sujeitos dos processos de escolarização, pudemos observar, entre outros aspectos: a) a grande valorização do estudo, existente entre várias categorias rurais, já anteriormente aos processos de urbanização e industrialização no estado de São Paulo, contrariamente às colocações sobre a indiferença ou aversão à escola por parte deste segmento da população brasileira; b) a leitura e a escrita sendo providenciada pelas próprias crianças, fora das escolas; c) as especificidades na vivência do processo de escolarização entre as diferentes categorias da população rural, já no início do século, contrariamente às generalizações realizadas para toda a população rural; d) as diferentes estratégias utilizadas, tanto por sitiantes brasileiros como por colonos e trabalhadores urbanos imigrantes e nacionais, para suprir as deficiências de atendimento do sistema educacional mediante a criação de escolas próprias, arcando com os custos de sua manutenção.

Em relação ao funcionamento das escolas no estado de São Paulo: a) a discriminação efetiva da política educacional do Estado no tocante aos trabalhadores rurais, especialmente durante o período em que se constituíram em maioria da população aí existente, contrariamente às colocações que levam a pensar na necessidade de obrigar a população a procurar a escola frente a um Estado liberal e provedor; b) as contradições e ambiguidades entre as forças políticas atuantes no início do século com relação ao atendimento desta demanda - a importância das forças políticas locais, os coronéis, na estruturação do sistema educacional público; c) as relações de complementaridade e de troca entre as redes de ensino público e particular, muitas vezes na própria elaboração de propostas para a escola pública, contrariamente às visões segmentadas que são usuais; d) impossibilidade de se analisar as questões da educação brasileira sem considerar a diversidade

de redes existentes e a pluralidade dos grupos étnicos e sociais a elas relacionados - não há um único sistema educacional, nem as mesmas diretrizes para os variados tipos de escola e de grupos sociais.

Em relação ao magistério primário no estado de São Paulo, durante a Primeira República: a) a impossibilidade de explicar a opção pelo magistério sem levar em conta a variável gênero, pois eram muito diferentes os determinantes desta opção entre homens e mulheres; b) a necessidade de considerar os contextos sócio-econômicos em que esta opção ocorria, pois o mercado de trabalho da época, diferenciado entre o interior e capital, implicava em variações; c) a diferenciação das carreiras de homens e de mulheres no magistério: os primeiros galgando rapidamente postos de direção e chefia, as últimas permanecendo nas salas de aula; d) a persistência, até o final da Primeira República, de um ensino teórico nos cursos normais, não dirigido para a realidade paulista na qual ingressavam esses professores recém-formados; e) a autonomia dos professores no exercício da docência, o conhecimento dos métodos e a crítica aos mesmos.

Memória visual

Até aqui tratei de memórias escritas, como documentos, cartas e diários, e de memórias obtidas através de entrevistas sob a forma de histórias de vida. Mas, segundo Pollack, haveria também uma memória visual que é construída e reconstruída. Algumas fotos (parte delas tiradas pelos próprios professores) de experiências escolares da primeira metade do século XX, tanto de escolas públicas como particulares, permitiram verificar a importância da memória visual e também uma aproximação ao contexto, ao que se queria preservar da experiência educacional para o futuro. As questões que ficam para nós, nos dias atuais, são: como estamos lidando com nossas memórias sobre educação? Será que as estamos registrando? De que modo? Já pensamos sobre sua importância em nossa formação e atuação?

De modo geral, as memórias sobre educação são fundamentais na formação dos educadores, pois permitem a discussão da atuação dos professores a partir de uma perspectiva histórica que possibilita o esclarecimento de questões atuais, assim como fornecem elementos para melhor conhecimento do desenvolvimento da profissão docente e de sua identidade. Também permitem a reflexão sobre a própria experiência de vida e de trabalho, o exercício da comparação através das diferentes memórias, dos vários professores, sobre as práticas pedagógicas, as opiniões, as trajetórias, os alunos, as famílias etc. e possibilitam a convivência com a diversidade sócio-cultural em oposição à tendência homogeneizadora das propostas oficiais. Para tanto é necessário que registremos nossas memórias de diferentes maneiras, sejam escritas, orais ou iconográficas, e que as discutamos baseadas em nossas trajetórias e experiências.

Se as memórias da educação do passado são importantes, por que não nos preocupamos com as dos professores atuais? As experiências que têm sido realizadas nessa direção evidenciam que este é um caminho promissor para a formação e atuação de educadores. Como já afirmamos, as memórias da educação têm sido mais pensadas com relação à educação escolar. Ainda nos preocupamos pouco com a reflexão sobre as demais formas de educação (informal e extra-escolar) e, especialmente, sobre as memórias das mesmas. Que vinculações se estabeleceram ao longo do tempo entre estes diferentes tipos de educação?

Fala-se muito, nos dias atuais, sobre a ausência da família na educação dos filhos, em alguns casos, ou sobre a pressão dos pais sobre as escolas, em outros. Mas o que conhecemos, enquanto educadores, sobre a educação veiculada pelas diferentes famílias, ao longo do tempo? As memórias de alunos, pais e professores podem ser importantes fontes para reflexões dessa natureza, que nos permitam discutir os problemas atuais com elementos mais esclarecedores e menos discriminatórios. Temos que seguir em frente.

BIBLIOGRAFIA

DEMARTINI, Zeila de B. F. A. “Questão da Análise no Processo da Pesquisa”. In LANG, Alice Beatriz da S. G. (org.). *Desafios da Pesquisa em Ciências Sociais*. São Paulo, Humanitas-CERU, 2001. p. 49-72. (Coleção Textos, série 2, 8).

_____. “Trabalhando com Relatos Oraís: Reflexões a Partir de uma Trajetória de Pesquisa”. In LANG, Alice Beatriz da S. G. (org.). *Reflexões sobre a pesquisa sociológica*. 2.ed., São Paulo, Humanitas-CERU, 1999. p. 33-45. (Coleção Textos, série 2, 3)

FERRAROTTI, Franco. *Storia e Storie di Vita*. Roma, Saggi Ascabillarterza, 1981.

POLLAK, Michael. *Memória e Identidade Social: Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. “História, História Oral e Arquivos na Visão de uma Socióloga”. In FERREIRA, Marieta de Moraes. (org.). *História oral e multidisciplinaridade*. Rio de Janeiro, FINEP-Diadorim, 1994.

SOUZA, M. Cecília Cortez Christiano de. *Escola e Memória*. Bragança Paulista, EDUSF, 2000. (Coleção Estudo CDAPH, v. 6).

Zilda Kessel;

*educadora, especialista
em Museologia e mestre
em Ciência da*

*Informação pela Escola de
Comunicação e Artes da
Universidade de São
Paulo (ECA-USP), com a
dissertação “A Construção
da Memória na Escola:
um estudo sobre Memória,
História e Informação na
Contemporaneidade”.*

*Atua como formadora nos
projetos educativos do
Instituto Museu da
Pessoa.Net, no Cenpec e
na formação de profes-
sores no ensino superior.*

Museu da Pessoa: memória e educação

Zilda Kessel

O Museu da Pessoa foi criado em 1992 com objetivo de democratizar o acesso e a preservação de histórias de vida a todas as pessoas. Nestes mais de dez anos vem atuando em projetos de resgate e construção da memória de empresas, instituições públicas e privadas e de comunidades, constituindo um acervo de cerca de 5.500 depoimentos, parte dele hoje acessível por meio do portal (www.museudapessoa.net). Desde sua criação foram percebidas as possibilidades de uso pedagógico tanto de seu acervo como da própria metodologia de trabalho, com histórias de vida desenvolvida pelo Museu e apresentadas, sobretudo em oficinas de formação.

No ano 2000, percebeu-se a necessidade de elaborar um projeto mais estruturado e que sistematizasse a ação do Museu na área pedagógica. O caminho escolhido foi a formação de um grupo de trabalho em parceria com o Instituto Avisa Lá, instituição especializada na formação de professores. Dessa parceria resultou o Programa “Memória Local”, (página 260), implantado a partir de 2001 junto a diferentes cidades de Minas Gerais e São Paulo, com patrocínio da CTBC (Grupo Algar) e em Santos (SP) e Rio de Janeiro (RJ), com o patrocínio do Instituto Pão de Açúcar.

O projeto tem por objetivo formar professores para o trabalho com a memória, com foco na história da própria

comunidade. Inclui também a área de Língua, com atividades de leitura, escrita e oralidade o que contribui, de forma decisiva, para a aprendizagem da leitura e da escrita das crianças envolvidas.

A história é construída pelas crianças que atuam na pesquisa, no resgate de histórias de idosos da comunidade por meio de entrevistas, produção de textos e imagens e edição de produto final. O processo é socializado por meio da construção de um site e de uma exposição, além de produtos realizados por cada uma das salas envolvidas Temos como resultado uma história feita pela e para a comunidade em que professores e alunos atuam como agentes da história.

Passo a passo

O projeto é proposto às secretarias de educação dos municípios em que as organizações patrocinadoras atuam. É feita uma apresentação aos gestores, seguida de uma oficina em que os professores e coordenadores das escolas têm a oportunidade de conhecer conceitos norteadores do projeto e experimentar algumas atividades referentes ao trabalho com memória individual e coletiva.

A partir daí as instituições se candidatam a participar do projeto. Sabemos que a adesão dos educadores é fundamental assim como o acolhimento da direção da escola, o que envolve indicar uma sala onde as formadoras do Museu da Pessoa e do Instituto Avisa Lá atuarão diretamente com as crianças, possibilitando à professora se ausentar para participar de reuniões e encontros de formação. Neste sentido a participação da escola e da professora é voluntária. Cada projeto envolve entre seis e dez escolas, atingindo uma média de 750 alunos¹.

Em primeiro lugar, faz-se uma pesquisa prévia sobre o bairro/cidade de maneira a levantar um conjunto de temas relevantes para o trabalho, sempre tendo como foco a história local da comunidade escolar: suas histórias, seu cotidiano, suas festas.

Definidas as escolas, tem início o projeto que se desenrola por um ano escolar. Em cada visita à cidade, as formadoras do Museu da Pessoa e do Instituto Avisa Lá fazem reuniões de formação com as educadoras e também atuam diretamente junto a três classes de alunos, permitindo às professoras observar, na prática, a implantação do projeto.

Em cada encontro de formação são explorados conceitos relativos à memória, ao registro e à leitura e escrita, sempre tendo como foco a memória das crianças, dos entrevistados e das professoras. A aproximação com o tema do projeto se faz por meio de leitura e produção de textos e desenhos, entrevistas com familiares e troca de informações no cotidiano da sala.

O ponto alto do processo é a entrevista realizada na escola com um membro da comunidade. Para este dia são preparados um convite e um roteiro de perguntas; a entrevista é gravada e é preparado um lanche festivo.

No projeto, o computador entra como instrumento de comunicação entre formadoras e professoras que utilizam e-mail para troca de informações, como instrumento de pesquisa para alunos e professores e ainda como meio de socialização das descobertas, já que o site do projeto vai sendo construído durante o seu desenvolvimento.

Ao final são produzidos vários produtos: livros, exposições nas escolas, folhetos e uma grande exposição, concebida por um designer a partir das produções de textos e desenhos das crianças. A inauguração marca o fim do processo e a socialização da experiência vivida na escola com toda a comunidade.

Em todas as cidades em que foi realizado, o projeto demonstrou ser uma experiência que deixou marcas importantes para a instituição escolar e para os participantes – professores, alunos e familiares –, seja pelas melhorias no ensino e aprendizagem de leitura e a escrita, seja no fortalecimento de sua auto-estima. Ver suas histórias de vida e suas experiências tratadas como tema digno de ser trabalhado pela escola, num projeto de formação, apresentados num site ou numa exposição foi, para todos, um momento emocionante, sentido como gesto

de valorização de suas experiências. Marco da relevância dessa experiência foi o vínculo criado entre idosos e crianças, muitos dos quais permanecem para além do término do projeto.

Experiência e Reflexão

O projeto Memória Local, seus processos e resultados, foi um dos focos da pesquisa da minha dissertação de mestrado *A Construção da Memória na Escola: um Estudo sobre as Relações entre Memória, História e Informação na Contemporaneidade*, defendida em 2003, na ECA-USP. Neste trabalho procurei compreender os conceitos norteadores necessários aos projetos de memória a partir da escola e ainda elencar quais os eixos fundamentais para o sucesso de projetos desta natureza.

Meu interesse era compreender como projetos de memória, realizados na escola, propiciam experiências tão significativas para os seus participantes. Como o trabalho com a memória possibilita criar vínculos, construir os sentidos de pertinência e de auto estima positiva em comunidades muitas vezes desprovidas do acesso aos direitos mais básicos.

Como resultado desta pesquisa cheguei a elementos fundamentais, presentes nos projetos realizados nas diferentes cidades e também em outras experiências com memória na escola que tive a oportunidade de conhecer.

O primeiro elemento a ser considerado é a valorização da memória-experiência vivida. Os projetos de memória local que pude avaliar valorizam a experiência de alunos e de professores. A valorização das memórias dos alunos contribui para o fortalecimento da imagem positiva que têm de si mesmos e para que se percebam parte de uma comunidade que tem valor. Percebam que a escola se interessa pela história de suas famílias, qualquer que seja sua origem e sua trajetória.

Os educadores também são estimulados a lembrar e registrar suas memórias e suas vivências no cotidiano do trabalho. São sensibilizados para a importância da memória, e para o seu papel como agentes da história da instituição, da comunidade e

da aprendizagem das crianças. “Esse princípio se opõe a práticas comuns de formação de professores, os treinamentos em que, num curto período de tempo, despejam-se novas visões sobre a prática escolar, que desconsideram as experiências vividas e valorizadas pelas professoras e a sua possibilidade de alimentar reflexões e práticas”².

Os projetos de memória se constroem em torno da possibilidade da memória da comunidade iluminar a escola. Ela é conteúdo da formação das crianças dos professores.

Escolher a própria comunidade como tema possibilita aos alunos ler o universo que os cerca e compreender o seu papel histórico nesse contexto. Como diz Paulo Freire, “Cabe o esforço de propor aos indivíduos dimensões significativas de sua realidade (...) Quanto mais assumam os homens uma postura ativa na investigação de sua temática, tanto mais aprofundam sua tomada de consciência em torno da realidade e, explicitando sua temática significativa, se apropriam dela”.³

Portanto, a escolha dos temas não é casual. “Trabalhar com as temáticas locais possibilita aos alunos ler o mundo e conhecer a história e o espaço, não como realidade dada, mas como realidade construída. Os locais ganham amplitude e complexidade, dando aos indivíduos a dimensão e a importância de seu papel na história. A memória é ainda um importante elemento para a construção do sentido de identidade de indivíduos e de comunidades”.⁴ Conhecer a experiência da comunidade contribui para que os jovens reconheçam um passado comum, construído pelas histórias dos que chegaram antes. Ao compartilharem essas experiências, integram essas narrativas à sua própria memória, conectam experiências e refazem o fio da memória. Sentem-se parte de sua comunidade.

Um segundo elemento que pude perceber, no decorrer da pesquisa, é o fato de que os projetos de memória valorizam a escola como espaço de oralidade. A memória tem na oralidade uma de suas possibilidades de socialização e de troca. Como afirma Jerome Bruner “Estruturamos os relatos de nossas origens culturais e nossas crenças mais estimadas, na forma de

histórias.(...) A importância da narrativa para a coesão de uma cultura é tão grande, muito provavelmente, quanto o é na estruturação da vida de um indivíduo.(...) A habilidade da construção narrativa e da compreensão narrativa são cruciais para a construção de nossas vidas e para um 'lugar' para nós no mundo possível que encontramos. Para que a narrativa se transforme em um instrumento da mente no lugar da produção de significado, é preciso trabalho de nossa parte: precisamos lê-la, produzi-la, analisá-la, entender seus mecanismos, sentir seus usos, discuti-la”.⁵

É preciso, portanto, criar um espaço para a oralidade, para a narrativa no cotidiano da sala de aula. Ali cada memória narrada pode se articular a outras memórias trazidas pelas crianças e pelos entrevistados. As educadoras ao contarem as suas experiências, também criam vínculos entre si. A partir de suas experiências, são trazidos os aportes conceituais necessários ao trabalho. Porém, o espaço de oralidade tem seu ponto alto nas entrevistas que as crianças realizam com os idosos da comunidade. Este encontro de gerações gera o diálogo entre pessoas com idades, experiências e vivências diversas. Os laços entre a escola e a comunidade se estreitam. A escola acolhe a comunidade dando voz aos seus integrantes e valorizando cada um deles. “O gesto de acolhimento, que envolve educadores e é compartilhado com as crianças, carrega a mensagem mais importante, o ensinamento mais valioso dos projetos de memória. É como se disséssemos: isto importa.”⁶. As crianças compreendem e compartilham esta valorização, criam vínculos e experimentam a escola como espaço de viver e construir saberes; sentem a educação como experiência cultural significativa no presente e não como treino para um futuro incerto.

O terceiro elemento, constituinte decisivo dos projetos de memória na escola, é a valorização do registro do vivido. O registro permite preservar e recordar. Fica disponível à comunidade e também a outras pessoas na forma de produtos. Para o educador, o registro é o ponto de partida para refletir e

avancar na sua prática. Registros são também a história da própria escola, do ponto de vista de seus agentes. Pouco valorizados num contexto em que as escolas só preservam documentos exigidos por lei, registros de professores, alunos e comunidades são raros nos arquivos escolares “Ao final de cada ano, é descartada boa parte dos materiais elaborados por professores e alunos. A biblioteca só armazena e torna disponível o que lhe chega de fora, não preservando a produção da escola”.⁷ Atividades são repetidas ano a ano qual um treino, uma atividade preparatória. Porém, nos projetos de memória, cada entrevista, cada texto produzido é único e é profundamente relevante para aquela comunidade, importante elemento da história do lugar. Neste processo o registro ganha sentido; é fonte histórica, inédita e única.

Aí justamente se insere um quarto elemento importante para os projetos de memória: os produtos. Eles possibilitam a preservação e a socialização da memória das comunidades. O produto é o meio mais eficaz de preservação, em caráter permanente, da produção e dos materiais coletados é a elaboração de produtos e sua veiculação social. São eles que inscrevem as ações da escola no contexto da cultura. “Como produto cultural, o trabalho passa a ter uma existência social que transcende os muros da escola. Ao mesmo tempo em que se valorizam os integrantes da comunidade, no seio da qual os produtos foram forjados pela experiência e pelo trabalho, a circulação destes produtos garante a sua inserção e permanência como objetos culturais, elementos articuladores de memória e de história. É na elaboração dos produtos, que parece ocorrer na interseção do espaço em que atuam memória e história, que cada narrativa, cada vivência, cada memória ganha uma materialidade e uma existência enquanto história. A história em que a comunidade se reconhece e que, assim, tem força de ganhar os circuitos de socialização para além dos limites da própria comunidade. Esse processo recupera um fio, torna a experiência novamente comunicável e a inscreve num movimento que restitui a humanidade aos seus integrantes”.⁸

A divulgação dos produtos realizados a partir das memórias das comunidades é a materialização do valor atribuído à experiência da comunidade. Ao perceberem que as suas memórias integram espaços socialmente valorizados, como o site e as exposições, crianças, educadores e a comunidade reconhecem a importância de sua contribuição. Vêem-se como integrantes da cultura e da história.

Se os elementos apontados respondem à questão sobre o papel decisivo da memória para a educação, as atuais propostas curriculares também valorizam o trabalho com memória na escola. Compreendem a escola como espaço de inclusão e de construção da cidadania propício à circulação e à produção de saberes, que contribuam para construção da identidade dos alunos, a valorização e o respeito às diferenças. Ela deve ainda garantir a articulação dos saberes relativos às esferas locais, nacionais e universais. Para a construção desses conceitos, o trabalho com a memória dos alunos e de suas comunidades é imprescindível.

Ao trabalhar com a memória, a escola se faz espaço de produção de saberes e rompe o papel de simples reprodutora dos saberes construídos por terceiros e recebidos prontos. Realiza assim o desafio de contribuir para a formação de indivíduos com uma imagem positiva de si e de seus grupos, constituindo-se como agentes históricos, sensíveis e vinculados com a cultura local e capazes de dialogar com seus pares e com o mundo.

NOTAS

¹ Esses números referem-se a 2003. Edições posteriores do projeto estenderam seu alcance a um número muito maior de escolas e de alunos, por meio da formação de agentes locais. Em Santos, por exemplo, em três anos o projeto atingiu todas as escolas da Rede Municipal de Ensino.

² KESSEL, Z. *A construção da Memória na Escola: um estudo sobre as relações entre Memória*. História e Informação na contemporaneidade, p. 126.

³ FREIRE, P. *A Pedagogia do Oprimido*. p.94-97, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 2002.

⁴ KESSEL, Z. *Idem* p.128

⁵ BRUNER, Jerome. *A Cultura da Educação*. p.32, Porto Alegre, Editora Artes Médicas. 2001.

⁶ KESSEL, Z. *Z idem*, p.131.

⁷ KESSEL, Z. *idem*, p.135.

⁸ KESSEL, Z. *idem*, p.135.

Laura Pasquali;
*historiadora, docente de la
Facultad de Humanidades
y Artes de la Universidad
Nacional de Rosario
(Argentina) e doutoranda
pelo Consejo Nacional de
Investigaciones Científicas
y Técnicas, Ministerio de
Educación y Cultura de la
Nación e membro do
Centro de Estudos de
Histórias Operárias
(CEHO), da Facultad de
Humanidades y Artes de
la Universidad Nacional
de Rosario, (Argentina).
Coordena o programa “La
Memoria de la Ciudad”,
pertecente à “Rede de
Cidades Educadoras na
América Latina”.*

Vozes da cidade

Laura Pasquali

O projeto “Cidades Educadoras” é uma rede internacional de cidades que se organizou em 1990 a partir do pressuposto de que as cidades possuem um potencial educador. Para explicar melhor esse conceito, recorro ao documento elaborado na cidade de Rosário, na Argentina, de onde veio, que diz: “A cidade será educadora quando reconhecer, exercitar e desenvolver além de suas funções tradicionais (econômica, social, política e de prestação de serviço), uma função educadora. Quando assumir a intenção e responsabilidade quanto à formação, promoção e desenvolvimento de todos os seus habitantes, começando pelas crianças e jovens. Uma cidade será educadora se oferecer com generosidade todo seu potencial, se permitir que todos os seus habitantes a conheçam e os ensine a fazer isso.”

Iniciada em 1990, a “Rede de Cidades Educadoras” – (www.edcities.bcn.es) – tem sua secretaria geral em Barcelona e uma sede regional, latino-americana, em Rosário, Argentina. Na América Latina, muitas cidades de diferentes países como Argentina, Chile, Uruguai, Peru, Bolívia, Colômbia, México e Brasil já participam da Rede. Sua estrutura está organizada em três grandes áreas: Pedagogia Urbana; Organização do Espaço, Patrimônio Cultural e História Local (na qual trabalho); e Publicações Gráficas, Apresentações e Artes. Cada uma dessas três áreas compreende diversos programas. O programa que vou

apresentar , “A Memória da Cidade “, está ligado à área de Patrimônio Cultural.

Fundamentalmente o programa Memória da Cidade propõe o uso da história oral como uma metodologia qualitativa. Nessa instância, nos orientamos dentro da corrente hermenêutica da história oral que prioriza a significação das narrações mais do que os dados e os processos, a mera informação. Guardar os estudos das cidades, na perspectiva da história oral e da memória, nos impõe o trabalho com um sujeito que não está unificado. A tarefa é descobrir seus genes, sua história, seu patrimônio cultural e artístico.

Nós utilizamos o conceito de memória para investigar o modo como as pessoas constroem o sentido do passado e como vinculamos o passado com o presente como um processo indispensável e necessário através do ato de esquecer e lembrar. Neste sentido, é necessário trabalhar com dois grupos: quem viveu esse passado o tem em sua própria história e contribuiu com esse processo; e, por outro lado, quem não viveu o passado, ou, pelo menos, não se lembra dele. Isto nos faz trabalhar o tema da transmissão, que é um processo que sempre se constrói entre estes dois grupos. Para nós, a transmissão é uma estratégia de aprendizagem privilegiada em todos os trabalhos e projetos que impulsionamos a partir da “Memória da Cidade” e da “Rede Cidades Educadoras”. Tentamos fazer com que as equipes de trabalho sejam formadas por ambas as gerações.

Ao mesmo tempo é prioritário articular os níveis individuais e coletivos da memória. As tradições orais contribuem para a coesão social, para a dinâmica da evolução e para a perpetuação da cultura que representam. Permitem, para nós que trabalhamos com o tema da coesão social, economizar no estudo do passado através da vida cotidiana, e isso é o que fazemos quando trabalhamos nos diferentes bairros da cidade.

Projeto-modelo

O projeto realizado na cidade de Rosário é um modelo que oferecemos às cidades da “Rede da América Latina”. Para sua implementação propomos ações que se ramificam em dois âmbitos. O primeiro deles é um banco de dados, e o nosso foi construído há seis anos.

Esse banco de dados centraliza diferentes tipos de informações (hemerográficas, bibliográficas, fotográficas, arquivos orais) sobre a cidade, organizadas por critérios estabelecidos por uma equipe interdisciplinar. Essa base de dados está disponível na página web (www.rosario.gov.ar) da cidade de Rosário e funciona com uma rede de dados permanente, interligada com as bibliotecas populares.

A outra instância é a assessoria disciplinar, na qual funciona o projeto “Memória da Cidade”. Uma arquiteta trabalha comigo neste programa. Consideramos que a cidade – espaço privilegiado de aprendizagem – possui todos os elementos para sua própria análise. Os monumentos, os edifícios, os prédios abandonados, ou demolidos, são fundamentais para a aprendizagem assim como outras memórias que não têm sustento material, como os registros orais.

Dentro do projeto, organizamos quatro seminários itinerantes: Ferramentas para Trabalhar o Patrimônio e a História Local; A Memória da Cidade, História de Bairros; O Patrimônio da Cidade; e A Cidade no Museu.

Do seminário “A Memória da Cidade”, resultaram duas experiências interessantes. A primeira aconteceu na cidade de Crespo. É uma experiência na qual um grupo de meninos e meninas de uma escola da Província de Entre Rios detectou um problema grave em sua comunidade, ligado à discriminação econômica. Esse problema foi objeto de discussão e levado para a escola; algumas crianças reproduziram o discurso discriminatório e outros ficaram preocupadas com o problema. Os professores trabalharam o tema na aula e uma intervenção urbana foi feita numa praça.

A outra experiência foi com a “Biblioteca do Psiquiátrico se Reconstrói no Bairro”. O bairro Pichincha, da cidade de Rosário, teve seu auge a partir do crescimento da rede ferroviária e do porto. Situado na periferia, lá se permitia a instalação de bares, cabarés e prostíbulos. Nesse bairro está também inserido o hospital psiquiátrico Suipacha, que é um hospital público.

Nos anos 30, a decadência atingiu essa região. A atividade dos prostíbulos entrou em crise a partir de uma série de denúncias, e o bairro se assimilou a outros bairros periféricos da cidade, perdendo seu encanto.

Há três anos, quando implementamos o seminário *A Memória da Cidade*, um grupo que queria recuperar a identidade do hospital psiquiátrico aproximou-se de nós. A biblioteca do hospital psiquiátrico atende pacientes, seus familiares e os vizinhos do bairro. Entendemos que, antes de mais nada, seria bom saber o que aconteceu, porque esses vínculos desapareceram, se romperam ou se debilitaram.

Foi criada, então, uma equipe de trabalho com pessoas do bairro, da biblioteca e com alunos de História da Universidade de Rosário. Foi extremamente interessante partir do banco de dados que conhecíamos, de pessoas que tinham nascido e vivido nesse bairro e que, no momento de fazer a entrevista, negavam ter relação com esse lugar - uns, inclusive, diziam que viviam há pouco tempo ali. Com isto observamos que algumas pessoas que se aproximavam da investigação, das ferramentas da memória oral, ficaram com um pouco de raiva.

Entendemos que a memória é seletiva, sobretudo tendo em conta que falamos de um bairro com características especiais. Muitos não queriam recordar que tiveram alguma atividade vinculada aos prostíbulos, por exemplo, ou que tiveram familiares internados no hospital psiquiátrico. Também ocorreu o mecanismo inverso de exagerar algo não real. Por exemplo, uma senhora que hoje tem mais de setenta anos nos disse que dançava em um cabaré. Na nossa base de dados isso não constava, mas o que importa é que ela queria traçar um

laço e recuperar dessa forma a história do lugar onde vivia. Já comentei que nos importa mais a significação do que os dados em si. Não deixa de ser algo que nos chama a atenção e serve para reforçar estes mecanismos de corrente de transmissão.

Como se pode ver, o processo ainda não está terminado, está na fase de redação. Atualmente, a equipe das Cidades Educadoras não é efetivamente a responsável pelas entrevistas diárias, mas sim pela coordenação da equipe de trabalho da universidade e do hospital. Sempre aparecem novos depoimentos, fundamentalmente porque é um bairro que o governo local está reconstruindo. Essa revitalização está ligada ao fato de que os espaços de marginalidade, hoje, são um atrativo turístico na cidade. Então o governo está arrecadando recursos para embelezá-lo. Às vezes, os edifícios recuperados realmente ficam mais bonitos, mas alguns acabam ficando arruinados porque as intervenções arquitetônicas não são as mais indicadas. Então, a partir disto aparecem novos planos, novos arquivos, novos depoimentos, pessoas que se aproximam. Afinal, a memória é um processo em permanente construção.

BIBLIOGRAFIA

- FLORIO, Rodolfo. *Narrar la Memoria: Política de la Identidad, Política del Recuerdo*. Taller, Vol. 4 N° 11, Buenos Aires, Noviembre de 1999.
- FRASER, Ronald *La Historia Oral como Historia desde Abajo*. Revista Ayer, N° 12, Marcial Pons (ed.), España, 1993.
- GORELIK, Adrián. *La Grilla y el Parque. Espacio Público y Cultura Urbana en Buenos Aires 1887-1936*. UNQ, Buenos Aires, 1998.
- JELIN, Elisabeth. *Memorias en Conflicto*. In Revista Puentes, año 1, N° 1, La Plata, Agosto de 2002.
- PASSERINI, Luisa. *Storia Orale, Vita Quotidiana e Cultura Materiale della Classi Subalterne*. Turín, Rosenberg & Sèller, 1978.
- PORTELLI, Alessandro. "Lo que hace diferente a la Historia Oral". Schwarzstein, Dora, (comp.). *La Historia oral*. Buenos Aires, CEAL, 1991.
- THOMPSON, Paul. *La Historia Oral y el Historiador*. Revista Debats, N° 10, Valencia, diciembre de 1984.

Edmir Perrotti;
*doutor em Ciências da
Comunicação e professor
do Departamento de
Biblioteconomia e
Documentação da Escola
de Comunicações e Artes
da Universidade de São
Paulo (ECA-USP). Criou
três laboratórios em que
desenvolve projetos de
Infoeducação: a “Oficina
de Informação”, a
“Estação Memória” e a
“Biblioteca Escolar
Interativa.” Autor do livro
“Confinamento Cultural,
Infância e Leitura”.*

Estação Memória

Edmir Perrotti

Trabalho na Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, mais especificamente no Departamento de Biblioteconomia e Documentação. Minha formação é na área de Letras e sou, profissionalmente, alguém que fez a migração das Letras para as Comunicações. Se tal migração não significou uma efetiva mudança de campo, representou, todavia, uma mudança de abordagem da questão que sempre me interessou e encantou: a narrativa.

As narrativas, sob diferentes formatos, sempre estiveram no centro de meus interesses, aparecendo como forma privilegiada de comunicação, de acesso a realidades humanas profundas, dificilmente penetráveis sob outra forma. O interesse foi tal que elas me levaram para o curso de Letras. Por me mobilizarem desde criança, desejava compartilhá-las com outras pessoas; ser professor me parecia uma boa forma para isso.

Na Faculdade de Letras, porém, o objeto privilegiado dos estudos literários era o texto. À época pouco se falava ainda do “discurso” e menos ainda dos modos como as narrativas circulavam socialmente. A sociologia da literatura, disciplina mais próxima de meus interesses, voltava-se, é verdade, para os contextos sociais, mas não na perspectiva que me motivava. As preocupações de então eram antes pelo modo como o contexto era representado no texto, ou, ainda, como o texto representava

o contexto. A textualidade, a literariedade eram objetos privilegiados de estudo, não a produção, a distribuição e a recepção dos diferentes discursos, em especial a literatura.

Meu olhar estava, portanto, voltado para as narrativas em suas complexas e dinâmicas relações com a vida social e cultural; me preocupava sua dimensão comunicacional, fossem as literárias ou não. Numa palavra, meus horizontes extrapolavam o da textualidade, o da literariedade, categorias privilegiadas pelas Letras. Por isso acabei nas Comunicações, mais precisamente na Escola de Comunicações e Artes da USP.

Venho assim, desde 1990, realizando um trabalho que resultou na criação de um espaço narrativo novo e especial, intitulado “Estação Memória”, um projeto de pesquisa envolvendo equipe sob minha responsabilidade e coordenação. A partir de cooperação com a Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo foi possível instalar, em 1997, a “Estação Memória” na Biblioteca Álvaro Guerra (página 248). Trata-se de um ambiente especialmente concebido e desenvolvido, em seus diferentes aspectos espaciais, informacionais e culturais, com o objetivo de permitir o intercâmbio de narrativas entre diferentes gerações, em especial, idosos, crianças e jovens. Narrativas entendidas em seu sentido amplo, não apenas as literárias; narrativas resultantes da vida vivida, histórias de vida, experiências (W. Benjamin).

A partir de situações ocasionadas por tal realização, sem preocupação com formalização ou hierarquização, gostaria de me referir a três questões nesta mesa: o direito à voz; a voz e o corpo; a banalização da memória.

Antes disso, não posso deixar de dizer que esse trabalho envolvendo memória e educação não é só apaixonante, mas essencial neste momento histórico em que prevalece o culto cego ao eternamente novo, à juventude, ao moderno, categorias tomadas como critério absoluto de qualidade numa época organizada em torno do consumo e do consumismo.

As coisas que nos rodeiam são quase sempre produzidas e significadas em relação a tais categorias. O tempo, em tais

circunstâncias, tende a ser visto como agente de destruição, apagamento, eliminação, não de construção, de possibilidade de realização e de criação humanas, destinadas a durar. Como diz Hannah Arendt, é próprio do consumismo corroer tudo o que toca. As “coisas do mundo” não resistem à sua voracidade. “As coisas belas”, como lembra Caetano Veloso em “Sampa”, não resistem aos desejos, à avidez pela novidade de um mundo constituído a partir da exacerbação do consumo.

Em tal quadro, trabalhar com a memória tomada em seus vários sentidos, não nos restringindo apenas à memória histórica, à História com maiúscula, é necessidade urgente e indispensável. Face à força avassaladora do consumismo, é preciso revalorizar, requalificar, ressignificar tanto a História como as histórias, os relatos, as narrativas. Como lembra J. Bruner, as narrativas são essenciais à nossa sobrevivência pessoal e cultural.

Antes de entrar nos três pontos mencionados, devo dizer ainda que a “Estação Memória”, além de trabalho coletivo, apresenta-se em movimento permanente. Em 1990, não podíamos imaginar muitas das importantes evoluções apresentadas pelo projeto que começou pelo registro de histórias de vida de idosos residentes no bairro Pinheiros, seguido da realização de trabalhos com os depoimentos, bem como com idosos e crianças em uma escola estadual do bairro.

Da modalidade registros/atividades culturais com as narrativas, passamos, assim, à organização de base de dados, tendo em vista o aumento extraordinário do número de depoimentos e a necessidade de recuperação dos conteúdos que constituíam o acervo. Foi depois que avançamos na criação da “Estação Memória” como espaço aberto ao público em geral, mas especialmente aos idosos, às crianças e aos jovens.

Nessa fase já não se tratava simplesmente de coletar e organizar os depoimentos, oferecendo-os em atividades culturais interessantes, mas esparsas. Tratava-se de oferecer um serviço cultural novo que inseria a coleta e a organização dos dados num projeto sistemático e permanente de educação inter-

geracional. Os idosos deixavam de ser apenas fonte de informações para se transformarem, junto com as crianças e os jovens, em atores vivos de um processo importante de participação sociocultural. Em decorrência, hoje, estão aqui neste Seminário, por exemplo, vários idosos que freqüentam a Estação, indicando que eles não são apenas depositários de histórias, mas membros ativos, que por meio das narrativas participam e se inserem culturalmente. Permitam-me solicitar a eles que se levantem e apresentem para vocês.

Tal percurso significa, portanto, que a “Estação Memória” não se restringiu a seus propósitos iniciais, de coleta e disseminação das memórias dos idosos. Ao contrário, trata-se de um trabalho que, em seu desenvolvimento, ao coletar e fazer circular a memórias dos sujeitos, insere-os num circuito sociocultural, ressignificando não só a memória, mas o próprio sujeito e seus vínculos presentes. Essa direção é coerente com posição que está na base da “Estação Memória” e é a primeira das questões a que me referirei: o direito à voz.

O direito à voz

Concebi o projeto “Estação Memória” a partir da fala de uma velhinha que assistia na Rede Globo ao seriado *Anarquistas, graças a Deus*, baseado no livro de Zélia Gattai. A senhora acompanhava o seriado televisivo com interesse, vendo aparecer diante dela, dias após dias, a avenida Paulista e seus arredores. “É ótimo”, dizia ela. “Estou adorando. Tanto, que estou até lendo o livro”.

Seu interesse, no entanto, não escondia uma frustração: “Tem o seguinte. O seriado só conta a história de quem vivia lá em cima, perto da avenida Paulista. Nós que vivíamos aqui embaixo, na beira do rio, não aparecemos em lugar nenhum; nós não contamos nossas histórias, nós não temos vez nem voz. Um dia eu ainda escrevo um livro também sobre os daqui de baixo”.

Com impressionante simplicidade e lucidez, aquela senhora apontava um problema grave e complexo, relacionado à

ordem social dos discursos. Referia-se à histórica e gritante desigualdade reinante na ordem simbólica do país; lastimava-se por aqueles que trabalharam, que fizeram a cidade, mas que não têm voz pública, ou seja, condições de contar seus feitos, sua visão dos fatos para o espaço amplo da pólis. Referia-se, portanto, à exclusão histórico-cultural que vitima grande parte da sociedade brasileira, sem acesso nem à memória registrada, nem aos veículos capazes de multiplicar e integrar suas experiências, suas visões de mundo, suas histórias à história e à cultura da cidade.

A senhora em questão reivindicava, portanto, o direito à expressão cultural. Desejava extrapolar os limites do pessoal, do privado, do familiar, do local; desejava expandir o universo dos seus, fazer-lhes justiça; pretendia deixar marcas não apenas físicas, na cidade, mas sobretudo simbólicas: “Eu ainda escrevo um livro!”.

A “Estação Memória” nasceu, portanto, para ouvir e fazer ouvir histórias como a do barqueiro João Peralta. Hoje com 91 anos, o senhor Peralta chegou ao Brasil aos dezoito anos, vindo de uma região marítima de Portugal. Acostumado a navegar, passou a trabalhar como barqueiro, no rio Pinheiros, cumprindo funções de tirar areia de seu leito para a construção da cidade. Segundo ele próprio, tirou muita areia para a construção do prédio Martinelli, o primeiro arranha-céu de São Paulo. Em outras palavras, em sua simplicidade, sem ter idéia da dimensão de seu feito, o jovem português, participava da fundação de uma megalópole, processo que contou com a participação de muitos, mas com as palavras de poucos.

A partir da “Estação Memória”, o senhor Peralta pôde, então, contar às crianças e aos jovens como foi sua participação na construção da cidade; pôde lembrar, discutir, refletir sobre sua experiência; pôde refazê-la, redefini-la e expandi-la, criando sentidos culturais novos, sob diferentes formatos: das fitas gravadas, às rodas de histórias intergeracionais, à publicação de partes de sua narrativa, em coluna no Jornal do Bairro. Na Estação, sua voz fura o cerco de restrições impostas pela ordem

social e cultural, podendo ser ouvida por diferentes tempos e espaços, com a carga de significados que o tempo permitiu elaborar e refinar.

Quando abordamos tal direito à voz há questões que não podem ser evitadas. Não podemos deixar de perguntar, por exemplo, o que é o direito à voz no mundo de hoje? De que modo a ordem discursiva do nosso tempo permite que tal direito seja efetivamente exercido?

Por outro lado, não podemos deixar de perguntar também o que significam ações de registrar e preservar diferentes vozes em nossa época, tão rica em recursos tecnológicos de armazenamento e circulação de informações, mas tão pobre de interações que permitam às vozes tornarem-se efetivamente significados culturais vivos, que ultrapassam os limites estreitos de onde são pronunciadas. Nesse sentido, não podemos deixar de considerar, por exemplo, que muitas vezes o direito à voz é direito à expressão, mas não à escuta social, condição de sua existência cultural e razão de ser.

Desse modo, tão logo iniciamos nossas pesquisas em 1990, constatamos que, apesar de meritório e custoso, o indispensável trabalho de registrar, constituir arquivos, bases de dados com as “vozes dos esquecidos”, era atividade extremamente limitada e restritiva. Registradas, tais vozes constituem um acervo importante, mas em geral não passam disso; lá ficam sem vida social e cultural.

Por outro lado, se publicamos tais vozes sob diferentes formas, a simples publicação não garante também o direito à voz. A voz, além do espaço social, necessita do espaço público para ter existência e validar-se culturalmente. Sem isso pode até tornar-se um fenômeno de bases quantitativas importantes, mas não um fenômeno de reconhecida importância, capaz de introduzir novos significados na cultura.

A simples socialização das vozes não parece, portanto, resolver o drama expresso por aquela senhora a que me referi, aquela senhora que desejava alçar a voz de sua comunidade aos

territórios da pólis. Para ela não se tratava de apenas publicar; tratava-se, antes, de inserir, de deixar impresso na memória social a participação de sua comunidade nos destinos da cidade. Para tal era preciso apropriar-se dos recursos de expressão e de comunicação, mas era preciso também apropriar-se, inserir-se nos circuitos de circulação e recepção culturais, lá onde os significados são construídos, num jogo dinâmico e permanente de negociação entre os termos da produção, da distribuição e da recepção. Enfim, para dizer não basta emitir mensagens, é preciso participar dos processos sociais de circulação e de recepção dos códigos, é preciso ir além da função de emissão. Nossos idosos ensinaram-nos, por exemplo, que o desejo de narrar alimenta-se da escuta. Narrador e ouvinte formam um conjunto dinâmico em que um confere existência e sentido ao outro. Muitos dos idosos que entrevistávamos referiam-se à falta de interesse em narrar por falta de quem os quisesse escutar. Na medida em que ocupávamos tal posição, a narrativa fluía, às vezes sem tempo para parar.

A voz e o corpo

Começamos a produzir os registros da “Estação Memória” indo até as casas dos idosos. Voltávamos duas ou três vezes em alguns casos. Terminada a entrevista, tínhamos um material com registros emocionantes, esclarecedores e ricos em muitos aspectos. Todavia, ao mesmo tempo em que estávamos levando a fita-cassete com os ricos registros, deixávamos para trás o sujeito que deu o depoimento, em geral na situação em que ele se encontrava antes de nos dar a entrevista: sem ouvintes interessados nas milhares de histórias que tem para contar.

Vendo a sua memória sendo levada para a universidade, ou para a biblioteca da prefeitura, o idoso talvez se perguntasse: “Que será que vão fazer com minhas histórias?” A pergunta coloca a questão que Platão fez aos registros escritos, no Fedro. Ao registrar e levar as histórias, estamos separando o enunciador da enunciação e estes dos enunciatários, ou seja,

aqueles que vão receber as informações. Com os registros em fitas, estávamos separando a voz do corpo.

Ora, se temos como objetivo concreto trabalhar para inserir a memória vivida nos processos educativos, ao ser objetivada em registros, tal memória apresenta características que a torna modalidade específica, separada de seu portador. Em tais condições, a experiência torna-se documento com vida própria, alheio aos destinos dos sujeitos que o constituíram.

Se com tal objetivação ganha a sociedade e a cultura, o que ganha o sujeito, o autor do depoimento? Qual o efeito de nossas ações sobre suas condições socioculturais passadas, presentes e futuras?

Não podemos, desse modo, deixar de nos perguntar: ao coletar a memória de idosos, estamos contribuindo para a melhoria de sua qualidade de vida ou estamos apenas nos apropriando de suas lembranças, em nome de justificativas abstratas como desenvolvimento social, cultural, educacional?

Ao registrarmos experiências sem nos preocuparmos com os destinos dados aos registros, bem como aos sujeitos que as forneceram, estamos correndo o risco de valorização da memória social e cultural em detrimento dos sujeitos sociais. O que significa, por exemplo, entrevistar idosos que vivem isolados em suas casas, levando conosco suas experiências de vida, mas deixando-os nas mesmas condições que se encontravam antes de nos entregar seus tesouros acumulados pacientemente ao longo de toda uma vida? Qual, enfim, o sentido de tal registro?

Do ponto de vista da “Estação Memória”, ao tomarmos consciência dos limites do simples registro e disseminação das experiências, passamos a adotar novas estratégias metodológicas que não separam o trabalho de registro do de inserção sociocultural dos entrevistados. Desde então, nossos métodos se alteraram, se alargaram e passamos a realizar Oficinas de Memória no espaço da biblioteca, oficinas das quais participam os idosos, bem como crianças e jovens. Hoje, todas as terças e quartas-feiras temos grupos que trabalham nestas oficinas, e

por meio de tal participação os idosos não são mais apenas fornecedores da matéria-prima que alimenta a própria Estação; ao narrar, eles passam a viver um processo complexo, se relacionando, interagindo, integrando-se socioculturalmente num movimento integrador dos tempos históricos: o passado serve como fonte de energia para o presente e o futuro e vice-versa.

Nessas circunstâncias, a voz registrada não substitui o corpo, a presença, a participação efetiva no mundo, na sociedade, na cultura. Se ter a voz arquivada é motivo de satisfação para a grande maioria dos idosos que participam da “Estação Memória”, entrar concretamente na rede de significados que se estabelece a partir das oficinas é um ato de que os grupos não abrem mão em nome de nada. Com tal procedimento, suas memórias ganham corpo e presença, impedindo sua cristalização.

Nas condições contemporâneas, restringir-se à voz, separando-a do corpo, da presença, pode significar adequação à lógica da acumulação, marcada por fortes tendências de transformar tudo em produto. O risco de mercantilização da memória é, portanto, grande, uma vez que do produto ao mercado, o passo é pequeno e rápido. A memória-produto, a memória-mercadoria é, pois, um risco que ronda permanentemente os projetos de memória de nossa época.

Banalização da memória

Por fim, há a questão da banalização da memória, daquilo que Tzvetan Torodov chamou de “os abusos da memória”. Tal banalização reveste-se de diferentes aspectos. Em primeiro lugar há um problema decorrente de nossa tendência à preservação. Desse modo, nos depoimentos ressaltamos sempre nosso lado heróico, de César ou de Cleópatra, nunca o lado vilão, de Brutus. Há, pois, uma tendência natural à mitificação banalizante, como se o relato fosse um jogo vazio que não acrescenta nada ao mundo. Pode-se fugir à verdade, que não há problemas.

Por outro lado cabe também perguntar quais os aspectos da experiência que verdadeiramente interessam aos processos

educativos e culturais? Evidentemente o psicanalista se interessa por aspectos específicos da memória, da mesma forma que os neurologistas e outros profissionais. E os educadores?

Assim, já que não podemos esquecer que os projetos de memória têm efetivamente um sentido e uma importância especial e única na Educação, interessa-nos coletar conteúdos culturalmente significativos. Em decorrência, projetos que se ocupam das relações entre memória e educação não podem nunca deixar de discutir o que é culturalmente significativo, o que é verdadeiramente importante para os processos educativos. Sem essa discussão, as entrevistas correm o risco sério de serem encaminhadas de modo equivocado, de serem pouco mais que oportunidade para a espetacularização da intimidade, o culto do privado e do particular. Não podemos, portanto, deixar de perguntar em que medida esses depoimentos são relevantes social e culturalmente. Afinal, as narrativas se justificaram sempre pelo seu significado cultural profundo.

Nesse sentido, é preciso que atuemos nessa direção. Se os depoimentos valem por si, são importantes enquanto oportunidade para os sujeitos falarem, é preciso compreender que nosso trabalho situa-se no campo social amplo, com seus conflitos, suas exigências e contradições. Ainda que relatos de vida expressem sujeitos considerados em suas vivências cotidianas, tais vivências não fazem sentido se consideradas apenas em sua dimensão miúda, privada. Se atuarmos nessa direção, os desejos da velhinha a que me referi não ganharão jamais a dimensão cultural por ela reivindicada. Para ela não se tratava simplesmente de registrar: tratava-se de construir e de inscrever significados de seu grupo na cultura da cidade. Ela não desejava apenas falar, desejava dizer, participar, atuar e criar cultura.

Mauro Malin;
*jornalista e historiador;
editor e apresentador do
programa "Observatório
da Imprensa" nas rádios
Cultura FM de São Paulo
e MEC AM e FM do Rio
de Janeiro. É editor da
revista "Update" e do
conteúdo jornalístico do
site da Câmara Americana
de Comércio de São Paulo
(Amcham-SP).*

Tecnologias e Histórias de Vida

Mais vozes

Mauro Malin

Para começar, há um conceito que precisa ficar claro: a revolução tecnológica promete muito e não cumpre em curto prazo tudo o que parece possível. Em longo prazo, cumpre muito mais do que sonhamos. Não existe evolução tecnológica que fique intocada. Todas vão se modificando, mas certas coisas perduram, façam sentido ou não. Temos problemas no dicionário em ordem alfabética porque após a palavra “ábaco” vem uma outra, por exemplo, “abater”. Em termos de sentido, elas não têm nada em comum, mas estão juntas em consequência da ordem alfabética. No meio digital isso não é necessário, simplesmente busca-se a palavra que se quiser.

Ao mesmo tempo, os produtores e usuários dos artefatos nunca se aquietam, e não se pode preestabelecer quem irá apropriar-se de determinada tecnologia ou prática cultural, e com que objetivo. Podemos pensar em coisas boas e em coisas terríveis, como artefatos bélicos ou aquela tecnologia implícita no atentado de 11 de setembro, em que todo o mundo pegou o avião ao mesmo tempo. Foi terrível e um software foi usado para realizar o atentado.

Na apropriação, sempre se deve levar em conta a maneira como as pessoas ou grupos fazem uso das coisas, o que inclui hardwares ou softwares, uma distinção que talvez faça tão pouco sentido quanto à velha distinção entre corpo e mente. Acho que devíamos começar a pensar nisso.

Por que estou falando em coisas abstratas? Por causa do objetivo deste seminário, que é constituir uma rede nacional e internacional de histórias de vida. Curioso é que, embora o Museu da Pessoa tenha sido moderno na concepção e na utilização de meios, deixou passar muito tempo para dar o salto na Internet, fato que aliás saúdo com entusiasmo. Essa é uma situação emblemática; mostra que talvez não tenha sido possível conseguir um financiamento de massa para essa operação tão democrática. Se este evento tem um caráter fundador, então hoje ele está partindo do zero. O Museu foi palmilhando seu caminho com muito critério, dando consistência cada vez maior ao trabalho e medindo as repercussões sociais de tal maneira que essa passagem se faz com um balizamento sólido. Como o modelo não é o de negócios em sentido restrito, mas tem uma ambição social maior, pode ser um grande laboratório para testar desenvolvimentos.

Relevo da edição

Neste momento em que vamos tratar de questões tecnológicas e da maneira como será trabalhar com muitas pessoas e comunidades que estão dentro ou fora do universo da Internet, quero fazer a defesa do trabalho de edição, no sentido amplo da palavra. É preciso trabalhar em dois planos quando se deixa a porta aberta a quem queira dar o seu depoimento.

Fazer a edição daquilo que se recebe é uma prestação valiosa de serviço, embora eu não saiba até que ponto é democrática. Nem vou entrar nesse mérito. Editar é um serviço, e não é difícil entender que, se no limite das possibilidades todos dessem os seus depoimentos, seria impossível que fossem lidos. Então, como primeiro plano da ação, temos que editar, criar relevo para que o visitante não se sinta perdido. Em segundo lugar, temos que tornar o material acessível para outras possíveis edições, diferentes da nossa e dos nossos critérios, até porque os tempos vão solicitando novos critérios.

Volto então à vantagem que o Museu da Pessoa tem para desempenhar esse papel. Para fazer esse tipo de edição é necessário um credenciamento tácito ou explícito. O Museu precisa ter fé pública, como os jornais e outros veículos. Emissoras de televisão, por exemplo, com algumas exceções, exercem funções de governo indispensáveis hoje à organização social. No Brasil, onde a educação é precária, lê-se pouco e os partidos políticos são frágeis, isso é ainda mais verdadeiro. Então as emissoras têm uma espécie de mandato sem terem recebido um só voto dentro do sistema democrático. O Museu da Pessoa e instituições congêneres seguem o mesmo sistema de credenciamento, que na Internet parece ser politicamente mais interessante.

Com a Internet há entre os participantes um nivelamento de meios, impensável ao longo de toda a história moderna da comunicação social. Se pensarmos em rotativa, caminhão, estúdio, sala de cinema ou emissoras de rádio e televisão, sempre há um grande investimento a ser feito por quem vai produzir e distribuir um conteúdo, compor um público. Só que, agora, quem recebe também tem condições de replicar, o que é bem interessante.

O Museu tem recebido a fé pública que vem merecendo, o que lhe dá possibilidade de contribuir para algo indispensável hoje no Brasil: dar voz a mais gente. As últimas eleições mostraram isso de maneira clara. É preciso fazer com que esses ensinamentos, depoimentos e interações ensinem a viver no sentido filosófico. Uma espécie de filosofia da prática, pois se você for pelo perceptível, de como deve ser a vida, ela tende a perpetuar o que já se conquistou, é verdade, mas também o que já devia ter sido superado.

Pedro Rangel Henriques;
*professor-doutor do
Departamento de
Informática da
Universidade do Minho
(Portugal) e membro da
comissão organizadora do
Concurso/Encontro
Nacional de Programação
Lógica (CENPL).
Trabalha no GEIRA da
CE, principal projeto em
Portugal para reunir e
disseminar o legado
cultural entre os
cidadãos, principalmente
por meios eletrônicos.*

Conexões além-mar

Pedro Rangel Henriques

Irei relatar como conseguimos resolver o problema de - com poucos recursos de pessoas, tempo e dinheiro – montar o nosso Museu da Pessoa, o Núcleo Português do Museu da Pessoa (página 262).

Qual a idéia base que captamos no Museu da Pessoa? Partir de um conjunto de depoimentos obtidos através de áudio ou vídeo para criar um espaço virtual com um infindável número de histórias de vida. Para começar, foi muito importante percebermos o que é uma história de vida. Nós vemos as histórias de vida como documentos com uma narrativa em primeira ou terceira pessoa. Foi importante perceber que era uma narrativa extremamente rica, que não falava apenas do objeto essencial da narração – a vida da pessoa, seu perfil –, mas também se referia a muitos eventos exteriores, assuntos sócio-econômicos etc. Essa percepção foi importante para pensar o tratamento dessa informação. Não bastava criar uma série de dados com o perfil da pessoa. Queríamos muito mais. Queríamos destacar no texto as referências aos eventos exteriores que poderiam ser usados para os mais diversos estudos, além de se conhecer a vida do narrador.

Acreditamos que para transformar um conjunto de histórias de vida num museu virtual acessível pela Internet, que pode ser explorado por muita gente com diferentes objetivos e

perspectivas, é necessário obedecer a um método padrão de anotar os documentos, de identificar os requisitos. É necessário sistematizar o processo de transformação dos documentos, e para isso precisamos perceber com o que estamos lidando, o que temos em mãos, o que queremos fazer. Temos então que desenvolver ou usar um conjunto de ferramentas adequadas à conservação e à manipulação desses documentos.

O Museu da Pessoa para nós é um *thesaurus* que vai permitir relacionar as coisas e encontrá-las sob diferentes pontos de vista. Para nós é importante que as histórias de vida tenham uma ficha de identificação, a qual chamamos de bilhete de identidade da história, que remete à informação. Não faz parte da história, mas é aquilo que nos vai ajudar a catalogar ou indexar a história propriamente dita. Também é importante uma mini-biografia (que podemos extrair da história) e os documentos anexos. As histórias são visualizadas num conjunto de episódios. Ao contar a sua história, o indivíduo conta outras histórias que podem ser sobre ele ou sobre coisas externas que nos interessa destacar para podermos futuramente relacionar com outras histórias de vida, tendo assim diferentes caminhos a navegar neste conjunto de informações.

Tecnologia aberta e compartilhada

O trabalho do Núcleo Português do Museu da Pessoa partiu de um grupo de informáticos da Universidade do Minho, que enxergaram nas histórias de vida, uma chance de aplicar sua tecnologia em algo extremamente importante e útil para os outros. Contamos com a ajuda do Departamento de Comunicação Social para fazer as entrevistas, a transcrição e a edição dos depoimentos, pois certamente não é a nossa especialidade.

Enumero aqui alguns princípios que guiam nosso trabalho e que julgo influentes na parte mais técnica, da qual vou falar a seguir.

Respeitando o conceito do Museu da Pessoa que tínhamos absorvido, assumimos que o acervo de histórias que conseguíssemos captar e digitalizar teria que estar o mais acessível possível. Era importante conseguirmos a tecnologia necessária para mantê-lo, criando mecanismos que facilitassem a captação e o registro de novas histórias. Utilizar formatos comuns e de preferência standard (padrões internacionais e não inventados por nós) para que o intercâmbio de dados fosse possível e para que o próprio desenvolvimento de ferramentas pudesse ser mais fácil, mais rápido e menos custoso em todos os sentidos.

Ao desenvolver uma ferramenta tecnológica, consideramos muito importante manter a independência de fabricantes. Não queremos isso, pois do contrário toda a promessa de imortalizarmos as histórias de vida vai por água abaixo. Ao mesmo tempo, outro dos nossos princípios é partilhar as ferramentas que construímos. Portanto, estamos aqui para informar que as ferramentas que desenvolvemos estão ao dispor de quem as queira. Ou seja, buscamos construir estruturas participativas de comum acordo com outros núcleos do Museu da Pessoa para podermos integrar tudo, possibilitando maior número de ligações entre os documentos, para que cada um possa tê-los à sua disposição.

Independentemente de ser um museu virtual, o Museu da Pessoa, como qualquer outro, necessita ter mecanismos para captar o seu acervo, fazer a classificação, catalogação e conservação. Não temos o problema de limpar o pó ou de tratar do desgaste da passagem do tempo, mas é preciso ter muito cuidado com a conservação dos suportes digitais, para não pôr a perder tudo o que captamos. Também são necessários mecanismos de exibição e divulgação do acervo, além de permitir o que todo museu faz: a localização de uma peça, uma pesquisa básica e alguma indicação de navegação. Infelizmente, grande parte dos museus existentes nos oferece um único caminho igual para todos: entrar na primeira sala, passar à sala seguinte, terminar na última. Alguns nos dão mais liberdade, sugerem roteiros.

Museu virtual

No museu virtual há exigências específicas, como estar disponível 24 horas por dia, todos os dias da semana. Isso é possível porque não há investimento em pessoal, eu insisto muito nisso. O mesmo acervo tem que ser disponibilizado em formato digital ou em formato físico, papel. As pessoas gostam muito de ver sua história na Internet, mas gostam também de levá-la para casa. As pessoas gostam de se reunir numa sala, com o material físico, impresso, e aí se juntam para partilhar aquela alegria; e depois o levam para casa para mostrar aos descendentes. Deste modo, é necessário que a informação captada esteja conservada de maneira automatizada para que esteja disponível em diferentes formatos. Ou seja, deve ser possível ler um depoimento na Internet, imprimi-lo, usá-lo num CD Rom etc.

Pensando na disponibilidade via Internet, outros requisitos fazem-se necessários. O internauta já não quer só perguntar onde está a história do Antônio, ele quer fazer uma pergunta mais complexa. Quer saber, por exemplo, sobre todos os indivíduos do distrito de Braga que emigraram para o Brasil entre esta e aquela data. Esta já não é uma pergunta trivial para ser feita em um museu físico. Outro usuário pode fazer uma pergunta completamente diferente: quer saber quem assistiu ao desastre da Ponte das Barcas. Ou todos os que organizam a festa de São João na Ribeira. Cada um poderá fazer perguntas de maneiras totalmente diferentes. Um meio virtual, suportado pela Internet, precisa permitir isso tudo.

Quando dizemos “Conto da Barca”, podemos ter um outro link para uma história que fala sobre isso. Quando buscamos “São João”, podemos ter uma série de outros links que nos falam do tema. Além de usarmos esses links, há a pretensão de disponibilizarmos uma navegação por conceitos. Por exemplo: quero saber tudo sobre indivíduos que recuperaram sua personalidade por narrar a sua história de vida. É algo que não está registrado, é um conceito. Os ditos thesaurus, as ditas ontologias, têm que nos permitir encontrar essas histórias e percorrê-las.

O museu virtual tem outras duas funções muito importantes que os museus físicos não têm: o enriquecimento dinâmico e a reconfiguração automática. Sobre o enriquecimento dinâmico, estamos pensando na possibilidade de enriquecer cada peça existente, neste caso, as histórias de vida, com comentários dos próprios visitantes. É absolutamente normal que as pessoas, ao verem uma história, digam: “é verdade, eu também estive lá e confirmo”. Ou que digam o contrário, que é uma mentira; ou que se lembrem de outro fato que pode acrescentar algo ao relato. Outro caminho, mais óbvio, é a possibilidade de que todos os sites que estão no ar permitam a inserção on-line de novas histórias. É uma forma imediata de enriquecer, de auto-alimentar o acervo.

A reconfiguração automática, por sua vez, refere-se a ter uma noção de quem é o visitante, para tornar o museu menos cansativo e mais adaptado a quem o utiliza individualmente. Se o usuário se identificar, poderá ter uma reconfiguração dirigida para ele. Caso não, pode ser para todos, englobando dois tipos de documentos: primeiro, originados pelos leitores que visitam o museu para ler suas histórias, e segundo, originados pelos administradores. No primeiro caso, imaginamos a possibilidade de os leitores classificarem, pontuarem os depoimentos e imagens. Com base nessa pontuação, o sistema pode se configurar e dar evidência a outras histórias. No segundo caso, é preciso permitir que os administradores definam estratégias de alteração do museu. Por exemplo: “tenho quatro projetos. Esta semana, o projeto A estará em evidência, na semana seguinte o B, e por aí afora”. Pode ser ainda algo um pouco mais inteligente. Se tivermos capacidade de traçar os perfis e as utilizações do público, podemos dar evidência às histórias mais visitadas, ou o contrário, dar evidência às histórias menos visitadas. São requisitos que o museu virtual impõe além do museu normal. E ainda estamos falando no singular.

Núcleos em rede

Ao pensarmos numa rede, somam-se outros requisitos. É preciso termos um thesaurus multilíngue, uma associação de conceitos a palavras concretas, dicionários de sinônimos, etc. São necessárias buscas distribuídas, quando se quiser procurar uma história em todos os museus da rede, de forma transparente para o leitor. Um sistema de identificação, como já existe em certos sites e portais, deve ser difundido por todos os museus da rede, apesar de a pessoa só se registrar em um deles. Finalmente, seria muito interessante que automaticamente a rede sintetizasse a informação a partir de todos os particulares. Por exemplo, no site do Núcleo Português do Museu da Pessoa, temos o mesmo calendário físico no alto da página de entrada, que mostra o dia e aponta para algum destaque desse dia que é gerado automaticamente: um aniversário, uma efeméride qualquer. Seria interessante poder, usando os calendários dos vários museus, ter um calendário central. Estes são os requisitos que inventamos. Não quer dizer que estejam todos implementados ou funcionando, mas, para partirmos para alguma solução, devemos levá-los em consideração.

Tratamento do acervo

Agora gostaria de detalhar algumas questões técnicas sobre o tratamento dos nossos documentos, as histórias de vida. Identificamos três fases a serem estudadas com cuidado: a captação, a transformação para armazenar de maneira adequada e a divulgação.

Em relação à captação, encontramos pelo menos três possibilidades: fazer uma gravação em vídeo, uma gravação em áudio ou uma digitação direta da história. Em qualquer um dos casos, o texto do depoimento sempre tem que ser processado. Mesmo que seja introduzido já em formato digital, pode haver fotos ou documentos digitalizados, que a pessoa envia junto. No caso do depoimento ser colhido por áudio ou vídeo, fazemos as operações de transcrição, revisão do trecho transcrito, a edição e, neste

momento, a inclusão de uma anotação e sua classificação. Ao fim, o editor redige uma mini-biografia que vai se juntar à história e depois é feita a sua indexação.

No caso do som ele deve ser convertido para MP3, que no momento é o formato mais usado. Podem, opcionalmente, ser feitas marcações de partes da gravação e a sua indexação. No caso das fotos, elas são digitalizadas, a menos que nos sejam enviadas já em formato digital. Se muito antigas, há necessidade de se proceder a algum tratamento ou até composição de peças fotográficas para constituir uma nova imagem. São feitas as legendas, e cria-se alguma informação para catalogar essas fotos. Finalmente, como nos outros processos, é feita a sua indexação. O vídeo sofre um processo semelhante ao do som: é feita a sua digitalização, (se não estiver em formato digital), sua marcação e indexação.

No final, temos o tal arquivo, que contém tudo o que descrevi até aqui: o bilhete de identidade de história de vida anotado em formato XML; a história da vida original (o texto exatamente com todas as palavras usadas pela própria pessoa); a história de vida editada e anotada; a mini-biografia; as fotos relacionadas; o som indexado e/ou o vídeo.

Todo o processo que descrevi até aqui tem apenas como objetivo o arquivamento do conteúdo no computador. Em outras palavras, registrar organizadamente toda a informação que foi captada. A partir disso, podemos produzir diferentes formas de apresentação. Uma delas é no formato HTML para a Internet. Pode ser publicada em postscript ou PDF para formar livros individuais das histórias, livros de conjuntos de projetos, almanaques e outras formas de divulgação impressa.

Anotação em XML

Um ponto muito importante desse processo é a anotação. Consiste em acrescentar ao texto original, sem modificá-lo, mais texto, que tem como função dar informação sobre o texto-base. Para tanto, não usamos base de dados, pois isso obrigaria

a estruturar uma informação que é por si própria não estruturada ou semi-estruturada. Tudo é feito anotando o texto, incluindo marcas, que são palavras especiais, mas é também texto. É texto puro: seqüências, caracteres, mais nada. Assim conseguimos pegar uma seqüência amorfa de caracteres e dar-lhe uma forma que nos permite interpretá-la automaticamente.

Para anotar um texto é necessário criar um sistema ou adaptá-lo. Decidir que classes de marcas usar, que estratégia de anotação e, depois, que marcas serão incluídas. Normalmente os tipógrafos tinham indicações para saber o tamanho e o tipo da letra, alguma informação para revisão. A idéia principal é obter um documento original com a informação que pode ser disponibilizado para muitos fins.

Aqui entra o XML, que é uma proposta, um standard, uma norma que está sendo adotada no mundo para criar sistemas de anotação. O XML não é um sistema de anotação, mas um princípio; ele nos diz como podemos abrir e fechar uma marca, como podemos dizer quais são as marcas específicas do nosso projeto e que informação adicional queremos inserir nessas marcas. Para isso, a própria norma XML define a construção de um *Document Type*.

No caso concreto do Museu da Pessoa, tivemos que criar um dialeto, uma linguagem XML específica para anotar as histórias, as mini-biografias, as fichas de identificação e catálogos. De forma concreta, precisamos definir marcas estruturais que nos digam onde começa a formação de um projeto e onde acaba. Dentro do projeto, onde começa uma história e onde acaba. Dentro de uma história, onde começa um episódio. Distinguir a história em si da ficha de identificação, distinguir a história da foto, enfim, darmos estrutura àquela seqüência de palavras. A informação é inserida, com marcas para poder dizer quem foi o entrevistador e o entrevistado, onde foi feita a entrevista e, o mais interessante, marcas para interpretar o texto.

Quando leio num texto o nome Afonso Henriques, este pode ser o nome do primeiro rei de Portugal, mas também o nome de um restaurante, de uma rua, uma pessoa que está aqui

na sala. E não há outra maneira de automaticamente trabalhar essa palavra, senão marcando-a. Para perceber a importância da marcação, há o exemplo das datas: o ano “1955” pode ser grafado como “55” ou “1.955”. É importante saber que tudo isso, independentemente da maneira como está escrito, representa a data ou ano, e num formato normalizado “1955”.

Ao marcar, dou a possibilidade de procurar, mesmo não precisando colocar em destaque. Quando ele começar a dizer “Meu pai era José Bonifácio, minha mãe Emília da Silva”, é importante que alguém diga alto, aqui ele está falando da sua ascendência. Pois depois temos que relacionar as pessoas umas às outras, e é importante que o texto contenha essa informação. Como havia dito anteriormente, não alteramos em nada o texto-base, o texto do depoimento, mas o enriquecemos com estrutura.

No caso das fotos, temos marcas para dizer onde foi tirada a fotografia, em que ano, quem figura na foto, a informação que precisamos para associar a foto à história e indexar. É muito bonito recomendar que anotemos todos os documentos, não só as histórias de vida. É muito melhor do que usar o Word, que depois não nos deixa trabalhar o que contém. Isso envolve trabalho, porque depois, como vou saber onde foram inseridas as marcas? Claro que existem ferramentas apropriadas que vão nos ajudar nessa tarefa. O texto, uma vez anotado não faz nada, apenas fica ali depositado. Depois precisa ser escrito com ferramentas de programas próprios para usar essas marcas e as transformar nas saídas que queremos. Cabe ressaltar aqui que há muitas já disponíveis para transformar os documentos anotados em HTML, PDF, entre outros.

Creio que foi por esse caminho que conseguimos colocar o nosso Museu no ar com pouquíssimos recursos, porque é muito fácil construir novas ferramentas para produzir novos resultados, extrair informação dos documentos com base nas anotações. Utilizar ao máximo possível o software disponível, livre, aberto, adaptando-o e enriquecendo-o para servir à comunidade é o caminho que encontramos para dar vida ao nosso núcleo.

Fernando Guarnieri;
*formado em Ciências
Sociais pela Universidade
de São Paulo (USP)
pós-graduado em
Administração de
Empresas pela Fundação
Getúlio Vargas e douto-
rando em Ciências
Políticas pela USP. Desde
1997, coordena o Centro
de Referência e
Disseminação de
Informações do Governo
do Estado de São Paulo -
Imprensa Oficial do
Estado S/A, e responde
pelo Programa "Acessa
São Paulo".*

O desafio da inclusão digital

Fernando Guarnieri

O “Acessa São Paulo” (www.acessa.sp.gov.br) é o programa de inclusão digital do Governo do Estado de São Paulo. Em 1995, Mário Covas assumiu o governo, mas, ainda senador, presidia a Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado e já tinha a preocupação de usar a Internet, que naquela época estava decolando, como meio de modernizar e revolucionar a gestão pública. Ele montou uma equipe na chamada Secretaria de Governo e Gestão Estratégica para estudar essa questão. Desse esforço surgiu uma série de preceitos que iríamos seguir nos anos seguintes e que deram vários frutos.

O nosso programa de inclusão digital é um programa social que nasce de um programa administrativo, o que é raro dentro do Estado, onde geralmente ocorre o inverso. O governo eletrônico era uma nova maneira de se relacionar diretamente com o cidadão, o que até hoje é uma utopia porque sugere um governo com uma só cara, 24 horas por dia, sete dias por semana, e que não necessita de papelada. Ou seja, não é necessário saber qual é o órgão, se é o metrô, a secretaria Y ou Z. E essa era a nossa motivação, a nossa utopia.

Conseguimos avançar em várias direções e algumas coisas foram além da Secretaria do Governo, como o “Poupatempo”, que é uma grande central de atendimento à população. A delegacia virtual é nossa tentativa de, nos momentos mais

difíceis do cidadão, permitir que faça uma solicitação ao governo sem ser obrigado a ir a uma delegacia de polícia. O IPVA eletrônico. Uma série de serviços estava sendo colocada para facilitar a vida do cidadão, para tornar mais cômoda sua relação com o Estado.

Nova exclusão

Entretanto, em 98-99, paramos para pensar. Havíamos colocado coisas interessantíssimas on-line para o cidadão, mas não sabíamos quem estaria realmente sendo atingido. Se fosse uma elite pequena, estaríamos reproduzindo no mundo virtual uma nova espécie de despachante, favorecendo as camadas mais ricas. Não valeria a pena. Assim, queríamos saber quem tinha acesso a essa série de coisas que estávamos colocando on-line.

Para obter uma resposta fomos ao Ibope, que estava lançando uma pesquisa, a Internet Pop. Ela nos mostrou que somente 15% da população na Grande São Paulo tinham acesso aos nossos serviços on-line. Era muito pouco. Nesse caso, estávamos, involuntariamente, formando novamente uma elite, uma elite do mundo virtual, reforçando o processo de exclusão. Examinando os números, vimos que dos 15% que tinham acesso, 85% eram da classe A e B. E só 2% eram da classe D e E. Contando com a classe C, dava 15%. Nas classes de renda mais baixa e também em pontos isolados do interior, o baixo número de pessoas acessando a Internet se dá porque não há condições de comprar um micro ou porque a rede telefônica não chega até lá. Esse era um problema que tínhamos que enfrentar se quiséssemos universalizar o acesso ao nosso serviço on-line. Então, tínhamos que entender qual era o perfil dos excluídos, o pessoal de baixa renda ou do interior, e se eles estariam interessados no processo.

Fizemos então uma pesquisa com moradores da periferia para entender esse perfil. Vimos que 90% das pessoas entrevistadas conheciam a Internet, e este não era um conhecimento trivial. Fizemos perguntas e as pessoas, independentemente da

idade, sabiam exatamente o que era Internet. Só 10% não sabiam. Agora, do total de 90% que a conheciam - isso já reforçado de uma segunda pesquisa que fizemos em 2002 -, 3% tinham acesso e usavam sempre a Internet na periferia. Apenas 3%. Confirmamos a perspectiva de que a tendência de falta de acesso continuaria a mesma. 90% conhecem a Internet, mas só 3% a usam.

Alavanca de mudança

O mais preocupante estava no fato que, dos 90% que conheciam Internet, 80% achavam que ela poderia melhorar a sua vida. Quer dizer, tinham essa perspectiva, essa esperança, mas não tinham acesso à tecnologia. Isso por si só já justificaria o programa de inclusão digital. Ou seja, partindo da idéia de que temos que ampliar os canais de oferta de serviços eletrônicos governamentais, chegamos a uma outra realidade. As pessoas não querem apenas acessar serviços eletrônicos via Internet; depositam nela uma esperança muito maior, esperando que produza impacto em suas vidas.

Nesse ponto, paramos para pensar no que isso queria dizer, e quais seriam as conseqüências de se fazer um programa de inclusão digital, de universalização do acesso. Tentamos formatar uma teoria, porque não havia nenhuma, e pensar em como deveríamos orientar nossa ação. Essa teoria ainda não está acabada, mas começou por três premissas: a primeira está aí, o acesso à informação ampliaria a capacidade das pessoas de lidar com seus problemas no dia a dia, e nesse sentido, seria uma alavanca para o desenvolvimento pessoal, social e comunitário através do uso da tecnologia, e não apenas para dispor os serviços. Esta é uma premissa possível, e nela apostamos.

A segunda premissa surge quando constatamos que compartilhar conhecimento é uma forma de solidariedade, porque no contexto de comunidades de baixa renda, vimos que não existe a possibilidade de troca material. As pessoas não têm

condições para isso, e muitas vezes aquilo que podem trocar é uma dica, como por exemplo, dica de emprego. A troca de informação, de conhecimento, que muitas vezes é o único instrumento de solidariedade naquela comunidade.

Nossa terceira premissa é que a Internet potencializa isso tudo: o acesso à informação, a informação que pode gerar o desenvolvimento social e comunitário, a troca, o compartilhamento do saber. Não era mais uma questão de só oferecer serviço, era um projeto de desenvolvimento social.

Objetivos e estratégias

A partir daí saíram os dois objetivos principais do “Acessa São Paulo”. O primeiro era ampliar os canais de oferta dos serviços de informações governamentais. O segundo, possibilitar o acesso de tecnologia da informação para a população de baixa renda e do interior, principalmente das cidades pequenas, criando espaços para compartilhamento do conhecimento. Nossa tarefa seria criar esses espaços em que as pessoas pudessem ir, deslocando-se fisicamente. E não apenas disponibilizando um micro. Aliás, naquela época até se discutia isso, porque o governo federal pretendia colocar um micro na casa de cada pessoa, e para tanto tentaria baratear o preço do equipamento, da linha, e todo mundo poderia usar a Internet. Nossa concepção era diferente. Para nós, não era o uso individual que importava, mas o comunitário, o uso coletivo do equipamento; e, através desse uso, através do compartilhamento do conhecimento entre as pessoas reunidas num ambiente comum, conseguir alavancar o desenvolvimento. Era uma proposta completamente diferente.

Então, qual deveria ser a nossa estratégia? Como faríamos isso? Apostamos na instalação dos chamados Infocentros, ou seja, na ampliação do acesso através de salas de acesso comunitário implantadas sempre em parceria. Temos hoje, aqui na capital, essas salas em parceria com entidades comunitárias. Vamos à periferia, selecionamos uma

entidade que nos cede uma sala e nela fazemos toda uma adequação física, disponibilizando dez micros com banda larga, scanner, web cam, e outros equipamentos. A sala é cedida e gerenciada por aquela entidade comunitária, com dois monitores remunerados por nós e selecionados pela própria entidade. No interior a mesma coisa: a prefeitura cede uma sala, geralmente a biblioteca, que equipamos com micros e eles nos cedem monitores que vão lá gerenciar o espaço.

Só saímos desses modelos de parceria em alguns órgãos públicos, de grande fluxo de população. Implantamos salas em “Poupatempo”, em estações de ônibus intermunicipais, em restaurantes populares, mas o nosso foco e a maior parte das nossas salas são essas, feitas em parceria. Se nosso objetivo era envolver a comunidade para conquistar uma real troca de conhecimento, de saber, era necessário que essa comunidade se apropriasse da sala, do ambiente. Para isso, nada melhor do que entregar a sala em suas mãos. Se fosse do Estado, essa iniciativa poderia ser vista com desconfiança pela comunidade. Então, essa foi nossa opção.

Nossa segunda estratégia foi a capacitação. Vimos que as pessoas muitas vezes não se sentiam capacitadas para usar os equipamentos. Montamos então uma estratégia de capacitação, que não era com aulas e cursos de informática na salinha, modelo que afastamos logo. Decidimos criar condições na comunidade para que uma pessoa ensinasse a outra, e teremos um monitor capacitado para dar um treinamento personalizado.

Por fim, o último ponto da nossa estratégia, o mais importante, em que trabalhamos atualmente, foi a questão do conteúdo. Que tipo de conteúdo seria acessado, como estimular as pessoas a colocarem seu conteúdo na rede e que tipo de conteúdo produzir. Nossa pesquisa mostrou que os conteúdos mais solicitados são, em primeiro lugar, saúde; segundo, emprego, sites de currículos e a questão da educação. Todos os temas que são prioritários ao morador de periferia. Claro que na prática a coisa não é bem assim. Quando abrimos os Infocentros constatamos que quem se apropria da tecnologia

são os jovens, que fazem joguinhos, entram nos chats, o que é bem legal também. Mas temos que conseguir atrair um público mais diversificado.

Rede de infocentros

Em 2003 trabalhavam no projeto, entre coordenação e monitores, duzentas pessoas em 58 centros aqui na capital, em parceria com entidades da periferia, cobrindo todos os distritos da capital. No mesmo ano havia também 61 “Infocentros” municipais, em parceria com prefeituras do interior, espalhados por todo o Estado, e ainda doze postos públicos, aqueles como o “Poupatempo”, o que dá um total de 131 postos no final daquele ano. Estamos terminando mais oito, que serão inaugurados até o fim do ano. Já prestamos mais de quatro milhões de atendimentos, que correspondem ao uso da meia hora a que cada pessoa tem direito, em um universo de 242 mil pessoas cadastradas. Finalmente, tivemos mais de quinze mil alunos cadastrados nos cursos on-line que temos oferecido.

Os Infocentros estão instalados em sua maioria na periferia, com grande concentração nos extremos da Zona Leste e da Zona Sul, a periferia mais populosa da cidade. Também no Estado de São Paulo, o “Acessa São Paulo” está bem espalhado. Quanto ao conteúdo oferecido nos Infocentros, nossa preocupação era que começamos cedo, e naquele momento a Internet estava sendo usada como a TV. Quer dizer, as pessoas estavam passivas, recebendo o conteúdo enviado por grandes empresas de comunicação ou por empresas que pretendiam sê-lo e não tinham muita interação, modelo que tivemos que quebrar imediatamente. É uma utopia que vem desde o Brecht com o rádio. Ele afirmava que o rádio seria um instrumento de democratização do conhecimento, que as pessoas iam começar a produzir seus programas. Então retomamos essa bandeira. Queremos que as pessoas também passem a produzir seu conteúdo e não só absorver um conteúdo imposto. Vamos construir conteúdos junto com as comunidades e dar-lhes

estímulo para que coloquem também os seus na rede.

Montamos então o portal (www.acesa.sp.gov.br), feito basicamente pelas comunidades que atendemos. Usamos um software que permite que as pessoas coloquem as suas matérias remotamente. Esse site teve 31 mil visitas já nos primeiros seis meses de existência, o que não é muito, mas já estamos trabalhando na sua divulgação. Trabalhamos nos dois primeiros anos a instalação física dos Infocentros, e fomos quase uma firma de engenharia. Agora estamos analisando a questão do conteúdo e trabalhando para melhorar as nossas ferramentas.

Oferecemos também cursos à distância, em que são passadas algumas noções de cidadania, as mesmas que foram identificadas na pesquisas, também ligadas à saúde e ao emprego. São cursinhos de curta duração, fáceis, que podem ser feitos na meia hora de uso. São três aulas, que incluem também algumas noções de cidadania.

Outra boa iniciativa que fizemos saiu da Escola do Futuro, (www.futuro.usp.br), uma idéia do professor Fredric Michael Litto, diretor científico da escola. São as enquetes, colocadas semanalmente no portal, a página inicial dos micros de todos os Infocentros, que somam mil e duzentas máquinas. Essas enquetes perguntam sobre alguma coisa de interesse do governo, sobre cidadania, ou mesmo ligadas a programas como os de saúde. Com isso, conseguíamos captar as opiniões das pessoas para mandar direto ao governador Covas, o que ajudou a orientar programas do governo, campanhas. Hoje em dia isso não vai mais para o governador, é encaminhado para o secretário, que distribui aos interessados.

Desenvolvemos também um CD, um dicionário ilustrado para deficientes – o público, vale dizer, mais excluído. Havia a necessidade de dar ferramentas que auxiliassem o uso da Internet para essas pessoas. São dificuldades que fomos encarando aos poucos, descobrindo. Já era sabido que o deficiente visual teria dificuldade em acessar a Internet, mas existem programas hoje no mercado que permitem ler a tela do computador. Já o deficiente auditivo - que na periferia é geral-

mente semi-alfabetizado - sai da escola sem conseguir ler nem entender as palavras. Ia para o “Infocentro” e ficava apenas nos jogos, pois não tinha como usar outra coisa. Desenvolvemos então o dicionário e toda vez que alguém tem problema com algum termo, pode consultá-lo, recebendo informações junto com imagens e vídeo sobre aquela palavra. Isso atraiu muitos deficientes auditivos aos nossos Infocentros.

Contos e xadrez

Quanto à “Rede de Projetos”, estamos abrindo o espaço de um terço do tempo do “Infocentro” para projetos de entidades comunitárias situadas no seu entorno. Qualquer entidade que não tiver computador e precisar dele para desenvolver suas atividades, pode contar com o “Infocentro”. São conteúdos que estamos oferecendo para a comunidade, atendendo suas carências.

Ainda não temos uma forma estruturada de captar o conteúdo que as pessoas querem levar ao “Infocentro”. Temos o exemplo da Ângela, uma menina da Vila Conceição que escrevia contos num caderninho. Um monitor do “Infocentro” soube disso, leu, achou interessante e propôs colocar os contos na Internet, porque poderiam interessar a mais pessoas, como de fato interessaram. Ela recebeu muitas mensagens de elogio e de pessoas querendo saber quando ela escreveria o próximo conto. E lá está também o depoimento dela, dizendo que é gratificante escrever quando existem leitores, que ela precisaria dar uma paradinha, pois ia fazer o vestibular, mas em breve continuaria escrevendo. Isso nos mostra a importância de compartilhar o trabalho e de ter ferramentas adequadas para fazer esse compartilhamento. Temos o nosso portal, mas como poderíamos fazer isso de uma forma mais ampla?

Há outro caso interessante: dois garotos que iam ao “Infocentro” aprenderam a jogar xadrez na escola. Resolveram então usar o “Infocentro” para jogar xadrez on-line, aprender

novas estratégias. Logo contaminaram a comunidade e toda a garotada se apaixonou pelo xadrez. Em seguida a coordenação recebeu um pedido para colocar um tabuleiro para entreter as pessoas na fila de espera do “Infocentro”. Fomos ver isso de perto lá, e constatamos que realmente havia muita gente jogando xadrez. Achamos aquilo interessantíssimo e fizemos contato com a Federação Paulista de Xadrez, que doou tabuleiros. Depois, veio a notícia de que alguém da comunidade havia conquistado o segundo lugar no Campeonato Paulista de Xadrez. Tivemos o cuidado de registrar isso, não poderíamos perder essa história.

Temos um projeto na rede de um “Infocentro” só para deficientes visuais, que vai ficar monitorando principalmente sites de veículos de comunicação para ver se estão adaptados para essa parcela da população. Já começaram a adaptar o site da CBN, por exemplo, que não estava adequado, assim como terão que ser adaptados muitos outros, que estão sendo incentivados para se tornarem acessíveis.

Desafio do conteúdo

Para terminar, queria falar sobre nossos desafios atuais. Estamos começando essa questão do conteúdo e temos alguns problemas. Hoje, 80% do nosso público é formado por jovens. Isso é bom, mas vemos que as mulheres, principalmente, não participam. Na nossa pesquisa com moradores de periferia, constatamos que 79% das mulheres se diziam sem ocupação. Provavelmente estavam em casa cuidando dos filhos ou de outras coisas, mas se declaravam sem ocupação. Estão perto do “Infocentro” e mesmo assim não comparecem. Pouco mais de 60% dos nossos usuários são homens. Porque elas não vão? E os idosos, que são uma riqueza quando falamos de memória, como fazer para atraí-los? Precisamos diversificar urgentemente o público do “Infocentro”, para que a inclusão digital deslanche de vez.

Um outro desafio é estimular cada vez mais a criação de conteúdo. Uma prática constante do programa é ir até as comunidades e estimular as pessoas de diversas maneiras. “Porque você não publica isso? Porque não faz aquilo?” Acho muito interessante ir até o “Infocentro” conversar, pois você vai descobrir um milhão de histórias interessantes. Coisas que muitas vezes fogem à nossa lógica. Se não houver registro, isso se perderá. Nosso desafio, hoje, é estimular a criação desse conteúdo, colocá-lo de maneira sistematizada e duradoura na rede. A questão do compartilhamento do saber e a questão de atrair as lideranças de todas as nossas entidades. Ir até os prefeitos das cidades, para inserir as memórias deles, que se confundem com as memórias da comunidade. Estamos debatendo com o Museu da Pessoa modos de fazer isso, colocar as memórias deles em evidência para os usuários do “Infocentro”, que terão efeito catalisador. Vão motivar outras pessoas a colocarem também os seus depoimentos, a se apropriarem daquilo.

Outro desafio é saber se realmente o projeto de inclusão digital tem o impacto de mudança social, de transformação daquela comunidade. É o que esperamos, apesar de ser algo difícil de medir. No caso dos enxadristas, é fácil ver que houve uma diferença no rendimento escolar dos garotos. Eles mesmos trouxeram isso para nós. Mas como medir o impacto em outras áreas? Na saúde, no emprego, como avaliar se houve melhoria no rendimento do trabalho, se o “Infocentro” ajudou alguém a conseguir emprego? Esses são nossos desafios.

Maurita Holland;
*professora associada e
assistente da Reitoria da
Escola de Informação da
Universidade de Michigan
(EUA). Dirige a área de
Extensão Acadêmica e
orienta estudantes em
experiências fora do
campus. Nos últimos
anos, trabalha com
museus e projetos
arquivísticos no Dine
College, na reserva
indígena de Navajo.*

Cultura e conhecimento na rede

Maurita Holland

Começaria dizendo que a minha origem é sueca, e uma das razões para o meu interesse em preservar memória e cultura é que uma das casas mais preciosas da minha avó materna está agora soterrada, sob a pista de pouso de um aeroporto ao sul da Suécia. Esta foi para mim uma experiência muito violenta. Também tenho assistido ao desaparecimento dos pântanos próximos à minha casa. Já não se pode mais ver as garças e alguns dos animais selvagens que viviam ali. Tudo foi destruído para a construção de casas. Testemunhei o governo dos Estados Unidos, agora meu país, fazer coisas terríveis no mundo, exercer um poder assustador. Tudo isso fez de mim uma pessoa cada vez mais preocupada com o respeito ao outro, ao nosso patrimônio, nossa cultura e a pensar em formas de perpetuar nossa memória. Atuamos hoje nesse promissor mundo novo da Internet, um ambiente digital que queremos controlar, organizar e acessar pensando em novas maneiras de utilizá-lo criativamente.

Vou falar sobre algumas iniciativas. Uma delas é o *Cultural Heritage Preservation Institute* (Instituto de Preservação do Patrimônio Cultural) (www.si.umich.edu/chpi). É um site muito rico que mostra parte do nosso trabalho com comunidades indígenas nos Estados Unidos – existem 556 comunidades registradas. O trabalho com várias delas se dá em parceria com

uma rede nacional de faculdades, o *American Higher Education Association*. Começamos a organizar programas culturais para as crianças. São grandes as influências contrárias à permanência da vida comunitária, entre elas a televisão e a mídia, a necessidade de emprego, a ocupação da terra, fatores que continuam a pressionar os povos para fora de sua cultura e para longe do vínculo com a terra.

O que descobrimos ao trabalhar com as comunidades é que podemos reunir idosos com sessenta anos ou mais, que são os maiores conhecedores da sua cultura; as crianças, que adoram absorver a tecnologia, e os professores de escolas, que podem ensinar a fazer cerâmica, coletar o barro, a argila, a fazer vasilhas e mostrar como extrair a resina dos pinheiros para fazer vernizes. Podemos reunir todos numa sala e ajudá-los a aprender sobre essas culturas, saber como registrá-las usando ferramentas digitais, como publicá-las na Internet e falar sobre elas, compartilhando o conhecimento. Quando trabalhamos com povos indígenas, temos que reconhecer que há coisas que só podem ser compartilhadas no coração, nunca de forma digital. Somos cuidadosos a esse respeito, trabalhando com os seus valores, e ajudamos a comunidade a expressar os itens mais adequados. Como disse um navajo: “Eu fui para casa e disse à minha mãe que estão nos ensinando a ser navajo de novo”. Esse é um dos maiores elogios que podemos receber no nosso trabalho.

Biblioteca pública virtual

Também quero mencionar a *Internet Public Library*, Biblioteca Pública da Internet, (www.ipl.org). Observamos, em 1996, que as pessoas que começavam a circular pela Internet não tinham uma biblioteca pública. Decidimos criar uma para todo mundo. Começamos na Universidade de Michigan, e as aulas agora se ampliaram para outras doze instituições nos Estados Unidos e no Canadá, ensinando o ofício de bibliotecário virtual.

A *Internet Public Library* é um lugar onde se encontram cerca de 40 mil links de informação, que chamamos de informação credenciada, ou seja, que consideramos proveniente de fontes reconhecidas. O importante neste caso não é apenas que as pessoas encontrem links para as informações que respondam às suas perguntas, mas que acessem também programas de computador que desenvolvemos. Temos um código-fonte aberto e o disponibilizamos ao público. O sistema não inclui apenas a parte do banco de dados, mas também um serviço de respostas a perguntas que atende o mundo todo dia e noite, 24 horas por dia, todos dias da semana. Temos doze milhões de acessos por mês nessa biblioteca, com milhares de perguntas, todos os anos. Cerca de 30% das perguntas são de fora dos Estados Unidos, e 40% delas são feitas por crianças. Essa biblioteca pública tem seções para adultos, adolescentes e crianças. Também temos links para todos os textos disponíveis que encontramos na Internet, em cerca de 22 mil livros.

Também estamos trabalhando com a *Tecto Monterrey*, no México, para desenvolver uma versão em espanhol. Será voltada não apenas a quem fala espanhol no mundo, mas também à população hispânica das áreas urbanas nos Estados Unidos. Mantemos contato com alguns centros sociais que atendem aos hispânicos para ter certeza de que nossos recursos em espanhol respondem às necessidades dessas comunidades. Outro exemplo está em Michigan, perto de Detroit, em Ann Arbor, que tem uma das maiores populações de origem árabe fora do Oriente Médio. Trabalhamos também com instituições ligadas a essa comunidade para desenvolver uma versão da Biblioteca Pública da Internet em árabe. E temos ainda a versão dessa biblioteca para as comunidades indígenas dos Estados Unidos.

Outro conjunto de atividades, um tanto diferenciado, nasce da nossa preocupação na universidade de que tudo que fizermos cresça e seja sustentável. Desenvolvemos novos conhecimentos, mas temos que trabalhar globalmente e conquistar também quem possa nos ajudar. Nesse site há um bom exemplo, o trabalho da *National Science Foundation* com comunidades indígenas, insti-

tuições de memória social, agências financiadoras, grandes fundações e organizações que possam financiar o nosso trabalho. Essa articulação vai possibilitar a discussão do uso apropriado da tecnologia da informação para os povos indígenas. Ao fazer esse projeto, é importante que o façamos juntos, e que os povos indígenas se sentem à mesa como parceiros. Assim, juntamos os aborígenes e o povo Lapão da Finlândia. E todos aprenderam e ouviram. Essa proposta estava totalmente perdida, especialmente em nossas agências financiadoras. A partir desse trabalho esperamos encontrar os recursos necessários.

Desafio do financiamento

Eu venho de uma faculdade da área de informações, a *School of Information* da Universidade de Michigan (www.si.umich.edu), um lugar fascinante que reúne biblioteca e ciência da informação, pessoas que estudam a interação entre seres humanos e computadores, designers de interfaces, cientistas da computação e gestores de políticas da economia da informação. Temos formadores de políticas governamentais e internacionais, economistas, cientistas da computação, cientistas sociais, psicólogos cognitivos, bibliotecários, todos juntos em um novo tipo de escola.

É tamanha a mistura de funções que há na Internet que precisamos encontrar apoio competente, formas melhores de traçar caminhos para todos os tesouros que coletamos. Uma vez iniciado o processo, não se consegue parar. O financiamento é uma questão crucial. Demos início a muitas coisas nos últimos anos contando com o nosso entusiasmo e depois com gordas doações de empresas de computação e outras interessadas na divulgação e venda dos seus produtos. Mas na próxima onda, de onde virá esse dinheiro? Como financiar os chamados bens públicos na Internet? Pagamos impostos para estradas e aceitamos pagar por eles, tenhamos carro ou não. Mas quem vai pagar pela permanência da memória virtual que estamos construindo? Quem vai financiar as nossas necessidades, que aumentarão à medida que criarmos bancos de dados mais

amplos e houver mais usuários para acessar as informações que estamos coletando?

Já sabemos que necessitamos, pelo menos por enquanto, de fontes diversificadas. Estamos indo a fundações, grandes companhias, grandes bancos, empresas de computadores, buscando dinheiro do governo e apresentando novos projetos o tempo todo. Essa é uma das áreas mais difíceis que todos nós que trabalhamos na área dos bens públicos enfrentamos.

Estamos testando aleatoriamente, dentro da nossa Biblioteca Pública da Internet, uma série de mecanismos de captação de recursos e contribuições centrados nos Estados Unidos - país onde são captados muitos recursos para bens públicos como rádio e televisão. Recebemos recursos de uma grande corporação como a Fundação Ford. Capitais como este, provenientes de alguma grande organização, vão estimular outras doações. Nós também procuramos pessoas físicas com muitos argumentos, e estamos pesquisando esses mecanismos para descobrir o que funciona. Se enriquecermos, avisaremos vocês!

Trancados do lado de fora

Quanto ao mercado e à visibilidade, eles devem ser orientados por decisões técnicas. Pedro Rangel Henriques (página 143) fez um bom trabalho ao proporcionar o conhecimento técnico e as bases para o Núcleo Português do Museu da Pessoa. Entretanto, a maneira como a informação é acumulada, indexada e apresentada, obviamente afeta quem pode utilizá-la. Na Internet, atualmente, as informações estão escondidas em lugares desconhecidos ou de difícil acesso. Estamos trancados do lado de fora. Em outras palavras, existem milhões e bilhões de informações atrás de vários tipos de portas fechadas, e nem o Google (www.google.com.br), ou qualquer outro instrumento de pesquisa consegue chegar até elas. São sites do governo por exemplo, com uma enorme quantidade de dados sobre pesquisas espaciais, exploração submarina. Ou sites de acesso pago. Como as pessoas que precisam podem obter informações

em sites de conteúdo fechado, como os de publicações e revistas, que cobram assinaturas e têm palavras-chave especiais para acesso? Estão sendo erguidos muros altos muito rapidamente e, na verdade, assistiremos ao estreitamento e não à ampliação da informação.

Há também as definições de segurança, de quem pode ou não entrar em determinados sites, e aí entram os problemas políticos e sociais de acesso. As políticas nos Estados Unidos ou Brasil, por exemplo, podem ser diferentes das políticas de acesso de outros países. Ao começarmos a ampliar a questão para além de nossas fronteiras, há a necessidade da nossa comunicação contemplar políticas que sejam globalmente eficientes. Na verdade, acho que criamos uma ONU virtual. Só espero que, com trabalho coletivo e bom senso, possamos construir um acesso intelectual, social e político eficaz em termos de informação.

A missão agora poderá ser em parte descobrir como implantar tecnicamente seu banco de dados. À medida que se pensa sobre a nova ciber-infraestrutura – termo que está ficando importante nos Estados Unidos – percebemos que temos as redes, temos os computadores, mas que agora temos que pensar como essas coisas realmente ampliam as nossas mentes. Podemos falar entre nós tão rapidamente e preservar esse conhecimento. Outras pessoas podem acessá-lo, pensar sobre nossas idéias e ter opiniões distintas. Essas ampliações são, na verdade, a próxima “onda” sobre a qual temos de refletir.

Ou seja, temos um poder enorme que pode nos ajudar a criar redes e infra-estruturas globais sobre as quais temos que refletir. Isso quer dizer que existem novas formas de organização, novas formas de apresentar e compartilhar as informações, que vão além dos dados escritos, padronizados e classificados da forma como pensamos agora. É necessário estar preparado para avançar sobre a próxima geração, para além de onde estamos agora, bem neste momento em que tentamos nos organizar. Assim como é extremamente importante buscar ser um elemento ativo nesse ambiente global.

Ecologia de aprendizagem

Quanto mais jovens os usuários, mais espertos eles são. Thom Gillespie (página 73) já debateu esta questão com os jogos. Carlos Seabra (página 83) também falou sobre as crianças e os adolescentes. Eles são os primeiros a adotar a tecnologia da informação, mas o interessante é que eles se conectam de uma outra forma, diferente da nossa. Podem desenvolver tarefas múltiplas, podem estar numa sala de bate-papo ao mesmo tempo em que fazem seu dever de casa ouvindo rock, enquanto alguma outra coisa acontece na sua tela e eles pensam sobre outras coisas. Também são capazes de pensar sobre o que significam as redes, seu funcionamento vivem novas formas sociais e eletrônicas que nós até conhecemos, mas não necessariamente vivenciamos.

Grande parte da aprendizagem atualmente está acontecendo fora das escolas, nos lugares em que se joga xadrez, onde se juntam para fazer CDs, onde estão produzindo sua música. É aí que grande parte da aprendizagem informal está ocorrendo, e isso talvez seja tão importante, ou mais, do que o que estamos ensinando na escola. Talvez porque já estejamos velhos demais. Só não vamos dizer isso a eles, pois, afinal de contas, nós somos os adultos.

Quantas informações nós perdemos a cada dia? Provavelmente tantas quanto as que estamos criando. Nunca perdemos tanta informação quanto agora em toda a nossa história. E alguma vez já pensamos em construir algo que dure realmente muito tempo? Como o que os astecas e os maias fizeram, por exemplo? Ou construir uma catedral durante centenas de anos? Pensamos muito rápido hoje em dia. Na verdade, os computadores que tínhamos há dez anos atrás eram baseados em meios magnéticos que tendem a se deteriorar e desintegrar rapidamente. Aí reside o desafio que foi apresentado por Stuart Brand, um californiano que formou a Fundação *Long Now* (www.longnow.org), tentando desenvolver alguma coisa que durasse dez mil anos. A primeira delas foi um relógio, e a segunda uma biblioteca.

Não vou me ater a meu modelo de coletivo digital, porque há muitas referências disponíveis na Internet. Segue bastante a linha adotada por Pedro Rangel Henriques com um arquivo com o acervo central, de materiais digitalizados, obtendo das pessoas sua própria experiência, percorrendo caminhos permanentes e pensando como elas podem contribuir com seus próprios pensamentos, não necessariamente de forma muito estruturada. Foi um trabalho construído em grande parte com os indígenas dos Estados Unidos, quando seus artefatos foram colocados em museus e o ambiente virtual permitiu que fossem devolvidos a eles, para que os conhecessem novamente. Temos trabalhado com os Yupic no Alaska, por exemplo, e em exposições de suas máscaras, devolvendo a eles um pouco do que não viam há cem anos.

O que é tudo isso? É uma ecologia da aprendizagem, é um coletivo digital? É um Museu. Atualmente temos novas formas de lidar com o saber, temos essa ecologia educacional dinâmica e transformacional que estamos criando, essa biblioteca da experiência humana. Portanto, a minha observação final para o Museu da Pessoa é que, captando e celebrando o indivíduo, vocês afirmam os valores da vida humana.

Alberto Dines;

jornalista responsável por algumas das grandes transformações dos maiores jornais brasileiros onde atuou como diretor.

Autor de vários livros de biografias, entre as quais "Morte no Paraíso" e "Vínculos de Fogo".

Editor-responsável do programa de televisão e do site "Observatório da Imprensa".

(www.observatoriodaimprensa.com.br).

Em Busca do Outro: Biografias e Histórias de Vida

Biografias: em busca de nós mesmos

Alberto Dines

A morte de Roberto Marinho, das Organizações Globo, pode servir de ilustração ou gancho para esta pequena introdução. Tivemos obituários, opiniões, testemunhos e documentos fotográficos, mas não tivemos biografias. Uma formidável massa de informações pessoais, profissionais, políticas e sociais sem contudo chegar perto de uma biografia.

Embora obituários sejam acionados pela morte recente e biografias por qualquer pretexto (inclusive a morte), ambos são histórias de vida. Os gêneros se sobrepõem e se confundem porque o objeto de ambas são os percursos humanos. E nestes percursos devem estar registrados os seguintes elementos:

- Dados essenciais sobre a figura, inclusive ancestrais;
- Passagens cruciais da sua existência, inclusive formação;
- Feitos e obras;
- Traços pessoais marcantes;

Mas o que autentica uma biografia é a sua capacidade de produzir a fâisca que dará vida ao ser humano. A biografia não é uma coleção de documentos arranjados sob forma literária, é um coro de vozes para fazer falar a outra voz, a do biografado.

Em 1995, o Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo (Labjor) organizou no departamento de Lingüística e Literatura da Unicamp um seminário de pós-graduação com o mesmo título, “Em busca do outro”.

Atrás do título havia uma premissa – a tal faísca só pode ser produzida através das faíscas que a própria vida nos deu. A busca do outro só se faz a partir de nós mesmos.

O biografismo brasileiro ou luso-brasileiro não se desenvolveu por razões que a antropologia poderia estudar: a sociedade tribalista, fechada, não admite o outro, só admite iguais. E desta forma nosso biografismo foi prensado entre a apologia, ou hagiografia, e a iconoclastia. Ou somos reverentes ou irreverentes, impolutos ou vilões. Quando digo nós refiro-me a nós, biógrafos ou biografados.

Mirrou a nossa galeria de vultos ilustres, menos por falta de atributos de nossa gente e mais pelo partidarismo que encosta no paredão aqueles dos quais divergimos – ou simplesmente não gostamos – e coloca aqueles com os quais concordamos no pedestal da perfeição.

Esta penúria não significa que devemos considerar insignificante a escola biográfica que floresceu até os anos 60 e 70 do século passado: Pedro Calmon, Raimundo Magalhães Jr, Luis Viana Filho, José Honório Rodrigues – para citar apenas alguns –, magníficos biógrafos e magníficos historiadores.

Exemplo desta aversão aos grandes vultos é o caso de Rui Barbosa, que talvez tenha tido mais biógrafos-detratores do que biógrafos-biógrafos.

O patrono do nosso jornalismo, Hipólito José da Costa, antes mesmo de ser aquinhoado com alguma evocação positiva foi vítima de uma sucessão de aleivosias de concorrentes mais longevos ou pósteros, enciumados com os seus feitos e glórias [volume XXX, tomo I de *Hipólito da Costa e o Correio Braziliense*].

Lembro que Antônio Houaiss ficou felicíssimo quando, em meados de 1980, procurei-o no Rio para lhe falar do meu projeto para uma biografia de Stefan Zweig. “É preciso resgatar o gênero”, disse ele. “Até que enfim aparece um jovem (eu era jovem naquela época) disposto a fazer uma biografia moderna, sobre tema contemporâneo”.

Quando lancei *Morte no Paraíso* fui convidado para almoçar com um jornalista famoso e best seller. Ele queria

apenas que falássemos sobre biografias. Estava escrevendo um livro sobre uma figura da nossa história recente, mas o concebera como “reportagem”, e então percebia que poderia desenvolvê-lo como “biografia”. Foi um tremendo sucesso embora continuasse sendo apenas uma reportagem ou, no máximo, um “flagrante biográfico”.

Embora a biografia tenha começado no Velho Testamento e com os gregos, continuando com os romanos e dominado não apenas a literatura, mas sobretudo a historiografia européia, ao que eu saiba existem na bibliografia brasileira apenas três estudos teóricos sobre biografias: o de Luis Viana, na verdade na biografia, de 1945; a *Contribuição para uma Sociologia da Biografia*, de Gilberto Freyre, de 1978; e a *Narrativa Documental e Literária nas Biografias*, Alberto Dines, Ana Miranda, Fernando Morais, Jorge Caldeira e Roberto Ventura, Revista “Manguinhos”, vol. 2, n° 2, julho-outubro de 1995.

Mais recentemente, mestre Antonio Cândido escreveu dois brilhantes e brevíssimos ensaios denominados *Os Limites da Biografia e Perenidade da Biografia*, nos quais descortina aspectos fundamentais do gênero e insinua um dos defeitos do biografismo: substituir o exame dos processos históricos pelas galerias dos varões ilustres (Antonio Cândido, *Remate de males*, edição especial, Unicamp, Campinas, 1999).

O mais veemente crítico das biografias foi Sigmund Freud. Começou falando mal das biografias e biógrafos em 1910, quando ainda não era uma unanimidade, e continuou deblaterando em 1930 e 1936, embora tenha sido assunto de uma biografia assinada por um dos mais famosos biógrafos europeus, Stefan Zweig. Acabou sucumbindo à veneração do autor.

O mais instigante nesta aversão de Freud para com as biografias é que ele escreveu pelo menos três, duas delas marcos da literatura psicanalítica: o estudo sobre Leonardo da Vinci e a ficção histórica em torno de Moisés, na qual fez o magistral estudo sobre o monoteísmo. A terceira experiência de Freud com as biografias deveria servir de exemplo para tudo o que ele próprio nelas criticou. O perfil do presidente americano

Woodrow Wilson, em colaboração com William Bullit, é preconceituoso, parcial, engajado e pernicioso (*Thomas Woodrow Wilson, um estudo psicológico*, Graal, 1984).

A má-vontade de Freud com biografias e biógrafos tinha uma razão quase estratégica – ele precisava diferenciar a pesquisa biográfica com objetivos literários ou históricos do método científico das lembranças e associações sobre o qual fundamenta-se a psicanálise.

Esta foi uma de suas únicas derrotas: a biografia que detestava como gênero gerou a psico-história, uma ferramenta essencial de pesquisa histórica; gerou também a biografia em grupo como um método terapêutico; e gerou, sobretudo, a biografia como fator de integração ou, se preferirmos uma palavra da moda, como inserção social.

A biografia democratizou-se. Hoje ela deixou de interessar-se apenas pelos grandes do mundo e está à espreita do João-ninguém. Deixou celebridades e agora vai atrás dos anônimos.

Sob a égide do Museu da Pessoa estamos aqui “Em busca do outro”. Na verdade estamos aqui em busca de nós mesmos.

Ruy Castro;

jornalista e escritor. autor das biografias "Carmem", "Nelson Rodrigues, O Anjo Pornográfico", "Garrincha, Estrela Solitária" e "Chega de Saudade". Trabalhou nos maiores jornais e revistas do Rio de Janeiro e São Paulo.

Vivos e mortos

Ruy Castro

O biógrafo é um profissional em busca do outro. No meu caso, que escrevi alguns livros do gênero, prefiro que esse outro esteja morto. Eu me convenci desde o começo que só é possível biografar gente morta. Já recusei vários livros, alguns importantes, porque não me sentiria à vontade trabalhando com um personagem que, se é importante o suficiente para ser biografado, será poderoso o suficiente para me atrapalhar. Ele será uma fonte. Se você está biografando alguém que está vivo, esse personagem naturalmente vai ter que ser a sua principal fonte. Você não pode deixar de consultá-lo. E como dizia Nelson Rodrigues, cada um de nós se olha no espelho e se vê num vitral. Então, ele já vai ser uma fonte duvidosa de si próprio. E, se ele é alguém importante para ser biografado, ele será poderoso suficiente para contaminar todo o universo de fontes em volta dele para passar uma imagem mais compatível com a que tem de si próprio.

Assim me convenci realmente de que é impossível biografar um vivo. E o morto também não pode ser o morto da véspera. Roberto Marinho, por exemplo, não é um biografado ideal nesse momento. O biógrafo tem que esperar que o morto já esteja frio. Bem geladinho, na verdade. Eu dou, assim, um mínimo de dez anos para você biografar um morto.

Uma coisa que sempre me falam: “Puxa, mas que trabalho de pesquisa, que coisa fabulosa!” Entendo isso como um elogio, mas não classifico uma biografia como um trabalho de pesquisa, a não ser que a palavra pesquisa seja entendida no sentido mais amplo possível. Para mim o pesquisador é o enviado especial ao arquivo. O sujeito que vai vasculhar material já impresso. Alguém escreveu aquilo, já está lá enfiado em alguma gaveta, em algum fichário, aí o sujeito vai lá, reúne aquilo tudo e dali faz uma história. Se fosse só isso seria fácilimo, e os departamentos de pesquisa das editoras estariam cheios de biógrafos em potencial, o que não é o caso.

Eu prefiro chamar de investigação, porque envolve preliminarmente alguma pesquisa, o estudo de um material impresso, mas o principal é o contato com as pessoas que conviveram com o biografado naquela época. Talvez seja a isso que o Dines esteja se referindo quando fala da faísca. O que é isso? É necessária uma faísca que devolva aquele biografado quase que à vida real. E isso só é possível conversando exaustivamente com o maior número de pessoas que conviveram com aquela figura.

Para cada biografia que faço – mais especificamente a do Nelson Rodrigues, a do Garrincha, e a do livro *Ela é carioca*, que é uma pseudo-enciclopédia de Ipanema com 231 verbetes de pessoas que viveram em Ipanema entre 1910 e 1970 – fiz uma média de 600 ou 700 entrevistas. No caso do livro do Garrincha, certamente foram mais de mil. Uma média de até duzentos entrevistados por livro e nunca se fala uma vez só com a maioria dessas pessoas. Às vezes são cinco, dez, trinta vezes. Você até telefona para essa pessoa de madrugada para checar uma coisa que está te incomodando.

Em busca do Arati

E além dessas duzentas pessoas, você envolve pelo menos mais quinhentas, que são as que vão te ajudar a localizar aquelas fontes. Então você dá trabalho e aporrinha uma porção de

gente, gente que faz isso porque gosta de você ou porque também está interessado em que aquela história venha à luz. Por exemplo, no livro do Garrincha eu tinha que localizar um antigo jogador de futebol chamado Arati, que tinha sido jogador do Botafogo, e tinha ido àquela cidadezinha no interior do estado do Rio, Pau Grande, onde o Garrincha nasceu. Ele foi lá apitar um jogo num fim de semana em 1952, viu o Garrincha, aquele jovem de perna torta, gostou e o levou para jogar no Botafogo. Essa era a história oficial. Eu tinha que achar o Arati para confirmar, mas ninguém sabia por onde ele andava. Devia ser um homem de uns setenta anos, naturalmente pobre, e que não ficou famoso. As pessoas diziam: “Não sei. Acho que já morreu. Tem trinta anos que não ouço falar dele”.

Assim até que um ano e meio depois, cheguei à filha do Arati e falei com ela por telefone. “Papai está morando no subúrbio”. Fui atrás e o esforço foi recompensado, porque descobri a fonte dessa informação que está sendo passada de geração em geração há mais de quarenta anos, de que o sujeito foi lá, viu aquele jovem de perna torta jogando num domingo, e no dia seguinte o levou ao Botafogo e o jovem se tornou Garrincha. Só que descobri que essa informação estava errada. Era apenas uma simplificação de uma informação muito mais complexa envolvendo o próprio Arati, mas eu só soube isso ao conversar com ele. É um trabalho exaustivo, e às vezes é preciso contar com a sorte.

Eu poderia relatar aqui umas três ou quatro histórias de coincidências que me aconteceram e me ajudaram no trabalho de cada um desses livros. Uma informação, por exemplo, que estou precisando confirmar, e procuro três ou quatro pessoas, as mais abalizadas do Brasil que poderiam me confirmar isso, e elas não sabem. De repente, estou na Biblioteca Nacional pesquisando outra coisa, no microfilme, e então se senta ao meu lado um senhor, imagina o que estou pesquisando, vem e me conta a história completa. Ele estava lá. Isso já aconteceu. Você não pode dispensar a colaboração do “Sobrenatural de Almeida”, como diria o Nelson Rodrigues.

Pude fazer isso com algum sucesso até agora, porque quando parti, em 1988, para fazer um livro sobre a bossa nova, eu já tinha vinte e um anos de tarimba na imprensa. Tinha sido e ainda sou repórter. Já tinha feito centenas, milhares de entrevistas e desenvolvido todos os macetes de que você precisa no trabalho de imprensa para extrair informações. Eu sabia que se você está com um gravador na frente de certas pessoas, elas ficam inibidas. Se isso acontece com um Tom Jobim, Carlos Lyra, Nara Leão, Nelson Rodrigues, Millôr Fernandes, Rubem Braga, enfim, pessoas que fizeram parte do universo em que eu tenho trabalhado, não vai ter problema nenhum. Essas pessoas estão habituadas a falar para microfones, a contar sempre a mesma história, porque sempre lhes fazem as mesmas perguntas, e eles respondem com as mesmas respostas. Mas se você colocar um microfone na frente do Arati, por exemplo, isso vai ser um fator inibidor.

Pequenos macetes

A segunda coisa importante que aprendi, é que, se você for para a entrevista bem preparado, o gravador não é necessário. Só precisa de uma caneta e um pedaço de papel para tomar notas discretamente, para não mostrar à fonte que está gravando as palavras dele para a eternidade. Discretamente, por exemplo, embaixo da mesa, toma-se notas, criam-se alguns códigos que reproduzam o que a pessoa está querendo dizer. Isso facilita muito o trabalho.

Outro macete, por exemplo, é nunca fazer duas perguntas ao mesmo tempo. Isso já vale como conselho. Com duas perguntas, ou a pessoa só responde a última ou responde àquela que lhe é mais conveniente. Então, só se deve fazer uma pergunta de cada vez.

Mais um macete: você está conversando com alguém, e de repente dá aquele branco entre as perguntas. O entrevistador se sente na obrigação de preencher o branco. É um erro. Você deve deixar que o entrevistado se sinta à vontade e ele que tente

preencher o branco. Aí ele vai acabar dizendo alguma coisa que não era sua intenção dizer, o que é sempre ótimo para quem está entrevistando.

Enfim, são macetes desse tipo que vieram da minha tarimba na imprensa, embora eu não considere que os livros que faço sejam reportagens biográficas ou coisa parecida. Sem o menor demérito, acho que chamar uma biografia de reportagem seria uma depreciação do gênero. Para mim, livro-reportagem é aquele escrito sobre um evento que acabou de acontecer; um ou dois jornalistas apressadamente reúnem as informações, fazem a pesquisa, dão uma engrossada naquilo que já têm e publicam um livro, quase sempre de oportunidade. Eu não vou chamar de oportunistas, mas de oportunidade. E que não necessariamente esgotam o assunto ou refletem a verdade, porque essa verdade está muito próxima. Assim, eu não faço livro-reportagem. Faço biografia, que é talvez um subgênero da historiografia mais ampla. É um livro de história, concentrado numa pessoa morta, e que ajuda a levantar também o panorama da época.

Chega de Saudade

Isso é outra coisa que também decidi meio sozinho, assim que comecei o livro da bossa nova. As coisas que eu li sobre o assunto diziam que em 1958, quando João Gilberto gravou a música *Chega de Saudade*, o presidente Juscelino Kubitschek tinha acabado de criar Brasília, ia implantar a indústria automobilística, ia fazer, acontecer e pintar os canecos. E, internacionalmente, havia a Guerra Fria.

Subitamente, o João Gilberto e a bossa nova haviam desaparecido do foco e eu era obrigado a receber uma aula de história que não tinha pedido. Então decidi que o meu livro *Chega de Saudade* não seria feito dessa maneira. Eu queria dar um panorama da história toda, do lugar, do cenário, o Rio dos anos 50, o Brasil e tudo mais. Mas queria fazer isso de maneira integrada na narrativa, que se concentrava na história da bossa

nova e nas pessoas que a fizeram. Então eu saía perguntando às pessoas que carro elas tinham naquela época, se tinham apartamento próprio. Qual era a bebida que tomavam. Qual era o cigarro que fumavam. Se tinham namorada. Como é que faziam para namorar, porque não tinha motel naquela época, (tinha que ir para o Leblon, ali mesmo na areia, à milanesa); enfim, uma série de perguntas de caráter pessoal que serviam até para eu aprender do que se construía aqueles personagens que eu queria retratar. Eu não queria colocar um sujeito mecanicamente tocando piano ou violão ou cantando, uma figura assim tão bidimensional. Eu queria aprender mais sobre as pessoas porque eu também tinha curiosidade.

No livro sobre Garrincha, fiz isso com muito mais experiência. Eu queria reconstituir como era a vida de um jogador de futebol. Não apenas do Garrincha, que era famoso, mas de qualquer jogador: do Madureira, do Olaria, do Jabaquara etc. Saber se esse rapaz tinha carro, se pagava aluguel, se tinha um segundo emprego. Tudo isso, mesmo que não apareça no resultado final, é importante para o biógrafo. E você só vai saber tudo isso conversando com as pessoas que estavam lá. Basicamente é isso.

Eu tive que aprender a fazer essas coisas no tapa, porque os cursos de Letras ou de Jornalismo não têm uma cadeira de Biografia. Talvez os cursos de história tivessem. De qualquer maneira, já estou meio velho para me matricular num curso de Biografia. Enquanto isso, eu vou ter que fazer os meus livros meio na base da cara e da coragem mesmo.

Uma coisa que vocês devem ter notado é que eu disse que não trabalhava com os vivos e trabalhei com os vivos quando escrevi o *Chega de Saudade*. Estavam praticamente todos vivos na época. Pois foi justamente aí que eu comecei a descobrir certas dificuldades.

Havia uma barreira para se chegar a informações sobre determinados personagens daquele livro. O João Gilberto, por exemplo, é uma figura inacessível. Eu não precisava que o João Gilberto me recebesse no apartamento dele. Não tinha a menor

necessidade de saber como era por dentro, se tinha torneira pingando. Isso não me interessava, mesmo porque minha história só ia até 1970. Comecei a descobrir que havia um excessivo recato de algumas pessoas que conviveram com João Gilberto no começo dos anos 50, em falar dele na época, contar certas coisas sobre ele. Eu não sei se partiu dele, acho que não. Foram essas pessoas mesmo que julgaram que fosse uma coisa constrangedora.

Descobri então o que tinha que fazer: se eu fosse conversar com João Gilberto, eu só poderia ir faltando três ou quatro meses para terminar o trabalho (ele durou dois anos), porque eu teria que ter aprendido tudo sobre ele antes. E foi o que aconteceu. As pessoas até me avisavam. O Menescal, por exemplo, me avisou: “Cuidado com o João Gilberto. Ele é uma cobra. Você vai falar com ele por telefone e ele vai te hipnotizar por telefone. Ele tem uma voz que é uma coisa tremenda”. Tanto me falaram, que eu fiquei preparado.

Finalmente, o grande dia que eu ia telefonar para ele, mais ou menos na hora que ele deveria estar acordando - onze e meia da noite aproximadamente. Liguei e me apresentei, ele não me conhecia. Falei uns dois minutos: “João, eu estou fazendo um livro sobre música popular brasileira, queria conversar com você porque você vai ser a figura mais importante do livro, certamente”. Aí expliquei para ele o processo de trabalho com detalhes, com informações. Ele ouviu calmamente aquilo em silêncio e, quando abriu a boca pela primeira vez no telefone, disse com aquela voz: “Que bom. Ruy, mas que maravilha. Vai ficar tão bom... Eu estou sentindo que você é tão bem preparado para fazer...” Ficou me elogiando no telefone com essa voz. Quando a bola voltou para mim, eu respondi: “Você acha mesmo, João?” E eu também estava falando igualzinho a ele! Ou seja, ele te influencia, te captura e te seduz. Então, eu tive que exercer o máximo da minha capacidade, da minha força de vontade. Pois se ele falasse: “Ruy, vai lá na Praça Quinze agora para pegar um peixe para mim, que acabou de chegar da Bahia”, eu ia! Esse é o problema de biografar um vivo.

Também nesse sentido digo que nunca me deixaria biografar por ninguém. Por uma questão de princípio. Como acho que os vivos não estão ainda maduros para serem biografados, tentaria convencer essa pessoa de que não valeria a pena. Se bem que uma pessoa que tenha saído à rua, que tenha vivido na rua, que tenha conhecido a noite e de preferência tenha sido perseguida por algum marido ciumento, ameaçada de morte, tenha sido presa, mesmo que fosse numa passeata estudantil em 67, que tenha levado borrachada da polícia na rua, que tenha conhecido a realidade de um camburão, que tenha sofrido, que tenha se apaixonado, que tenha sido traído, que tenha traído também, enfim, essa pessoa com uma certa bagagem de vida, poderia ser capaz de reagir adequadamente ao se defrontar com essas passagens na vida do seu biografado.

No caso do Nelson Rodrigues, por exemplo, que teve uma vida muito complicada em todos os sentidos, era importante que o biógrafo tivesse passado por alguma coisa meio parecida com aquilo para entender mais ou menos o que podia estar se passando na cabeça do personagem. Não para ficar fazendo presunções ou suposições, ao biógrafo não é dado esse direito, mas para ele não lidar com aquilo como se fosse uma coisa do outro mundo, sabendo que são coisas que fazem parte da vida. A função da biografia é tentar reconstituir uma vida da maneira mais aproximada possível.

Eduardo Coutinho;
cineasta. Em 1965,
co-roteirizou "A Falecida",
de Leon Hirszman e, dez
anos depois, "Dona Flor e
seus Dois Maridos", de
Bruno Barreto. Dirigiu
também "O Homem que
Comprou o Mundo"
(1968) e "Faustão"
(1971). Após trabalhar
nove anos no programa de
televisão Globo Repórter,
descobriu no
documentário sua grande
vocação. Dirigiu "Cabra
Marcado para Morrer"
(1984), "Santa Marta"
(1987), "O Fio da
Memória" (1991), "Boca
do Lixo" (1992), "Santo
Forte" (1999), "Babilônia
(2000)", "Edifício Máster"
(2002) e "Peões" (2004).

Na altura do olho

Eduardo Coutinho

Entre as perguntas que freqüentemente me fazem, eis algumas: como convenço as pessoas a falar? Quantas entrevistas faço com a mesma pessoa antes da última versão do filme? Como consigo deixar os entrevistados à vontade? Acho que posso começar minha exposição a partir daí.

Comparando um pouco com a atividade do Ruy (página 181), que é escrita e que depende de uma informação objetiva, no caso dos filmes que faço evito a palavra entrevista e procuro chamar isso de conversa. Na medida em que cinema é diferente de literatura, o que acontece muito em documentário é que as pessoas armam o set de filmagem. Isso pode levar meia hora, quarenta minutos. Preocupação com a luz, enfim uma “estética” que não tem sentido. O que entorna o caldo do outro, é o que interessa. Assim, a primeira coisa é tratá-la como conversa em qualquer situação ou lugar, e torná-la especial.

Como você sabe, no cinema há as condições de câmeras, iluminação etc. Existem pessoas que acham que cinema é puramente imagem, coisa que ele não é há pelo menos 70 anos. Então põe a câmera aqui, depois põe uma câmera de perfil, posiciona uma câmera no outro perfil, uma outra câmera em função de ter uma imagem que varia, o que eu acho absolutamente absurdo na medida que não sei nunca o que vai acontecer, porque não tenho uma linha de perguntas. De

repente está no presente, está no passado. Muda. Não há pauta possível numa conversa. A pauta é o imprevisto. Dessa forma, se você considera que o principal é que o outro esteja bem para dar o seu espetáculo, porque se trata de um jogo, não é. Na verdade trata-se de teatro. Trata-se de que a pessoa se sinta bem para construir seu retrato.

Faz parte disso também uma câmera que seja colocada num lugar em que seja possível conversar com essa pessoa durante trinta minutos, uma hora se for preciso. Por isso uso vídeo e seria totalmente impossível usar filme por uma razão que não é só econômica. O filme 16mm tem um chassi de onze minutos de imagem. A pessoa desenvolve uma emoção, pois é mais uma emoção do que um raciocínio, e três minutos depois isso é interrompido, pois é preciso mudar o chassi do filme. É como você querer que uma pessoa retome um coito interrompido, isso jamais vai acontecer. É muito difícil com uma fita de duas horas que, de repente, você seja obrigado a retomar uma coisa que foi interrompida por motivos técnicos. Ao mesmo tempo, se a câmera é colocada em frente à pessoa, jamais mudando de angulação, você tem a oportunidade de ir do close ao plano aberto, mas sempre no mesmo ângulo. Significa que a câmera está sempre lá. Que você está gravando antes, durante e depois. E às vezes as coisas mais extraordinárias acontecem quando você acaba a conversa, se levanta, começa nova conversa com a pessoa e ela, porque parece que realmente acabou, te conta coisas extraordinárias.

Nem antes, nem depois

Outra coisa essencial é que eu jamais conheço as pessoas antes da filmagem. É o contrário do que fazem os antropólogos. Se fosse assim, faríamos três filmes na vida e olhe lá. Acho o contrário, porque fico meia hora, uma hora com a pessoa; não preciso mais do que isso, se a conversa for intensa. Mas isso é preparado. Como cinema custa caro, com uma equipe contratada, tenho que fazer a pesquisa com o pessoal que trabalha comigo e que recolhe

dados dessas pessoas, memórias, fatos, a cara, o corpo dessa pessoa falando é gravada, pois é essencial saber o que diz a boca, o que dizem os olhos, ombros, porque tudo fala. O corpo fala enquanto há palavra, o corpo é importantíssimo. É feita então uma escolha a partir de várias pessoas que são pesquisadas para saber quais delas podem se tornar um personagem, o que é uma mudança essencial.

Conheço uma pessoa por informação escrita, vejo dez minutos de imagem gravada às vezes de forma amadora com essa pessoa e a decisão de escolhê-la para filmar, isto é, perder uma hora de filmagem com uma equipe paga, é uma decisão que sempre é sujeita a erro. Às vezes você não tem certeza e aparecem muitas surpresas. Muitas vezes você espera pouco de uma pessoa e resulta uma coisa extraordinária e vice-versa.

Outra coisa é que dificilmente volto ao local do crime. Há uma conversa que é possibilitada não só porque a pesquisa dá informações sobre essa pessoa, nem que sejam informações emotivas, mas pelo fato de que, quando chego, tenho o aval dos pesquisadores que foram lá e cuja principal função não é só recolher informação, é tratar os outros com cortesia e respeito, para que, quando eu chegue, obtenha o aval da pessoa.

De um lado, eu tenho esse aval que cria uma certa intimidade, e de outro, a pessoa jamais lembra que já falou com o pesquisador e que eu posso saber alguma coisa dela. Sempre fala comigo como se fosse pela primeira vez e eu não soubesse nada. E todo objetivo, ainda que vago, desse tipo de conversa é ter essa sensação, verdadeira ou não, de que durante a conversa essa pessoa que vai se tornar um personagem está te dizendo coisas que ela nunca disse antes e jamais dirá depois. Eu digo isso não em termos de conteúdo, mas em termos de forma, que é tão importante quanto o conteúdo.

Morte simbólica

Eu queria falar também de coisas que acho importantes para quem faz história oral. Primeiro, se as pessoas falam para mim, se é que falam, é porque talvez eu passe um sentimento de que elas não estão lá para serem julgadas. Se elas sentem que estão sendo julgadas, acabou tudo. Elas podem então manifestar sentimentos de direita, de esquerda etc.

Em segundo lugar, não objetivar a pessoa. Isso é a morte simbólica do outro. Quando a pessoa diz uma coisa e você, enquanto escritor, cineasta, diz, por exemplo: “Isto é interessante, pois é típico de classe média”, pronto, matou o outro. A única coisa que as pessoas querem é ser reconhecidas, justificadas e terem uma singularidade no mundo, de qualquer tipo. É isso que eu busco, a singularidade.

Outra coisa que acho importante: trabalho muito em favela, com o outro social, o pobre etc. Em geral, o intelectual idolatra ou despreza o chamado povo. Que são duas coisas lastimáveis. E às vezes o que idolatra é pior, no sentido de que há um sentimento de esquerda, cristão, o povo é bom e, de repente, aquele homem que é bom te dá uma resposta que não é a que você esperava. Você não aceita. É pior até. Acho que o essencial é filmar à altura do olho, e não filmar nem de baixo para cima e nem de cima para baixo, pois o engano terrível é esse, que o povo seja bom ou mau. As pessoas são boas e más. Tudo é “e” na vida, não é “ou”. Creio que isso é uma disposição ética e política essencial, de que você não se entregue a um certo sentimentalismo que sempre nos ronda, e que parte da culpa do intelectual.

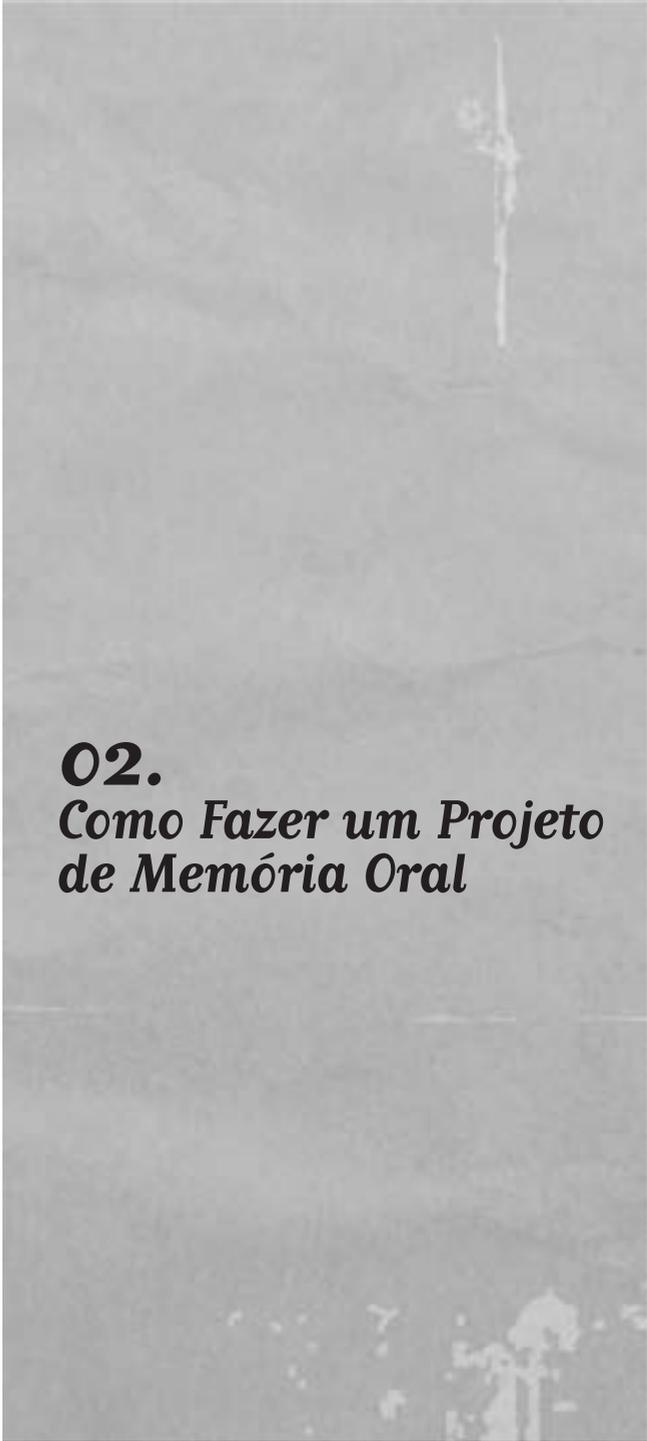
Contando um pouco dessa relação entre cineasta e militante político, digo que isso é bem velho. Na época do *Cabra Marcado para Morrer* eu fazia parte do “Centro Popular de Cultura” da UNE (União Nacional dos Estudantes), que era uma espécie de *proletkult*, com seus altos e baixos, autoritário e ao mesmo tempo generoso, essa coisa complicada dos anos 60 que ainda perdura um pouco, aliás. Foi uma experiência interessante na época. Hoje eu acho que ética, estética e política estão ligadas, mas não me vejo como militante político. Aliás, eu odeio filmes

militantes, que falam para os já convencidos.

Às vezes ouço falar que a busca das histórias de vida dos outros é uma forma de nos conhecermos.

Eu, retrospectivamente como sempre, sinto que o que me ajuda a falar com as pessoas é que eu não tenho certeza de quem eu sou. Para o filme é bom, para a vida não sei. Justamente, acho que eu vou buscar um pouco da minha identidade no outro.

O outro é constitutivo do “eu”. Enfim, sem o outro eu não existo e vice-versa.



02.
*Como Fazer um Projeto
de Memória Oral*

O Museu da Pessoa

Cada vez mais pessoas, grupos e instituições descobrem o valor de contar sua história. Este guia indica um caminho para quem quer registrar e compartilhar essa trajetória valorizando a narrativa das pessoas. Ele traz a essência do trabalho do Museu da Pessoa — um museu virtual de histórias de vida aberto à participação de todos que desejam registrar sua história, bem como conhecer histórias de outras pessoas.

A visão do Museu, criado em 1991, é contribuir com a democratização da memória social reconhecendo o valor da história de vida de toda e qualquer pessoa. Ao estimular que as pessoas, por si mesmas, contem e ouçam suas histórias de vida, o Museu da Pessoa busca colaborar com o desenvolvimento de uma sociedade que reconhece e valoriza o outro. Acreditamos que toda história de vida tem valor e deve fazer parte da memória social; de que ouvir o outro é essencial para respeitá-lo e compreendê-lo; e que toda pessoa tem um papel como agente de transformação da História.

Constituído como organização da sociedade civil de interesse público, sem fins lucrativos, o Museu da Pessoa tem sua sede de trabalho na cidade de São Paulo. Em 1997 estreou seu primeiro site e, em 2003, lançou o portal (www.museudapessoa.net), com ferramentas para pessoas e comunidades criarem sua própria coleção de histórias. A experiência brasileira do Museu da Pessoa já inspirou a criação de três núcleos internacionais que hoje compõem a Rede de Núcleos do Museu da Pessoa: Braga, Portugal

(www.museu-da-pessoa.net), Bloomington, Indiana, EUA, (www.bloomington.in.us/~mop-i) e Montreal, Quebec, Canadá (www.museedelapersonne.ca)

Ao longo de seu trabalho, o Museu da Pessoa desenvolveu uma metodologia para registro e difusão de narrativas pessoais baseada nas técnicas da **História Oral**. Essa metodologia foi a base inicial da atuação de seus profissionais e já resultou num diversificado acervo com cerca de 5.500 depoimentos e 1000 fotos e documentos digitalizados. Durante este período o Museu da Pessoa realizou também oitenta projetos de memória nas áreas de memória institucional, desenvolvimento comunitário e educação. Tais projetos, que resultaram em livros, publicações didáticas, museus temáticos, exposições, documentários, museus virtuais e base para ações pedagógicas e culturais confirmaram a riqueza de conteúdo e o poder das histórias de vida.

Com o objetivo de constituir uma ampla rede virtual de histórias de vida, o Museu da Pessoa passou a empenhar-se também em disseminar sua metodologia, estimulando escolas, sindicatos, empresas e organizações sociais a construírem suas próprias histórias. Esse trabalho tem levado o Museu da Pessoa a rever e renovar permanentemente sua metodologia de trabalho.

Com este guia, buscamos compartilhar com novos públicos nosso jeito de pesquisar e compreender o fazer da História. Esperamos que seja útil para o surgimento e fortalecimento de novas iniciativas, que certamente irão ampliar e aprofundar este aprendizado. O objetivo é estimular que cada um produza sua história, sabendo que ela diz respeito a todos e ganha nova dimensão ao ser conectada em rede.

“Entrevistar não é somente um mecanismo para reunir informações. São necessárias habilidades humanas como paciência, humildade, vontade de aprender com os outros e de respeitar seus pontos de vista e valores, mesmo que você não compartilhe destes”.

SLIM, Hugo & THOMPSON, Paul
(1993, p. 3 - tradução livre).

Memória, História e História de Vida

Memória

Para começar, vale refletirmos sobre qual nossa compreensão de memória, história e história de vida. O conceito de memória é estudado por áreas do conhecimento tão diversas quanto Antropologia ou Neurologia, passando pela História e Psicologia. Desses estudos, resultam variadas definições e abordagens: memória de curto prazo, de longo prazo, memória corporal, cognitiva, e mesmo as memórias ancestrais, como menciona Ailton Krenak (página 49).

Se adotarmos uma simples definição do dicionário Aurélio – "do latim, memória: faculdade de reter as idéias, impressões e conhecimentos anteriormente adquiridos" – podemos dizer que a memória pressupõe registro; ainda que tal registro seja realizado em nosso próprio corpo. Mas não se trata de um registro incondicional, como se fossemos um papel em branco carimbado por nossas experiências sucessivas. Guardamos aquilo que, por um motivo ou outro, tem ou teve algum significado em nossas vidas. Nesse sentido, nossa memória individual é única, pois mesmo tendo vivido as mesmas experiências que outras pessoas, cada um de nós seleciona e compõe seu próprio conjunto de registros, uma espécie de "patrimônio pessoal."

Por outro lado, é importante ressaltar que apesar de únicos, somos sempre seres históricos, isto é, nosso jeito de ver o mundo, nossa linguagem, nosso jeito de vestir e finalmente de considerar o que é significativo ou não resulta do espaço e

"Cada pessoa é única: suas percepções são, em certa medida, criações, e suas lembranças fazem parte de uma imaginação sempre em movimento". SACKS, Oliver (1994, p.15 - tradução livre)

"O princípio de que a memória nos faz é também o princípio de que nós fazemos a memória. As representações da história são práxis, e estão conectadas assim como formuladas de forma cumulativa". TONKIN, Elizabeth (1992, p.117 - tradução livre).

"Nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos". HALWBACHS, Maurice (1990, p.26).

tempo em que vivemos. Somos sempre parte de uma teia social. Seria realmente surpreendente se um dia acordássemos falando uma outra língua ou considerando natural formas de comportamento de cem anos atrás. Quantos filmes já não foram feitos sobre este assunto: viagens no tempo e no espaço que levam a pessoa a sentir-se um "ser de outro planeta".

O conjunto de registros eleitos pelo grupo como significativos termina por estabelecer sua identidade, seu jeito de ser e viver o mundo e decorrem dos seus parâmetros históricos e culturais. A possibilidade de compartilhar desta memória – como produtores e receptores – é que dá, a cada um de nós, o senso de pertencimento e constitui o que chamamos de memória social. Trata-se de uma relação criativa e dinâmica entre o indivíduo e o grupo. Nosso lembrar e as maneiras como lembramos se fazem a partir da experiência coletiva. Mas é importante pontuar que o indivíduo não necessariamente "representa" o coletivo e que este tampouco é homogêneo. Dentro de um mesmo grupo, podem existir múltiplas memórias.

História

"Os acontecimentos não são coisas, objetos consistentes, substâncias; são um corte que operamos livremente na realidade, um agregado de processos onde agem e padecem substâncias em interação, homens e coisas". VEYNE, Paul (1983, p.54).

A forma como a pessoa ou o grupo organiza e narra o que guarda nos leva ao conceito de História. Cada cultura constrói sua própria maneira de apropriação e organização do mundo e, certamente, a noção de história varia de uma cultura para outra. Essa discussão é tão ampla que baseia toda uma disciplina acadêmica: a epistemologia da História. Ainda que não nos aprofundemos nesta questão, vale destacar que há muito mais por trás do "fazer histórico" do que simplesmente reunir fatos, documentos e fotografias em uma linha do tempo. Vamos enfocar aqui o aspecto narrativo da História.

"Uma história é uma narração, verdadeira ou falsa, com base na realidade histórica ou puramente imaginária". LE GOFF, Jacques (1996, p.158).

Independentemente de sua relação com o passado, toda história é sempre uma narrativa organizada por alguém (seja uma comunidade, um historiador, um órgão oficial ou a própria mídia), em determinado tempo e implica em uma seleção de fatos e personagens. Toda história tem um autor ou autores que

selecionam e articulam os registros da memória. Neste sentido, ainda que todos concordemos que a história “fala” do passado, a construção da narrativa histórica ocorre invariavelmente no presente.

História de Vida

E quanto à história de vida? O que ela tem de especial? A história de vida é a narrativa construída a partir do que cada um guarda seletivamente em sua memória e corresponde ao como organizamos e traduzimos para o outro parte daquilo que vivemos e conhecemos. Mas o tipo de narrativa construída depende do tipo de estímulo: a produção de um currículo, uma sessão de psicanálise ou uma entrevista jornalística certamente levam a distintas narrativas. A narrativa muda também de acordo com a fase da vida. Por isso dizemos que a história de vida não conta apenas o “passado” de uma pessoa, mas revela muito sobre seu presente e indica como ela vislumbra seu futuro. Aí reside, em grande parte, o impacto das histórias.

Revê-las, explicitá-las, organizá-las são, de início, formas de repensar e reordenar padrões e valores muitas vezes assumidos como absolutos. Por outro lado, as histórias de vida constituem fontes preciosas para a construção da História. Compreender e registrar as visões, sentimentos e práticas de pessoas, famílias e grupos é uma forma poderosas de construir fontes alternativas para a compreensão e análise dos processos históricos. Tais narrativas, se não formalmente produzidas, se esvaem através do tempo.

História de vida x história do grupo

Assim como nossa história pessoal é uma organização do que seletivamente guardamos em nossa memória, a história de um grupo é também a organização do que foi seletivamente demarcado como significativo na memória social. O que um grupo “registra” em sua memória é aquilo que, no seu momento

“Nossas intenções para o futuro estão baseadas no passado, sem memória nós não conseguimos vislumbrar nada, pois como saberíamos o que ver?”.TONKIN, Elisabeth (1992, p.104).

“A memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si”. POLLAK, Michael (1992, p.204)

presente, considera importante. Neste sentido, é a estrutura social vigente que determina o que da memória tem valor. E é esta mesma estrutura social que subsidia a construção da narrativa histórica oficial (registrada e consolidada em documentos, em livros didáticos, em filmes).

"Mais do que atender às necessidades básicas de cada um, a inclusão social significa a valorização de cada qual como indivíduo e cidadão, seu acolhimento em coletivos que desenvolvam seu sentimento de pertencimento..." BAVA, Silvio Caccia (2004, p.116).

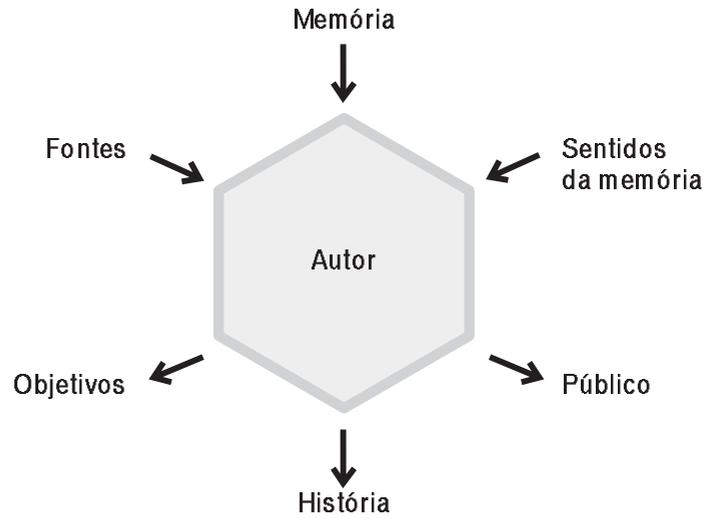
Em um mesmo grupo podem conviver vários tipos de "narrativas históricas", mas certamente algumas "narrativas" dominam os principais meios de comunicação e transmissão de valores. Ampliar o número de "autores" da história abre espaço para a construção de múltiplas narrativas históricas e cria a possibilidade de revisão de tais valores. Neste sentido, destacamos o potencial que a história oral tem como ferramenta de inclusão social. Fortalecer o senso de pertencimento e de autoria de cada um, somado à possibilidade de fazer-se "ouvir" é o grande **sentido social** que um projeto de memória pode adquirir. Além disto, produzir novas fontes para a compreensão dos processos históricos é fundamental para revisão das narrativas históricas em si.

Desenhando um Projeto de Memória Oral

Um projeto de histórias de vida pode focar diferentes objetivos, temas, ações e produtos. No entanto, seja um projeto pessoal, seja o projeto de memória de uma comunidade, construir uma história implica em explicitar, selecionar, organizar e produzir narrativas.

Para construir projetos que façam sentido nas instituições, comunidades ou grupos, é importante começar discutindo o âmbito, as intenções e o sentido do projeto com o grupo envolvido. Que história o grupo quer contar? O grupo ou a pessoa que produz a história é, em realidade, o “autor” que transforma “registros da memória” em narrativa. Esse movimento tem sempre uma demanda inicial, é animado por um “por quê”, que traduz qual o sentido da memória para este grupo. Esta demanda está relacionada ao “para quê?”: Para quê queremos construir esta história? Quais são os objetivos do grupo? Dependendo dos objetivos, selecionam-se as “fontes”, que definem que tipo de material será consultado e as pessoas que serão entrevistadas. Finalmente, é importante estabelecer o “para quem”, isto é, quais são os públicos aos quais se destina tal iniciativa.

Por quê? Para quê? Quem participa? Para quem? Esta série de perguntas acaba por definir o tipo de história que será construída. O conjunto das respostas estabelece as diretrizes do projeto. O diagrama abaixo mostra a dinâmica deste processo de raciocínio:



Constituição da narrativa	Qual questão	O que é
Memória		O conjunto de registros que serão organizados.
História		A narrativa que será produzida.
Autor		Pessoas ou grupos que irão transformar a memória em história.
Sentidos da memória	Por que?	As demandas do grupo que levam à realização do projeto. A motivação.
Objetivos		O que se espera do projeto, o que ele irá promover.
Fontes	Com que?	As pessoas que serão entrevistadas, além de outros conteúdos, como documentos e imagens.
Público	Para quem?	Pessoas, grupos ou instituições que queremos que conheçam nossa história. Definem, em grande parte, o formato da pesquisa e os produtos.

Um exemplo: a história dos pipoqueiros

Vamos tentar com um exemplo simples mostrar como diferentes respostas às questões do diagrama geram diferentes projetos de memória.

Projeto 1

Digamos que sou líder de um grupo de pipoqueiros de rua aposentados. Percebo que nossa profissão está em extinção, pois estamos sendo substituídos pelos balcões de pipoca dos cinemas nos shopping centers. O grupo está com a autoestima fragilizada, pouco se reconhece na sociedade atual e vê sua atividade sumir do dia-a-dia das cidades sem deixar rastro. Muitos estão doentes e tristes. Decido então promover um projeto sobre a história dos pipoqueiros!

O sentido maior da memória, neste caso, é a valorização do grupo. O objetivo do projeto também é claro: mobilizar os pipoqueiros e ressaltar seu papel na comunidade, pois os carrinhos de pipoca foram, e continuam sendo, um espaço afetivo importante na memória urbana.

As fontes? Serão certamente os próprios pipoqueiros, além de pessoas que se lembram como era brincar nas praças e comer pipoca antes de entrar em um cinema de rua.

O público? O próprio grupo de aposentados, suas famílias e também as novas gerações. A partir daí fica mais fácil pensar nos produtos finais: pode ser uma exposição, um livro, um álbum para os próprios pipoqueiros.

Projeto 2

Desta vez, sou um empreendedor e percebo a oportunidade de montar uma fábrica de pipocas com o "gosto de antigamente". Parto então para meu projeto de pesquisa e faço da memória uma de suas ferramentas, pois quero identificar quais os elementos faziam parte da produção de pipoca de décadas atrás.

O sentido de memória? Por que fazer o projeto? Quero aprender, resgatar esses saberes, pois identifico que a maneira de se fazer pipoca mudou e as práticas que garantiam aquele gostinho tão especial estão desaparecendo.

O objetivo? Pode-se dizer que é conhecimento, pois encontrarei informações que irão subsidiar desde minhas receitas até minhas ações de marketing.

Minhas fontes? Desta vez, além dos pipoqueiros, vou utilizar relatos dos fornecedores de insumo e dos consumidores de então.

O público prioritário? Meus técnicos, minha equipe de trabalho. E o produto será basicamente um manual.

Projeto 3

Mas digamos que o objetivo do projeto é a mobilização de jovens para ajudar a construir uma cidade mais solidária. Trata-se de um projeto para aproximar as gerações, cujo sentido é permitir a transmissão de valores. As fontes serão os "velhos" pipoqueiros, os antigos moradores do bairro, os guardas de praça... Neste caso, o público será composto pelos próprios autores do projeto: os jovens que irão perceber quanta riqueza há na história de vida de um pipoqueiro. O produto poderá ser uma peça de teatro ou uma roda de contação de histórias

Desenvolvimento do Projeto

Definidas as diretrizes gerais do projeto, é hora de começar a planejar e realizar o trabalho. Seja qual for o perfil ou contexto da proposta, podemos reconhecer três etapas essenciais: Coleta; Processamento; Integração, difusão e uso.

1. Coleta

A pesquisa e produção de conteúdo inclui: definição de tema; levantamento de informações; escolha de entrevistados; preparação de roteiros de perguntas; registro de entrevistas; identificação de fotos, objetos e documentos.

Preparar a entrevista

Num projeto de histórias de vida, a entrevista é a principal ferramenta para produção de conteúdo e precisa ser bem preparada. Uma pesquisa preliminar (seja em jornais, teses, livros ou Internet) pode ajudar o entrevistador a compreender a época e o tema a ser explorado. A construção de uma linha do tempo costuma ser uma boa maneira de organizar as informações e perceber o contexto histórico do entrevistado. O levantamento prévio de alguns dados da trajetória da pessoa também facilita a elaboração das perguntas e a condução do depoimento.

Vale ressaltar que a escolha dos entrevistados passa por uma discussão dos perfis necessários para garantir a diversidade e a profundidade do acervo de histórias.

Construir o roteiro

A construção do roteiro é quase que um "ensaio" para o entrevistador. Ele não deve ser entendido como um questionário rígido, mas como um guia que o ajude a "puxar o fio da memória" do entrevistado.

O roteiro deve ser elaborado de modo a permitir que a pessoa se sinta à vontade para responder as perguntas, encadeando pensamentos e organizando a narrativa de seu próprio jeito. De qualquer forma é importante assinalar que a definição e a seqüência das perguntas – sejam ou não as previstas no roteiro – serão decisivas para o tipo de história que será contada.

> Confira algumas dicas para elaboração das perguntas (página 219) e o exemplo de roteiro de Lauro Gilberto Pereira (página 221), entrevistado pelo Museu da Pessoa, em 2004, durante o projeto Memórias do Comércio do Vale do Paraíba, realizado pelo SESC-SP. Além de cobrir várias cidades da região, o projeto buscou contemplar diferentes modalidades e ramos do comércio, bem como aspectos variados da atividade comercial. Morador da cidade de São José dos Campos, ligado ao ramo de alimentação, Lauro trabalhava, desde os 14 anos, na mercearia que pertenceu a seu pai: a mais antiga do tradicional mercado da cidade.

A entrevista

Diferente de uma entrevista jornalística ou terapêutica, entre tantos outros tipos, a entrevista de história de vida tem como essência o registro da narrativa tal qual articulada pelo entrevistado. Busca-se sua vivência pessoal e não uma verdade histórica absoluta. Tão importante quanto o conteúdo narrado é o ritmo e o jeito de contar. Cabe, portanto, ao entrevistador auxiliar a pessoa a organizar as lembranças que vem à tona em uma narrativa própria.

Esse sentido da entrevista deve ser explicitado para o entrevistado, bem como os objetivos do projeto, o formato do depoimento e os usos previstos para o conteúdo.

A entrevista pode ser feita por um ou mais entrevistadores. Recomenda-se que sejam pelo menos dois, sendo que um assume a dianteira da conversa e o outro ajuda a complementar as perguntas e a garantir a fluência da entrevista. Uma entrevista de história de vida dura, no mínimo, uma hora e meia, podendo chegar a dez horas (em várias sessões).

A principal condição para que a entrevista flua bem é o real interesse e respeito do entrevistador pela história do outro. Isto se traduz em algumas posturas essenciais.

> *Confira o “Os 10 Mandamentos do Entrevistador” na página 224.*

Gravação

A entrevista deve ser registrada em áudio ou vídeo. O ideal é fazê-lo em formato digital – de melhor qualidade e maior duração. Se não há equipamentos disponíveis, vale pensar em parcerias com universidades, organizações sociais ou emissoras de rádio e TV que possam disponibilizar a estrutura. Mesmo que transcrita, é importante que a gravação seja preservada na íntegra, pois ela é, de fato, a fonte histórica.

> *Confira algumas dicas para realizar a gravação na página 225.*

Fotos, documentos e objetos

Além da narrativa, outros conteúdos – como fotos, documentos e objetos pessoais – ajudam a contar a história do entrevistado. Mais do que ilustrar o que foi dito, esse material costuma enriquecer e completar o depoimento. Uma foto de casamento ou um passaporte, por exemplo, tornam-se bom pretexto para revelar novos episódios e personagens.

Esse “acervo pessoal” pode ser trazido na ocasião da entrevista ou em outro momento combinado. No Museu da Pessoa, os originais são apenas emprestados para serem digitalizados e logo devolvidos à pessoa. Objetos são fotografados. Cada imagem torna-se uma fonte histórica, sendo identificada e catalogada.

> *Algumas dicas de digitalização de imagens estão na página 231.*

2. Processamento

O tratamento e preservação do conteúdo inclui: transcrição e edição de entrevistas; digitalização de imagens; catalogação de material; inserção em banco de dados.

Transcrever: do oral ao textual

Para ampliar o acesso e os usos das entrevistas, seja em livros comemorativos, reportagens, pesquisas acadêmicas, publicações didáticas ou outras ações culturais e sociais, é essencial transcrever a gravação.

Transcrever significa passar o conteúdo oral para texto escrito. Cada pergunta e resposta é redigida a partir da escuta paciente da gravação. Nesse processo, devem ser resolvidas dúvidas em relação a nomes citados, grafia de palavras etc. É um trabalho árduo e muitas vezes requer a contratação de profissionais ou parceria com voluntários preparados.

> Confira a transcrição de alguns trechos da entrevista de Sebastião Rocha nas páginas 228-231. Tião, como é conhecido, foi entrevistado pelo Museu da Pessoa, em 2004, durante o projeto Todo Mundo Pode Mudar o Mundo, uma campanha da Ashoka Empreendedores Sociais. Formado em Antropologia, Tião fundou o Centro Popular de Cultura e Desenvolvimento, espaço inovador de aprendizagem.

Editar: preocupação com o leitor

A edição da entrevista consiste em transformar o texto transcrito em um texto fácil e atrativo de se ler. Pode-se optar por uma edição com mais ou com menos interferências, mas sempre haverá a marca e a responsabilidade do editor.

Minimamente, num processo de edição, são retirados os cacoetes de linguagem e as repetições excessivas, mantendo-se o tom coloquial e o ritmo da narrativa. Numa intervenção maior, as perguntas podem ser eliminadas ou trechos reorde-

nados. Em nenhum caso, no entanto, devem-se criar novos conteúdos, incluindo palavras ou “falas”. Terminada a edição, convém preservar ambas versões, a transcrita e a editada.

> *Compare os trechos editados e transcritos do depoimento de Tião Rocha nas páginas 228-231*

Catalogar: informações mínimas

Catalogar significa sistematizar informações sobre o conteúdo registrado e o processo de registro, permitindo sua identificação e localização de forma ágil. Todo conteúdo registrado (seja uma entrevista gravada ou uma imagem digitalizada) precisa ser catalogado para permitir sua consulta e uso por outras pessoas.

No Museu da Pessoa, trabalhamos com o formato de fichas: ficha de cadastro pessoal, ficha de imagem, ficha de depoimento, entre outras. A quantidade de informação solicitada pode variar, mas o ideal é que seja o mínimo necessário, evitando desperdício de tempo e trabalho.

Em geral, as fichas possuem dois tipos de informação:

***Sobre o conteúdo:** o que é, quem, quando, onde. Pode haver dois grupos de informações: as essenciais para todo tipo de projeto, e as complementares, que variam de acordo com o escopo e o perfil da iniciativa. Numa ficha cadastral, por exemplo, o nome, sexo, data e local de nascimento da pessoa são dados essenciais. Se for um projeto sobre imigrantes, passa a ser importante também o nome dos pais, seu local de nascimento e data de chegada ao país.*

***Sobre a coleta:** qual suporte do registro, informações técnicas, trajetória do suporte. No caso da entrevista, por exemplo, vale saber o tipo de registro (áudio ou vídeo). Além disso, é importante saber o nome dos entrevistadores, a data e o local da entrevista ao catalogar um depoimento.*

> *Confira exemplo de fichas preenchidas nas páginas 232-236*

3. Integração, difusão e uso

Parte do pressuposto de que as histórias produzidas devem, de alguma maneira, retornar aos narradores e aos grupos das quais foram coletadas assim como devem ser integradas à memória da sociedade. Inclui: publicação (em várias mídias) dos depoimentos; elaboração de produtos (sites, livros, exposições, álbuns...); uso na área de educação, comunicação, desenvolvimento social, gestão de conhecimento etc.

Garantir caráter público

Devemos nos preocupar para que o projeto de memória transcenda os limites de quem o produziu. Primeiramente, todos que contribuíram para sua realização, em especial os entrevistados, devem ter um retorno sobre o projeto. Valorizar a história das pessoas representa também garantir o acesso ao seu depoimento e aos produtos elaborados.

Indo além dos envolvidos, podemos entender que o acervo produzido também diz respeito à sociedade como um todo. Tão importante quanto registrar e preservar histórias é tornar esse conteúdo acessível e útil de forma ampla. O conteúdo pode ser organizado e disponibilizado para o público em um espaço físico ou virtual. No mundo físico, vale integrar-se a ambientes que tenham visitação e atividades. Ao invés de criar uma sala isolada, pense em somar-se, por exemplo, a uma biblioteca ou centro cultural. Na Internet, a limitação de horários e distâncias é superada, apesar de o desafio da inclusão digital ainda ser enorme no país.

Cessão de direitos

É imprescindível que o entrevistado formalize uma autorização para que seu depoimento possa ser socializado. O procedimento mais comum é a assinatura de uma cessão de direitos autorais logo após a entrevista. Nesse momento, o entrevistado tem o

direito de pedir que algum trecho de seu depoimento não seja divulgado. Lembre-se que deve ficar registrado o que o narrador deseja. A entrevista de história de vida não é uma investigação à sua revelia.

> *Veja um modelo de cessão de direitos na página 237.*

Articular: narrativas em rede

A história de uma pessoa, família, escola ou empresa ganha nova dimensão se articulada com narrativas produzidas por outras pessoas, grupos e instituições. Desta forma, visões e experiências podem se complementar ou contrapor, e iniciativas locais são fortalecidas. Na cidade do Rio de Janeiro, por exemplo, diferentes projetos têm se dedicado a registrar a história das comunidades dos morros e favelas. Juntas, certamente, estão compondo um acervo bastante representativo sobre a cidade.

A integração das narrativas pode ocorrer na elaboração de produtos, como também na construção e difusão do acervo em si. Vale destacar o potencial da Internet para que conteúdos sejam construídos de forma descentralizada e colaborativa.

Portal Museu da Pessoa.Net: Foi criado para preservar e articular narrativas das mais diferentes pessoas e grupos. Há duas formas principais de participação. A primeira delas é a ferramenta Conte Sua História, por meio da qual toda pessoa pode se cadastrar no portal e enviar textos, imagens e gravações digitalizadas sobre sua própria história de vida. O conteúdo é moderado pela equipe do Museu e publicado no portal. A segunda ferramenta de participação, chamada Monte Sua Coleção, é destinada a projetos de memória. Em ambos os casos, o conteúdo enviado passa a integrar o acervo do Portal como um todo, podendo ser consultado em diferentes buscas e navegações feitas pelo internauta (www.museudapessoa.net).

Produtos

Livros, álbuns, exposições, baús de memória, contação de histórias, sites, agendas, calendários, vídeos, programas de rádio, são muitos os produtos que podem divulgar a história que o projeto quer contar. Eles dependem dos recursos disponíveis, bem como dos objetivos do projeto e seu público final. A seguir exemplos simples de serem concretizados:

***Crie um álbum:** Um produto artesanal bastante interessante é um álbum ilustrado, contendo cópias de fotos, desenhos, legendas, trechos de depoimentos, mini-biografias... Cada entrevistado pode se transformar em tema de um álbum, organizado em ordem cronológica. Também podem ser montados álbuns temáticos (infância, família, cidades, profissões...), misturando as histórias de vários personagens.*

***Roda de histórias:** Organize uma roda de histórias na sua instituição ou comunidade para compartilhar o conteúdo registrado pelo projeto. Pode ser uma atividade para o público em geral. Selecione episódios saborosos narrados pelos entrevistados e convide contadores de história para recontá-los. Ou ainda podem ser chamados os próprios entrevistados que se destacaram como narradores.*

***Crie um blog:** Você pode aproveitar as ferramentas de blog, bastante difundidas na Internet, e publicar a sua história de vida, a da sua família ou comunidade. Há alguns sites de uso gratuito, o mais conhecido é o www.blogger.com. O usuário se cadastra, batiza seu blog, escolhe um modelo visual e, a partir daí, pode continuamente inserir textos e fotos, além de receber comentários dos internautas.*

***Monte sua coleção virtual:** O portal Museu da Pessoa.Net (www.museudapessoa.net) oferece a ferramenta Monte sua Coleção para projetos interessados em fazer parte de seu acervo virtual de histórias de vida. A pessoa responsável pelo projeto recebe uma senha para inserir em banco de dados depoimentos e imagens digitalizadas. Em seguida, ele encontra um passo a passo para reunir e publicar o conteúdo num "site", incluindo informações sobre o projeto, como metodologia, histórico, créditos.*

Outros usos e aplicações

Além de produtos concretos, o projeto pode ter outros usos e aplicações, como contribuir com processos educativos, aprimorar metodologias de intervenção social, subsidiar políticas públicas, inspirar obras artísticas ou trabalhos acadêmicos.

A seguir, alguns exemplos de projetos, que têm a participação do Museu da Pessoa, e resultam em aplicações diferentes.

Memória, leitura e escrita: "Nosso maior problema é leitura e escrita, e a memória faz com que todos queiram participar. Todos querem escrever sobre si e suas histórias." *Antônia Aparecida M. de Oliveira, professora da 4a. série da EMEF Elisa Duboc Garcia, Ribeirão Preto (SP).*

Desde 2002, professores da rede pública têm usado a entrevista e o registro de histórias para desenvolver a leitura e a escrita de seus alunos de ensino fundamental. São formados pelo Museu da Pessoa, em parceria com o Instituto Avisa Lá, na metodologia da história oral. E passam a usá-la como ferramenta diferenciada para estimular os alunos a fazer pesquisas e leituras, produzir textos e desenhos.

> *Ler mais na página 260.*

Memória para mobilização comunitária: "O projeto de memória conseguiu resgatar potências, talentos e auto-estima sem tocar nas dores e dissabores das meninas. Com certeza a história oral já faz parte da nossa metodologia." *Raquel Barros, fundadora da Associação Lua Nova.*

A Associação Lua Nova (www.luanova.org.br) dedica-se ao atendimento de jovens mães no interior de São Paulo e, em 2004, participou de um processo de formação na metodologia do Museu da Pessoa. Desde então, passou a utilizar as técnicas de entrevista para valorizar a história de vida das meninas atendidas pela instituição. A experiência levou as jovens a ampliarem a proposta inicial: levaram a idéia do projeto de memória para a comunidade com o objetivo de promover o desenvolvimento local a partir da cooperação e articulação em rede.

História de vida como fonte diferenciada: Desde 1995, uma parceria entre o SESC-SP e o Museu da Pessoa tem resgatado a história do comércio no Estado de São Paulo por meio de depoimentos de personagens anônimos – comerciantes e comerciários – do comércio paulista. O projeto Memórias do Comércio é organizado por módulos e já aconteceu em quatro regiões do estado, gravando 129 histórias de vida. Constitui um acervo – totalmente disponível pela Internet (www.sescsp.org.br ou www.museudapessoa.net) – sobre o desenvolvimento da atividade comercial e de serviços, temas pouco pesquisadas na historiografia brasileira. Além do site, quatro livros, dois vídeos e quatro exposições itinerantes foram produzidas para divulgar o conteúdo.

Como produzir e conduzir a entrevista

1. Elaboração de roteiro

• Início

Comece com perguntas fáceis de se responder como nome, local e data de nascimento. Além de contextualizar a fonte, essas perguntas têm a função de “esquentar” a entrevista. É como o começo delicado de um relacionamento, e nada como perguntas simples e objetivas para deixar o entrevistado à vontade e ajudá-lo a mergulhar em suas memórias.

• Encadeamento

A ordem cronológica costuma ser um bom fio condutor da conversa, mas não necessariamente o único. Se a comunidade ou grupo tiver outra lógica de organização de suas histórias, o roteiro deve ser reorganizado. Se optarmos para seguir o desenrolar cronológico, podemos dividir o roteiro em três grandes blocos de pergunta:

Introdução: origem da pessoa, pais, avós, infância.

Desenvolvimento: fases e acontecimentos da sua trajetória, incluindo, se for o caso, o tema específico do projeto.

Finalização: ponte para o presente e futuro, sonhos e avaliação a experiência de contar sua história.

• Tamanho do roteiro

O entrevistado não pode se sentir exaurido, portanto é bom passar pelos três blocos, sem a preocupação de esgotar cada assunto. Um bom exercício é começar construindo 10 perguntas (três de início, quatro de desenvolvimento e três de final) e depois subdividir cada uma em sub-blocos temáticos.

• Tipos de pergunta

Diferentes tipos de pergunta provocam diferentes tipos de resposta. Se o objetivo da entrevista for registrar histórias, é importante que as perguntas sejam feitas neste sentido. Portanto é melhor optar por:

Perguntas descritivas: *Uma pergunta do tipo "Como era a casa de sua infância?" Leva o entrevistado a recuperar detalhes em sua memória e a fazer descrições interessantes e envolventes:*

Perguntas que evocam movimento: *Uma pergunta do tipo "O que você fez depois que você saiu de sua casa?" Ajuda o entrevistado a continuar sua história.*

Perguntas avaliativas: *Toda história inclui momentos de avaliação e comentário, assim perguntas do tipo "O que você mudaria na sua história de vida?" Levam o entrevistado a fazer uma reflexão conclusiva sobre sua trajetória.*

Assim como algumas perguntas contribuem para a construção da narrativa, outras têm o efeito inverso. Assim, vale evitar:

Perguntas genéricas: *Uma pergunta do tipo "Como foi sua infância?" Estimula que o entrevistado dê uma resposta genérica, como "boa", "ruim", "muito difícil", "muito feliz", sem contar histórias sobre essa época.*

Perguntas com pressupostos: *Uma pergunta do tipo "O que você acha da situação atual do Brasil?" ou "Quais situações de exclusão que o senhor vivenciou como idoso?" posiciona o entrevistado como "representante de um segmento social", propiciando respostas meramente opinativas.*

Perguntas puramente informativas: *O principal objetivo da entrevista é a articulação que o entrevistado faz de sua própria história. Ele não deve ser encarado como "informante" ou "portador da verdade". Assim, perguntas como "Qual era exatamente o nome da praça?" ou "Em que ano realmente foi esta revolução?" podem desconcertar o entrevistado e interromper sua narrativa. Tais dados, se importantes, devem ser pesquisados pelo grupo antes ou depois da entrevista.*

Perguntas controversas ou com julgamento de valor: *Questões como "Você não acha que a mulher na sua época deveria...?" ou "Por que o senhor não reagiu à ditadura?" atendem muito mais a hipóteses e anseios do entrevistador do que aos objetivos de construção de uma narrativa pessoal do entrevistado.*

2. Exemplo de roteiro

A seguir, exemplo de um roteiro utilizado na entrevista de Lauro Gilberto Pereira, entrevistado em 2004, durante o projeto Memórias do Comércio do Vale do Paraíba, do SESC-SP. Morador da cidade de São José dos Campos, ligado ao ramo de alimentação, Lauro trabalhava, desde os 14 anos, na mercearia que pertenceu a seu pai: a mais antiga do tradicional mercado da cidade.

Como o roteiro é apenas um orientador da entrevistas, outras perguntas surgirão durante o desenrolar da narrativa. Assim, ao falar da infância, o depoente poderá falar mais sobre sua escola, sua família, amigos ou problemas que teve na infância. Em relação ao tema específico da entrevista neste caso, o comércio, podem ser acrescentadas várias outras perguntas sobre embalagens, tipos de controle de estoque, formas de venda e pagamento. Finalmente, o depoente pode ser levado a comentar sua vida atual: atividades de lazer, sobre a família e sobre suas próprias lições de vida. O importante é perceber oportunidades para novas questões sem ficar preso ao roteiro e dar espaço para que o entrevistado construa sua própria narrativa. As melhores perguntas, em geral, são baseadas nas falas do próprio entrevistado.

INTRODUÇÃO

Identificação:

1. Para começar, gostaria que o senhor dissesse seu nome completo, data e local de nascimento.
2. Qual o nome de seu pai e de sua mãe? E de seus avós?
3. O senhor tem irmãos? Quantos?

Família

4. O que o senhor sabe sobre a origem de sua família?
5. O que faziam seus pais?
6. O senhor sabe como eles se conheceram e se casaram?
7. Como o senhor descreveria seu pai? E sua mãe?

Infância

8. E, quando o senhor nasceu, onde a família estava morando?
9. O que o senhor se lembra dessa casa?
10. Poderia descrever um pouco a rua e o bairro que marcou mais a sua infância?
11. Quais eram suas brincadeiras favoritas?
12. E, dentro de casa, como era a rotina?

Escola

13. O senhor estudou? Até qual série?
14. O que o senhor se lembra de sua primeira escola? O senhor poderia descrever o prédio, o pátio, a sala de aula.
15. E os professores? Algum foi mais marcante para o senhor? Por que?

Juventude

16. O senhor passou sua juventude na mesma cidade?
17. Qual era a principal diversão da época?
18. O senhor quer contar da primeira namorada?
19. E sua esposa, como a conheceu?
20. O senhor se lembra como foi o noivado e o dia do casamento?
21. O senhor teve filhos? Quantos?

DESENVOLVIMENTO

Trabalho/comércio

22. Qual foi seu primeiro trabalho?
23. Como o senhor começou no comércio? O que exatamente o senhor fazia?
24. Quais foram as principais dificuldades no início?
25. Como era a loja nessa época? E os clientes?
26. A família participava da rotina da loja? Como era a rotina de funcionamento?
27. E os produtos, da onde vinham? Como eram transportados? E preservados? Como eram pesados e embrulhados?
28. Como a loja atraía os clientes? Havia promoções, brindes?
29. E como eram feitos os pagamentos? Havia o sistema de caderneta?
30. Quais foram as maiores dificuldades?
31. Houve alguma grande crise? O que aconteceu?
32. O que mudou depois disso?
33. O senhor se envolveu com outras atividades? Quais?

FINALIZAÇÃO

Atualidade

34. Muita coisa mudou na atividade do comércio? O senhor poderia dar alguns exemplos?
35. E na cidade? Quais foram as principais mudanças?
36. Como está a família do senhor atualmente? Com quem o senhor mora?
37. O senhor continua trabalhando? E, além do trabalho, o que o senhor gosta de fazer?

Futuro/avaliação

38. Qual é hoje seu maior sonho?
39. Se o senhor pudesse mudar alguma coisa em sua vida, o que seria?
40. O que o senhor achou de contar um pouco da sua história?

3. Os 10 Mandamentos do Entrevistador

Autoria

A entrevista surge da interação entre entrevistado e entrevistador. Cabe ao entrevistador um papel ativo para a produção da história do entrevistado. Ambos são co-responsáveis pelo conteúdo gerado.

Atitude

O corpo, os olhos, os movimentos fazem parte do diálogo e influenciam a construção da narrativa. Seja curioso. Escute. As melhores perguntas são aquelas que surgem da própria história que está sendo contada.

Foco

O entrevistador deve priorizar a narrativa, as histórias. Não deve deixar o entrevistado perder-se em comentários e opiniões genéricas.

Humildade

A referência simbólica do diálogo é baseada no entrevistado. O entrevistador não deve pressupor que o entrevistado possui os mesmos valores e conceitos que ele.

Organização

Todo o material e equipamento necessário para realização da entrevista deve ser ordenado e testado antes da entrevista.

Postura

O papel do entrevistador é estimular e auxiliar o entrevistado na construção da história que ele quer contar e deixar registrada. O entrevistador não é um psicólogo. Não deve procurar subentendidos, não ditos. Porém, não evite a emoção.

Paciência

Não interrompa a linha de raciocínio do entrevistado, mesmo que pareça que ele esteja saindo fora do tema. Apenas interfira quando for realmente necessário, seja para retomar o fio da meada, seja para ajudá-lo a seguir adiante.

Receptividade

O roteiro é apenas um estímulo. Se o entrevistado fizer sua narrativa sem perguntas, deixe-o seguir sem interrompê-lo. É necessário estar totalmente disponível.

Respeito

A entrevista é um momento solene, no qual o entrevistado está eternizando sua história e o entrevistador participa da construção de um documento histórico. Deve ser tratada como inviolável. É importante preparar um ambiente acolhedor, bem como garantir que o entrevistado se sinta tranquilo.

Sabedoria

O entrevistador nunca deve julgar o entrevistado. Exigir atitudes, discutir opiniões ou cobrar verdade e precisão histórica. O objetivo da entrevista é a visão pessoal que o entrevistado tem dos acontecimentos. Os dados obtidos não precisam ser absolutos. Se o entrevistado não se lembra de nomes ou datas, tente ajudá-lo, mas não insista. As perguntas são apenas para suscitar sua vivência pessoal e compreender sua visão de mundo.

4. Gravação da entrevista

Claquete

Antes da entrevista, grave um pequeno cabeçalho informando nome completo do entrevistado, entrevistadores, data e local do encontro. Afinal está sendo constituída uma nova fonte de pesquisa.

Local da gravação

Sempre que possível faça uma vistoria do local da gravação, observando o espaço disponível, o número e voltagem de tomadas, as condições de luz e som do ambiente.

Back-up

Todo registro, seja em áudio ou vídeo, deve ser copiado (em outra fita, em CD ou no computador). Lembre-se que a entrevista é uma fonte inédita e, se perdida ou danificada, não há forma de recuperá-la.

5. Transcrição da entrevista

Integridade

A transcrição é um documento histórico e como tal deve preservar, ao máximo, a fala do entrevistado. Revisões ortográficas serão feitas na edição e de acordo com o uso que se pretende do texto da entrevista realizada.

Oralidade

No texto transcrito, a oralidade da narrativa deve ser valorizada. Manter as onomatopéias, vícios de linguagem, neologismos ou até mesmo as concordâncias verbais inadequadas é uma maneira de preservar o ritmo e jeito de contar do entrevistado, tornando a leitura da história mais interessante.

Grafia das palavras

Em princípio, a grafia das palavras deve ser corrigida desde que não sejam eliminados regionalismos no modo de falar do entrevistado. Vale conferir a grafia dos nomes próprios. Consulte dicionários, guias de cidades, enciclopédias, Internet, bem como o próprio entrevistado.

Pontuação

A pontuação da transcrição deve respeitar o ritmo da fala do entrevistado, mas não pode agredir as regras básicas da língua formal. As pequenas demoras, recorrentes na fala, devem ser ignoradas. Utilize reticências para hesitações efetivas, situações de ironia, para sugerir continuação de assunto ou em outras situações previstas na gramática. Indique quando ocorrer uma pausa longa durante a entrevista da seguinte maneira: (PAUSA).

Trechos inaudíveis

Procure resolver os trechos de difícil compreensão, seja pela qualidade do som ou pela complexidade de determinadas palavras. Quando um determinado trecho for inaudível ou incompreensível, deve ser indicado com um traço do tamanho aproximado do trecho em questão: _____.

Dúvida de compreensão

Quando houver dúvida sobre determinada palavra ou frase, coloque-a entre parênteses juntamente com uma interrogação.

Não arrisque a grafia de nomes próprios. Toda vez que aparecer a mesma palavra use sempre a mesma grafia. No final do texto liste as palavras que provocam dúvidas para facilitar a correção pelos pesquisadores.

Emoção

Quando houver choro, riso ou outra demonstração de emoção durante a entrevista, identifique com observação entre parênteses. Ex: (riso)

Padronização

É importante adotar um padrão para grafia de palavras estrangeiras, números, siglas, entre outros. Há diferentes manuais de redação que podem ser seguidos.

6. Edição da entrevista

Cacoetes de linguagem

Se prestarmos atenção na fala, iremos perceber quantos vícios de linguagem temos (como uso exagerado de tá, né, hein, então, viu). No texto escrito, essas repetições tornam a leitura cansativa. Os excessos devem ser eliminados sem prejudicar a narrativa.

Pontuação

Mesmo que o entrevistado fale por períodos muito longos, sem pausas, no momento da edição, opte por pontuar corretamente a fala do entrevistado. Tome cuidado com o uso de reticências e de vírgulas, que indicam pausas no ritmo da fala.

Inversões

Na fala, muitas vezes não estruturamos a frase de forma direta, pois falamos o que nos ocorre primeiro e só depois completamos. No texto, essa inversão pode confundir o leitor e deve ser reordenada.

Correção gramatical

Na edição deverão ser revistos todos os erros gramaticais, principalmente, os de concordância verbal. No entanto, se entrevistarmos migrantes e quisermos utilizar modos peculiares da fala regional, esse conceito deve ser incorporado.

7. Exemplo transcrição/edição

A seguir exemplos de trechos transcritos e editados do depoimento de Sebastião Rocha, entrevistado pelo Museu da Pessoa, em 2004, durante o projeto Todo Mundo Pode Mudar o Mundo, uma campanha da Ashoka Empreendedores Sociais.

Trecho 1 – transcrito

P – Tião, bom dia. Vou começar a entrevista perguntando seu nome completo, data e local de nascimento.

R – O meu nome é Tião Rocha, o apelido é Sebastião. Eu nasci em Belo Horizonte, Minas Gerais, e tenho 56 anos.

P – Tião, você podia colocar algum momento marcante da sua infância? Você passou a infância em Belo Horizonte?

R – Passei em Belo Horizonte. Bom, eu falo que eu tenho uma coisa que talvez foi marcante pra minha vida, porque eu sou sobrinho de uma rainha, e tenho muito orgulho disso. E quando eu fui pra escola, aos sete anos, pela primeira vez, no primeiro dia de aula a professora nos recebeu na biblioteca, nos sentou no chão, abriu o livro das Mais Belas Histórias e começou a ler: “Era uma vez, num lugar muito distante, havia um rei e uma rainha...” Eu levantei a mão e falei: “Professora, eu tenho uma tia que é uma rainha.” Ela falou assim: “Fica quieto, meu filho. Isto é história da carochinha. Fica quietinho, presta atenção na história.” E continuou com a história dela. Cada vez que ela falava em rainha lá na história eu levantava a mão. Lá pela terceira vez que eu levantei a mão, eu falei que eu tinha uma tia que era rainha, ela ficou brava: “Menino, isso não existe. Isso é de mentirinha. No final da aula eu fui levado pra sala da diretora, e a diretora me passou logo um sabão: “O que é isso, menino? Presta atenção. Quer ir embora desta escola? Quer ser expulso? Quer que chame a sua mãe?” Eu calei a minha boca.

Trecho 1 – editado

Meu nome é Tião Rocha, o apelido é Sebastião. Eu nasci em Belo Horizonte, Minas Gerais, e tenho 56 anos. Eu sou

sobrinho de uma rainha, e tenho muito orgulho disso. Quando eu fui pra escola pela primeira vez, aos sete anos, no primeiro dia de aula, a professora nos recebeu na biblioteca, nos sentou no chão, abriu o livro das Mais Belas Histórias e começou a ler: “Era uma vez, num lugar muito distante, havia um rei e uma rainha...” Eu levantei a mão e falei: “Professora, eu tenho uma tia que é rainha.” Ela falou assim: “Fica quieto, meu filho. Isto é história da carochinha. Fica quietinho, presta atenção na história.” E continuou. Cada vez que ela falava em rainha lá na história, eu levantava a mão. Lá pela terceira vez que eu levantei a mão e falei que eu tinha uma tia que era rainha, ela ficou brava: “Menino, isso não existe.” No final da aula eu fui levado pra sala da diretora, e a diretora logo me passou um sabão: “O que é isso, menino? Quer ir embora desta escola? Quer ser expulso? Quer que chame a sua mãe?” Eu calei a minha boca.

Trecho 2 – transcrito

R – E se eu estou aqui hoje talvez seja por culpa dela, de eu estar perseguindo um pouco dessa minha história. Essa tia foi Rainha Perpétua do Congado. E durante três meses, de agosto a outubro, todos os domingos os ternos de congado, catopés, caboclinhos, marujo iam à casa dela. Ela saía com um manto vermelho, a coroa, o cetro debaixo de uma sombrinha, da umbrela, e saía para os festejos de Nossa Senhora do Rosário. E aquilo me dava muito orgulho de poder furar fila, entrar e chegar perto dela, ir pro colo. Era sobrinho, né, criança. E foi muito marcante pra mim, porque era muito verdadeiro. Nunca foi história da carochinha. Sempre foi muito real. E eu acho que é por causa dela que eu segui a trilha que eu estou seguindo de estar correndo o mundo aí, querendo descobrir um pouco de dinastias e realzas nos meninos, nas crianças que não tiveram possibilidade de mostrar a sua realza nesse país aí.

Trecho 2 – editado

Essa tia foi Rainha Perpétua do Congado. Durante três meses, de agosto a outubro, todos os domingos os ternos de

congado, catopés, caboclinhos, marujo iam à casa dela. Com um manto vermelho, a coroa, o cetro debaixo de uma sombrinha, da umbrela, ela saía para os festejos de Nossa Senhora do Rosário. E aquilo me dava muito orgulho: poder furar fila, entrar e chegar perto dela, ir pro colo. Era sobrinho, né, criança. E foi muito marcante pra mim, porque era muito verdadeiro. Nunca foi história da carochinha. E acho que é por causa dela que eu segui essa trilha de correr o mundo, querendo descobrir um pouco de dinastias e realezas nos meninos, nas crianças que não tiveram possibilidade de mostrar a sua realeza nesse país.

Trecho 3 — transcrito

R – Eu fui trabalhar em Curvelo, Minas Gerais, que é a capital da literatura do Guimarães Rosa, a entrada do sertão, não é? E dali que nós começamos a experiência de aprender a fazer uma escola debaixo do pé de manga.

P – Quer dizer, você começa a botar a idéia em prática ali?

R – Ali.

P – Em Curvelo?

R – Em Curvelo.

P – Você se lembra desse primeiro momento?

R – Lembro.

P – Era pé de manga mesmo?

R – Era. Na realidade tinha de tudo, né? Pé de manga, tinha tudo quanto, muita árvore. Mas tinha muita mangueira, né, na cidade. E eram uns meninos muito soltos. Então eu fui trabalhar ali e levantei essa questão. Como havia interlocução, eu fui pra rádio da cidade, Rádio Clube de Curvelo. Eu falei: "Olha, é o seguinte, vai ter uma reunião das pessoas interessadas pra discutir uma educação sem escola, uma escola de baixo do pé de manga. Os candidatos que compareçam tal dia na secretaria, no departamento de educação". No primeiro dia que foi anunciado, no dia seguinte apareceram 26 pessoas.

Trecho 3 — editado

Fui trabalhar em Curvelo, Minas Gerais, que é a capital

da literatura do Guimarães Rosa, a entrada do sertão. Ali começamos a experiência de aprender a fazer uma escola debaixo do pé de manga. Eram uns meninos muito soltos. Eu fui trabalhar e levantei essa questão. Fui pra rádio da cidade, Rádio Clube de Curvelo, e falei: "Vai ter uma reunião das pessoas interessadas em discutir uma educação sem escola, uma escola de baixo do pé de manga. Os candidatos que compareçam tal dia na secretaria, no departamento de educação". No dia seguinte, apareceram 26 pessoas.

8. Digitalização de imagens

Digitalização

Dependendo da finalidade, a imagem pode ser digitalizada com mais ou menos qualidade:

- 72 DPI para impressão em impressora caseira ou publicação em sites ou envio por e-mail.
- 300 DPI para impressão gráfica (livros, calendários, folhetos).
- 600 DPI para impressão em grandes formatos (faixas, cartazes, painéis).

DPI = Abreviatura de dots per inch (pontos por polegada), que indica a resolução das imagens. Quanto maior o número de pontos, maior será a resolução e maior terá que ser a capacidade de processamento e armazenagem do computador.

Formato

As imagens digitalizadas em 300 ou 600 DPI ficam no formato, não compactado, TIFF (*Tagged Image File Format*). As imagens digitalizadas em 100 DPI são salvas no formato TIFF primeiro e depois de otimizadas e retocadas passam para o formato JPEG (*Joint Photographic Experts Group*).

Armazenagem

Lembre-se que para armazenar uma grande quantidade de fotos, em alta resolução, é necessário um grande espaço em seu computador. Uma imagem em 600 DPI ocupa de 40 a 60 MBytes em disco. Imagens em 300 DPIs ocupam de 20 a 30 MBytes. Para não ocupar espaço em disco do computador, bem como permitir o deslocamento do material, convém armazenar as imagens em CD ou DVD. É seguro preparar mais de uma cópia do mesmo disco.

Processamento de imagem

Para processar imagens em alta resolução, é necessário um computador com grande capacidade de processamento superior a 1Ghz e com memória RAM mínima de 256Mb.

9. Fichas de catalogação

A seguir, exemplos das principais fichas usadas pelo Museu da Pessoa. Dependendo do conteúdo do trabalho pelo projeto, também podem ser elaboradas fichas de objeto, desenho ou ainda de trajetória profissional.

Ficha de cadastro: Organiza dados objetivos sobre o entrevistado, que não necessariamente são respondidos durante a entrevista. MODELO 1

Ficha de depoimento: Organiza informações básicas sobre o depoimento, permitindo que seja acessado com agilidade mesmo quando não transcrito. MODELO 2

Fichas de fotos e documentos: Organiza informações sobre fotos e documentos do entrevistado. Vale destacar que é bastante diferente catalogar imagens de um acervo pessoal do que institucional. As fotos e documentos de uma pessoa também funcionam como estímulo para que novas histórias sejam registradas. MODELOS 3 e 4

MODELO 1 - Ficha de Cadastro



SOBRE O CONTEÚDO

Informações Essenciais	NOME: Sebastião Rocha		SEXO: F () M (X)	
	ENDEREÇO (Rua, Bairro, Cidade, Estado, País):			
	CEP:		TELEFONES:	
	DATA DE NASCIMENTO: 30/08/1948		E-MAIL:	
	LOCAL DE NASCIMENTO (Cidade, Estado, País): Belo Horizonte, MG, Brasil			
Informações complementares	NOME DO PAI: Joaquim José da Rocha		ATIVIDADE: Topógrafo	
	LOCAL DE NASCIMENTO (Cidade, Estado, País): Nova Serrana, MG, Brasil.			
	NOME DA MÃE: Maria Augusta Rocha		ATIVIDADE: Dona de Casa	
	LOCAL DE NASCIMENTO (Cidade, Estado, País): Dores do Indaiá, MG, Brasil.			
	IRMÃOS: SIM (X) NÃO ()		FILHOS: SIM (X) NÃO ()	
	COR/RAÇA: Branco () Preto () Pardo () Amarelo () Indígena ()		RELIGIÃO:	
	ESCOLARIDADE: Superior			
	PROFISSÃO: Antropólogo			
	ATIVIDADE ATUAL: Presidente do Centro Popular de Cultura e Desenvolvimento (CPCD)			
	MIGRANTE: SIM () NÃO (X)		IMIGRANTE: SIM () NÃO ()	
Sobre a coleta	ENTREVISTA GRAVADA EM: ÁUDIO () VÍDEO (X)			
	SUPORTE DA ENTREVISTA: FORMATO: ÁUDIO: VIDEO: CD () MD () MiniDV (X) DVCam ()			
	LOCAL DA ENTREVISTA: Itatiba		DATA DA ENTREVISTA: 14/06/2005	
	ENTREVISTADORES: José Santos e Carolina Misorelli			
DURAÇÃO: 65 minutos				
OBSERVAÇÕES / DIÁRIO DE CAMPO: A entrevista foi realizada numa sala improvisada como estúdio ao lado de uma outra sala onde estava acontecendo uma reunião de fellows da Ashoka. Havia um pouco de ruído vindo da reunião, embora o operador de áudio tenha trabalhado para minimizar o problema. O tempo de entrevista não foi satisfatório. O entrevistado tinha tantas histórias para contar que precisaríamos de pelo menos 50 horas de entrevista com ele.				

MODELO 2- Ficha de Depoimento

Código do depoimento: Ashoka01

Nome do Projeto

Nº do depoente

SOBRE O DEPOIMENTO

SINOPSE DO DEPOIMENTO:

Embora seus professores nunca tenham acreditado nisso, Tião Rocha tinha uma tia que era rainha. A Tia Gordá era Rainha Perpétua do Congado. Um dia, Tião deixou de ser professor, "o que aceita ensinar sem saber", para se tornar educador, "o que aprende para ensinar". Em Curvelo, Minas Gerais, depois de umas conversas debaixo do pé de manga, ele criou o Projeto Sementinha. Tião Rocha é membro da Ashoka desde 1992. Tem uma utopia: a construção de cidades educativas, comunidades de aprendizagem.

PALAVRAS-CHAVE:

Educação
Infância e Adolescência
Escola
Cidadania
Cultura Popular

Modelo de ficha para catalogação de fotografias



Informações Essenciais	POSSUIDOR: Custódia Samos Marcondes	
	PALAVRAS-CHAVE: Comércio Profissões	
Informações complementares	EVENTO: Vendedores da loja Eletroradiobrás.	
	LOCAL (Cidade, Estado, País): São Paulo, SP, Brasil	DATA: 1966
	NOMES DOS PERSONAGENS (da esquerda para a direita): Ao piano, o marido de Dona Custódia, Otávio César Marcondes, com colegas vendedores da loja Eletroradiobrás.	
	HISTÓRICO O marido de Dona Custódia e seus colegas vendedores posaram para esta foto na seção de Instrumentos da loja Eletroradiobrás. Ele aparece ao piano. A loja ficava na Avenida Brigadeiro Luz Antonio, em São Paulo, e foi lá que o casal se conheceu. Na época, o marido de Dona Custódia era vendedor dessa seção. Ele havia estudado vários anos num conservatório de música. "Ele adorava música e conhecia todos os instrumentos. Tocava de tudo. Era muito mais fácil convencer alguém comprar um instrumento musical tocando", conta dona Custódia.	
OBSERVAÇÕES: Dona Custódia não se lembra com certeza, mas esta foto deve ter sido tirado por ocasião da festa de fim-de-ano.		
Sobre a coleta	Resolução: 72 dpi: () 300 dpi: () 600 dpi: (X)	
	DESCRIÇÃO: Colorida: () PB: (X)	
	LOCALIZAÇÃO NO ACERVO: CD_01_IMIGRANTES02_F_02	
	PESQUISADOR: Bárbara Tavernard Thompson	
	DATA: 11/07/2001	

Exemplos de outras palavras-chave: cidades, educação, esporte, guerra, migração, imigração, amor, infância, namoro, casamento, religião, saúde, trabalho, viagens, festa, cotidiano, animais, família, retrato, lazer, juventude, música.

Museu da Pessoa

Modelo de ficha para catalogação de fotografias



Informações Essenciais	POSSUIDOR: Custódia Samos Marcondes	
	PALAVRAS-CHAVE: Comércio Profissões	
Informações complementares	EVENTO: Vendedores da loja Eletroradiobrás.	
	LOCAL (Cidade, Estado, País): São Paulo, SP, Brasil	DATA: 1966
	NOMES DOS PERSONAGENS (da esquerda para a direita): Ao piano, o marido de Dona Custódia, Otávio César Marcondes, com colegas vendedores da loja Eletroradiobrás.	
	HISTÓRICO O marido de Dona Custódia e seus colegas vendedores posaram para esta foto na seção de Instrumentos da loja Eletroradiobrás. Ele aparece ao piano. A loja ficava na Avenida Brigadeiro Luiz Antonio, em São Paulo, e foi lá que o casal se conheceu. Na época, o marido de Dona Custódia era vendedor dessa seção. Ele havia estudado vários anos num conservatório de música. "Ele adorava música e conhecia todos os instrumentos. Tocava de tudo. Era muito mais fácil convencer alguém comprar um instrumento musical tocando", conta dona Custódia.	
OBSERVAÇÕES: Dona Custódia não se lembra com certeza, mas esta foto deve ter sido tirado por ocasião da festa de fim-de-ano.		
Sobre a coleta	Resolução: 72 dpi: () 300 dpi: () 600 dpi: (X)	
	DESCRIÇÃO: Colorida: () PB: (X)	
	LOCALIZAÇÃO NO ACERVO: CD_01_IMIGRANTES02_F_02	
	PESQUISADOR: Bárbara Tavernard Thompson	
	DATA: 11/07/2001	

Exemplos de outras palavras-chave: cidades, educação, esporte, guerra, migração, imigração, amor, infância, namoro, casamento, religião, saúde, trabalho, viagens, festa, cotidiano, animais, família, retrato, lazer, juventude, música.

MODELO DE CESSÃO DE DIREITOS

Autorização de uso de imagem, som de voz, nome e dados biográficos em obras de preservação histórica.

Eu, abaixo assinado e identificado, autorizo o uso de minha imagem, som da minha voz, nome e dados biográficos por mim revelados em depoimento pessoal concedido, além de todo e qualquer material entre fotos e documentos por mim apresentados, para compor *obras diversas de preservação histórica* que venham a ser planejadas, criadas e/ou produzidas pela (nome da instituição), com sede à Rua _____, inscrita no CGC/MF sob o n.º _____ sejam essas destinadas à divulgação ao público em geral e/ou para formação de acervo histórico.

A presente autorização abrange os usos acima indicados tanto em mídia impressa (livros, catálogos, revista, jornal, out-door, entre outros) como também em mídia eletrônica (*video-tapes*, filmes para televisão aberta e/ou fechada, cinema, documentários para cinema ou televisão, programas para rádio, entre outros), Internet, Banco de Dados Informatizado *Multimídia*, CD ROM, CD-I (“compact-disc” interativo), “home video”, DAT (“digital audio tape”), DVD (“digital video disc”), suportes de computação gráfica em geral e/ou divulgação científica de pesquisas e relatórios para arquivamento e *formação de acervo histórico*, sem qualquer ônus à (nome da instituição) ou terceiros por essa expressamente autorizados, que poderão utilizá-los em todo e qualquer projeto e/ou obra de natureza sócio-cultural voltada a *preservação da memória histórica*, em todo território nacional e no exterior.

As obras que utilizarem as imagens, sons, nomes e dados biográficos objetos da presente Autorização, poderão ser disponibilizadas, a exclusivo critério da (nome da instituição), através da licença Creative Commons* Atribuição-Uso-Não-Comercial-Compartilhamento pela mesma licença 2.5 Brasil, ficando certo que o presente documento autoriza essa forma de licenciamento. Por esta ser a expressão da minha vontade declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos a minha imagem ou som de voz, ou a qualquer outro, e assino a presente autorização.

_____, ____ de _____ de _____

Assinatura

Nome: _____
Endereço: _____
Cidade: _____
RG N.º: _____
Telefone para contato: _____
Nome do representante legal (se menor): _____

*Creative Commons:

Creative Commons (www.creativecommons.org.br) é um projeto sem fins lucrativos que possibilita uma maior flexibilidade na utilização de obras protegidas por direitos autorais. Criado em 2001 por uma iniciativa de Lawrence Lessig, professor da Universidade de Stanford, o uso da licença de Creative Commons permite uma utilização mais ampla de conteúdos da Internet, mas sem infringir as leis de proteção à propriedade intelectual. No Brasil, a instituição responsável por adaptar a Creative Commons à realidade do país é a Fundação Getúlio Vargas, através do CTS (Centro de Tecnologia e Sociedade) da Escola de Direito (<http://www.direitorio.fgv.br/cts/>).

Para Saber Mais

São inúmeros os livros sobre História Oral. E é ainda maior o leque de leituras complementares – relacionadas à Neurologia, Lingüística, Educação, Mídias – que ajudam a compreender o tema da memória e das histórias de vida. A seguir, selecionamos alguns livros, sites e filmes que podem ser úteis como ponto de partida.

Bibliografia sobre História Oral

ALBERTI, Verena. *História oral: a experiência do CPDOC*. Rio de Janeiro, CPDOC- FGV, 1989.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo, Companhia das Letras, 1994.

BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo, Editora da UNESP, 1992.

DUNAWAY, David K. & BAUM, Willa K., (orgs.). *Oral History: an interdisciplinary anthology*. Nashville, American Association for State and Local History, Oral History Association, 1984.

FERREIRA, Marieta. *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1998.

FRANCE, Peter & ST. CLAIR, William. *Mapping Lives: the uses of biography*. London, Oxford University Press, 2002.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de História Oral*. São Paulo, Loyola, 1998.

MONTENEGRO, Antonio Torres. *História oral e memória: a cultura popular revisitada*. São Paulo, Contexto, 1992.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva*. São Paulo, CERU, FFLCH-USP, 1983.

SIMPSON, Olga Rodrigues de Moraes. (org.). *Os desafios contemporâneos da história oral*. Campinas, CMU/UNICAMP, 1997.

SLIM, Hugo & THOMPSON, Paul, (orgs). *Listening for a Change; oral testimony and development*. London, Panos Publications, 1993.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992

TONKIN, Elizabeth. *Narrating our pasts: the social construction of oral History*. Cambridge, Cambridge University Press, 1992.

VANSINA, J. *Oral Tradition as History*. Madison, University of Wisconsin Press, 1985. [edição modificada de *Oral Tradition - a study in historical methodology*, publicado em 1965].

Bibliografia sobre temas relacionados

BÂ HAMPÂTÉ, Amadou. *Amkoullé, o menino fula*. São Paulo, Palas Athena-Casa das Áfricas, 2003.

BARTLETT, Frederic Charles. *Remembering: a study in experimental and social psychology*. Cambridge, University Press, 1995.

BERGSON, Henri. *Matéria e memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*. São Paulo, Martins Fontes, 1999.

BITTENCOURT, C. (org.). *O saber histórico na sala de aula*. São Paulo, Editora Contexto, 1997.

CHAFE, Wallace. *The Pear Stories: cognitive, cultural, and Linguistics aspects of narrative production*. New Jersey, Ablex Publishing Corporation, 1980.

BAVA, Silvio Caccia. "Tecnologia social e desenvolvimento local". In DE PAULO, Antonio. (ed). *Tecnologia Social: uma estratégia para o desenvolvimento*. Rio de Janeiro, Fundação Banco do Brasil, 2004.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Tolerância*. São Paulo, Editora UNESP, 2004.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo, Vértice, 1990.

JEUDY, Henri. *Memórias do Social*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1990.

LABOV, William & WALETZKY, Joshua. "Narrative Analysis: oral versions of personal experience". In *Essays on The Verbal and Visual Arts*. Seattle, University of Washington Press, 1967.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas, Editora da Unicamp, 1996.

NORA, Pierre. *Les lieux de mémoire. Vol. 1, La République*. Paris, Gallimard, 1984

ONG, Walter J. *Oralidade e Cultura Escrita*. Campinas. Papirus, 1998.

POLLAK, Michael. *Memória e identidade social*. Estudos Históricos, v. 5, n. 10. Rio de Janeiro, 1992.

SACKS, Oliver. “Prefácio”. In ROSENFELD, Israel. *A Invenção da memória*. Paris, Flammarion, 1994.

SACKS, Oliver. *Um Antropólogo em Marte*. São Paulo, Cia. das Letras, 1995.

VEYNE, Paul. *Como se Escreve a História*. Lisboa, Edições 70, 1983.

VIDIGAL, L. *Os testemunhos orais na escola: História oral e projectos pedagógicos*. Lisboa, Edições Asa, 1996.

WIGGINTON, Eliot. (ed.). *The Foxfire Book*. New York, Doubleday, 1972.

Filmes

A pessoa é para o que nasce. Direção de Roberto Berliner. Brasil, TV Zero, 1998.

Amnésia. Direção de Christopher Nolan. EUA: Newmarket Capital Group / Summit Entertainment, 2001.

Blade Runner, o Caçador de Andróides. Direção de Ridley Scott. EUA, Warner Bros, 1982.

Edifício Master. Direção de Eduardo Coutinho. Brasil, Videofilmes, 2002.

Narradores de Javé. Direção de Eliane Caffé. Brasil, Riofilme, 2003.

O fio da memória. Direção de Eduardo Coutinho. Brasil: Funarj, 1991.

O vingador do futuro. Direção de Paul Verhoeven. EUA: Flashstar, 1990.

Sites

ARCHIVES & MUSEUMS INFORMATICS (www.archimuse.com). Site com textos e artigos sobre patrimônio cultural e atuação dos museus na Internet. Em inglês.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DA FACULDADE GETÚLIO VARGAS — CPDOC-FGV (www.cpdoc.fgv.br/historal). Cerca de 600 entrevistas com personalidades brasileiras.

DIGITAL STORYTELLING (www.storycenter.org). Textos e orientações para produzir histórias digitais. Em inglês.

DOING ORAL HISTORY (www.doingoralhistory.org). Como fazer história oral e experiências de professores. Em inglês.

EDWARDIANS ONLINE (www.qualidata.essex.ac.uk/edwardians). Projeto da Universidade de Essex, desenvolvido por Paul Thompson, que registrou 444 histórias de ingleses. Em inglês.

FAVELA TEM MEMÓRIA (www.favelatemmemoria.com.br). Histórias das favelas cariocas contadas por seus moradores.

LABORATÓRIO DE HISTÓRIA ORAL DA UNIVERSIDADE DE CAMPINAS — UNICAMP — LAHO (www.unicamp.br/suarq/cmu/laho). Informações sobre o trabalho, referências conceituais e roteiro de projeto.

MEMORIA ABIERTA (www.memoriaabierta.org.ar). Entrevistas, fotos e documentos de quem viveu a ditadura Argentina. Em espanhol e inglês.

MEMÓRIAS E HISTÓRIAS (www.memoriasehistorias.com.br). História da família da professora Neuza Guerreiro de Carvalho.

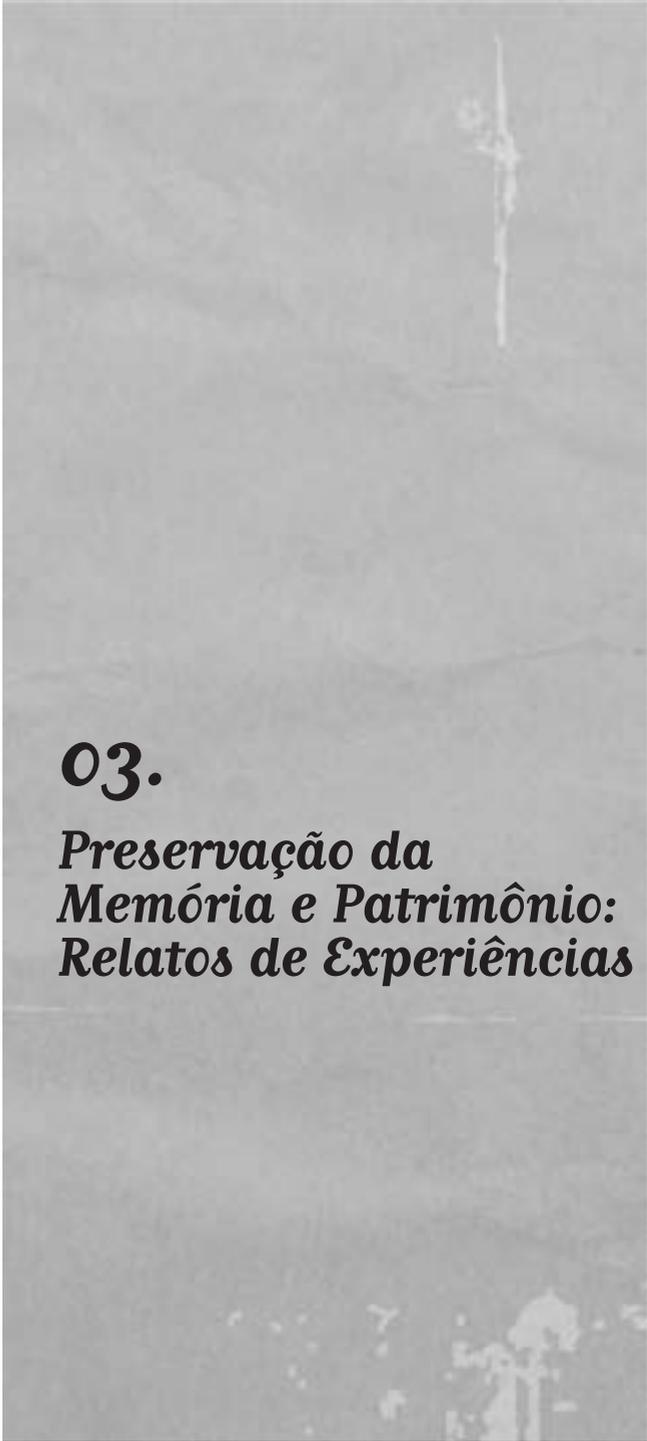
MOUNTAIN VOICES (www.mountainvoices.org). Depoimentos de quem vive em diferentes montanhas do mundo. Em inglês.

MUSEU DA PESSOA.NET (www.museudapessoa.net). Museu virtual de histórias de vida.

NÚCLEO DE ESTUDOS EM HISTÓRIA ORAL DA USP-FFLCH-NEHO (www.fflch.usp.br/dh/neho) Informações sobre os projetos desenvolvidos, além de bibliografia, artigos e links sobre o tema.

OUR MEDIA (www.ourmedia.org) Arquivo digital aberto para armazenamento e publicação de textos, imagens, áudios e vídeos. Em inglês.

VETERANS HISTORY PROJECT (www.loc.gov/folklife/vets) Testemunhos de veteranos de diferentes guerras no mundo. Em inglês.



03.

***Preservação da
Memória e Patrimônio:
Relatos de Experiências***

A construção da memória impulsiona diferentes projetos em todo país. Eles são realizados por escolas, empresas, centros comunitários, universidades, afirmando que a memória diz respeito aos mais variados grupos e instituições. Com diferentes metodologias, buscam fortalecer a identidade local, transmitir saberes, valorizar a comunidade, alavancar o trabalho escolar ou o desenvolvimento institucional, entre outros objetivos. Juntos, compõem uma rede – ainda invisível – de iniciativas que estão tecendo uma memória plural e participativa.

Durante o seminário “Memória, Rede e Mudança Social”, em 2003, foram apresentadas cerca de 45 iniciativas. Uma pequena amostra dessas experiências é registrada aqui em ordem alfabética. Os textos estão baseados em relatos enviados pelas instituições no primeiro semestre de 2005.

Aracruz Celulose

Projeto Memória

Iniciado em 2003, o projeto tem como objetivo principal o trabalho de resgate do passado da empresa, sua preservação e divulgação, de maneira a transformar sua história, a de seus empregados e a da região onde atua em ferramenta de conhecimento e comunicação, visando à valorização de sua identidade e história, tanto para o público interno, quanto externo.

Concebido em fases, o projeto inclui diferentes ações: 1) Pesquisa histórica para ampliação do conteúdo e aprofundamento da Linha do tempo; 2) Resgate documental referente à existência da empresa; 3) Seleção iconográfica; 4) Coleta de depoimentos com testemunhal de empregados atuais, ex-empregados, parceiros e sociedade em geral sobre a região, a empresa e sua própria história de vida; 5) Coleta e guarda de prêmios recebidos pela empresa; 6) Programa expositivo, através de uma exposição do Projeto Memória; 7) Criação de site sobre o Projeto Memória; 8) Livro sobre a região do entorno da empresa e de sua trajetória histórica; 9) Criação do espaço Memória da Aracruz Celulose.

Aracruz Celulose
Projeto Memória

Barra do Riacho s/n

CEP 29197-900

Aracruz – ES

Tel. (27) 3270-2401

(www.aracruz.com.br)

Biblioteca Infanto–Juvenil Álvaro Guerra *Estação Memória*

A Estação Memória, espaço cultural intergeracional aberto ao público em 1997, é resultante de projeto de pesquisa criado e coordenado pelo Prof. Dr. Edmir Perrotti, da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP), e desenvolvido em parceria com o Departamento de Bibliotecas Infanto-Juvenis, da Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo. Aberta ao público, a Estação funciona na Biblioteca Infanto-Juvenil Álvaro Guerra, no bairro de Pinheiros, na capital paulista.

Seu principal objetivo é atuar na educação das novas gerações por meio do contato com os idosos. Assim, as ações da Estação têm em vista possibilitar o acesso aos relatos dos idosos e a formação de atitudes de interesse em relação à experiência dos velhos. São coletados, registrados, tratados e disseminados relatos de experiência de idosos por meio de processos e procedimentos diversificados, tanto presenciais quanto virtuais. Semanalmente são realizadas duas atividades: a Roda de Histórias e a Oficina de Memória. Mensalmente, acontece um Sarau Poético e um Programa de Atualização Multidisciplinar para idosos.

No total a Estação já formou um acervo de 300 horas de gravação com registros da vida de antigos moradores do bairro de Pinheiros e outras regiões de São Paulo, participantes das Rodas de Histórias e Oficinas de Memória. Os materiais estão disponíveis para consulta e empréstimo. As exposições são abertas ao público e os textos elaborados pelos grupos (livros, folhetos, boletins) podem ser consultados no local.

**Biblioteca Infanto-Juvenil
Álvaro Guerra**
Estação Memória

*Av. Pedroso de Moraes, 1.919
Pinheiros
CEP 05419-001
São Paulo — SP
Tel. (11) 3031-7784
estacaomemoria@
prefeitura.sp.gov.br*

Centro de Referência em Educação Mário Covas *Memorial da Educação Paulista*

Ligado à Secretaria de Estado da Educação de São Paulo, o Centro de Referência em Educação Mário Covas (CRE) tem como objetivo preservar a documentação histórica das escolas públicas paulistas e torná-la disponível para pesquisa, além de sensibilizar a comunidade escolar para a importância dessa preservação, fundamental para o conhecimento das raízes históricas e a formação da identidade.

Entre outras atividades, foi realizada a montagem da exposição “A escola pública e o saber: trajetória de uma relação”, instalada no espaço físico do CRE, em São Paulo (SP) e apresentada virtualmente no site (www.crmariocovas.sp.gov.br), que destaca, sobretudo, aspectos significativos da história da educação paulista. No site também foram publicadas histórias das escolas estaduais paulistas, começando pelas mais antigas.

Em paralelo foi iniciado o projeto de um museu virtual, com a organização e catalogação do acervo histórico de cinco escolas importantes do ponto de vista histórico. Como primeira etapa desse trabalho, está sendo feita a higienização, a classificação e o acondicionamento do acervo histórico documental da Escola Estadual Caetano de Campos, que tem sido objeto de investigação de pesquisadores de várias universidades.

Também foi previsto o desenvolvimento do Projeto Nossa Escola tem História, estimulando e orientando escolas públicas paulistas em geral a inventariar e preservar seus patrimônios históricos, bem como a registrar depoimentos de pessoas cujas trajetórias de vida estejam ligadas à escola. Nesse sentido já foi elaborado um manual para tratamento de arquivo escolar. Um dos objetivos é a implantação de um Banco de Dados de acervos históricos das escolas públicas paulistas.

**Centro de Referência em
Educação Mário Covas**
*Memorial da Educação
Paulista*

Av. Rio Branco, 1.260

Campos Elíseos

CEP 01206-001

São Paulo — SP

Tel. (11) 3334-0100

(www.crmariocovas.sp.gov.br)

Centro Pró-Memória Hans Nobiling Esporte Clube Pinheiros

Museu Oral

Criado em 1991, o Centro Pró-Memória Hans Nobiling preserva a história do Esporte Clube Pinheiros (São Paulo/SP) que tem 106 anos. Desde o início foram coletados depoimentos de associados, ex-atletas, esportistas, administradores e visitantes, constituindo o Museu Oral, que hoje possui cerca de 450 entrevistas. As entrevistas são realizadas pela Comissão Pró-Memória, composta por veteranos que estão ligados ao Centro.

Além do Museu Oral, o Centro possui acervo iconográfico com cerca de quinze mil fotos conservadas em área climatizada, sala de exposições, sala de vídeo, acervo de documentação textual, pequena biblioteca e cerca de quatro mil objetos referentes à história do Clube. O banco de dados está disponível para consulta pela Internet (tem 60% do acervo já incluído). Em 2005 foi iniciado o processo de digitalização dos vídeos e fitas cassetes.

**Centro Pró-Memória
Hans Nobiling
Esporte Clube Pinheiros**

Museu Oral

R. Angelina Maffei Vita, 493

Jardim Europa

CEP 01455-070

São Paulo-SP

Tel. (11) 3817-9715

*([www.pinheiros.org.br/
conheca_promemoria.asp](http://www.pinheiros.org.br/conheca_promemoria.asp))*

rovai@ecp.org.br

Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré *Rede Memória da Maré*

O Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (CEASM) é uma organização não-governamental criada em 1997 a partir da iniciativa de alguns moradores e ex-moradores das 16 comunidades que compõem o bairro da Maré, no Rio de Janeiro .

São quatro principais projetos desenvolvidos pela Rede Memória. O primeiro é o Arquivo Dona Orosina Vieira, inaugurado em 2002. Com o objetivo de preservar e divulgar a história do Rio de Janeiro da perspectiva do bairro, ele garante aos moradores o acesso a informações importantes sobre sua história. O acervo conta com fotos sobre o bairro, seu entorno e seus moradores desde o início do século XX. Parte das imagens já está digitalizada e algumas podem ser consultadas no site do CEASM. Também fazem parte do Arquivo uma hemeroteca, fitas de áudio, fitas de vídeo e documentos de antigos moradores. Além do acervo físico, há o Projeto de História Oral que busca preservar a história das comunidades locais através do registro dos depoimentos dos moradores mais antigos.

Todo esse conteúdo é divulgado pela exposição itinerante “Memórias da Maré”. Apresentada em escolas da rede pública da Maré, ela é acompanhada por oficinas de jogos pedagógicos desenvolvidos artesanalmente pela equipe do projeto. Também são organizadas exposições em espaços públicos de outros bairros da cidade.

Em paralelo, as histórias do acervo são divulgadas por meio do Grupo Maré de Histórias – Contadores de Histórias da Maré. Formado por moradores, ele revela o cotidiano e o imaginário local a partir do aspecto lúdico da história. Lendas e causos narrados pelos mais velhos, como “O Ensopado de Cobra”, “O Porco com Cara de Gente”, “O Casamento na Palafita” e “A Figueira Mal Assombrada”, fazem parte do repertório, que também é apresentado em escolas e espaços públicos do bairro e da cidade.

**Centro de Estudos e Ações
Solidárias da Maré**
Rede Memória da Maré

*Praça dos Caetés, 07
Morro do Timbau Maré
CEP 21042-050
Rio de Janeiro — RJ
Tel. (21) 2561-4604
3868-6748
(www.ceasm.org.br)
contato@ceasm.org.br*

Colégio Loyola

Espaço Loyola Casa de Memória e Cultura

Colégio Loyola

*Espaço Loyola Casa de
Memória e Cultura*

R. Gonçalves Dias, 1.218

Funcionários

CEP 30140-091

Belo Horizonte – MG

Tel. (31) 3271-1588

(www.loyola.g12.br)

casamemoria@loyola.g12.br

A proposta da Casa de Memória e Cultura começou em 2001, quando o Colégio Loyola restaurou a edificação onde foi a primeira sede da instituição em Belo Horizonte (MG). Surgiu então a concepção de transformar a casa restaurada num espaço de arte, memória e cultura. Há salas destinadas a eventos, como exposições de curta duração, apresentações de música de câmara, lançamento de livros, palestras e seminários, além de salas com exposições de longa duração sobre a história de Belo Horizonte, a memória oral dos habitantes e o resgate da história dos jesuítas na cidade. Idealizou-se também um projeto de arte, cultura e valorização humana com oficinas de arte para jovens, além de um café e uma livraria abertos ao público.

No total, são três salas dedicadas à memória local. A primeira é consagrada à memória dos jesuítas. Nela está exposto o acervo histórico do Colégio Loyola, que está em fase de inventário. O acervo fotográfico da Casa reúne 25 mil fotos do colégio, tiradas entre 1943 a 2004. Também foram recolhidos objetos, que estão sendo fotografados para que se possa proceder à sua descrição e levantamento histórico. Bastante extenso e completo, o acervo documental já foi diagnosticado e será em breve digitalizado.

A segunda sala é dedicada à história de Belo Horizonte. Ali são montadas exposições por meio de um convênio com o Museu Histórico Abílio Barreto.

A terceira sala é a dos projetos em parceria com o Museu da Pessoa. Ali estão registrados os depoimentos dos personagens anônimos que constroem a história da cidade.

Fazenda Capoava

Espaço Cultural da Fazenda Capoava

A concepção e execução do Espaço Cultural da Fazenda Capoava teve início em 2001, quando a propriedade foi adquirida para instalação de um hotel fazenda. Um dos prédios, uma tulha de café, foi restaurado para guardar um museu e um centro de memória sobre a história da fazenda e da região. O objetivo principal é oferecer ao público o conhecimento da história da fazenda e das pessoas que ali viveram. A fazenda e o espaço são abertos à visitação pública.

As peças do acervo foram coletadas, compradas e dispostas de acordo com um projeto museológico elaborado por uma equipe do Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE). Em seguida foram realizadas entrevistas com pessoas da região, dando origem a um acervo de fotografias e história oral.

O Espaço dispõe de objetos de uso doméstico e cotidiano em fazendas de café do final do século XIX, maquinário de beneficiamento do início do século XX, fotografias da fazenda, da região e de seus moradores a partir da década de 1920 e entrevistas com moradores e proprietários da região. Uma pequena parte desse conteúdo pode ser consultado no site da instituição.

Fazenda Capoava
Espaço Cultural da
Fazenda Capoava

Rod. Marechal Rondon, Km 90
Bairro Pedregulho - Itu - SP

Tel. (11) 4027-4030

(www.fazendacapoava.com.br)

Fundação Bunge *Centro de Memória Bunge*

Fundação Bunge
Centro de Memória Bunge
Av. Maria Coelho Aguiar, 215
Bloco F – Piso Térreo
Jd. São Luís
CEP. 05804-900
São Paulo – SP
Tel. (11) 3741-3183
(www.fundacaobunge.org.br)

O Centro de Memória Bunge (CMB) foi criado em 1994, quando, após um processo de alinhamento das empresas Bunge, a Fundação percebeu que importantes documentos históricos poderiam se perder. O CMB surgiu, então, com o objetivo de resgatar, tratar, preservar e disponibilizar ao público interno e externo o patrimônio histórico das empresas Bunge no Brasil. Em 2003, consolidou três principais áreas de atuação.

A Área de Gerenciamento da Informação responde pelo processamento técnico das informações, incluindo resgate, tratamento, preservação e disponibilização.

A Área de Difusão Cultural e Ação Educativa realiza as seguintes atividades: 1) Jornadas culturais: palestras e oficinas gratuitas, ministradas por renomados profissionais das áreas de História e Arquivística; 2) Exposições: a cada semestre o CMB apresenta uma nova exposição temática, aberta ao público, no seu hall de exposições; 3) Visitas de estudantes de escolas públicas: sensibilização de alunos do ensino fundamental para a importância da memória e da preservação.

A Área de Atendimento à Pesquisa garante o acesso público e gratuito ao acervo. Entre outros visitantes, recebe jornalistas, estudantes, professores e funcionários da Bunge. O acervo é constituído por mais de mais de 600 mil imagens (positivos em papel, diapositivos de vidro, gravuras, pinturas e mapas), textos (aproximadamente 130 mil metros lineares de documentos que remontam à data de 1887), mais de três mil peças áudio-visuais (VHS, U-matic, Super-8, fitas-cassetes, Cds e DVDs) e mais de 1.200 peças museológicas. Para facilitar a consulta ao acervo foi lançado, em 2004, o Guia Eletrônico do Centro de Memória Bunge, uma ferramenta de consulta que pode ser acessada pelo site da Fundação Bunge.

Fundação Fé e Alegria do Brasil

Memória da Comunidade

A Fundação Fé e Alegria mantém o projeto Bibliotecas Comunitárias com o objetivo de fortalecer a participação dos jovens, promovendo o acesso à informação, à cultura e à produção de conhecimento em sua comunidade. Nesse contexto, surgiu o Projeto Periferia, o palco... jovens os atores! - Memória da Comunidade.

São formados mediadores de leitura e cultura para constituir as memórias das comunidades na concepção de biblioteca interativa. São realizados encontros mensais de formação, com a participação de 25 a 40 jovens em cada encontro. No total, em um ano, são beneficiados diretamente 120 jovens e doze lideranças locais.

Durante o processo de formação, abordou-se conteúdos como organização e manutenção de acervo sobre memória da comunidade, realização e indexação de entrevistas, coleta e organização de dados e informações, audição e transcrição das entrevistas para seleção de trechos significativos e organização de materiais fotográficos. Também foram realizadas visitas culturais com o objetivo de conhecer outras propostas e experiências com memória.

Cada uma das dez bibliotecas participantes do projeto constituiu um acervo físico contendo fitas k-7 com entrevistas gravadas com a história da comunidade; acervo fotográfico com fotos antigas e atuais dos bairros onde se localizam as bibliotecas; transcrições das entrevistas gravadas; painéis com textos, fotos e imagens ilustrando as memórias coletadas. Algumas bibliotecas também produziram, a partir do acervo coletado, livros, apostilas, peça de teatro e eventos.

A realização deste projeto construiu e reforçou uma ligação especial entre os jovens participantes do Projeto Bibliotecas Comunitárias. O projeto ampliou a visão e o sentido de participação comunitária. A troca entre as dez comunidades participantes foi enriquecedora para todos. Os jovens também constataram melhorias nas comunidades no decorrer dos anos e passaram a valorizar o espaço em que vivem.

Fundação Fé e Alegria
Memória da Comunidade
R. Mairinque, 231
CEP: 04037-020
São Paulo – SP
Tel. (11) 5549-8216
(<http://www.feyalegria.org>)
fjasp@uol.com.br

Fundação Municipal de Cultura de Belo Horizonte *Projeto Afromineiridades*

Fundação Municipal de
Cultura de Belo Horizonte
Projeto Afromineiridades

Rua Sapucaí, 571
Bairro Floresta
CEP 30150-050
Belo Horizonte – MG
Tel: (31) 3277-6320
(www.pbh.gov.br/cultura)

O projeto faz parte do Programa de Pesquisa e Estudos de Manifestações Culturais e Grupos de Tradição, da Fundação Municipal de Cultura, em Belo Horizonte (MG), que busca contribuir para que saberes e fazeres tradicionais das comunidades sejam manifestados e transmitidos como referências de identidade sócio-cultural.

Iniciado em 1995, o projeto tem como principais objetivos: 1) Levantar informações e produzir conhecimento para subsidiar a elaboração de uma política de valorização do patrimônio cultural afro-brasileiro em nível municipal, bem como promover a difusão desse conhecimento; 2) Inventariar as celebrações, saberes, formas de expressão e lugares comuns ao candomblé no município de Belo Horizonte; 3) Produzir, organizar e disponibilizar ao público documentação que contemple a difusão das tradições de matriz africana.

A metodologia adotada para a pesquisa foi a da história oral, entendida como alternativa à história oficial predominante no município, ampliando o conceito de personagem histórico junto aos cidadãos comuns.

O projeto organizou um banco de dados – ainda não disponível para o público – com 206 casas de culto de matriz africana registradas, entre elas: candomblé, umbanda, samba de roda, capoeira angola e reinado. Além de um dossiê sobre essas manifestações, foram produzidos dois vídeo-documentários: “Ajé Awó”, sobre o candomblé de tradição yorubá, e “Wá Mò: Nosso Saber”, sobre os conhecimentos tradicionais afro-brasileiros, como capoeira angola, confecção de instrumentos de percussão, leitura rítmica, confecção de bonecas tradicionais, culinária afro, dança afro e confecção de forro de taquara. Há ainda oito CD-ROMs relativos a cada um desses saberes, contendo fotos, vídeos e depoimentos dos mestres e aprendizes.

Fundação Telefônica *Núcleo Memória Telefônica*

Com o objetivo de preservar a história das telecomunicações no Brasil e no mundo, a Fundação Telefônica criou o Núcleo Memória Telefônica. Implantada em 1999, a Fundação Telefônica realiza o investimento social do Grupo Telefônica no Brasil, seguindo a política mundial da corporação.

Tendo como base um extenso acervo museológico constituído desde 1916 por companhias de telefonia que atuaram e atuam no Estado de São Paulo, o Núcleo reúne diversas coleções de objetos históricos (como aparelhos e centrais telefônicas, instrumentos e ferramentas de manutenção, mobiliário de escritório), documentos gráficos (como listas telefônicas) e iconográficos (fotografias, negativos, plantas arquitetônicas e técnicas). Há também cerca de 100 mil imagens, sendo que pelo menos seis mil delas estão digitalizadas. O acervo tridimensional, com cerca de três mil peças, está todo informatizado.

Além dos trabalhos de preservação e conservação, o Núcleo realiza projetos e “produtos” que disponibilizam esse acervo para fins educacionais. Diferentes estratégias são usadas para apresentar ao público infanto-juvenil um pouco da história das telecomunicações e dos princípios físicos da telefonia. Nesse sentido, elaboram-se exposições temporárias e itinerantes, oficinas de princípios da telefonia para professores de ciências, kits de empréstimo para feiras de ciências, publicações em papel e eletrônicas e o atendimento a pesquisadores de todos os níveis.

Buscando um formato atrativo e lúdico, foi lançado no final de 2003 o site (www.museudotelefone.org.br) pensado especialmente para o público infanto-juvenil. Entre outras seções, o site apresenta uma exposição virtual com fotos de aparelhos telefônicos, uma linha do tempo da evolução das comunicações, biografias de personagens marcantes, uma seleção de imagens históricas da telefonia e também um “Faça Você Mesmo” que apresenta experimentos lúdicos para serem construídos pelas crianças e jovens.

Fundação Telefônica *Núcleo Memória Telefônica*

R. Benjamin Constant, 174
5º, Centro
CEP 01005-000
São Paulo – SP
Tel. (11) 3105-4481
(www.museudotelefone.org.br)
historia@telefonica.org.br

Grupo Votorantim *Projeto Memória Votorantim*

Ao completar 85 anos em 2003, a Votorantim deu início ao resgate de sua história com o Projeto Memória Votorantim que visa fortalecer o vínculo de cada funcionário com a empresa e valorizar seu papel como agente na construção da Votorantim, mostrando sua participação no desenvolvimento econômico, político e social do Brasil.

O projeto compõe-se de diferentes frentes de ação, que contam com a participação das consultorias Museu da Pessoa e Olhar Cidadão.

A primeira delas é a História Oral, com a formação de um banco de depoimentos com quase 300 gravações (cerca de 200 horas) em áudio e vídeo com histórias de vida e entrevistas temáticas com funcionários, aposentados e colaboradores de todas as unidades do grupo. Em paralelo, destaca-se o Acervo Documental e Tridimensional, com documentos em variados suportes produzidos e/ou acumulados pela Votorantim, incluindo documentos textuais (manuscritos, datilografados e impressos), audiovisuais (filmes, microfilmes, fitas de vídeo, discos, CDs, cd-rom, fitas magnéticas), iconográficos (fotografias, mapas, gravuras, desenhos, cartazes, cartazetes) e objetos (equipamentos de produção, uniformes, medalhas, condecorações, máquinas de escrever, máquinas de somar, relógios).

O projeto também responde por um Banco de Referências sobre acervos que permanecem sob guarda de outras instituições.

Visando a difusão desse conteúdo, já foram produzidos dois livros – “Votorantim, 85 anos”, sobre a história do Grupo, e “Votorantim para mim”, resultado de campanha de histórias entre funcionários e seus familiares.

O Projeto Memória Votorantim e o Portal Memória Votorantim estão instalados no Edifício José Ermírio de Moraes no centro histórico de São Paulo (SP).

Grupo Votorantim
Projeto Memória Votorantim
Praça Ramos de Azevedo, 254, 1º
CEP 01037-912
São Paulo – SP
Tel.: (11) 3225-3297
memoriavotorantim@vpar.com.br
(<http://www.memoriavotorantim.com.br>)

Instituto Algar de Responsabilidade Social *Projeto Histórias da Nossa Terra*

Realizado pelo Instituto Algar de Responsabilidade Social, com o apoio da CTBC, o projeto consiste em um trabalho de resgate da história dos municípios onde estão instaladas empresas do grupo. Iniciado em 2001 o projeto já foi realizado em Ituiutaba, Uberaba, Uberlândia e Franca (SP). Até então, cerca de 2.200 crianças, 1.300 professores e educadores nas 40 escolas públicas participaram da iniciativa. Em 2005, Belo Horizonte e Ribeirão Preto também foram atingidas. Para desenvolver o projeto, o Instituto Algar contratou a consultoria do Museu da Pessoa e do Instituto Avisa Lá, parceiros em projetos de memória e educação.

Em cada cidade, oficinas sobre conceitos básicos de memória e sobre a metodologia da História Oral são realizadas com os professores, para que estes aprendam a técnica e sua aplicabilidade em cada disciplina. Junto com os alunos, são definidos temas de pesquisa e personagens a serem entrevistados – familiares, amigos, moradores anônimos e figuras conhecidas na cidade. As crianças produzem então textos e desenhos com as histórias contadas. Parte do conteúdo é digitalizado e inserido em banco de dados pelos próprios professores e publicado no site do projeto (www.museudapessoa.net/ctbc). Também é realizada uma exposição aberta ao público em cada uma das cidades.

Nas escolas onde o projeto já aconteceu, os professores afirmam que seus alunos tiveram melhora significativa em suas notas, além de um aprimoramento rápido na escrita, leitura e interpretação de texto. Elogiam a interdisciplinaridade que ele propicia, permitindo que o aluno vivencie as teorias, que eram dadas em separado, e compreenda melhor o sentido das coisas. Também foi notado que as crianças demonstram vontade de fazer algo para melhorar seu bairro e sua cidade. Os idosos entrevistados, por sua vez, revelam-se extremamente emocionados, sentindo-se valorizados pela sociedade.

Instituto Algar
Projeto Histórias da Nossa Terra

Rua Machado de Assis, 333,
Centro
CEP 38400-112
Uberlândia — MG
Tel: (34) 3218-3027
(www.institutoalgar.org.br)
contato@institutoalgar.org.br

Instituto Avisa Lá e Museu da Pessoa *Programa Memória Local*

O programa é uma parceria entre os Institutos Avisa Lá e Museu da Pessoa.Net, que se uniram para oferecer formação continuada a professores de Ensino Fundamental das redes públicas, para o desenvolvimento de projetos didáticos de memória oral, de práticas inovadoras do ensino de leitura e escrita e inclusão digital.

O programa já foi realizado em oito cidades de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo e contou com o apoio do Instituto Algar de Responsabilidade Social, (página 259), do Instituto Pão de Açúcar e das Secretarias de Educação dos diferentes Municípios e Estados, de escolas, professores, alunos e comunidades.

Desde 2001, de dez a dezesseis escolas públicas são envolvidas. As etapas principais de trabalho são: 1) leitura, pelo professor, de livros que tratam de memória e textos sobre o tema escolhido pela escola; 2) leitura, pelo aluno, de textos do baú da memória e textos informativos; 3) escrita, por parte dos alunos, de textos coletivos e textos individuais; 4) entrevista realizada pela equipe escolar envolvida, que define temas representativos da história da cidade. A partir desses temas são selecionadas pessoas que posteriormente são entrevistadas, na escola, pelos alunos e professores; 5) cada aluno faz desenhos sobre o tema, sobre o entrevistado e sobre as passagens da história relatada pelo entrevistado; 6) uma equipe realiza uma exposição em local de grande circulação de moradores; 7) professores e alunos fazem a inserção de parte do acervo produzido (desenhos, relatos e fotografias) usando ferramentas do Portal Museu da Pessoa.Net, onde é publicado o conteúdo, em uma coleção específica que pode ser visitada por todos; 8) as escolas definem outros tipos de produto: livros, folders, calendário etc.

O programa apresenta ainda outra modalidade: formação de multiplicadores capacitando profissionais das secretarias municipais de educação, equipes técnicas, coordenadores e professores que participaram da edição anterior. Uma vez qualificados, esses profissionais reeditam o projeto em outras escolas da rede.

**Instituto Avisa Lá e
Museu da Pessoa**
Programa Memória Local

Rua Harmonia, 1040
Sumarezinho
CEP 05435-001
São Paulo - SP
Tel. (11) 3032-5411
3812-4389
(www.avisala.org.br)

Musée de la Personne de Montreal

O Museu da Pessoa de Montreal nasceu no Centre d'histoire de Montreal. Um dos focos de sua atuação é promover a herança da diversidade cultural da cidade através do patrimônio intangível.

O primeiro contato do Centre d'histoire com o Museu da Pessoa de São Paulo deu-se em 2000 e consolidou-se três anos depois com a formação de uma pequena equipe. A primeira atividade aconteceu durante a exposição “Encontros. A comunidade portuguesa. Vizinhos há 50 anos”, em homenagem ao aniversário de 50 anos da chegada dos portugueses a Montreal. Nessa oportunidade foram coletadas mais de 70 entrevistas em 100 horas de áudio, além de objetos e fotos pessoais. O evento foi chamado de “Clínica da Memória”. Uma clínica similar foi organizada no ano seguinte com uma comunidade haitiana para comemorar a celebração de 200 anos da independência nacional.

O Musée de la Personne foi formalmente criado como uma organização sem fins lucrativos, em 2004, integrando-se à rede de Museus da Pessoa, que conta também com um núcleo em Bloomington, nos EUA, e outro em Braga, Portugal.

No seu trabalho, utiliza principalmente o conceito da Clínica de Memória. A proposta tem como ponto-chave a formação de voluntários na comunidade para coletar depoimentos.

Além das comunidades portuguesa e haitiana, já foram realizadas Clínicas de Memória com presidiários e ex-presidiários que trabalham com arte e moradores de um conjunto habitacional onde vivem ex-combatentes da Segunda Guerra Mundial. No total, o Musée de la Personne já formou um acervo com 700 fotos digitais de objetos pessoais e 175 entrevistas gravadas em áudio e vídeo.

Musée de la Personne de Montreal

410 Rue Saint-Nicolas,
Vieux Montréal
Québec, Canada
Tel. 1-514-872-3284
museedelapersonne@videotron.ca

Museu da Pessoa – Portugal

**Departamento de
Informática Universidade
do Minho**
*Núcleo Português do Museu
da Pessoa*

*Laboratório 1.05
Campus de Gualtar,
4710 057— Braga — Portugal
Tel. 253 60 44 57
(www.museu-da-pessoa.net)
jorge@museu-da-pessoa.net*

Inspirado na experiência brasileira, o Núcleo Português do Museu da Pessoa nasceu em 1999 na cidade de Braga, ligado ao Departamento de Informática, da Universidade do Minho. Foi o primeiro participante da Rede de Núcleos do Museu da Pessoa, que já se estendeu para Bloomington (Indiana, EUA) e Montreal (Canadá).

Motivado pela compreensão de que as narrativas constituem excelente fonte de informação, o Núcleo Português logo percebeu que, para que essas narrativas se transformem em informação e, depois de apreendidas, em sabedoria, é preciso catalogar e estruturar o acervo de histórias de forma a potencializar sua exploração pelo leitor, seja ele um curioso ou um estudioso. Era necessário desenvolver ferramentas para organizar as histórias, identificar nomes de pessoas, contexto histórico, datas importantes etc. Só deste modo as pessoas poderiam tirar proveito do acervo, sem que se transformasse num mero repositório de histórias interessantes, mas inacessíveis.

Além de desenvolver ferramentas técnicas, o Núcleo lançou-se a realizar projetos de memória com equipes multidisciplinares. Em cinco anos desenvolveu seis projetos, captando 150 entrevistas de histórias de vida, elaborando produtos, como museus virtuais, além de promover ações de formação com alunos da Universidade do Minho e professores da rede pública da região. Quase todo o acervo coletado está no formato digital, e parte dele acha-se disponível no site do Núcleo.

Museum of the Person — Indiana, EUA

O Museu da Pessoa de Indiana, nos Estados Unidos, surgiu em 2000, após o primeiro contato com o Museu da Pessoa de São Paulo. Um pequeno grupo de voluntários, sem recursos, conseguiu organizar e conduzir uma série de projetos de memória local. Em 2005, esse grupo foi reorganizado e expandido. Como os outros núcleos do Museu da Pessoa, Indiana compartilha a crença de que a troca de histórias de vida constrói e une as comunidades.

Ele desenvolve e divulga projetos que promovam o entendimento do lugar e do processo histórico e que revelem a importância das histórias de vida de pessoas anônimas. Seu trabalho é focado em crianças, idosos e pessoas com deficiência mental. De qualquer maneira, é garantido um espaço de participação para o público através do site do Museu, no qual todos os cidadãos podem compor e enviar suas histórias e fotos. Os projetos de memória também são usados como ponto de partida para debate público sobre as necessidades da comunidade e suas propostas de mudança.

Seu acervo conta com arquivos sobre a história e o papel do centro da cidade de Bloomington, o parque Third Street, os bairros Near West Side e Crestmond e a comunidade de pessoas com deficiência mental. No total, já foram registrados cerca de cinquenta depoimentos, em parte disponíveis no site do Museu.

Center on Aging and Community

Museum of the Person

5598 East State Road 45

Bloomington, IN. USA

ZIP 47408

Tel: (812) 855-2163

([www.bloomington.in.us/
~mop-i/](http://www.bloomington.in.us/~mop-i/))

staffor@indiana.edu

Núcleo de Cultura e Educação Indígena da ALB *Memória Oral, Pesquisa Documental e Educação com o Povo Kaingang*

Núcleo de Cultura e Educação Indígena da ALB

Rua Dr. Gabriel Porto, 46
Cidade Universitária II
CEP 13083-210
Campinas — SP
Tel. (19) 3287-0438
(www.portalkaingang.org)

O trabalho de pesquisa, registro e divulgação da memória do povo kaingang teve início no final da década de 70 pela atuação do indigenista Wilmar da Rocha D'Angelis e sua esposa Juracilda Veiga, em apoio às lutas e iniciativas das comunidades indígenas em defesa de seu patrimônio material e cultural. Na década de 90, o trabalho foi fortalecido com a criação do Núcleo de Cultura e Educação Indígena na ALB (Associação de Leitura do Brasil) e a organização de cursos e programas de formação de professores kaingang.

No primeiro momento os registros foram realizados pela equipe do Núcleo, gerando um acervo de mais de 100 horas de entrevistas gravadas com indígenas kaingang dos estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, além do registro de cerimônias e rituais. Esse conteúdo originou diferentes publicações e vídeos, como “Toldo Umbu / Toldo Imbu”, “A festa do Kikikoi”, “A purificação da viúva”, “A festa do Kuiâ” e “A fabricação do pixé”.

Com o início dos programas de formação, os próprios professores tornaram-se pesquisadores e redatores da memória de seu povo. Eles têm sido incentivados a pesquisar a história da comunidade, produzindo documentos em língua indígena. No total já realizaram doze entrevistas sobre história do seu povo no Rio Grande do Sul, gravadas em kaingang e transcritas ortograficamente na sua língua.

Núcleo de Estudos de História Oral da USP

Projeto Vozes da Marcha pela Terra:

Histórias de Vida de Trabalhadores Rurais do MST

O projeto teve início em 1997 quando chegava em Brasília a Marcha Nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça. Nessa ocasião, foram registradas dezesseis histórias de vida de pessoas de estados diferentes, resultando no livro “Vozes da Marcha pela Terra”. O objetivo é registrar e divulgar as trajetórias de trabalhadores rurais sem terra através de suas histórias, destacando o cotidiano das pessoas antes e depois do ingresso no movimento social. Além disso, é estudado o processo permanente de construção de uma identidade coletiva comum e de identidades individuais heterogêneas durante a história do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST).

Desde o ano de 1997 até 2005 foram coletados depoimentos durante as marchas e em acampamentos e assentamentos. Na Marcha Nacional pela Reforma Agrária, em 2005, foram realizadas mais 46 entrevistas sobre a história de moradores de 23 estados ali representados.

O corpo documental do projeto faz parte do Acervo Documental do Núcleo de Estudos de História Oral (NEHO) do Departamento de História da Universidade de São Paulo (USP). Inclui 62 entrevistas de histórias de vida e mais de 300 fotografias sobre o MST em São Paulo, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul. Esse conteúdo está em livros, artigos, uma dissertação e uma tese. Parte dos documentos também pode ser consultada junto ao Núcleo e em breve será acessível pela Internet.

Núcleo de Estudos de História Oral — NEHO

Departamento de História — FFLCH/USP

Av. Prof. Lineu Prestes, 338

Cidade Universitária

CEP 05508-900

São Paulo — SP

Tel. (11) 3091-3701

(www.fflch.usp.br/dh/neho)

**Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo —
Centro de Referência dos Idosos de São Miguel Paulista
*Projeto Conversas e Memórias***

O projeto começou em abril de 2002 no Centro de Referência dos Idosos de São Miguel Paulista, na zona leste paulistana, com uma primeira oficina, envolvendo quinze idosos. No ano seguinte mais dois grupos foram formados, totalizando 40 integrantes.

Seu objetivo é promover a saúde dos idosos de forma plena, através do conhecimento de si mesmo e da sua relação com o mundo. De maneira específica, visa propiciar um espaço privilegiado para conversas e resgate de histórias e identidades pessoais e culturais.

Destinado a idosos com pelo menos 60 anos de idade, o projeto baseia-se na metodologia da “conversação”. Um conto, um poema, uma música, uma notícia de jornal ou um filme podem ser o ponto de partida para as diversas histórias e vivências contadas pelos participantes, em oficinas semanais que duram duas horas. A cada encontro, um novo estímulo é usado para “puxar o fio de meada”, trazendo à tona temas como solidão, depressão, carência, alegria, beleza, morte, solidariedade, projeções, sonhos, amores. No final de cada encontro, é feita uma “amarração do assunto”.

Fruto dessa experiência, o livro “Conversas e Memórias – Fragmentos”, com doze crônicas elaboradas a partir dos relatos dos idosos, foi lançado em 2003.

**Secretaria da Saúde do
Estado de São Paulo**
*Projeto Conversas e
Memórias*

*Av. Dr. Enéas de Carvalho
Aguiar, 188*

CEP 05403-000

São Paulo — SP

Tel. (11) 3066-8349

5575-2563

(www.saude.sp.gov.br)

Senac São Paulo *Memória Institucional*

O projeto Memória Institucional do Senac São Paulo coleta, organiza, preserva e dissemina documentos e depoimentos produzidos na organização e que traduzem não só a sua atuação corporativa, mas também a evolução da formação profissional na área de comércio e serviços.

Entre as atividades desenvolvidas está o tratamento técnico da documentação, incluindo a organização, a preservação e a sistematização em banco de dados dos registros da trajetória institucional. Fazem parte desse acervo documentos impressos, fotografias, vídeos, filmes, peças promocionais, além de relatos e depoimentos. Paralelamente, a equipe do projeto realiza pesquisas históricas e cronológicas sobre a atuação da organização em suas diversas áreas através de levantamentos documentais, complementadas por relatos orais.

O projeto reúne um acervo histórico de aproximadamente 110 mil itens documentais, sendo que quase 34 mil deles encontram-se processados e disponíveis para consulta. Todo o acervo é mantido em três salas com condições ambientais que favorecem a conservação.

O acervo é disponibilizado para funcionários, colaboradores, clientes, estudantes, historiadores, pesquisadores e público em geral, a fim de que utilizem esse conhecimento no desenvolvimento de novos produtos, como suporte a novas ações na elaboração de trabalhos acadêmicos, entre outras atividades. Tanto o público interno quanto o externo são subsidiados em suas pesquisas com informações em formato de texto, cópias dos documentos ou imagens.

Senac São Paulo *Memória Institucional*

Rua Boracéia, 33
Barra Funda
CEP 01135-010
São Paulo — SP
Tel: (11) 3392.6269 / 6160
Fax: (11) 3392.6269
(www.sp.senac.br)
lpalhares@sp.senac.br

SESC Rio de Janeiro

Um Balcão na Capital: Memórias do Comércio

Iniciado em 2003, o projeto visa contribuir para manter viva a memória de um dos mais importantes segmentos econômicos na sociedade carioca – o comércio de bens e serviços.

A história do comércio da cidade do Rio de Janeiro é contada a partir das narrativas de pessoas anônimas que fizeram ou fazem parte dessa história. Numa primeira fase, a partir de uma pesquisa baseada nos critérios de localização temporal e geográfica, ramo de atividade e modalidade, chegou-se a um total de 123 personagens representativos, dos quais 41 foram entrevistados. Os depoimentos foram gravados em vídeo, transcritos e indexados. Além das entrevistas, compõem o acervo da pesquisa 500 fotografias e documentos fornecidos pelos entrevistados. O conjunto de depoimentos foi complementado e contextualizado por uma extensa pesquisa documental, iconográfica e bibliográfica sobre o tema.

Visando a difusão desse conteúdo, o projeto já originou um livro, uma exposição cenográfica e um site, que pode ser acessado pelo Portal do SESC Rio (www.sescrj.org.br) ou do Museu da Pessoa (www.museudapessoa.net). O site reúne informações históricas, histórias de vida, depoimentos temáticos e imagens sobre a vida comercial, social e cultural carioca. Mensalmente ele é atualizado e ampliado, com divulgação para diferentes grupos e instituições.

SESC Rio de Janeiro
*Um Balcão na Capital:
Memórias do Comércio na
Cidade do Rio de Janeiro*

Rua Marquês de Abrantes, 99
Flamengo — Rio de Janeiro
CEP 22230-060
Tel. (21) 3138-1043/
3138-1641
(www.sescrj.org.br)

UNIFEBE – Centro Universitário de Brusque *Centro de Documentação Oral e Memória (Cedom)*

Fundado em 1997 na cidade de Brusque (SC), o Centro de Documentação Oral e Memória (Cedom) destaca-se como um espaço de guarda e preservação das memórias individuais e coletivas da região do Vale do Itajaí-Mirim. Ligado ao Centro Universitário de Brusque (Unifebe), tem como principal público-alvo escolas e universidades, enfocando o resgate da memória da comunidade por meio da metodologia da História Oral.

O primeiro projeto enfocou a tradicional Rua das Carreiras, buscando reconhecer os bens materiais e simbólicos locais. Foram coletadas fotos e depoimentos dos moradores da localidade. O mesmo tipo de conteúdo foi registrado no segundo projeto, chamado Bairro & Memória, que promoveu a interação da escola com a comunidade em três diferentes bairros: São João, Limeira e Santa Terezinha. O passo seguinte foi a criação do Núcleo de Documentação Italiana (NDI), voltado para as memórias da imigração na região. Vale destacar também o projeto “Memórias de Porto Franco... Botuverá: sua História”, que culminou com o lançamento em 2005, de livro com o mesmo título.

O Cedom também desenvolve o projeto Acervo Digital junto ao Arquivo Histórico da Cidade de Brusque, para organização e digitalização do arquivo fotográfico. O objetivo é possibilitar o acesso às informações sobre a história do Vale do Itajaí-Mirim e parte do Vale do Rio Tijucas, que se encontram dispersas em arquivos particulares, arquivos históricos e bancos de dados. Um site com todo esse conteúdo, mais as histórias de vida coletadas pela equipe do Cedom, está em preparação.

**UNIFEBE – Centro
Universitário de Brusque**
*Centro de Documentação
Oral e Memória (Cedom)*

R. Dorval Luz, 123
Bairro Santa Terezinha
Cx. Postal: 1501
Brusque – SC
Tel. (47) 350 – 4448
(www.unifebe.edu.br)
cedom@unifebe.edu.br

Universidade de Fortaleza

História e Memória da Radiodifusão Cearense

O projeto foi iniciado em 2004, com o objetivo de registrar a memória do rádio cearense por meio da história de vida de rádio-atores, rádio-atrizes, produtores, empresários, técnicos, locutores, repórteres e demais profissionais inseridos direta e indiretamente no dia-a-dia do rádio. Até junho de 2005 dez histórias de vida haviam sido registradas.

Ligado à Universidade de Fortaleza, o projeto visa disponibilizar o conteúdo produzido em um livro, um site aberto à participação do internauta, uma exposição fotográfica permanente em dois espaços culturais da cidade, bem como em uma série de programas de televisão. Nesse sentido, já foram editados dois documentários: “PRE9”, sobre a história da Ceará Radio Clube, a primeira rádio do Ceará, e “Cara de Radialista”, com depoimentos dos radialistas mais antigos da região.

Universidade de Fortaleza
*História e Memória da
Radiodifusão Cearense*

Av. Washington Soares, 1321
Bairro Edson Queiroz
CEP 60811-905
Fortaleza/CE
Tel. (85) 3477-3000
(www.unifor.br)
eroh@unifor.br

Universidade Federal Fluminense

Um processo coletivo de educação continuada, pelos caminhos da História local

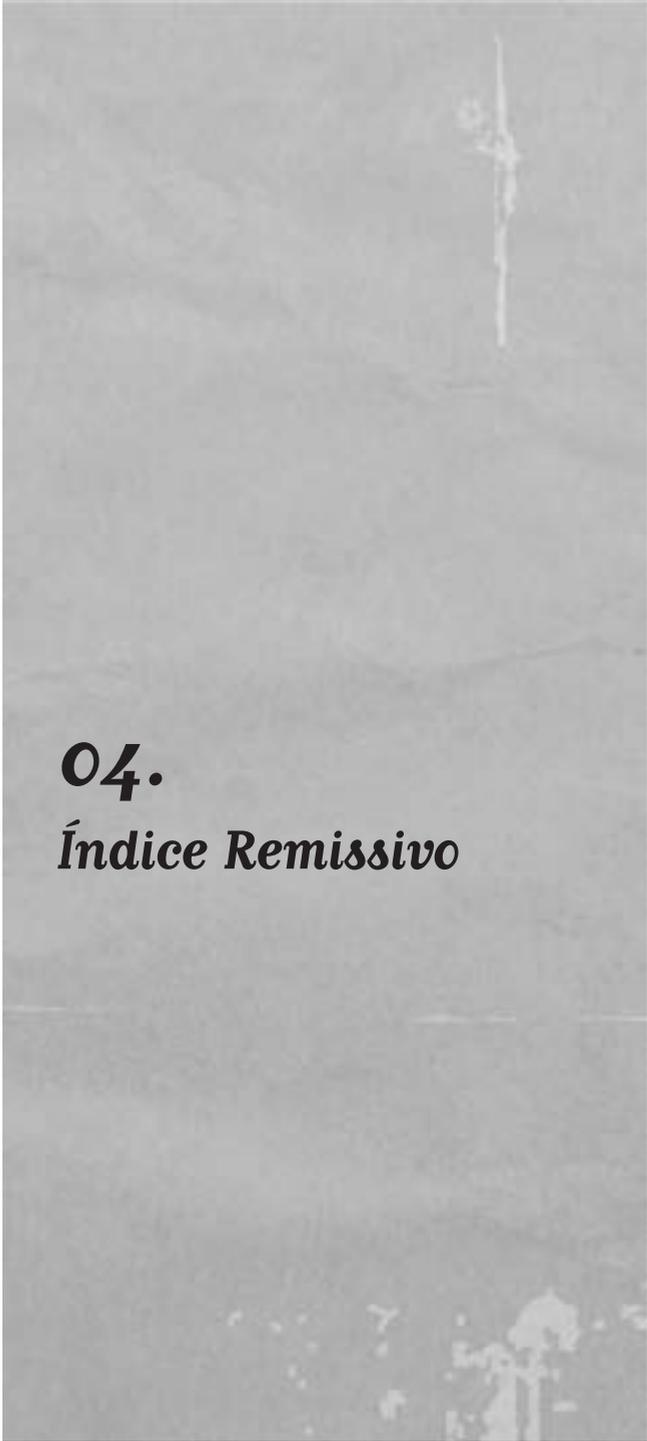
O projeto teve início em 1998, na Escola Doutor Orlando Gonçalves, em Angra dos Reis (RJ), formando parte do doutoramento em Educação pela Universidade de São Paulo (USP) da pesquisadora Sonia Maria Leite Nikitiuk. Por meio de formação continuada, foi desenvolvido um projeto pedagógico referenciado à história local. Buscou-se mostrar que o resgate da história local é uma valiosa ferramenta para o fortalecimento da identidade e que a consciência histórica é elemento essencial para a experiência de formação continuada. Outro objetivo era comprovar que um projeto pedagógico construído coletivamente abre espaço para a autonomia da escola e para a consciência profissional, e que, com um processo de formação coletiva devidamente historiado, o professor se torna produto de conhecimento escolar.

Durante dois anos desenvolveram-se atividades voltadas para todo o corpo docente da escola, e, em decorrência, para as turmas de 2^a e 3^a séries, escolhidas como piloto. Foram realizadas as seguintes atividades: grupos de estudos, debates, desenvolvimento de metodologia da História Oral, pesquisa de campo, escrita coletiva, levantamento, análise da realidade, elaboração de livros didáticos.

Entre os frutos dessas atividades, destacam-se um acervo de memórias gravadas e filmadas de antigos moradores da região, um livro texto para o professor, um livro didático sobre História Oral, fotografias e material pedagógico sobre a história local.

O projeto foi retomado em 2005, dando maior ênfase à identidade dos professores da escola, à caracterização da comunidade e à re-escrita da história do lugar.

**Universidade Federal
Fluminense**
*Pelos caminhos da História
local*
R. Visconde de Iaborai, s/n.
Campus Gragoatá
Angra dos Reis — RJ
(www.uff.br)



04.

Índice Remissivo

ÍNDICE REMISSIVO

- Acessa São Paulo 152, 153, 156, 158
Balance of the Planet 78
Ailton Krenak 49-54, 201
Al Jazeera 75, 95
Alberto Dines 173-178
Ana Dourado 32, 34
Ana Miranda 177
ancestrais 30, 33, 52, 53, 175, 201
Andréa Zurri 35
anti-jogo 88
Antônio Houaiss 176
Antônio Montenegro 34
Antonio Nóvoa 100
apropriação 139, 202
Aracruz Celulose: Projeto Memória 247
arqueologia 52, 54, 253
Associação Lua Nova 217
auto-conhecimento 52
baús de memória 216
Becker 26, 42
bibliografia Geral 240
Biblioteca Infanto-Juvenil Álvaro Guerra:Estação Memória 248
bibliografia sobre História Oral 239
biblioteca 10, 69, 117, 124, 126, 128, 133, 134, 157, 166, 167, 168, 169, 171, 172, 183, 214, 228, 229, 248, 250, 255
Big Brother 97
biografado 175, 181, 182, 188
biografia 144, 149, 175, 176, 177, 178, 182, 185, 186, 188
biógrafo 181, 186, 188
botocudos 49, 50, 52
cacoetes de linguagem 212, 227
Carlos Seabra 83 - 97, 171
catalogar 144, 149, 213, 232, 262
Cecília Souza 100
Centro de Referência em Educação Mário Covas: Memorial da Educação Paulista 249
Centro Pró-Memória Hans Nobiling do Esporte Clube Pinheiros:Museu Oral 250
Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (CEASM): Rede Memória da Maré 251
chat 84, 86, 87, 88, 90
Chris Crawford 78
cinema 11, 55, 77, 79, 141, 191, 192, 207, 237
Clifford Shaw 26
CNN 75, 81, 95
coleção virtual 216
Colégio Loyola: Espaço Loyola Casa de Memória e Cultura 252
coleta 129, 130, 209, 213, 247, 255, 267
Comissão da Verdade da África do Sul 36, 41
como produzir e conduzir a entrevista 219, 220, 222, 224, 226, 228, 230, 232, 234, 236
comunidade 10, 11, 12, 34, 40, 45, 52, 58, 59, 61, 62, 67, 80, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 123, 133, 151, 156, 157, 160, 161, 162, 166, 167, 202, 205, 207, 216, 217, 219, 246, 249, 255, 261, 263, 264, 269
conexão com os ancestrais 52
confidencialidade 39
contação de histórias 208, 216
contadores de histórias 66, 251
conversa 52, 60, 76, 191, 192, 193, 211, 219
cultura popular 46, 239
depoimentos 38, 111, 125, 129, 135, 136, 140, 141, 143, 144, 147, 162, 214, 216, 218, 242, 247, 249, 250, 251, 252, 256, 258, 261, 263, 265, 267, 268, 269, 270
Diana Gittins 23
digitalização de imagens 212, 231
direitos autorais 39, 214
DJ 66, 67
do oral ao textual 212
documento(s) 18, 27, 28, 30, 31, 104, 105, 107, 117, 121, 134, 143, 144, 145, 147, 148, 150, 151, 175, 200, 202, 204, 209, 211, 232, 237, 242, 251, 254, 225, 226, 257, 258, 264, 265, 267, 268

- DPI 231, 232
 Duboc Garcia, 217
 Edgar Morin 100
 edição da entrevista 212, 227
 editar 73, 140, 212
 Edmir Perrotti 127 -136
 Eduardo Coutinho 191 - 195, 241
 educação 11, 12, 56, 59, 61, 82, 83, 84, 90, 91, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 105, 106, 107, 108, 109, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 121, 123, 125, 127, 128, 129, 131, 133, 135, 136, 141, 157, 200, 214, 230, 231, 235, 236, 239, 248, 249, 259, 260, 264
 educação não-formal 100
 Eldorado 60 - 62
 entrevista 21, 32, 39, 113, 117, 124, 133, 150, 184, 191, 203, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 217, 219, 220, 221, 222, 224, 225, 226, 227, 228, 230, 232, 234, 236, 260
 entrevistador 101, 150, 184, 209 - 225
 Estação Memória 126 - 136, 248
 exemplo de roteiro 210, 221
 expressão cultural 131
 Fazenda Capoava: Espaço Cultural da Fazenda Capoava 253
 Fernando Guarnieri 153- 162
 Fernando Moraes 80, 177
 ficha de cadastro 213, 232
 ficha de depoimento 213, 232
 fichas de catalogação 232
 fichas de fotos e documentos 232
 filmes 27, 76, 77, 80, 191, 192, 194, 202, 204, 237, 239, 241, 258, 267
 fontes 25, 103, 104, 108, 167, 169, 181, 182, 203, 204, 205, 207, 208, 240
 fotos 107, 148, 149, 151, 200, 209, 211, 216, 232, 237, 242, 250, 251, 252, 255, 256, 257, 261, 263, 269
 fotos, documentos e objetos 211
 Fundação Bunge: Centro de Memória Bunge 254
 Fundação Fé e Alegria do Brasil: Memória da Comunidade 255
 Fundação Municipal de Cultura de Belo Horizonte: Projeto Afromineiridades 256
 Fundação Telefônica: Núcleo Memória Telefônica 257
 Garrincha 180, 182, 183, 186
 Gaspar de Oliveira 65 - 70
 George Orwell 97
 Gilberto Freyre 177
 gravação da entrevista 225
 Grupo Votorantim: Projeto Memória Votorantim 258
 H.H. Manizer 51
 Hannah Arendt 129
 Heloísa Pires 57 - 62
 hip hop 64 - 66
 Hipólito José da Costa 176
 história familiar 17, 25
 história oral 12, 17 - 42, 86, 90, 98, 109, 122, 194, 200, 204, 217, 239, 240, 241, 242, 251, 253, 256, 258, 259, 265, 269
 história 10, 11, 12, 18, 20, 21, 29, 31, 32, 36, 38, 39, 40, 41, 51, 53, 56, 58, 59, 66, 73, 74, 75, 77, 79, 80, 81, 83, 85, 87, 89, 90, 91, 93, 95, 96, 97, 102, 104, 105, 107, 111 - 116, 120, 128, 129, 130, 131, 133, 139, 140, 141, 143- 155, 157, 159, 161, 162, 175, 177, 181, 183, 185, 187, 191, 193, 195, 199, 200, 203, 205, 208, 209, 214, 216, 217, 218, 219, 220, 224, 228, 229, 232, 239, 241, 242, 248, 249, 251, 258, 259, 262, 263, 265, 266, 268, 269, 270
 história(s) de vida 10, 12, 21, 38, 39, 40, 41, 102, 104, 107, 111, 113, 128 - 149, 151, 153, 155, 157, 159, 161, 175, 177, 181, 183, 185, 187, 191, 193, 195, 199, 200, 203, 205, 209, 216, 218, 239, 242, 258, 262, 263, 265, 268, 269, 270
 histórias digitais, 90
 Hugh Brody 28
 Hugo Slim 34
 idosos 33, 112, 114, 116, 128, 129, 130, 133, 134, 135, 161, 166, 248, 259, 263, 266
 inclusão digital 68, 89, 91, 92, 94, 153, 154, 155, 156, 158, 160, 161, 162, 214, 260

ÍNDICE REMISSIVO

- Instituto Algar de Responsabilidade Social: Projeto Histórias da Nossa Terra 269
- Instituto Avisa Lá e Museu da Pessoa : Programa Memória Local 260
- integração, difusão e uso 209, 214
- Internet 10, 11, 37, 38, 41, 58, 60, 61, 75, 77, 78, 81, 84, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 140, 141, 143, 146, 149, 153, 154, 155, 156, 158, 159, 160, 165, 166, 167, 168, 169, 172, 209, 214, 215, 216, 218, 226, 237, 241, 250, 265
- Jason Jimmensen 74
- Jerome Bruner 115, 129
- Jerusa Pires Ferreira 46
- jogo 59, 60, 74, 75, 77, 78, 79, 80, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 133, 135, 183, 192
- Jorge Caldeira 177
- José Honório Rodrigues 176
- Junko Sakai 27
- Juscelino Kubitschek 185
- krenak (povo) 47 - 201
- Laura Pasquali 121 - 125
- Lauro Gilberto Pereira 210, 221
- Luis Viana Filho 176
- Magdalen Homes* 35
- Manuel Galdino 32
- Maria Isaura Pereira de Queiroz 101
- Marshall McLuhan 46, 78
- Maurita Holland 164 - 172
- Mauro Malin 137 - 141
- MC 64, 66, 67
- memória das comunidades 117
- memória individual 18, 99, 112, 201
- memória para mobilização comunitária 217
- memória social 100, 133, 134, 168, 199, 202, 203
- memória, leitura e escrita 217
- memórias da educação 100, 108
- Michael Pollak 99
- mito 28, 30, 46
- modelo de cessão de direitos 7, 215, 237
- mudança social 10, 11, 15, 45, 162, 246
- Musée de la Personne: Montreal 261
- Museu da Pessoa 10, 12, 24, 37, 38, 42, 72, 74, 77, 95, 110 - 116, 118, 140, 141, 143, 144, 145, 148, 150, 162, 169, 172, 178, 199, 200, 210, 211, 212, 213, 215, 216, 217, 218, 228, 232, 242, 252, 258, 259, 260, 261, 263, 268
- Museu da Pessoa:Portugal 143 - 145, 148, 150, 169, 262
- museu virtual 143, 145, 146, 147, 199, 242, 249
- Museum of the Person: Indiana 73, 263
- música rap 66
- narrador 133, 143, 215
- narrativas 10, 50, 51, 54, 115, 127, 128, 129, 130, 136, 200, 203, 204, 205, 215, 262, 268
- National Sound Archive* 38
- Nicholas Negroponte 97
- Nicolau Sevcenko 44, 45, 46
- Núcleo de Cultura e Educação Indígena da ALB: Memória Oral, Pesquisa Documental e Educação com o Povo Kaingang 264
- Núcleo de Estudos de História Oral da USP: Projeto Vozes da Marcha pela Terra: Histórias de Vida de Trabalhadores Rurais do MST 265
- Núcleos do Museu da Pessoa 145, 199, 262, 263
- objetos 52, 117, 128, 202, 209, 211, 250, 252, 253, 257, 258, 261
- oralidade 46, 47, 50, 112, 115, 116, 226, 240
- Os 10 Mandamentos do Entrevistador 6, 211, 224
- Oscar Lewis 21, 40
- participação 45, 95, 112, 130, 131, 133, 135, 199, 215, 217, 255, 258, 263, 270
- patrimônio oral 19
- Paul Thompson 17- 43, 43, 54, 74, 124, 199, 238
- Pedro Calmon 176
- Pedro Martinez 21, 40
- Pedro Rangel Henriques 142 -152, 169, 172
- perguntas:
- avaliativas 220
 - com pressupostos 220
 - controversas 221

- descritivas 220
 puramente informativas 221
 que evocam movimento 220
 periferia 65, 66, 67, 68, 69, 70, 79, 87, 91, 124, 154, 155, 156, 157, 158, 160, 161, 255
 Peter Townsend 31
 Poupatempo 153, 157, 158
 preparação de entrevista 209
 processamento 35, 209, 212, 231, 232, 254
 processamento de imagem 232
 Projeto Memória 114, 247, 258, 267
 proletkult 194
Qualidata 38, 241
 Quilombo 59, 61, 62
 Raimundo Magalhães Jr 176
 rap 11, 64, 66, 67, 68, 91
 Raphael Samuel 28
 Rede 10, 11, 12, 15, 45, 48, 54, 91, 92, 93, 96, 97, 104, 106, 118, 120, 121, 122, 123, 124, 130, 135, 140, 148, 154, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 165, 166, 168, 170, 172, 199, 200, 215, 217, 246, 251, 260, 261, 262
 registros da memória 11, 203, 205
 relatos de experiências 12, 245, 247 - 273
 remanescentes de quilombo 59, 61, 62
 Rigoberta Menchu 21, 42
 Robert Redfield 40
 Roberto Ventura 177
 roteiro 55, 113, 210, 219, 220, 221, 224, 242
 Ruy Castro 181 - 188
 Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo (Centro de Ref. de Idosos de São Miguel Paulista) Projeto Conversas e Memórias 266
 Senac São Paulo: Memória Institucional 267
 SESC Rio de Janeiro: Um Balcão na Capital: Memórias do Comércio na Cidade do Rio de Janeiro 268
 SESC-SP 10, 210, 218, 220, 221
 Sigmund Freud 177
 sites 77, 82, 93, 147, 148, 157, 161, 169, 170, 214, 216, 231, 239, 241
 Sobrenatural de Almeida 183
 Stefan Zweig. 176, 177
 Steve Humphrey 35
 terapia da reminiscência 33
The Magdalen Sisters 36
 Thimoty Leary 89
 Thom Gillespie 72 - 80, 86, 94, 95, 171
 Thomas 30, 42, 178
 Thomas e Znaniecki 30
 Tony Soprano 76
 tradição oral 11, 12, 28, 45, 47, 49, 50, 51, 53, 55, 57, 59, 61, 65, 67, 69
 transcrição de entrevista 226
 transcrição/edição 228
 Tzvetan Torodov 135
 UNIFEBE, Centro Universitário de Brusque : Centro de Documentação Oral e Memória 269
 Universidade de Fortaleza: História e Memória da Radiodifusão Cearense 270
 Universidade de Indiana 73, 74, 77
 Universidade do Minho 142, 144, 262
 Universidade Federal Fluminense: Pelos Caminhos da História local 271
 vozes dos esquecidos 132
 vozes ocultas 24
 Wikipedia 94
 William Bullit 178
 Wladek 30
 Zeila de B. F. Demartini 99 - 107
 Zilda Kessel 111 - 121

SERVIÇO SOCIAL DO
COMÉRCIO SESC - SP

**Presidente do Conselho
Regional**

Abram Szajman

**Diretor do Departamento
Regional**

Danilo Santos de Miranda

**Superintendente Técnico
Social**

Joel Naimayer Padula

**Superintendente de
Comunicação Social**

Ivan Giannini

MUSEU DA PESSOA

Diretoria Executiva

José Santos Matos

Karen Worcman

Márcia Ruiz

Programa Conte sua História

Erick Krulikowski

Programa Memória

Institucional

Claudia Fonseca

Programa de Formação

Sônia Dória London

Portal e Acervo

Rosali Henriques

PUBLICAÇÃO
“HISTÓRIA FALADA”

Realização

Museu da Pessoa

SESC-SP

Coordenação Editorial

Karen Worcman

Jesus Vazquez Pereira

Preparação de Textos

Immaculada Lopez

Agradecimentos

A todos palestrantes e conferencistas do seminário "Memória, Rede e Mudança Social", bem como a todos pesquisadores e instituições que enviaram relato de seus projetos.

A Ambar de Barros, Antônio Carlos Porto Gonçalves, Célia Cruz, Custódia Samos Marcondes, Edson Lopes, Erivelto Busto Garcia, Lauro Gilberto Pereira, Maria Lúcia da Silva, Sebastião Rocha, Paul Thompson, Paulo Neves e Taís Backup

**Guia “Como fazer um
projeto de memória
oral”**

Concepção

Museu da Pessoa

Coordenação

Karen Worcman

Edição Geral

Immaculada Lopez

Produção de Conteúdo

Carolina Misorelli

Cláudia Fonseca

Cláudia Leonor

Márcia Trezza

Rosali Henriques

Sônia London

Zilda Kessel

Fotografias e Relatos

Acervo do Museu da Pessoa

(www.museudapessoa.net)

Produção Geral

Ana Leonardo Nassar de Oliveira

Tradução

Verso Tradutores

Assessoria Jurídica

Sabóia Campos Assessoria

Jurídica

PUBLICAÇÕES DA IMPRENSA SOCIAL

A Escola Sustentável

ECO - alfabetizando pelo ambiente

Lucia Legan

IPEC / Imprensa Oficial/SP

Álbum de Histórias

Araçuaí de U.T.I educacional a cidade educativa

Tião Rocha

Centro Popular de Cultura e Desenvolvimento /

Imprensa Oficial/SP

Alianças e Parcerias

Mapeamento das publicações brasileiras sobre alianças e parcerias entre organizações da sociedade civil e empresas

Aliança Capoava

Instituto Ethos / Imprensa Oficial/SP

Aprendendo Português nas Escolas do Xingu

Parque indígena do Xingu

Terra indígena Panará

Terra indígena Capoto-Jarina

Livro inicial

Vários autores

ISA / Imprensa Oficial/SP

A Violência Silenciosa do Incesto

Gabriella Ferrarese Barbosa, Graça Pizá

Clipsi / Imprensa Oficial/SP

Brincar para Todos

Mara O. Campos Siaulys

Laramara / Imprensa Oficial/SP

Educação Inclusiva

O que o professor tem a ver com isso?

Marta Gil

Ashoka / Imprensa Oficial/SP

Em Questão 2

Políticas e práticas de leitura no Brasil

Vários Organizadores

Observatório da Educação / Ação Educativa /

Imprensa Oficial/SP

Espelho Infiel

O negro no jornalismo brasileiro

Flávio Carrança, Rosane da Silva Borges

Geledés / Imprensa Oficial/SP

Gogó de Emas

A participação das mulheres na história do estado de

Alagoas

Shuma Shumaher

REDEH / Imprensa Oficial/SP

Jovens Lideranças Comunitárias e Direitos Humanos

Conectas / Imprensa Oficial/SP

Kootira Ya Me'ne Buehina

Wa'ikina Khiti Kootiria Yame'ne

Vários Organizadores

ISA / FOIRN / Imprensa Oficial/SP

O Caminho das Matriarcas

Maria do Rosário Carvalho Santos

Geledés / Imprensa Oficial/SP

Orientação Para Educação Ambiental

Nas bacias hidrográficas do estado de São Paulo

Cyntia Helena Ravena Pinheiro, Mônica Pilz Borba e

Patrícia Bastos Godoy Otero

5Elementos / Imprensa Oficial/SP

Pela Lente do Amor

Fotografias e desenhos de mães e filhos

Carlos Signorini

Lua Nova / Imprensa Oficial/SP

Saúde, Nutrição e Cultura no Xingu

Estela Würker

ISA / ATIX/ Imprensa Oficial/SP

Vivências Caipiras

Pluralidade cultural e diferentes temporalidades na terra paulista

Maria Alice Setúbal

Cenpec / Imprensa Oficial/SP

Vozes da Democracia

Intervezes / Imprensa Oficial/SP

Identidade Editorial Intercidades Editores
Coordenação Editorial Jesus Vazquez Pereira
Projeto Gráfico e Edição Keops Ferraz Teixeira
Revisão Marcus Aurelius Pimenta
Capa Keops Ferraz Teixeira
CTP, Impressão e Acabamento | **imprensaoficial**

*O que é história oral ? É um método? Uma disciplina? Um tema novo?
Na minha opinião, é uma abordagem muito ampla: é interpretação da
história, das sociedades e das culturas por meio da escuta e do registro
da história de vida das pessoas. E a habilidade fundamental na história
oral é aprender a escutar.*

*Paul Thompson,
Professor da Universidade de Essex (Inglaterra)*

SESC SP

ISBN 85-98112-21-6



9 788598 112213

Imprensa Oficial

ISBN 85-7060-418-1



9 788570 604187